

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Danilo de Assis Clímaco

**TRÁFICO DE MULHERES, NEGÓCIOS DE HOMENS.
LEITURAS FEMINISTAS E ANTI-COLONIAIS SOBRE OS HOMENS, AS
MASCULINIDADES E O MASCULINO.**

Florianópolis, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Danilo de Assis Clímaco

**TRÁFICO DE MULHERES, NEGÓCIOS DE HOMENS.
LEITURAS FEMINISTAS E ANTI-COLONIAIS SOBRE OS HOMENS, AS
MASCULINIDADES E/OU O MASCULINO.**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Juracy Filgueiras Toneli

Florianópolis, 2009

BANCA EXAMINADORA

ASSIS CLIMACO, Danilo de. **TRÁFICO DE MULHERES, NEGÓCIOS DE HOMENS. LEITURAS FEMINISTAS E ANTI-COLONIAIS SOBRE OS HOMENS, AS MASCULINIDADES E/OU O MASCULINO.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

a
Inés, por estarmos sempre aprendendo e nos
expandindo juntas. Formamos uma bela família
nuclear, que o papa bem benzeria feliz, não
fôssemos assim tão esquerdosos e pecaminosos

a
Arlene, ZèCésar, Beto e Flávio, minha outra
família nuclear de esquerda

a
Aimé Cesaire,
Paco Vidarte
e Eve Sedgwick,
lutar sem vocês é muito mais difícil,
mas é uma honra e uma alegria viver em vosso legado.

Agradecimentos

Quem quiser final feliz
Vá pra Florianópolis
(Itamar Assumpção)

Gostaria de agradecer à Juracy, por ter confiado em mim, por me ajudar a configurar esta pesquisa, pelas leituras e conselhos ao texto desde os seus começos, por várias outras coisas, mas muito pela paciência quando eu perdi a minha e pela amizade. Tenho também muito orgulho de ter podido ver que nem uma nem duas vezes ela, como professora, orientadora e diretora do Centro de Filosofia e Humanidades, se ergueu contra (alguns de) seus próprios pares em benefícios das e dos estudantes.

Ao Margens. Quando a Juracy me dizia que ela não coordenava o núcleo achei que era modéstia, mas era verdade: o Margens vai e vem pelas ações de todas suas integrantes. Quando fui a Floripa, um dos meus maiores interesses era o de enriquecer minha experiência de trabalho coletivo. Poder, já nos meus primeiros meses, formar parte da pesquisa *Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual*, coordenada pela Juracy, foi mais até do que eu imaginava. A horizontalidade do grupo, a possibilidade de unir interesses pessoais e coletivos, as discussões diversificadas, as viagens a trabalho, as entrevistas, as aulas na disciplina de psicologia do gênero na graduação como monitor da professora Mara Lago, os eventos e toda uma série de atividades, ajudaram-me bastante. Uma anarko-democracia bela. Agradeço especialmente ao Adriano, por ter-me conduzido nos meandros da mencionada pesquisa. Cara, sem ti ia ser tudo muito mais difícil.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa oferecida nos últimos doze meses do mestrado, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Margens e à Juracy pela bolsa de outros dezoito meses para a mencionada pesquisa e também a minha mãe Arlene, meu pai José César e minha companheira Inés por ajudarem economicamente quando foi necessário.

A Meriti de Souza, Cláudia de Lima Costa e Selvino Assmann pelas considerações de grande interesse ao projeto na banca de qualificação.

À minha família, vovó Nini, vovô Oscar, vovó Sebastiana, tias, tios, primas, primos, irmãos, cunhadas, à família peruana: Nena, Yola, María Paz, que nos apóiam sempre em tudo. Se eu posso me arriscar muito vida afora é porque portas adentro já tenho tudo.

Inés é apoio e fonte. Humor, carinho, graça e inventividade inésplicáveis.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Fui gratamente surpreendido pelos muitos campos de diálogos abertos por esta área do saber e o ambiente que respirei entre vocês foi realmente muito saudável. Agradeço especialmente às secretárias Janete Bromer e Helena Del Fiaco, e às professoras e professores que tiveram a gentileza de ensinar-me com dedicação e de terem oferecido leituras atentas aos primeiros esboços desta dissertação.

A Rita Segato, por ter-me dado a conhecer o “paradigma do tráfico de mulheres”, que contribuiu decisivamente a que não me extraviasse pelas vias de acesso mais disponíveis, mas de curto alcance.

A Filipe Verde e sua interpretação antropológica da obra de Gadamer. Foram nessas aulas que pude formalizar para mim mesmo algo que sempre persegui: nós aprendemos de todos e de tudo em todo momento e graças aos nossos preconceitos. Viva o senso comum!

Minha mãe e Inés leram toda a dissertação em diferentes momentos, sendo que minha mãe também ajudou muito para que eu prestasse atenção aos abusos do portunhol. Felipe Areda leu sua versão final e repassou-me idéias e entusiasmo. Adriano, Christian Guzmán, Giancarlo Cornejo, Júlia Otero e Rita Flores leram alguns de seus capítulos, me alentaram e deram boas dicas.

Diogo Maestri fez a sempre cuidadosa correção do português de todo texto e também ofereceu boas idéias para que estivesse mais afinado.

Luis Bonino me escreveu uma carta pessoal em 2005, a raiz de uma discussão na lista da Asociación de Hombres por la Equidad de Género, que influenciou fortemente esta dissertação. Nela, me chamou a atenção à presença, no movimento de homens pela igualdade ou pró-feministas, para a auto-comiseração dos homens e para a sua despreocupação freqüente para com as violências exercida sobre as mulheres, particularmente sobre a exploração do trabalho doméstico delas. Para com sua obra, enquanto autor, esta dissertação fica em grande dívida. Seus artigos são muito incisivos e mereceriam uma análise à parte. Algumas escolhas me impediram de recorrer com a freqüência merecida seus escritos, mas sei que esta dissertação traz muito de suas idéias.

Também àquelas pessoas e instituições que de uma forma ou outra contribuíram para a constituição desta dissertação. Cláudia, Daniel de Costa Lima, Giancarlo e Rita Segato abriram as portas de suas casas para que eu vasculhasse suas bibliotecas. Violeta Barrientos e Giancarlo me compraram livros em suas viagens à Espanha e a Buenos Aires. Outros livros cruciais os consegui nas bibliotecas do Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, com a ajuda cálida de Rosa Villanueva, da Fundación Descartes em Buenos Aires, do Instituto Papai, do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género da Universidade de Buenos Aires, em universidades federais de Goiás, Brasília, Florianópolis e Rio de Janeiro, na Universidad Nacional Mayor de San Marcos, na Univeridad Antonio Ruiz de Montoya, na Pontificia Universidad Católica del Peru (todas em Lima), na Universidad Autónoma de México e na Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba. Agradeço às pessoas nessas instituições que me atenderam e a Bechita, Joana e Júlia Clímaco, minha mãe, Inés e María Paz que tiraram xerox para mim em alguns destes lugares. Aos sites <http://caosmosis.acracia.net/>, <http://www.questia.com> (embora este seja pago), <http://www.hartza.com>, e a todas as pessoas que se esforçam anonimamente para nutrir a web de bons textos, especialmente a Horacio Potel e seus Nietzsche, Heidegger e Derrida em castellano, que se encontram atualmente lidando uma batalha de sobrevivência com a justiça argentina.

Às companheiras e companheiros do Colectivo Magénta: Francisco, Luz, Christian y Cristian. Al grupo de estudios de género y sexualidad: Violeta, Giancarlo y Rocío, que hemos hecho algo y haremos mucho en los próximos meses.

Ao Grupo Barravento de Capoeira Angola e a meu mestre Goyano, ao Grupo de Capoeira Angola Kalunga e ao Guaraná, que me abriram para as reflexões anti-coloniais.

Às companheiras/os e professoras e professores da UnB, continuo o trabalho de aprender sempre e sinto que os saberes começam a madurar em mim, sou feliz de manter contato com muitas de vocês e inclusive com quem naquela época eu nem conhecia! E não esqueço que foi o Hilan quem pela primeira vez me recomendou vir a Floripa fazer mestrado.

E, finalmente, àquelas pessoas que estiveram próximas de nós em Floripa e fizeram nossa. Não há beleza que não tenha algo de humano. O povo do Margens uma vez mais, a galera do Seu Antônio: Bi, Dani, Julie, Lu, Pablo, Ritinha Karlinha, Paulo e Gi, tão queridas!

Nandu, por amizade da melhor.

Marcelo e Thaís, meus conterrâneos, por tantos dias divertidos, pelos filmes, pelas pizzas, pelas conversas sobre Derrida.

E a família do Tempero Nordestino, claro!

Na presença da mulher (...), os homens podem intercambiar poder e confirmar-se o valor um ao outro, ~~mesmo~~ (principalmente) em contextos de iniquidade de poder. A sexualidade feminina (...) não apenas facilita a relativa democratização que cresce com o capitalismo e o mercado, mas vai além – para os homens que ela permite que se enlacen – paliando brechas e fracassos.

(Eve Sedgwick, *Between men*, 1985:160, tradução, tachado e parênteses meus)

“los hombres y las mujeres no son todavía suficientemente diferentes en Birmania. Es la marca de una raza joven, como han demostrado los antropólogos (...). Las mujeres deben perder su libertad en interés de todos”

(Administrador colonial inglês, 1887-1891, citado por Arlette Gautier, *Mujeres y colonialismo*, 2005: 691)

No es accidental que a Martin Luther King o a Malcolm X los destruyeran en el momento de su carrera en el que (...) habían reemplazado el nacionalismo (negro) por la crítica del imperialismo; *lo que nos une a las luchas de liberación de mucha otra gente en el mundo*. Si no tenemos ese tipo de perspectiva global sobre nuestra realidad social, nunca seremos capaces de reinventar un movimiento revolucionario para la autodeterminación negra que no sea exclusivo y que no asuma algún tipo de nacionalidad patriarcal.

(bell hooks, *Third World Viewpoint entrevista a bell hooks*, 2003; cursivas do texto)

La desautorización del varón no recae sobre la actitud pasiva, sobre el aspecto por así decir social de feminidad. Lo contradice la observación, fácil de corroborar, de que tales hombres suelen exhibir una conducta masoquista hacia la mujer, una lisa y llana servidumbre. Los hombres solo se defienden de la pasividad frente al hombre, no de la pasividad en general.

(Sigmund Freud, *Análisis terminable e interminable*: s/d [1937] s/p)

RESUMO

Os estudos sobre os homens, o masculino ou as masculinidades surgiram ao longo da década de 1970 dentro de diferentes tendências do feminismo ou de sua área de influência. Os esforços de diálogo entre estas tendências são escassos, pretendendo esta dissertação se somar a eles. Dentre uma ampla lista de obras pertencente a estes estudos, foi selecionado um conjunto de textos que puderam ser agrupados em sete tradições, diferenciadas segundo a área acadêmica ou política, a língua e o campo de diálogo. Dentro de cada uma destas tradições, foi escolhida uma autora ou um autor cuja obra foi lida com particular atenção. As tradições e autoras escolhidas foram as que seguem: feminismo negro estadunidense (bell hooks), feminismo pós-estruturalista estadunidense (Eve Sedgwick), ciências humanas em língua inglesa (Raewyn Connell), ciências humanas em língua francesa (Daniel Welzer-Lang), ciências humanas em língua portuguesa (Rita Segato), ciências humanas em língua castelhana (José Olavarría) e psicanálise (Monique Schneider). Em cada um dos casos, procedeu-se a uma leitura das obras das autoras, procurando-se ressaltar a especificidade de cada pensamento, o modo como se inserem ou dialogam com a tradição feminista e alguns dos pontos que permitem uma comparação com outras autoras das tradições consideradas. Outras pensadoras e pensadores feministas, anti-coloniais e/ou pós-heideggerianos foram também lidos na medida em que enriqueciam as discussões dentro dos capítulos ou entre estes. No último capítulo, alguns aspectos coincidentes e divergentes entre diferentes textos foram aprofundados, aqueles relacionados à perspectiva histórica, ao espaço dito subjetivo dos homens e às concepções políticas no campo do gênero. O debate mais frutífero que se estabeleceu ao longo da dissertação ocorreu entre as autoras que se encontram dentro do paradigma do tráfico de mulheres (principalmente Sedgwick, Segato e também Robyn Wiegman) e aquelas dentro do pensamento anti-colonial (hooks, novamente Segato e Wiegman, Connell e também Angela Davis, Michele Wallace e Arlette Gautier), permitindo a emergência de uma hipótese compreensiva que articula os distintos modos de domínio da (hetero)sexualidade das mulheres às formas diferenciadas de exploração do trabalho que emergem com a expansão colonial e capitalista e que deram origem às configurações raciais, tal como exposto por Aníbal Quijano. Imbricadas as formas de opressão, também o estão as formas de resistência, tornando-se a luta pela liberação das mulheres uma forma de descolonização dos povos.

Palavras-chave: Homens, Tráfico de Mulheres, Anti-colonialismo.

ABSTRACT

The studies about men, masculine and masculinities appeared along the seventies within different tendencies of the feminism or of its area of influence. Efforts of dialogue between these different tendencies are still scarce, and this dissertation is intended to sum to them. Among a broad list of works on the subject, a set of texts was selected which could be grouped in seven traditions, according to academic or political area, language and dialogue field. Within each one of these traditions, an author was chosen and his or her work was read with particular attention. Traditions and authors chosen were the following: black North American feminism (bell hooks), post-structuralist North American feminism (Eve Sedgwick), human sciences in English (Raewyn Connell), human sciences in French (Daniel Welzer-Lang), human sciences in Portuguese (Rita Segato), human sciences in Spanish (José Olavarría) and psychoanalysis (Monique Schneider). Within each one of the cases, the authors' works were read and we tried to highlight the singularity of each thought, the way they are inserted in the feminist tradition and the points that allow a comparison with other authors who write about the traditions that were considered. In the last chapter, some coincident and divergent aspects between different texts were deepened. They were related to historical perspective, to the so called subjective space of men and to political notions in the field of gender. The most beneficial debate that happened along the dissertation was between the authors that are in the paradigm of traffic of women (Sedgwick and Segato, mainly) and those in the anticolonial thinking (hooks, Segato again, Connell and also Angela Davis, Michele Wallace and Arlette Gautier), allowing the emergency of a comprehensive hypothesis that articulates the control of women (hetero)sexuality to the racially differentiated forms of work exploitation in the modernity/coloniality, as exposed by Aníbal Quijano.

Key words: Men, Traffic of Women, Anticolonialism.

LISTA DE SIGLAS DE OBRAS

BM	<i>Between men. English literature and male homosocial desire</i>
EEV	<i>Las Estructuras Elementales de la Violencia. Ensayos sobre género entre la Antropología, el Psicoanálisis y los Derechos Humanos.</i>
GM	<i>Genealogía de lo masculino</i>
HAC	<i>Les hommes aussi changent...</i>
MA	<i>Masculinities</i>
WRC	<i>We Real Cool: Black Men and Masculinity</i>

LISTA DE SIGLAS DE EXPRESSÕES

EHMM	Estudos sobre os homens, as masculinidades e o masculino
HMM	Os homens, as masculinidades e o masculino
LGBT	Lésbico, gay, bissexual e transgênero
MH	Masculinidade hegemônica

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO	15
0.1. O feminismo	20
0.2. O pensamento anti-colonial	23
0.3. O pensamento pós-heideggeriano.....	28
0.4. Estrutura da dissertação	32
0.5. Algumas palavras, ainda	35
1. FEMINISMO <i>black</i> ESTADOUNIDENSE. bell hooks e o imperialismo-patriarcal	38
1.1. O pensamento feminista negro e <i>chicano</i> e os homens.....	39
1.2. bell hooks	43
1.3. <i>We Real Cool: Black Men and Masculinity</i> (WRC, 2004)	45
1.4. Dois outros pontos sobre os homens (e sobre o feminismo).....	52
1.5. Considerações.....	53
2. FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA ESTADUNIDENSE. Eve Sedgwick: historicização do tráfico de mulheres e capitalismo	55
2.1. Gayle Rubin e o tráfico de mulheres.....	58
2.2. Eve Sedgwick.....	59
2.2.1. <i>Between men. English literature and male homosocial desire</i> (BM, 1985)...	60
2.2.1.1. <i>The country wife: “amar para ter rivais em uma mulher”</i>	62
2.2.1.2. <i>Confessions</i> . A literatura gótica e a emergência da homofobia.....	64
2.2.1.3. “A man’s home is his castle” e “The Angel in the house”. O homem e a mulher vitorianas.....	66
2.2.1.4. Homofobia e império	70
2.3. O paradigma do tráfico e a raça, a masculinidade sem homens <i>queer</i>	71
2.4. Considerações.....	72
3. CIÊNCIAS HUMANAS ALGO-SAXÃS. Raewyn Connell e as masculinidades plurais	75
3.1. Raewyn Connell e <i>Masculinities</i>	76
3.1.1. O pensamento sobre os homens e as masculinidades no século XX.....	78
3.1.1.1. A psicanálise e alguns de seus desenvolvimentos.....	79
3.1.1.2. As novas ciências sociais	80
3.1.1.3. Conhecimento político.....	81
3.1.2. A compreensão da masculinidade em Connell	81
3.1.3. O momento contemporâneo do gênero: violência e a tendência às crises..	84
3.1.4. Os estudos empíricos.	85
3.1.5. A história e a política da masculinidade.....	87
3.1.6. A prática e a utopia.	89
3.2. Considerações.....	91
4. CIÊNCIAS HUMANAS EM LÍNGUA FRANCESA. Daniel Welzer-Lang e a casa dos homens	93
4.1. Daniel Welzer-Lang e <i>Les hommes aussi changent</i>	94
4.1.1. As relações sociais de sexo.....	95
4.1.2. Godelier: a casa dos homens, os segredos e as violências	97
4.1.3. Welzer-Lang: a casa dos homens e as violências	100
4.1.4. Pierre Bourdieu e ruptura epistemológica com o androcentrismo.....	101
4.1.5. O duplo padrão assimétrico: Violência, limpeza e ordem	102

4.1.6. Sexualidades masculinas contemporâneas	104
4.1.7. Casa dos homens, homofobia e violência	106
4.1.8. Os homens mudam?...	107
4.2. Considerações.....	109
5. PSICANÁLISE. Monique Schneider – paternidade e historicidade	110
5.1. Monique Schneider e a genealogia do masculino	112
5.1.1. Duas lógicas: a anatômica e a histórica	114
5.1.2. O sensível e o espiritual	115
5.1.3 A paternidade.....	117
5.1.4. O masculino para além do paterno	124
5.2. Joel Birman, Judith Butler e a historicização da psicanálise	128
5.3. Considerações.....	129
6. CIÊNCIAS HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA. Rita Segato e as estruturas elementares da violência	130
6.1. Rita Segato e <i>Las estructuras elementales de la violencia</i> (EEV)	132
6.1.1. Etnografia e suspeita	134
6.1.2. Los ejes de la violencia	136
6.1.3. O feminicídio de Ciudad Juárez e a violência moral.....	140
6.1.4. O Xangô de Recife, subversão da hierarquia após a ruína do patriarcado	142
6.1.4.1. A escravidão e a cultura Ioruba não escravizada	147
6.2. Considerações.....	149
7. CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. José Olavarriá. A voz dos homens chilenos	152
7.1. José Olavarriá	154
7.2. A família chilena entre finais do século XIX e inícios do XXI.....	155
7.3. Os homens chilenos do entre-século XX e XXI. “Apesar de tudo, um mesmo modelo” de masculinidade	159
7.3.1. Os três mandatos do referente da masculinidade: a (hetero)sexualidade, o trabalho e a paternidade	161
7.3.2. Homens diferentes, mesmo referente.....	165
7.4. Considerações.....	167
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
8.1. História	172
8.1.1. A história mítica	173
8.1.2. A história no que hoje se denomina Europa e na expansão moderno/colonial	176
8.1.3. A história pré-moderna, a moderno/colonial e a história mítica	183
8.2. Os homens: um interior povoado	185
8.2.1. O masculino, os homens e o reconhecimento	185
8.2.2. Violência entre homens e intimidade.....	187
8.2.3. Mal-estar, violência e dominação. E trabalho doméstico.	188
8.3. Homens e políticas feministas.....	191
8.3.1. Os homens e as mulheres	191
8.3.2. Intersecção entre lutas.....	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198

0. INTRODUÇÃO

O feminismo me atravessou em um momento preciso, o da palestra *Identidade sexual e construção de gênero*, proferida pela historiadora Tânia Navarro-Swain, no encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no ano de 2000, em Brasília. Fiquei tocado, tomado pela evidência do quanto toda minha vida – e a de todos os homens – era dependente de outros homens, de sua aprovação e reconhecimento. Alcancei também a compreender algo que me incomodava profundamente havia alguns anos: a instrumentalização e o descaso com os quais as mulheres são tratadas pelos homens correspondem à importância que elas adquirem neste jogo de aprovações, de rivalidades e alianças (eu pensava nas namoradas e *ficantes* de amigos e conhecidos de diferentes lugares do mundo, mas também nas mães de muitas/os amigas/os que tiveram de criá-las/os praticamente sozinhas, dado o interesse escasso ou nulo que os pais tinham por suas/seus filhas/os).

A importância deste primeiro momento se encontra em que, para além de me trazer ao feminismo¹, ele também me posicionou dentro de um determinado feminismo: embora não soubesse até então quais eram as tendências internas do movimento, foi clara a percepção de que um violento jogo de reconhecimento entre homens comandava as relações entre homens e mulheres e demandava a dominação destas ao interesse daqueles. Sem muita dificuldade, é possível assimilar esta percepção àquela tendência feminista que nesta dissertação será denominada com uma expressão sintética e informal de Eve Sedgwick: “paradigma do tráfico de mulheres” (1985: 18).

Os primeiros textos sobre homens com os que me depararia, alguns meses após este encontro epifânico, um de Rita Segato (1999) e outro de Hilan Bensusan (2004 [2002]), confirmariam esta minha percepção. Porém, rapidamente me dei conta de que não era essa a tendência majoritária no que denominarei nesta dissertação estudos sobre os homens, as masculinidades e/ou o masculino (EHMM)². No Brasil, como nos outros países da América Latina, os EHMM se encontram dentro do que também informalmente designarei

¹ Compreendendo o feminismo *latu sensu*, ou seja, como um campo político aberto por lutas feministas, é um fato a inserção dos homens neste, visto não ser desdenhável o número de homens que hoje trabalham em temas relacionados à violência contra as mulheres ou à saúde sexual e reprodutiva. No entanto, a inserção dos homens no feminismo enquanto movimento político é um assunto que vêm sendo debatido por muitas instituições e coletivos, encontrando-se em um extremo uma posição que pretende não haver distinção entre as/os feministas e outra que acredita em uma relativa separação.

² Como será explicitado abaixo, a razão desta longa denominação refere-se à necessidade de nela incluir diferentes tradições de pensamento. Considero, ainda, que os EHMM constituem um sub-campo dos estudos feministas.

como “paradigma das masculinidades”, fortemente influenciado pelos *men’s studies* ou *masculinities studies*, desenvolvidos nos anos 70 e 80 em diferentes países anglo-saxões. Neste paradigma há uma importância acentuada às diferenças entre homens ou, o que vem a ser o mesmo, à pluralidade das masculinidades³. Esta preocupação é consoante com uma perspectiva feminista que impugna a desnaturalização e a essencialização de gênero, as quais fixariam homens e mulheres dentro de uma ordem binária que não daria conta das diferenças existente entre os distintos seres humanos e seus laços sociais.

Embora esta preocupação seja legítima e necessária, é com muita frequência exagerada a ponto de que generalizações plausíveis e comedidas a respeito dos homens ou das mulheres serem tidas como essencialistas e, ato seguido, descartadas. Isto afetou minhas relações com os EHMM, dado minhas preocupações tenderam desde seus inícios à excepcional monotonia em que o jogo de reconhecimento entre homens estrutura a lógica de gênero nos mais diferentes contextos sociais, culturais e históricos. De modo a delinear como minha tensa presença dentro dos EHMM determinou a escrita desta dissertação, gostaria de retratar algumas das cenas em que esta preocupação desmedida com respeito à pluralidade das masculinidades (e feminilidades) afeta os EHMM em nossos países. Ambas cenas ocorreram no III Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades, celebrado em dezembro de 2008, em Medelim, e são indicativas de uma resistência improdutiva, possível de ser atribuída a muitos dos e das pesquisadoras que se encontram dentro do paradigma da masculinidades.

Na primeira destas cenas, duas psicólogas mexicanas, María Alicia Moreno e María Victoria Alvarado, apresentam o resultado de uma pesquisa com crianças de seis anos cujo resultado mostra que os meninos têm já a esta idade interiorizadas a importância do uso da força, do interesse próprio e da rebeldia, enquanto as meninas incorporaram a obediência, a resiliência e a preocupação por outrem. O que para mim era algo não apenas plausível, como esperado, foi recebido pelas outras pesquisadoras e pesquisadores que assistiam à mesa com uma atitude de clara desconfiança: as perguntas direcionadas às autoras do trabalho procuravam indagar se elas não estariam perdendo de vista diferenças importantes entre as crianças. Em suas respostas, Moreno e Alvarado não apenas reafirmaram a segurança nos resultados de sua pesquisa, como também expuseram que esta apenas

³ Em todos os EHMM, não apenas no paradigma das masculinidades, há um esforço por separar os homens do masculino ou da masculinidade. No entanto, esta separação não é alcançada de modo puro por nenhum dos textos revisados e tampouco pretenderei alcançá-la: *até agora*, de uma forma ou outra, os homens e o masculino, assim como as mulheres e o feminino, terminam sempre por imbricar-se, mesmo nas mais elaboradas análises.

confirmou uma percepção já amadurecida na prática clínica de ambas, a qual as tinha confrontado à homogeneidade com a qual meninos acatam intimamente valores relativos ao domínio e à independência, enquanto as meninas à subserviência, conformando o que denominam de “complementariedade inequitativa”.

A segunda cena acontece após as conferências de duas professoras alheias ao paradigma das masculinidades, a estadunidense Judith Halberstam e a francesa Pascale Molinier. Embora ambas conferências tratassem sobre masculinidades das mulheres e o espaço reservado aos homens em suas análises tivesse sido pequeno, um dos maiores expoentes dos EHMM na América Latina tomou a palavra para mostrar incredulidade para o que sobre os homens as autoras tinham falado, argumentando que os homens que ele pesquisa em seu país não se pareciam aos que elas tinham exposto. Incomodado com o que julguei ser uma atitude desrespeitosa por parte do pesquisador, aproximei-me e lhe perguntei qual era exatamente o problema que ele via nas obras das mulheres, ao que me respondeu que nos encontrávamos em um momento de concertação política e não de radicalismo e que carecia de propósito a perspectiva absolutamente crítica que as autoras destinavam aos homens⁴. Esta resposta do pesquisador não condizia de forma alguma com o que eu e outras pessoas próximas conversamos pouco tempo depois: em suas referências aos homens, as conferencistas não tinham, de forma alguma, excedido em suas críticas.

Ambos eventos são indicativos de três características que considero fundamentais dentro dos EHMM de nosso continente.

Em primeiro lugar, as intervenções tanto do pesquisador, como das/os assistentes, indicam que a maioria dos e das pesquisadoras dentro dos EHMM se encontram dentro do “paradigma das masculinidades”. O trabalho das duas psicólogas mexicanas, junto aos das conferencistas estadunidense e francesa, evidenciavam que há outras perspectivas para além da das masculinidades.

Em segundo lugar, as recepções dos trabalhos de Molenier, Halberstam e Moreno e Alvarado denotam que o paradigma das masculinidades recebe as outras tendências como se de ruídos tratassem, que produzem incredulidade ou recusa, mas não uma reflexão sobre os próprios limites. Este paradigma parece conhecer muito pouco fora de si mesmo, sua

⁴ O que era um equívoco do mencionado especialista. Todas as pessoas que presenciaram as palestras e com quem pude conversar concordam que não houve em nenhuma delas uma exagerada crítica aos homens.

absorção de outras teorias feministas é usualmente pouco profunda e lateral, sendo outras tendências de pensamento sobre os homens praticamente desconhecidas⁵.

Final e conseqüentemente, o grave impacto que os dois pontos anteriores supõem: ao privilegiar-se a diferença entre as masculinidades e desconhecer ou não ser capaz de perceber outras perspectivas teóricas disponíveis, se minimiza ou se ignora a conseqüência mais grave das relações de gênero: a dominação, a exploração e a opressão que os homens exercem sobre as mulheres nos mais diferentes contextos históricos e culturais. Os assistentes à apresentação do trabalho de Moreno e Alvarado foram insensíveis às evidências empíricas que elas trouxeram a respeito do modo em que a estrutura de dominação é reproduzida com sucesso já nos primeiros anos de vida das pessoas, da mesma forma que o pesquisador que se levantou contra Halberstam e Molinier foi negativamente sensível a uma mínima generalização a respeito dos homens.

Presenciei e participei de muitos eventos semelhantes a estes nos últimos três anos e não foram poucas as dificuldades e a dor que me provocaram. As idéias de cada pessoa se confundem com sua existência, se impõem a nós como evidências cognitivas e existenciais. O mundo se encarrega de pressionar-nos e nós, como nossas idéias, cedemos, resistimos e/ou nos transformamos. Porém, em alguns casos, a resistência prevalece em condições adversas e tal foi o que aconteceu comigo dentro dos EHMM. Durante este período prolongado, minhas idéias mais caras foram constantemente rebatidas ou mesmo hostilizadas, o que provocou uma frustração continuada. Houve, no entanto, algumas vezes amigas e estas me permitiram elaborar esta dissertação, cujo objetivo principal, ao menos em seus inícios, passou a ser o de contribuir, provocar ou mesmo exigir uma abertura dos EHMM.

Dentro deste quadro, começa a rondar-me a idéia de realizar no mestrado um estudo comparativo entre os dois paradigmas até aqui mencionados: o das masculinidades e o do tráfico, com o objetivo de evidenciar que este último não poderia ser simplesmente descartado como binário ou essencialista, pois suas preocupações estruturais nunca foram rivais de observações empíricas atentas às singularidades das mais diferentes situações sociais. No entanto, minhas leituras dentro dos EHMM nos últimos dois ou três anos evidenciaram que havia muitos outros textos que se encontravam afastados ou

⁵ Em minhas discussões pude constatar que muitíssimas/os poucos pesquisadores sequer tinham ouvido falar de autoras como Eve Sedgwick, René Girard, Michelle Wallace, Rita Segato, Robyn Wiegman ou Monique Schneider. Uma crítica aos limites da leitura feminista no paradigma das masculinidades se encontrará no terceiro capítulo desta dissertação, dedicado à australiana Raewyn Connell.

completamente alheios àqueles dois paradigmas. De fato, a preocupação explícita sobre os homens, o masculino e as masculinidades (HMM) parece emergir na década de 1970 de modo simultâneo e independente em diferentes correntes feministas, sendo que os esforços por realizar leituras comparativas, como os de Norma Fuller (1998), Segato (1999), Robyn Wiegman (2002), Raewyn Connell (2003) ou Mara Viveros (2008), embora muito valiosos, não parecem ter redundado em continuidade ou réplicas de outrem.

A enorme riqueza dos textos não pertencentes aos paradigmas identificados anteriormente impôs uma pesquisa mais ampla. No entanto, ao se multiplicarem as tradições estudadas, mais difícil se fez oferecer uma perspectiva comparativa sem limitar a leitura de cada tradição. Assim, a perspectiva comparativa, inicialmente privilegiada, cedeu seu lugar quase completamente a outra que poderíamos denominar panorâmica, que privilegia a exposição dos textos pertencentes a cada tradição em sua singularidade, sendo a comparação permitida quando as semelhanças ou desavenças se tornaram incontornáveis. Em um último capítulo, programou-se, haveria um ensaio que esboçaria alguns pontos em comuns entre as diferentes tradições, sem predeterminar quais seriam estes pontos.

Assim, há aproximadamente seis meses, esta dissertação entrou em seu processo de escrita com a intenção de oferecer uma leitura panorâmica, porém também profunda, das tradições feministas (ou de sua zona de influência) que se debruçaram sobre os homens, o masculino ou a masculinidade. Seu objetivo continuou sendo o de confrontar o paradigma das masculinidades a ter uma maior consciência de seus limites e abrir um espaço dentro dos EHMM para o paradigma do tráfico de mulheres, mas também passou a ser o de abrir-se a outras tradições relativamente desconhecidas e das influências transformativas que elas poderiam trazer. No quarto ponto desta introdução, voltarei sobre o modo em que foi organizada a leitura destas diferentes tradições, antes se faz necessário abrir um espaço para o âmbito político e de pensamento mais amplo no qual esta dissertação caminhou.

Como bem o sabemos, o pensamento sobre HMM não se restringe a si mesmo. Ele interage com o campo em que se encontra⁶: o dos estudos feministas ou de gênero, em suas diferentes vertentes. Estes, por sua vez, encontram-se dentro das humanidades. As leituras

⁶ Alguns desenvolvimentos sobre HMM, como os psicanalíticos ou os de disciplinas das ciências humanas, não se encontram dentro dos estudos feministas, mas de uma forma ou outra são por ele afetados. O fato de Freud ter sido o tradutor ao alemão de *The Subjection of Women* de John Stuart Mill ou de Lacan ter realizado o Seminário XX após o avanço de teorias feministas são apenas alguns dos indicativos da influência ou pressão do feminismo sobre o pensamento psicanalítico. Os trabalhos do sociólogo Pierre Bourdieu (1996) ou do psicólogo Sócrates Nolasco (2001) são exemplos de autores das humanidades que se debruçaram sobre HMM fora do feminismo, mas em diálogo ou em resposta a este.

dentro dos EHMM feitas para esta dissertação levaram-na a três campos de diálogo preferenciais: o feminismo, especialmente aquele próximo ao paradigma do tráfico de mulheres e o próximo aos estudos anti-coloniais; os estudos anti-coloniais, especialmente os latinos e afro-americanos, e a filosofia pós-heideggeriana. Faz-se necessário apresentá-los por constituírem uma fonte de apoio constante desta dissertação, perceptível em quase todo seu corpo, embora nem sempre de modo transparente.

É importante considerar dois aspectos. Primeiramente, que a pesquisa não partiu destes campos, mas se encontrou com eles. Foi o próprio processo investigativo dentro dos EHMM que demandou o estreitamento dos laços, não sem algumas surpresas para as expectativas iniciais. Assim, estes três campos de estudos encontram-se mais próximos dos resultados da pesquisa que das suas bases. Todavia, por se transformarem no esqueleto desta dissertação, sua apresentação permitirá à leitora ou ao leitor aceder com maior facilidade à lógica interna do texto. Em segundo lugar, gostaria de prevenir que não há aqui o objetivo de fazer uma síntese entre os três campos, nem sequer o de encontrar aqueles elementos que fossem comuns ao trio. Compreendo que cada campo provém de uma tradição diferenciada, o que os coloca em planos heterogêneos, embora haja possibilidades de intercomunicação, como o demonstra o fato de alguns autores/as se encontrarem em mais de uma destas áreas. Cada um dos campos atua sobre a dissertação de uma determinada maneira, imprimindo-lhe um selo cujas conseqüências não sou capaz de rastreá-las em sua totalidade. A apresentação abaixo se limitará aos pontos elementares.

0.1. O feminismo

O feminismo, compreendido *latu sensu*, confunde-se com as resistências que as mulheres impuseram à sua dominação por parte dos homens, a qual, segundo investigações históricas e antropológicas, tende à universalidade. Em um sentido mais estrito, o feminismo está circunscrito comumente ao mundo moderno/colonial, sendo que suas primeiras manifestações massivas ocorrem no século XIX, nas lutas pelo voto e pelo acesso ao espaço público por parte das mulheres. Cumpridos estes objetivos, formalizados em modificações legislativas que ocorrem nos países ocidentalizados na primeira metade do séc. XX, há uma desaceleração do movimento, que será revertida na década de 1970, na medida em que se faz cada vez mais evidente que a igualdade prática não veio da formal. A partir de então, há uma progressiva expansão do movimento, um aprofundamento teórico e político e uma diversificação de suas propostas. Em um dos extremos – nunca

puros – um feminismo institucionalizado alcançou colocar na agenda internacional a especificidade dos direitos das mulheres, especialmente aqueles relativos a uma vida sem qualquer tipo de violência, a um exercício pleno da vida pública e à saúde sexual e reprodutiva. No outro extremo, o frequentemente auto-denominado “feminismo radical” propugna uma completa transformação das formas de vida afetivo-sexual e política, clamando por um rompimento com a política formal e pela criação de vínculos não patriarcais⁷.

O feminismo teórico, ainda quando relativamente afastado dos movimentos sociais, compartilha preocupações próximas destes. Na via de Simone de Beauvoir, fortaleceram-se diferentes tendências teóricas que retiram a dominação exercida sobre as mulheres do campo da natureza ou do econômico e passam a compreendê-la mediante uma lógica própria, que embora presente em quase todas as culturas conhecidas, não deixa, por isto, de ter um matiz fortemente social⁸, sendo passível de transformação. A tradição francesa⁹ das ciências sociais mostra, com progressiva contundência, que não há a possibilidade de compreensão das mulheres ou dos homens sem uma referência mútua e sem a consideração de um padrão de dominação que se encontra em relação, porém sem se subjugar, à ordem capitalista. A dominação sobre as mulheres permitiu aos homens se apropriarem do produto de seu trabalho, de seu corpo, de sua reprodução e do que, em uma tradição mais próxima à anglo-saxã, Rita Segato denomina “mais-valia simbólica” (2004a), que lhes permitem afirmar-se enquanto homens. Com base nestas discussões, no final da década de 1970, Monique Wittig (2005 [1978]) dará um passo fundamental, postulando a lésbica como não sendo mulher, ao menos no plano de suas relações individuais, dado que foge à relação de propriedade que constitui homens e mulheres, embora não escape à dominação coletiva.

Nos Estados Unidos, em uma discussão também com o marxismo, mas mais próxima à psicanálise e à antropologia estrutural, Gayle Rubin (1986 [1975]) alcança reflexões próximas às de Wittig, na medida em que condiciona os status de mulher e homem a um sistema que prima pelo domínio do segundo. Em um giro de importância

⁷ Sobre o feminismo institucional, ver Virgínia Vargas (2008), sobre o radical, Jules Falquet (2009)

⁸ Embora o feminismo pós-estruturalista tenha mesmo assimilado a natureza como indissociável do social, para muitas feministas se mantém a compreensão da natureza como predeterminando parte importante do modo de ser da mulher ou do homem, sem que isto implique a necessidade da dominação destes últimos.

⁹ Revisões importantes da tradição francesa se encontram em Wittig, 2005, Jules Falquet, 2009 e Welzer-Lang, 2004 e serão em parte mencionadas na discussão sobre este último nesta dissertação (cap. IV). Ver revisões equivalentes da tradição em língua inglesa em Sedgwick 1985 (cap.II), Butler 2001 e Segato, 2003 (cap. VII).

fundamental, Rubin evidencia como a troca de mulheres estabelecida por Claude Lévi-Strauss conforma o trauma edípico freudiano, enfatizando a violência sobre as mulheres – e sobre as crianças – que a psicanálise e a antropologia estrutural minimizaram. A troca de mulheres, que ela passa a denominar tráfico, dentro de sua funcionalidade num pacto entre homens, implica não apenas a submissão da mulher, como também a construção das categorias mulher e homem, assim como da heterossexualidade. A emergência social de cada ser humano acontece dentro do Édipo, justamente porque o rígido recorte de gênero e da sexualidade não ocorreria sem que o indivíduo assuma grandes perdas, inevitavelmente traumáticas. Estas teriam conseqüências mais graves para as mulheres, pois têm de renunciar ao sexo do primeiro objeto de amor e se verem relegadas a uma posição social inferiorizada.

As reflexões de Rubin e Wittig serão cruciais para o feminismo como um todo, por questionarem a própria compreensão da mulher e do homem enquanto categorias dadas e por conferirem centralidade à luta por formas de parentesco que não se deixem subsumir à heteronormatividade. Neste mesmo sentido, elas também serão importantíssimas para as discussões do feminismo anti-colonial, uma vez que uma das estratégias principais da modernidade/colonialidade é a nuclearização familiar em detrimento de formas de parentesco e solidariedade menos opressivas.

Que se tenha conseguido tanto na França como nos Estados Unidos elaborar uma teoria da dominação sobre as mulheres não atrelada à teoria de classes não implica que se tenha resolvido o problema da progressiva nuclearização familiar que ocorre na Europa e em parte de suas colônias, desde o início da expansão capitalista. Sedgwick (1985) pontua que a historicização do paradigma do tráfico de mulheres faz-se necessária, sem que tenhamos que modificá-lo em seu núcleo fundamental (bi-partição da humanidade em gênero masculino e feminino, heteronormatividade e afiançamento de laços entre homens mediante mulheres). Segundo o apontado por ela e outras autoras, o capitalismo não teria como se erguer sem um controle da capacidade reprodutiva das mulheres, de seu trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e, tampouco, do uso simbólico que sua dominação tem na relação entre homens capitalistas e homens trabalhadores explorados. As especificidades das relações de gênero no capitalismo, especialmente as referidas nuclearização familiar e a reclusão da mulher ao privado, dista de formas concretas de

relações de gênero de séculos anteriores na Europa, mas tem antecedentes em outros períodos históricos e em outras culturas¹⁰.

Uma última questão de primeira importância no feminismo foi posta por teóricas não-brancas, em reação à homogeneização do sujeito feminista em torno das preocupações das mulheres brancas de classe média. Apesar da tendência à universalidade da dominação das mulheres, esta se dá de modo diferente, a ponto de que as reivindicações concretas de um determinado grupo possam não ter sentido para outros¹¹. O pensamento feminista anti-colonial desenvolverá ainda mais estas primeiras colocações, como veremos abaixo.

Finalmente, importa dizer que o pensamento sobre os homens está presente na teoria feminista desde seu início. *O segundo sexo* já trazia reflexões sobre homens e muitas obras clássicas feministas, como *The straight mind* ou *Tráfico de mulheres*, parecem por vezes tratar mais sobre os homens que sobre mulheres, apesar de não serem assim lidas sequer pela tradição feminista. No entanto, desde finais da década de 1970, com o feminismo negro e chicano nos EUA, com o trabalho de Nicole-Claude Mathieu na França, e nos anos oitenta com os estudos pós-estruturalistas e os estudos sobre masculinidades, os homens se transformaram em um campo específico dentro dos estudos de gênero. É a este momento que esta pesquisa se dedica, trazendo também a foco a reflexão psicanalítica sobre os homens, um campo de estudos à parte, embora não alheio ao feminismo.

0.2. O pensamento anti-colonial

De modo semelhante ao feminismo, o anti ou des-colonialismo, em sentido amplo, emerge como a resistência à opressão do colonialismo. Os debates intelectuais começariam com Bartolomé de las Casas e prosseguem de modo intermitente através de pensadores indígenas, mestiços ou brancos, mas é em finais do séc. XIX e na primeira metade do XX, uma vez alcançados o fim da escravidão e a independência formal dos países americanos, que este pensamento se amplia, na maioria das vezes, associado ao marxismo. Emerge então o pensamento ensaístico, político e frequentemente artístico de pensadores latino e afro-americanos, como o ex-escravizado Frederick Douglass, José Carlos Mariátegui, W.E.B. du Bois ou Aimé Césaire. As questões por eles expostas são ainda as que ocupam este pensamento. Em primeiro lugar, a denúncia do cinismo genocida da modernidade

¹⁰ Sobre as relações entre capitalismo e dominação das mulheres, ver as mencionadas obras de Sedgwick e Wittig, assim como Butler (2000). Para uma conceitualização da vida familiar francesa prévia à expansão do capital, ver Georges Duby (1992 e 1998) y Louis-George Tin (2008).

¹¹ Estas questões serão expostas no capítulo I, a partir das obras de bell hooks e Angela Davis.

européia. A superioridade moral, econômica, intelectual, étnica, racial e religiosa do continente alcançou-se mediante toda sorte de violências cujos danos existenciais aos povos submetidos superam a pilhagem material de seus territórios¹². Em um segundo lugar, trata-se de evidenciar as possibilidades de vida plena de todos os grupos humanos, para além do mundo moderno/colonial. Desta forma, mesmo se inseridos em uma perspectiva marxista, estes autores não hesitaram em apontar a cegueira do socialismo para com a viabilidade humana – em todas as dimensões imprevistas da expressão – para além da Europa e sua mão-de-obra assalariada redentora.

Na segunda metade do século, emergem na América Latina diferentes correntes de pensamento que se mantêm ligadas ao marxismo e àqueles primeiros pensadores anti-coloniais: a teologia e a filosofia da libertação, uma teologia feminista, a pedagogia do oprimido, o indigenismo, o pensamento afro-brasileiro de Alberto Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento e a teoria da dependência foram algumas de suas correntes mais sólidas. A partir da década de 1970 emergirá, de modo crescente, o pensamento de mulheres que trarão algumas das bandeiras feministas para dentro do anti-colonialismo¹³.

Dentro deste panorama, dois autores contemporâneos encarnam o que poderíamos compreender como os dois extremos deste campo. Por um lado, o argentino Walter Dignolo realiza uma exegese a respeito do que poderíamos denominar *outras histórias* do colonialismo, que abarca o pensamento de autoras e de autores que, ao longo de toda a história da colonização e de toda a sua área geográfica, demarcaram um pensamento local, específico, a respeito de uma forma de vida que resiste à violência moderna/colonial.

No outro extremo, pelo qual começaremos, o peruano Aníbal Quijano desenvolve a *outra história*, que não a da Europa cristã, moderna e racional, mas a colonial¹⁴. Para este autor (2000), América é o primeiro “espaço/tempo” do padrão de poder colonial, hoje mundializado. Para tal, foi necessário que dois processos históricos heterogêneos se conjugassem e se fortalecessem mutuamente. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados pela idéia de raça, classificação identitária legitimadora das relações de exploração do trabalho impostas pelos conquistadores,

¹² Estes autores foram contemporâneos das lutas de libertação africanas, ferozmente combatidas pelos europeus que utilizavam como tática de guerra, dentre outras ações, o extermínio de povoados inteiros, o armamento de civis europeus ou a tortura preventiva (Fanon, 2003).

¹³ Importa recordar que a partir dos anos oitenta alcança difusão significativa um pensamento produzido por teóricos de ex-colônias inglesas. Estes autores foram denominados como pós-coloniais e se encontram dentro do espectro aqui analisado, embora não seja possível detalhar sua importância.

¹⁴ Os dois extremos não são mais que ideais, sendo que ambos os autores têm uma ampla obra relativa a ambos os lados.

primeiro na América e posteriormente em todo o globo¹⁵. Por outro lado, “la articulación de todas las formas históricas de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos, en torno del capital y del mercado mundial” (*ibid.*: 202).

Assim, sua crítica não é dedicada apenas ao liberalismo europeu, mas também à proposta hegemônica de Marx – com cujo trabalho o seu se encontra em parcial continuidade – segundo a qual o desenvolvimento capitalista levaria inexoravelmente à polarização entre as duas classes fundamentais. Quijano compreende, no entanto, que há momentos importantes nas obras de Marx, sobretudo os relacionados a pesquisas históricas, em que este desenvolvimento é contradito. Destes, importa aqui considerar dois: o primeiro emerge em *O 18 Brumário*, onde se evidencia o modo em que na sociedade francesa de então co-existiam, junto à assalariada, várias formas de exploração do trabalho, todas articuladas ao domínio do capital, configurando “la diferenciación entre capital (relación entre capital y salario) y capitalismo (relaciones heterogéneas entre capital y todas las demás formas de trabajo)” (Quijano, 2007: 360).

O segundo emerge no diálogo de Marx, ao final de sua vida, com os/as populistas russos, que o teriam convencido de que a história não poderia ser compreendida de modo linear, mas que seria constituída por forças históricas heterogêneas que, mesmo quando se organizassem mediante um mesmo padrão de poder, não lhe responderiam da mesma maneira, nem sem conflitos. No entanto, Marx já não teria tido tempo para dar o salto epistemológico que esta nova concepção histórica requeria (Quijano, 2007: 360).

Desta forma, Quijano considera necessária uma compreensão radicalmente histórica das lutas sociais, as quais configuram as estruturas antes que o contrário. É neste sentido que ele pôde trazer a categoria de raça, alheia às correntes hegemônicas marxistas, como uma das figuras centrais do que denomina colonialidade de poder, ou seja, o padrão de poder imposto pela Europa (ou pelas elites brancas dos países independentes) sobre os não-europeus. A classificação e a hierarquização da população mundial – primeiramente a indígena, a negra e a européia (depois branca), posteriormente as de outras zonas geográficas – permitiu, ou justificou, o estabelecimento de diferentes formas de exploração do trabalho: à indígena coube a vassalagem ou a servidão, à negra, a escravidão, e à branca, a assalariada. O capitalismo emerge, então, articulando todas estas formas de trabalho em benefício de uma acumulação de riquezas – minerais e vegetais – sem

¹⁵ Segundo Quijano, raça teria se transformado no principal critério de classificação mundial, superando inclusive o que ele denomina “*intersexual o de género*” (*ibid.*: 203).

precedentes, o que permitiu à Europa impor-se comercialmente ao Oriente e expandir sua influência comercial, militar e sua racionalidade moderna/colonial a todo o globo¹⁶.

Outro ponto fundamental para as Américas é o fato de que a descolonização de nossos países no séc. XIX não implicou o fim da influência colonizadora. As elites brancas européias estabeleceram laços com as das ex-colônias, situação que desde Lênin se denomina imperialismo (1985), que prorroga o padrão de poder anterior (1992: 11). A colonialidade do poder é, assim, aquele caráter que permanece após a colonização, razão pela qual as políticas européias sobre as populações das colônias, estabelecida a partir do séc. XVIII nos outros continentes, não diferirá da que a elite branca estabeleceu, nas Américas, sobre as populações não-brancas.

A adoção do modelo de Estado-nação em nosso continente, em si um produto da colonialidade do poder, trará conseqüências severas para as populações não brancas. Na Europa, a configuração do Estado-nação, mesmo quando albergava a exploração da mão-de-obra assalariada, promoveu um mercado interno que incorporou praticamente toda a população. Nas Américas, a concepção de raça excluiu já de início as populações não brancas do Estado¹⁷. Naqueles países onde a população era branca em um número muito superior: Canadá, Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Chile, houve uma preocupação de estender uma cidadania a toda população, o que implicou a criação de uma produção e de um mercado interno. Nos países onde as populações indígenas e negras eram significativas, sua desconsideração limitou o incentivo da produção interna apenas à parte branca. E a importação de produtos europeus para a satisfação das elites se valeu da venda de produtos tropicais, mediante trabalhos em regimes de vassalagem ou semi-escravidão de indígenas e negros, mas também de brancos.

Dentro deste marco histórico amplo se inscreve o trabalho exegeta do argentino Mignolo (2003), que percorre os quinhentos anos de colonialismo, de Bartolomé de las Casas a Gloria Anzaldúa, recopilando histórias locais cujas diferenças epistêmicas e

¹⁶ A tendência ao acirramento da bipolaridade de classes não teria mais sentido aqui, persistindo inclusive hoje diferentes formas históricas de exploração do trabalho. Isto não implica, para Quijano, a ausência de classes. Estas, no entanto, estabelecem-se em função das disputas entre todos os campos da existência social, que ele considera serem cinco: o trabalho e seus produtos; a natureza e seus recursos; o sexo, seus produtos e a reprodução; a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, incluído o conhecimento; e a autoridade e seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar um determinado padrão de relações (2007: 345).

¹⁷ Convém também recordar que, à exceção da haitiana, as revoluções de independência foram organizadas pelas elites, razão pela qual inicialmente sequer se propulsou uma concepção de nação entre a população. Esta viria a partir da década de 1930, em parte porque a crise econômica impediu que as elites comprassem seus produtos dos países colonizadores.

políticas não apenas não se podem subsumir à modernidade, pois se erguem em oposição a ela, à “colonialidade do ser” que esta supõe. Neste sentido, muito mais que acadêmicas, são experiências de conhecimentos que brotam “del dolor de la diferencia colonial; desde el grito del sujeto” (*ibid.*: 27), de populações diferenciadas que estão unidas apenas pela opressão e nulificação produzida pela modernidade e seu progresso. Assim, um conjunto vasto de textos, que vão dos testemunhos de escravizados aos debates iniciados por de las Casas sobre a humanidade indígena, da resistência ao patriarcado anglo, chicano e indígena de Anzaldúa à teologia da libertação de Gustavo Gutiérrez, são apresentados como modos de resistência díspares, unidos pelo inimigo, pela experiência da violência física, da morte provocada por excesso de trabalho e pela imputação da barbárie. As *outras histórias* são a vida que brota do genocídio existencial, cultural e material.

Finalmente, importa considerar que, apesar de tanto Quijano como Mignolo – e antes deles, Douglass, Fanon ou Mariátegui – terem pensado as relações de dominação entre homens e mulheres, coube a estas últimas as reflexões mais férteis a respeito das relações entre gênero e colonialismo. Como já apontado, o paradigma do tráfico e o pensamento feminista francês compreendem que a aquisição do trabalho das mulheres, de sua reprodução, sua sexualidade e de uma mais-valia simbólica se associam à submissão destas por parte de homens, dentro de regimes heteronormativos. Evidências históricas e antropológicas indicam uma tendência à universalidade dos regimes de gênero que seguem este esquema. Ao mesmo tempo, porém, mostram toda uma gama de variabilidade, que vai de sociedades extremamente opressivas para com as mulheres, como a grega clássica, a Baruya na década de 1950 ou a européia novecentista, a outras relativamente livres de opressão, como a européia dos séculos IX e X (Georges Duby, 1992), a Iroquesa e a Ioruba dos séculos XIX e XX (Arlette Gautier, 2005; María Lugones, 2008) ou as escravizadas nas Américas (Davis, 1981; Segato 2003 [1986]).

Na Europa, frente à maior maleabilidade até o Renascimento¹⁸, quando períodos de maior controle sobre as mulheres se intercalavam com outros de maior liberdade, a história capitalista e colonial progressivamente acentuou a separação entre público e doméstico, reservando aos homens a exclusividade sobre o primeiro (Sedgwick, *ibid.*, Gautier, *ibid.*). Um progressivo corpo de conhecimento biológico, médico, histórico, sociológico e religioso normativiza esta divisão binária, a ponto da rígida separação entre homens e

¹⁸ Para o caso francês, ver Philippe Ariés, 1986, Duby 1992 e 1996, Louis-Georges Tin, 2008.

mulheres ser um dos signos da superioridade cultural européia¹⁹. Desta forma, a Europa colonizadora é excepcionalmente patriarcal, o que trará conseqüências às populações colonizadas, a grande maioria delas menos hierárquica em termos de gênero. Desde o início da colonização há interferências nas ordens de gênero nativas. Em alguns casos, como em Birmânia, Índia ou Nigéria, os colonizadores procuraram enrijecer a hierarquia de gênero das populações locais, como modo de afiançar a dominação mediante um pacto com os homens colonizados (Gautier, *ibid.*). Em todos os períodos e em todas as zonas geográficas da colonização, prossegue Gautier, as mulheres foram tomadas pelos colonizadores como corpos a serem consumidos, o que infringiu em muitos casos um sentimento de humilhação nos homens colonizados e um aumento do receio ou da violência destes para com as mulheres de seu próprio povo. Octavio Paz sobre o caso mexicano (1999 [1950]), Wallace (1999 [1978]) sobre o estadunidense e Ruth Landes (2002 [1947]) e Segato (2003) sobre o brasileiro, confirmaram este fato. Landes ainda menciona que os brancos na Bahia permitiram às mulheres negras, antes que aos negros, o acesso a postos no comércio, como modo de impedir a ascensão social daqueles²⁰.

Desta forma, o feminismo anti-colonial traz uma preocupação especial para com as formas de dominação sobre as mulheres, reivindicando a equidade de gênero como uma forma de resistência não apenas das mulheres contra a opressão dos homens, mas como resistência dos povos à colonização como um todo.

0.3. O pensamento pós-heideggeriano

El auténtico leer es la reunión sobre aquello que, sin nuestro saber, ya ha reclamado antaño nuestro ser, bien queramos corresponder a ello o rechazarlo.
(Heidegger *apud* Vidarte, *Qué es leer?*, 2006).

Paco Vidarte (2006) propõe serem a heideggeriana e a pós-heideggeriana filosofias da leitura, de um determinado modo de leitura, que supõe certa voz média, que certamente seria tida por passiva para os procedimentos modernos de conhecimento. Fomos primeiramente reclamados pelo texto que lemos, e isto deve ser compreendido em sua literalidade. Obviamente, há um gesto ativo de alguém que abre um livro e lê, porém o

¹⁹ Recordemos esta pérola do saber colonial, dita por um administrador inglês na Birmânia entre 1887 e 1891 e recolhida por Gautier: “los hombres y las mujeres no son todavía suficientemente diferentes en Birmania. Es la marca de una raza joven, como han demostrado los antropólogos (...). Las mujeres deben perder su libertad en interés de todos” (*ibid.*: 691).

²⁰ Gautier também mostra que em alguns casos a colonização trouxe efeitos de liberação para as mulheres. Godelier menciona que as mulheres Baruya puderam sair do cerco armados por seus homens ao alcançarem certa importância como comerciantes. Segato propõe que entre o povo de santo do Xangô de Recife há uma certa quebra com a heteronormatividade.

texto é o que nos abre ao sentido que ele guarda. A lógica é semelhante à performativa de Jacques Derrida (1991) ou Butler (2002): não somos sujeitos realizadores de ações, mas emergimos mediante estas ações. Isto não implica uma total passividade, dado que algo em nós também reage, embora este algo tampouco possa ser caracterizado como um sujeito, ou por qualquer instância dotada de consciência (Jean-Luc Nancy, 1996).

Assim, na medida em que lemos um texto, somos por ele afetados, o que permite Heidegger considerar que a leitura nos reúne em torno do escrito, que passamos a compartilhar um mesmo sentido, embora este não seja determinável. Mesmo quando podemos tomar uma determinada distância do texto, este nos acompanha, estamos definitivamente afetados e em dívida para com ele, de modo que uma interpretação unicamente crítica não é mais que uma ignorância da condição de leitor. Desde Derrida, este modo de leitura é usualmente denominado desconstrução²¹.

É neste sentido, de uma leitura que se abre e nos envolve, que podemos falar de um outro tipo de verdade, a qual estará presente embora não explícita, ao longo desta dissertação. Esta verdade é de uma ordem que se revela e nos toca, cabendo-nos apenas aceitá-la: “assim é”, diz Gadamer. É este autor quem melhor expõe este modo de verdade, em sua releitura da tragédia na *Poética* de Aristóteles. No entanto, é interessante que possamos realizar, antes, uma análise da primeira conceitualização do modo de verdade que é ainda hoje hegemônico, aquele enunciado também por Aristóteles, a respeito da referencialidade. Conceitualizar dois tipos de verdades radicalmente diferentes a partir de um mesmo autor clássico é também um modo de ilustrar como nos encontramos sempre em um trabalho de leitura da tradição filosófica. E salientar que os giros dos mais radicais pensamentos não são nunca rupturas com o passado.

María Luisa Femenías (2001) mostra de modo claro como a noção de verdade hegemônica em nossas vidas – tanto acadêmica quanto comunitária – foi formalizada pela primeira vez em Aristóteles, que colocou na faculdade de percepção o início do processo de conhecimento. Na medida em que percebo algo, posso trazê-lo ao pensamento, mas o faço mediante uma representação (*ibid.*: 43). Assim, o conhecimento se torna algo

²¹ O termo *destruktion* foi cunhado por Heidegger em uma breve passagem, no início de *Ser y tiempo* (1991) e, embora pareça adequar-se ao trabalho que ele desenvolveu posteriormente, o próprio Heidegger recorreu muito pouco ao termo. Derrida o retoma sob o nome de *déconstruction* (que em português tornou-se desconstrução) com o intuito de colocar seu trabalho de leitura na senda heideggeriana e hoje o conceito é aceito pelos heideggerianos franceses, ainda que não por filósofos alemães, como Gadamer. Porém, o termo popularizou-se no meio acadêmico como um sinônimo de crítica minuciosa, sendo privado de seu lado “positivo” (Derrida, 1981), de cuidado ou amor para com o texto desconstruído (Derrida, 1981; Derrida & Roudinesco, 2001).

representativo, e a verdade é estabelecida na medida em que o representado se encontra em correspondência com a realidade (Sandra Maceri, 2001: 66). Ainda hoje, quando o pensamento filosófico e o científico questionam a referencialidade da linguagem, este modo de verdade continua conduzindo todo o pensamento formal.

O outro modo de verdade é o que deslinda Gadamer (1991) a partir da análise aristotélica da tragédia. Para o filósofo grego, a essência do trágico não se encontra sem seu efeito sobre o espectador. Ou seja, o trágico não pode ser compreendido como se fosse um livro ou uma trama, nem como qualquer outra coisa que pudesse ser alcançada à distância. Ela é tragédia apenas no momento em que envolve o espectador em seu (excesso de) sentido. Mas qual seria este sentido? Não se trata de nada que possa ser plenamente apreendido por uma instância subjetiva, mas de um estado de “estremecimiento del terror que se apodera de uno cuando ve marchar hacia el desastre a alguien por quién uno está aterrado” (*ibid.*: 176). Este estado é causado pelo caráter excessivo das conseqüências trágicas sobre a personagem e mediante esta emerge “una verdadera comunión” que expõe o espectador à sua própria finitude, à qual não pode mais do que acatar mediante o “assim é” (*ibid.*: 176).

Encontramo-nos, desta maneira, dentro de um modo de verdade em que não há uma lógica de correspondência entre o representado e a realidade, mas sim a emergência de um sentido que toma conta da pessoa que com ele entra em contato²². Este sentido não é passível de ser formalizado ou significado, sequer subjetivado, embora abra o espaço para que surjam as significações, sem que estas nunca o esgotem. Entretanto, o que Gadamer fez, tal como Heidegger e todos os seus sucedâneos, foi generalizar esta compreensão que mais facilmente percebemos na arte, a todo modo de compreensão. Desta forma, o mesmo excesso de sentido que emerge com a tragédia ocorre quando lemos um texto e também quando fazemos qualquer outra coisa em nossas vidas. Não há uma descontinuidade entre as diferentes formas de conhecer – a artística, a intelectual e a cotidiana. A questão é que sempre somos afetados por sentidos, os quais nos são oferecidos pela tradição e pela história do mundo em que nos encontramos. Isto não implica, no entanto, que todas sejamos afetadas do mesmo modo, dado que embora possamos compartilhar uma mesma tradição ou história, estas sempre se manifestam de modo inédito, a cada instante (Nancy,

²² Dado não ser algo que dependa do espectador – e nem do autor da obra enquanto tal – o único que faria falta para que aconteça a tragédia é que o mundo do espectador entre em encontro com o mundo da obra, os quais dependem de suas respectivas tradições históricas (*ibid.*: 179). É fundamental considerar que diferentes tradições históricas podem compartilhar parcialmente o mesmo mundo, o que permite que uma tragédia como a do Édipo possa ser vivenciada por alguém alheio à cultura grega.

2003). É desta forma que pude transformar-me em feminista em uma conferência de meia hora. Provavelmente nenhuma outra pessoa que estivesse escutando a Navarro-Swain pôde aceder ao que acedi e tal se deve às particularidades de nossos mundos. O que ali escutei afetou-me, e me abriu, é a pura verdade e não há mais, “assim é”. Podemos inclusive fazer uma exegese biográfica de minha vida para poder aceder aos aspectos existenciais que me permitiram, naquele momento, ser afetado do modo como fui pelas palavras de Navarro-Swain, mas isso não esgotará o que aconteceu ali. E é fundamental que saibamos que não se trata de algo apenas da ordem intelectual, pois a todo momento estamos sendo afetados por universos de sentido que podem nos transformar.

Nancy (2003) se pergunta, então, que tipo de saber é esse que resiste à formalização ou à consciência. Ele propõe que a tarefa da filosofia contemporânea é justamente a de se manter nesta esfera do saber que não se deixa formalizar, acomodando-se dentro da abertura do sentido, sem ter de a ela oferecer significados. Mas isto não implica uma renúncia ao saber: nós sabemos (Nancy, 1996). Não poder formalizar é um problema menor. Nancy fala brevemente do amor e este pode ser justamente o exemplo mais evidente de um saber que não se faz presente à consciência, sem que deixemos de saber por isto. Nossa cultura não tem problemas em reconhecer que o mais belo dos poemas de amor não esgota o amor. Muitas vezes, é justamente a habilidade da poesia para jogar com aquilo que ela não pode dizer o que lhe proporciona beleza. E, no entanto, não duvidamos que amamos. Podemos lidar com esta impossibilidade de trazer à consciência uma caracterização convincente do amor e, se assim o fazemos, defende Nancy (2003), é porque o amor já traz em si o seu saber, algo que participa de nós sem que o apreendamos em termos lingüísticos, conscientes, subjetivos ou qualquer outro que denote uma possessão deste sentir.

Tudo isto não implica que tenhamos superado o modo referencial de verdade ou que tenhamos abandonado o pensamento sobre o significado, pois sem ele não podemos pensar/ler/escrever sequer uma frase (Nancy, 2003: 62). A lógica referencial aristotélica, ainda quando a consideramos insuficiente ou incorreta, mantém-se a todo instante. O que muda é o nosso modo de aceder ao texto (ou à obra de arte, ou à vida cotidiana). Não se trata de acudir a eles apenas com o intuito de adquirir determinados conhecimentos, mas de se deixar afetar pelo que lemos, de fazer parte do sentido que ele nos abre.

0.4. Estrutura da dissertação

Esta dissertação trará uma análise da obra de sete autoras/es que se debruçaram sobre os homens, o masculino e/ou as masculinidades (HMM). Cada um/a dos/as autores/as pertence a uma tradição diferente e, excetuando a psicanalítica, todas pertencem ao feminismo ou à sua zona de influência direta. O irrealizável objetivo da pesquisa era abarcar todos os textos possíveis relativos a HMM. Para tal, partiu-se de um conjunto de textos conhecidos dentro dos estudos de gênero sobre HMM, cujas referências bibliográficas indicaram outros textos e assim de modo constante durante todo o processo de pesquisa e escrita. Outras fontes importantes foram as conversas com pesquisadoras/es, principalmente em encontros de gênero ou masculinidades, a visita a bibliotecas privadas e públicas e a procura em internet²³.

Uma vez selecionado um conjunto significativo de textos, houve um processo de classificação que levou em conta três aspectos principais: o campo de diálogo de cada texto, a área intelectual e sua língua original. Com base nestes elementos, foi possível divisar sete tradições que se dedicaram a estudos sobre HMM: a) os feminismos black e chicano estadunidense; b) o feminismo pós-estruturalista, principalmente em sua via estadunidense; c) as ciências humanas em língua inglesa; d) as ciências humanas em língua francesa; e) a psicanálise; f) as ciências humanas em língua portuguesa e g) as ciências humanas em língua castelhana.

²³ Em nossas universidades latino-americanas, tão carentes de recursos, obter uma bibliografia idônea requer imaginação, paciência com persistência, ajuda de amigos e simpatizantes, uma superação de vergonhas e sorte. Gostaria de oferecer algumas palavras a respeito, pois podem ser úteis para outras pessoas. A procura na web deve ser constante e não se deve limitar a apenas um buscador. Por vezes, textos de uma determinada autora aparecem em um buscador um dia, mas não ao seguinte, de modo que repetir é fundamental, por mais que desgastante. A web <http://www.questia.com>, enorme livraria virtual, proporcionou alguns dos textos fundamentais desta dissertação, infelizmente é em inglês e paga, mas relativamente barata. Outros textos foram conseguidos pelo portal da CAPES, dentro da UFSC. Em comunidades virtuais como Orkut ou Facebook se encontram fóruns com dicas interessantes. Ainda em relação à web, muitos dos textos que consegui, descobri-os em universidades em cidades onde tenho amigos de confiança, às quais pedi que me fizessem o xerox e enviassem o texto. A algumas professoras pedi que me permitissem adentrar em suas bibliotecas particulares, uma decisão difícil, dado um certo limiar com o privado que se rompe. Porém foi muito útil e, dentro de inusitado da situação, fui bem recebido, ainda quando não as conhecia bem. Uma professora se negou ao pedido alegando motivos particulares, o que me parece mais do que compreensível. É importante também que, em visitas turísticas ou familiares em qualquer cidade, se procure saber sobre as bibliotecas do lugar. Finalmente, é necessário em alguns momentos fazer o esforço econômico de comprar livros. O maravilhoso sebo brasileiro virtual <http://www.estantevirtual.com.br/> é uma grande opção, mas é também necessário utilizar as livrarias estrangeiras (muitas vendem também livros usados) ou pedir para que amigos que viajam ao estrangeiro façam compras. Todo esforço é útil. Por último, avanço aqui que nas semanas posteriores à defesa desta dissertação irei dispor on-line, em um mesmo endereço (<http://www.inventandopolvora.org/traficodemulhereseanticolonialismo>) todos os textos que encontrei por esta via e alguns especialmente importantes que serão digitalizados com a permissão das respectivas autoras. Será uma forma de contribuir a um EHMM ampliado.

A proposta inicial era analisar entre três e cinco autoras dentro de cada tradição. No entanto, foi (bem) sugerido na qualificação que se limitasse a desenvolver o pensamento de uma autora em especial, de modo que fossem possíveis análises de maior profundidade. Assim, dentro de cada tradição, foi escolhida uma autora para um maior desenvolvimento de sua obra, a qual não implica uma representatividade do campo. Cada capítulo se organizou ao redor de uma tradição e procurei que tivessem um mesmo esquema lógico, que não foi possível manter em todos os casos: em primeiro lugar, é apresentada a tradição do pensamento; em segundo lugar, o modo em que emerge dentro dela o pensamento sobre HMM; em terceiro, alguns dos autores principais da tradição; em quarto, o pensamento da autora principal escolhida e, finalmente, algumas considerações a respeito do HMM dentro do pensar da autora escolhida em particular e da tradição como um todo.

O modo de leitura dos textos foi inspirado na desconstrução. Isto implica na compreensão de que, enquanto leitor, embora tenha interesses específicos, que não carecem de um caráter objetivante e que me direcionam a retirar dos textos determinadas informações previamente definidas, eu também me encontro em uma relação de dependência para com o texto, cujos sentidos, para além do meu controle, conduzem minha leitura e minha posterior exposição aqui plasmada. Esta questão, unida ao fato de que o público esperado para esta dissertação não tem um conhecimento de todas as tradições referidas, fez com que fosse privilegiada uma análise mais expositiva que crítica dos textos escolhidos. A intenção comparativa se mantém, porém, não será intensiva, porque implicaria um excessivo recorte das singularidades de cada tradição.

A longa denominação que utilizo como referência ao campo de interesse que aqui me convoca: “estudos sobre os homens, as masculinidades e o masculino”, fez-se necessária na medida em que a análise das tradições evidenciou que o termo comumente usado e que eu mesmo tinha adotado para designar meu pensamento: “estudos das/sobre masculinidades” não pode se referir a mais que duas das tradições escolhidas (a de ciências humanas em língua inglesa e de língua castelhana)²⁴. Em língua francesa, o conceito “masculino” é de primeira importância para as obras psicanalíticas e também sociológicas, ainda que o autor em particular a ser analisado, Daniel Welzer-Lang, trabalhe mais a partir do termo homens. Dentro dos feminismos black e chicano, assim como no pós-

²⁴ Há, no entanto, autoras que utilizam o termo masculinidade(s) em outras tradições linguísticas; é o caso de Elizabeth Badinter na França ou Susan Jeffords e a própria bell hooks nos Estados Unidos, embora para esta pensadora o uso seja restrito. No Brasil, há uma ampla grama de autoras. Ver, por exemplo: Juracy Toneli e Karla Adrião, 2005 ou Benedito Medrado e Jorge Lyra, 2009.

estruturalismo estadunidense e no da argentina-brasileira Rita Segato, refere-se preferencialmente aos homens, embora o masculino mantenha grande importância. Já o trabalho de Sedgwick se refere aos homens principalmente e de modo muito pontual ao masculino ou à masculinidade. Transformar esta longa denominação nas siglas EHMM foi uma necessidade de ordem prática.

Abaixo segue uma apresentação sumária das tradições e das autoras selecionadas e de como este pensar sobre os homens emergiu em seu meio.

- a) Feminismo *black* estadunidense. Autora principal: bell hooks.
Na década de 1970, emerge este feminismo com o objetivo de que houvesse um campo para as mulheres de cor atuarem sobre aquelas opressões que sentiam de modo simultâneo: as de raça, de classe, de gênero e de preferência sexual. O pensar sobre os homens foi uma necessidade de primeiro momento, dado constituir uma fonte de apoio às opressões de classe e de raça. A preocupação principal a respeito dos homens é mostrar como a masculinização dos homens negros ao longo do séc. XX foi realizada em detrimento de padrões comunitários afro-americanos.
- b) Feminismo pós-estruturalista. Autora principal: Eve Sedgwick.
Corrente feminista que, em diálogo com teóricos franceses ligados aos mestres da suspeita e com os feminismos de cor, procura pensar a questão das diferenças entre as mulheres. A primeira obra reconhecida sobre homens é realizada por Sedgwick, em 1985, mas há um antecedente claro em *Tráfico de mulheres* de Gayle Rubin. Sedgwick inquire sobre como as relações entre homens, que ela diz serem conduzidas pelo “desejo homosocial”, são mediadas por e requerem a exploração das mulheres. Dentro desta tendência emerge, na década de 1990, o pensamento sobre a masculinidade das mulheres.
- c) Ciências humanas em língua inglesa. Principal autora: Raewyn Connell.
Os estudos nesta língua iniciaram-se também na década de 1970, realizados principalmente por homens sensibilizados pelo movimento feminista. É esta a tradição que deve ser propriamente denominada como “estudos das masculinidades”, dado que da diferença entre homens depreendem diferentes relações destes para com o masculino, embora mantenham claras as pretensões de domínio por parte da maioria deles. São também acentuados os sentimentos de mal-estar entre os homens contemporâneos. Connell foi escolhida porque sua obra é a mais citada tanto nos EUA como no Brasil e na América Latina.
- d) Ciências humanas em língua francesa. Autor principal: Daniel Welzer-Lang.
Já na década de 1970, a sociologia feminista francesa alertou para a necessidade de estudar os homens, embora os estudos posteriores tenham sido realizados em sua maioria por homens pró-feministas ou por autores como Maurice Godelier e Pierre Bourdieu, sem ligações diretas com o feminismo, mas que reconhecem sua dívida para com ele. Welzer-Lang, em um diálogo constante com as feministas de seu país, escreveu seus primeiros livros em finais dos anos oitenta. Como na tradição anterior, compreende a necessidade de estudar as diferenças entre os homens, embora não as denomine como masculinidades e compreenda a dominação como o denominador comum de todas as diferenças.
- e) Psicanálise. Principal autora: Monique Schneider.
As preocupações sobre os homens na psicanálise se iniciam com Freud, cuja influência é apontada de modo literal por quase todas as autoras do EHMM. No entanto, como o

mostra Schneider, Freud e a psicanálise hegemônica se mantiveram presos a uma compreensão do masculino que é própria de um imaginário trans-histórico e transcultural, dependente de uma noção heróica e espiritualizada da paternidade. Neste sentido, o pensamento de Sandor Ferenczi, que enfatiza as tensões e fragilidades do masculino, é um caminho alternativo que para Schneider urge explorar.

f) Ciências humanas no Brasil. Principal autora: Rita Segato

Embora já há algumas décadas haja em toda América Latina textos sobre HMM, estes foram dispersos. É apenas no final da década de 1990 que emerge um campo de preocupações específicas. No Brasil, como na América castelhana, os principais debates serão realizados com os sociólogos em língua inglesa, por isso podem também ser denominados de “estudos sobre masculinidades”. No entanto, Segato tem um caminho independente – não sendo a única – e foi escolhida por seu trabalho se encontrar no cruzamento entre o paradigma do tráfico e o anti-colonialismo.

g) Ciências humanas na América castelhana. Principal autor: José Olavarría.

Embora também nas ciências humanas castelhanas haja autoras que sigam caminhos independentes, a maioria se encontra em diálogo com os estudos sobre masculinidades da sociologia inglesa, sendo José Olavarría um dos nomes mais destacados. Ele é também a pessoa com mais títulos publicados sobre HMM no continente e suas análises trazem uma enriquecedora contextualização do meio histórico, da classe e do social nos quais emergem as diferentes masculinidades chilenas, embora as obras escolhidas não mostram uma preocupação acentuada pela dominação dos homens sobre as mulheres e tampouco pelo exercício de violência por ela requerido.

0.5. Algumas palavras, ainda

Em linhas gerais, as seleções de textos e sua classificação dentro destas sete tradições foi um caminho muito produtivo. Hoje me parece claro, porém, que outros dois conjuntos de textos deveriam ser contemplados. Em primeiro lugar, a revisão de textos feministas que desde Simone de Beauvoir vêm lançando reflexões que dizem respeito diretamente a HMM, embora sua inserção dentro do feminismo nos tenha levado a acreditar que se tratavam de obras apenas sobre mulheres. Em segundo lugar, é necessário entrar em contato com os estudos sobre homens no campo da história, especialmente a relacionada à história colonial.

A desconstrução sustenta que o pensamento ocorre sempre como a vida e na vida. Deste modo, e embora esta dissertação tenha suposto também ansiedade e desgostos, me sinto muito feliz com o modo como ela se desenvolveu. Foi acertada a decisão de não fechar a lista de textos a serem trabalhados, dado que alguns dos que resultaram ser cruciais, como os de Quijano, Landes, Gautier ou Davis, foram consultados depois de iniciado o processo de escrita. Esta abertura é contígua de uma maior exposição ao erro, o que produz não poucas angústias e requer uma certa força para lidar com a incerteza.

De todas as formas, gosto de pensar que muito do que aqui se encontra não estava previsto ao iniciar a escrita, o que parece-me indicativo de que estive sempre aprendendo.

Sinto-me obrigado a especificar a mais grata e grave surpresa neste processo de escrita: o meu reencontro com o anti-colonial, que era o terreno no qual eu pretendia me adentrar apenas no doutorado. Desde o meu contato com a Capoeira Angola e com os escritos de Fanon e Guerreiro Ramos, há mais de dez anos, senti a necessidade de inserir-me no pensamento afro e anti-colonial do nosso continente, que é o pensar sobre nossa condição desde a própria. De alguma forma, que de poucos meses para cá considero antiquada, separei este interesse do outro feminista que deu início a esta dissertação. No entanto, alguns eventos em certos sentidos aleatórios: a morte de Aimé Césaire que me comoveu profundamente e a minha assistência ao V Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, em agosto de 2008, me devolveram à urgência do pensar a este respeito. Quando comecei a leitura dos textos de Angela Davis e bell hooks sobre as populações escravizadas nos EUA, e os de Segato sobre as afro-brasileiras, o feminismo e o anti-colonial se intersectaram para não mais separar-se. Certamente, este encontro é o início de um caminho que outras pesquisas e diálogos deverão sedimentar, mas sua abertura já é um grande acontecimento no meu pensamento.

O acontecer do pensamento, a sua surpresa, é o mais caro para muitos dos pós-heideggerianos. Ele é, no entanto, intransferível. Não posso mais do que contar a surpresa, sem esperar da interlocutora uma mesma impressão. Porém, há a confiança de que quem leia tampouco ficará incólume, algo também lhe acontecerá. Nesta dissertação, o grande acontecimento é a união entre os gritos das mulheres e das pessoas colonizadas. Trata-se, assim, de uma dor que se transmite. Mas é também uma transmissão vital, de algo que se liberta. Disto que sua emoção seja, mais do que qualquer outra coisa, afirmativa.

Finalmente, gostaria de pontuar o uso do plural nesta dissertação. Como sabido, no português corrente, o plural no gênero masculino unifica o feminino. Diz-se “reunião de pais de alunos” ainda quando quem usualmente compareça às mesmas sejam as mães. O feminismo denunciou que esta unificação implica uma violência que subsume as mulheres sob um universal masculinizado, e propôs uma série de alternativas. Uma das mais correntes é a utilização do “@” no lugar em que normativamente viria o “o” unificador masculino. Por exemplo, “ministr@s” no lugar de “ministros”. Outras propostas são também interessantes: “ministrxs”, “ministr=s” ou “ministr*s”. Excetuando a última destas formas, recorrente nos recentes estudos intersexos, estas propostas não foram assumidas pela academia, a qual ou adota o masculino inclusivo ou a utilização do plural em masculino e feminino “ministros e ministras” ou “ministros/as”, em geral, usando o

masculino em um primeiro lugar. Esta opção resulta, no entanto, cansativa, o que nos leva a assumir que não há uma alternativa prática e/ou consensual ao masculino unificador. Desta maneira, procurei nesta dissertação dar um uso ao plural que incomode a leitura – assim como a própria escrita – e que lembre constantemente da violência idiomática e de nossa relativa pouca força para enfrentá-la, a saber, o uso preferencial, ainda que não exclusivo, do feminino como unificador. Utilizar apenas o plural em feminino poderia acomodar a leitura/escrita, além disso, uma inversão dos termos não é necessariamente eficaz em termos políticos. Assim, utilizarei também o plural no masculino e no feminino, como também só no masculino.

1. FEMINISMO *black* ESTADOUNIDENSE. bell hooks e o imperialismo-patriarcal

Quando lemos anais de história, os escritos autobiográficos de homens negros libertos ou escravizados, é mostrado que inicialmente os homens negros não se percebiam compartilhando o mesmo ponto de vista que o homem branco sobre a natureza da masculinidade. Mesmo aqueles homens africanos que vinham de comunidades onde os papéis sexuais conformavam a divisão do trabalho, onde o status dos homens era (...) superior ao das mulheres, tiveram de ser educados para equacionarem o seu status superior como homens com o direito de dominar as mulheres.²⁵

(bell hooks, *We Real Cool, Black Men and Masculinity*, 2004: 02-03)

A proposta fundamental do sufrágio do movimento de mulheres é muito mais simples do que a do movimento anti-escravidão. Ela assume que a mulher é ela mesma. Que pertence a si mesma, inteiramente, como um homem pertence a si mesmo – que ela é uma pessoa e tem todos os atributos de personalidade que pode ser requerido pelo homem e que seus direitos de pessoa são iguais em todos os aspectos que o dos homens.²⁶

(Frederick Douglass, *I Am a Radical Woman Suffrage Man* [1888], *apud* bell hooks *We Real Cool: Black Men and Masculinity*, 2004: 05)

Os feminismos acadêmicos estadunidenses como um todo são os mais influentes em nível global²⁷. Foram especialmente aceitas as críticas do feminismo pós-estruturalista daquele país com relação à categoria mulher, compreendida como homogênea, trans-cultural e trans-histórica. No entanto, estas críticas não foram postas sobre a mesa por estas teóricas pós-estruturalistas, mas por aquelas pertencentes aos feminismos *black* e *chicano* (ou de cor²⁸), que já na década de 1970 impugnaram o feminismo hegemônico por, em primeiro lugar, generalizar uma noção de mulher de classe média, burguesa e heterossexual, impedindo que uma vasta gama de mulheres pudesse compreender o feminismo como uma opção. E, em segundo lugar, por contribuir à supremacia branca ao não levar em conta, ou mesmo procurar abafar, as opressões realizadas contra *chicanas/os* e *negras/os*.

²⁵ When we read annals of history, the autobiographical writings of free and enslaved black men, it is revealed that initially black males did not see themselves as sharing the same stand-point as white men about the nature of masculinity (...) (they) had to be taught to equate their higher status as men with the right to dominate women. Transplanted African men, even those coming from communities where sex roles shaped the division of labor, where the status of men (...) higher than that of women, had to be taught to equate their higher status as men with the right to dominate women. Todas as traduções na dissertação são de minha autoria, a menos que expresse o contrário.

²⁶ The fundamental proposition of the woman suffrage movement is scarcely less simple than that of the anti-slavery movement. It assumes that woman is herself. That she belongs to herself, just as fully as man belongs to himself – that she is a person and has all the attributes of personality that can be claimed by man, and that her rights of person are equal in all respects to those of man

²⁷ Sobre a aceitação mundial do feminismo estadunidense, especialmente o pós-estruturalista ver, dentre outras autoras, a entrevista de Judith Butler a Rosi Braidotti (1997) ou Maria Luisa Femenías (2003).

²⁸ Embora a expressão “mulheres de cor” possa ser pejorativa em nosso idioma, sua versão em inglês, *women of colour*, não o é, razão pela qual a utilizei aqui.

Dentro dos EUA, há um reconhecimento parcial dos feminismos *chicano* e *black* por parte das pós-estruturalistas. Aquelas são mencionadas com assiduidade significativa nas obras destas²⁹, ainda que a maior parte dos textos daquelas se dêem em diálogo com outras autoras pós-estruturalistas ou com a tradição filosófica ocidental como um todo³⁰. Fora dos EUA, porém, há enorme desconhecimento a respeito da influência que as autoras de cor exerceram e exercem sobre os feminismos norte-americanos (e, via estes, mundiais), a ponto de autoras capitais como Audre Lord, Angela Davis ou Gloria Anzaldúa não terem sequer seus nomes conhecidos entre muitas pesquisadoras feministas não estadunidenses.

Oferecer o primeiro capítulo desta dissertação a estas pensadoras é, por um lado, um reconhecimento ao fato de terem sido elas as primeiras a pensar os homens, o masculino e/ou as masculinidades (HMM) no campo do gênero. Este pioneirismo foi reconhecido por Robyn Wiegman (2002), autora pós-estruturalista branca, e confirmado por minhas pesquisas, que encontraram em *A Black Feminist Statement*, de 1977, a primeira menção aos homens dentro do feminismo e em *Black Macho and the Myth of the Superwoman*, publicado em 1978, por Michele Wallace, o primeiro livro que tem os homens como um foco especificado e reconhecido. Por outro lado, é uma oportunidade de principiar a dissertação expondo alguns desenvolvimentos de um de seus principais debates, o que ocorreu entre o feminismo e o anti-colonialismo. É, ainda, um modo de divulgar o feminismo *black*, praticamente ausente nos EHMM latino-americanos³¹.

1.1. O pensamento feminista negro e *chicano* e os homens

Uma resposta, em princípio estranha, que bell hooks ofereceu a uma entrevistadora é, no entanto, muito ilustrativa a respeito da gênese do pensamento feminista negro. Perguntada se o âmago do seu pensamento provinha do feminismo, hooks responde negativamente, dizendo ser inclusive perigosa esta suposição e declarando provir o seu pensamento da “luta revolucionária para a autodeterminação coletiva dos negros” (2003: s/p), pois os pensadores da diáspora – desde finais do séc. XIX com Frederick Douglass, seguido por W.E.B Du Bois, C.L.R. James e finalmente Martin Luther King e Malcolm X – apontaram para um pensamento revolucionário que, na órbita da luta contra o

²⁹ Em artigos fundamentais como *Manifesto ciborgue*, de Donna Haraway (2000) ou *La cuestión de la transformación social*, de Judith Butler (2006), há uma dívida declarada com relação aos *feminisms of colour* em geral e a Gloria Anzaldúa e a Chela Sandoval, específica e respectivamente.

³⁰ A autora Paula M. L. Moya (2001) critica justamente Butler e Haraway por se utilizarem da obra da feminista *chicana* Cherie Moraga de modo ilustrativo apenas para confirmar suas idéias, chegando a tergiversá-la inclusive.

³¹ Os trabalhos de Rita Segato (2003) e Mara Viveros (2008) são honrosas exceções.

imperialismo, encontra-se aberto a muitas formas de insurreições. Entretanto, nos equivocariamos se pensássemos que hooks acredita ser o racismo uma sorte de opressão primordial da qual derivariam as outras; ela se refere constantemente de modo conjunto ao patriarcado, à supremacia branca e ao imperialismo. A opção pela luta negra deve ser compreendida, assim, como um reconhecimento à maior abertura que esta oferece para se pensar em outros tipos de opressões que não as raciais, notoriamente, a colonial, a de gênero e a de classe.

O apoio que os grandes líderes negros ofereceram às lutas das mulheres é o maior exemplo desta maior abertura a diferentes formas de insurreição. O feminismo branco, no entanto, encontrou-se sempre mais fechado, seja aquele com o qual hooks (1984) teve de conviver no meio universitário, seja o que, no final do século XIX, deu as costas às primeiras organizações de mulheres negras. Estas surgiram, de um modo impensável para as feministas brancas, a partir de mobilizações em torno da defesa dos homens negros. Esta é uma das importantes contribuições do famoso ensaio de Angela Davis a respeito do “mito do estuprador negro”³², sobre o qual nos deteremos abaixo. Davis mostra como a barbaridade dos linchamentos dos negros pelos brancos levou à criação de clubes de mulheres negras, cuja atividade conseguiu adesões internacionais ainda no século XIX. Porém, apenas na década de 1930 e após muitos pedidos, recebeu o apoio dos clubes de mulheres brancas. Desta forma, a maior proximidade das mulheres de cor com o movimento negro, em vez do feminista, não é uma escolha que parta delas, mas das condições objetivas maiores – embora tensas – que há neste campo para que desenvolvam suas lutas com todas suas especificidades.

No entanto, muitos dos grupos feministas de cor mantiveram uma atitude de diálogo com as mulheres brancas. Assim, o primeiro posicionamento do feminismo negro onde são mencionados explicitamente os homens, *A Black Feminist Statement*, de 1977 (aqui em uma reprodução de 1981), do Combahee River Collective, dirige seus enunciados tanto ao movimento negro quanto ao feminista. Aqui, os homens negros aparecem como opositores da luta pelo fim da opressão de gênero, mesmo que sejam parceiros na luta contra o racismo, o qual é considerado como sendo experimentado pelas mulheres “simultaneamente” a outras formas de opressão: “sexual, heterossexual e classista” (1981: 210). As relações com as mulheres brancas são consideradas também com ambigüidade:

³² Como pontua Davis, a luta pelo fim dos linchamentos não é sem interesse direto por parte das mulheres, já que “o mito do (negro) violador implica o mito da (negra) puta” (1981:191).

por um lado, necessárias para a luta anti-patriarcal, mas por outro, opressivas, quando aliadas à supremacia branca da qual elas participam junto com os homens brancos. Estes laços parecem ainda mais complicados quando homens negros e mulheres brancas acusam as feministas negras de romperem a unidade de seus respectivos movimentos.

Um ano após *A Black Feminist Statement*, Michele Wallace lança *Black Macho and the Myth of the Superwoman* (1999 [1978]), dirigindo-se à comunidade negra e denunciando o crescente compromisso com o patriarcado que os movimentos negros – *Black Power* e *Black Nacionalism*, em particular – vinham assumindo. Neste texto, é possível identificar de modo claro a principal linha da crítica que as feministas negras dedicam aos homens negros, a saber, a de que se deixaram interpelar pelo discurso que os homens brancos prepararam para eles. Tal discurso, que Wallace apresenta como conscientemente formado com o objetivo de segmentar as alianças entre homens e mulheres negras, teve por principal efeito deslocar a luta pela libertação negra, ligada a uma articulação intelectual e política anti-imperialista, a uma luta pela afirmação da raça negra e do vigor viril e sexual que supostamente a caracterizaria. Isto foi acompanhado pelo sentimento de desconfiança dos homens negros para com as mulheres negras, cuja autonomia era considerada como a responsável pela desmasculinização do homem. Paralelamente, os homens passam a cultivar um desejo crescente pela mulheres brancas, sendo a conquista delas o signo último de sua superioridade sobre o branco.

O mencionado ensaio de Angela Davis (1981), também em diálogo com o movimento negro, realiza uma torção no senso comum e evidencia de forma incontestável a falácia do mito do estuprador negro e o modo em que este foi utilizado como cortina de fumaça para os estupros realizados por brancos contra mulheres de cor. Desde o fim da escravidão, até pelo menos a metade do século XX, foram comuns os linchamentos seguidos de castração de homens negros por parte de hordas de homens brancos (e por vezes também mulheres e crianças)³³. A justificativa para a barbárie se encontrava nos estupros que os homens negros perpetrariam contra as mulheres brancas. Davis mostra sem muitas dificuldades que estes linchamentos, ocorridos desde o fim da escravidão em 1865 e que consumiram a vida de 10.000 homens em trinta anos, tinham outra razão, relacionada à manutenção da população negra em um estado de terror que a obrigasse a aceitar as condições de trabalho brutais que lhes eram imputadas. Se houvesse algo como a

³³ Não apenas as hordas, também a lei que, entre 1930 e 1967, condenou à morte 405 homens negros por crime de estupro, contra 50 brancos. Como a branca conforma 80% da população estadunidense, houve proporcionalmente uma execução de homem branco para cada trinta e três de homens negros.

denominada animalidade sexual do homem negro, esta teria de ter sido documentada ao longo da história da escravidão e, no entanto, brilha por sua ausência. Não houve nenhuma acusação de estupro de homem negro sobre mulher branca registrada, sequer com a guerra civil que levou os homens brancos à linha de combate, ficando as mulheres brancas cercadas por negros escravizados. Com o início dos linchamentos, logo após a abolição, tampouco houve acusações de estupro. Os motivos aduzidos são outros, ligados a supostos planos para atentar contra os brancos. É somente quando estas acusações já não se tornam críveis para os/as cidadãos honestas, que emerge a imagem do homem negro sexualmente indomável para justificar os linchamentos.

O que fica encoberto neste mito é o estupro sistemático, embora dificilmente mapeável, dos homens brancos sobre as mulheres de cor. Os depoimentos que confirmam o fato de oficiais estadunidenses incentivando suas tropas a estuprarem mulheres vietnamitas é uma das poucas fontes documentadas daquela crença de livre acesso sexual às mulheres de cor que a supremacia branca reserva a seus homens³⁴.

Alguns anos depois, em reflexões próximas ao feminismo negro, mas dentro do pensamento *chicano*, Gloria Anzaldúa (2005 [1987]) considerou o modo pelo qual a exploração dos homens *chicanos* por parte dos *anglos* modificou as relações entre os homens *chicanos*, assim como as destes para com suas famílias, especialmente com as mulheres. Segundo Anzaldúa, homens como seu pai consideravam como próprio de sua condição uma relação de proteção e cuidado para com a família, enquanto nos dias de hoje a violência e a exploração sobre os *chicanos* implicou um aumento da violência por parte deles, seja para com seus pares, seja para com sua família, assim como uma excessiva importância dos espaços homosociais, do álcool e das armas. Ser homem passou a implicar, mais do que antes, exercer domínio sobre alguém, da mesma forma que os *anglos* o exerciam sobre os *chicanos*. Seu discurso se assemelha, assim, ao de Wallace, dado enfatizar a extrema violência dos homens de cor como uma afirmação de virilidade dependente da exploração por eles sofrida por parte dos brancos. Também como Wallace, ela não se limita a expor este fato, mas a demandar dos homens *chicanos* que assumam a responsabilidade por seus atos³⁵.

³⁴ O estupro como tática de guerra foi documentado ao longo de todo o século XX. Ver, por exemplo, Véronique Nahoum-Grappe (2004) para o caso da ex-Iugoslávia ou Rocío Silva-Santisteban (2008) para o da guerra civil peruana. Arlette Gautier (2005), por outro lado, dirá que a crença na disponibilidade sexual das mulheres não brancas foi uma fantasia que acompanhou todo o período colonial.

³⁵ Embora as idéias de Davis, hooks e Wallace tenham impactado o feminismo, sua influência não se compara à alcançada em setores sociais mais amplos pela literatura de mulheres negras. Duas autoras em

1.2. bell hooks

A escolha por esta autora se deveu a duas razões específicas. Primeiramente, ao fato dela dedicar escritos a homens com certa frequência desde os anos oitenta, sendo que na presente década lançou dois livros a respeito. A segunda razão, condizente com os interesses anti-coloniais desta dissertação, é a de sua proximidade, infelizmente rara entre teóricas do primeiro mundo, a pensadores latino-americanos e africanos. Embora não tenha podido encontrar as obras nas quais hooks dialoga mais profundamente com os revolucionários ganês Kwame Nkrumah e guineense Amílcar Cabral, ou com o teólogo da libertação peruano Gustavo Gutiérrez³⁶, encontrei seu texto sobre o pedagogo brasileiro

especial, a Prêmio Nobel Toni Morrison e Alice Walker, conseguiram uma visibilidade não usual. Em seus livros, as relações entre mulheres e homens negros se desenvolvem em meio a toda uma gama de sutilezas que se faz importante ao menos mencioná-las.

No primeiro livro de Morrison, *The bluest eyes* (aqui em sua versão espanhola, 2001), entramos na vida de Pécota, menina negra cujo destino rapidamente cumprido é o da loucura. O estupro sofrido pelo pai poderia ser a causa simples de sua demência. Mais amplamente, poderia ser o ambiente familiar e a vizinhança próxima, o racismo de colegas de colégio, a surpresa da primeira menstruação a respeito da qual nada sabia. No entanto, como escreve Morrison no epílogo da edição castelhana, 23 anos após o lançamento nos EUA, ela tentou “con ahínco evitar mi complicidad con el proceso de demonización a que Pécota estaba sometida. Es decir, no quería deshumanizar los personajes que degradaron a Pécota y contribuyeron a su colapso” (2001: 257). Ela procurou, então, mediante uma narrativa fracionada, mostrar como as histórias específicas de cada personagem, dentro da comunidade negra e na interação com a branca, contribuíram para que a vida de Pécota se fizesse intolerável. Desta forma, o estupro de um homem negro, aqui agravado pela menoridade da vítima e pelo caráter incestuoso, não perdia o seu caráter de violência extrema, porém não era algo associado apenas a um homem, mas a uma sociedade flagelada pelas hierarquias e dominações de todo tipo, onde cada posição subjetiva é assegurada por uma batalha constante contra todo o redor.

Outra obra de grande impacto foi a ganhadora do Pulitzer, *The colour purple*, de Alice Walker. Celie, a personagem principal, é primeiramente abusada sexual e moralmente pelo seu pai, com quem tem dois filhos que são dados, contra sua vontade, à adoção. Posteriormente, é violentada também física e psicologicamente por parte de seu marido, Albert, que esconde as cartas enviadas a Celie por sua irmã, única pessoa, diz Celie, que a ama. Após alguns anos, duas mulheres, Sofia, que se faz nora de Albert, e Shug, amante deste que vai morar na casa do casal, apóiam Celie em uma reviravolta em sua vida, sendo que seus laços com Shug se estreitam ao ponto de se tornarem amantes. Paralelamente a este fortalecimento moral de Celie, os homens principais do livro, Albert e o pai de Celie, passam por processos reflexivos e se tornam pessoas mais amáveis, a ponto de que Albert consiga os papéis necessários para que a irmã de Celie, missionária, retorne da África.

Assim, temos duas obras onde a violência dos homens negros é central, sem por isso esgotar a humanidade dos homens e das mulheres negras. Por mais que haja o perigo de que a vida se torne insustentável, como no caso de Pécota, há também a possibilidade de que ela renasça, como no caso das personagens de *The colour purple*. Nada está dado nas ordens de gênero ou racial, nos encontramos expostos sempre ao pior e ao melhor.

³⁶ Em 2003 ela menciona a Nkrumah e Cabral como “seus professores”, que devem ser lidos pelas feministas jovens para que possam compreender o modo em que o sexismo se encontra ligado ao capitalismo. Em artigo sobre fé, menciona serem as igrejas que freqüentou quando criança as que lhe proporcionaram uma experiência de libertação, mesmo antes de conhecer o pensamento religioso latino-americano e cita a Gutiérrez: “A spirituality of liberation will center on a *conversion* to the neighbor, the oppressed person, the exploited social class, the despised race, the dominated country... *Conversion* means a radical transformation of ourselves. To be converted is to commit oneself to the process of the liberation of poor and oppressed, to commit oneself lucidly, realistically, and concretely” (1993).

Paulo Freire (1994), sendo importante reproduzir um trecho deste escrito, por anunciar alguns dos aspectos centrais do pensamento de hooks:

(me sentí reflejada en la *Pedagogía del oprimido*) de una manera que nunca me he sentido incluida – en mi experiencia como una persona de raza negra y de origen rural – en los primeros libros feministas que leí, trabajos como *The feminine mystique* e *Born female*. En los Estados Unidos no hablamos suficiente sobre el modo en el que la clase social condiciona nuestra perspectiva sobre la realidad. Puesto que muchos de los primeros libros feministas realmente reflejaban un cierto tipo de sensibilidad burguesa blanca, esos trabajos no hicieron mella ni interesaron a muchas mujeres negras; *no porque no reconociesen las experiencias comunes que las mujeres comparten, sino porque aquellos aspectos comunes estaban mediados por diferencias profundas en nuestra realidades creadas por las políticas de raza y clase social* (bell hooks [1994], valho-me da tradução de Torres, 2002; itálicos meus)

Freire e ela tiveram a oportunidade de se encontrarem e o brasileiro mostrou-se muito grato a hooks por tê-lo feito ver sua cegueira com respeito à opressão específica sobre as mulheres, referenciando-a em alguns de seus textos.

Mas este trecho também remete à já mencionada problematização do feminismo branco. Não se trata de desconhecer as semelhanças entre as mulheres brancas e as negras, mas de pontuar que profundas diferenças impedem o engajamento feminista das últimas. Em outro texto, hooks (1984) explicita esta questão: muitas mulheres pobres e de cor se sentem identificadas com o feminismo, mas não se aproximam por perceberem que aquilo que se demanda: uma relação de forte oposição para com os homens, não lhes é possível, dada as relações de co-dependência que há entre elas e eles.

Outrossim, estas dificuldades não são apenas da ordem de um engajamento político ou pessoal, mas também acadêmicas. hooks sofreu em diferentes momentos censuras públicas, por vezes violentas, em salas de aulas e em congressos, por insistir em questões relacionadas às mulheres pobres e de cor, o que segundo outras feministas, não eram prioridades no movimento (1984).

Em termos intelectuais, bell hooks publica seu primeiro livro em 1971, com apenas 19 anos, sobre a escravizada liberta e sufragista Sojourner Truth. Desde então, lançou cerca de 30 livros sobre uma gama ampla de assuntos que se encaixariam dentro da resistência a este longo conceito que ela menciona com frequência: “imperialist white-supremacist capitalist patriarchy”. Embora seja professora em universidades de grande prestígio, não se considera acadêmica, dado esta posição implicar uma restrição do pensar ao estabelecido pelo *status quo*, mas sim uma intelectual, que para ela é “alguém que negocia idéias entre

seu entorno vital e um contexto político mais amplo”³⁷, não necessitando para isso sequer estudos (citação recolhida em Marwick, s/data).

Consciente, como muitas de nós, da injustificável restrição do mundo acadêmico, mas também mais conseqüente com esta consciência que muitas de nós, publicou textos poéticos, religiosos, biográficos, sobre “pedagogia engajada” e para crianças e, por pelo menos duas vezes, entrevistou, de forma empática, hip-hopers, o claramente sexista Ice Cube e o sensível ao gênero Kevin Powell. Ultimamente publicou livros sobre o amor e a cultura da paz. E mesmo os seus escritos mais próximos à academia têm um marcado acento ensaístico e biográfico.

1.3. *We Real Cool*³⁸: *Black Men and Masculinity* (WRC, 2004)

Todos os homens negros que eu amo, se precebem isolados, carentes de qualquer sentido de solidariedade de grupo.³⁹

(bell hooks, *We Real Cool*, 2004: xv)

We Real Cool: Black Men and Masculinity (WRC), lançado em 2004, é seu primeiro livro sobre homens negros e masculinidade⁴⁰, embora já tivesse abordado o tema em artigos anteriores. Como em muitos livros da tradição do feminismo de cor, sua análise parte de uma lembrança autobiográfica não formal ou linear. Há também um forte caráter dialógico, de demanda aos homens que assumam uma responsabilidade de transformação, ligada ao abandono de valores patriarcais e individualistas.

O livro gira em torno da narração das relações de hooks com aqueles homens que ela amou ou ama e, a partir destas, são desenvolvidas análises que envolvem o biográfico em um horizonte histórico e político. Pareceu-me interessante a possibilidade de estabelecer uma equivalência entre as mudanças geracionais e determinados padrões de masculinidades ou modos de ser homem apresentados por hooks, razão pela qual vou propor que compreendamos os homens sobre os quais hooks discorre em quatro categorias. Sou consciente de que toda classificação deste tipo é redutora, porém acredito que os

³⁷ Somebody who trades in ideas in their vital bearing on a wider political culture.

³⁸ Julgo que a expressão *we real cool*, dos *gangsta rap*, pode ser traduzida como “a gente é foda mesmo” e faz alusão ao meio violento e patriarcal no qual se movem estes homens. hooks citará no final do livro um poema de Gwendolyn Brooks que rima “we real cool” com “we die soon” (WRC: 152)

³⁹ All the black men that I love see themselves as isolated, cut off from any sense of group solidarity.

⁴⁰ No ano anterior havia lançado *The Will to Change: Men, Masculinity, and Love*, do qual pude conseguir apenas uma versão parcial. Este livro está dirigido a homens, negros ou brancos.

valores explicativos que ela nos oferece aqui são válidos, sempre e quando a leitora tenha em conta suas limitações.

Podemos adiantar sumariamente que: o avô materno, nascido em princípios do séc.XX, refere-se a um modelo de masculinidade que tende à equidade, cujas origens remetem às estruturas familiares africanas e à sua reorganização no período escravocrata. O pai, nascido nos anos 20, seria um representante de uma masculinidade provedora, dentro de uma família nuclear que pendia ao estabelecido pela normatividade burguesa européia no século XIX⁴¹. O irmão, assim como os dois homens com quem hooks manteve uma relação sentimental, nascidos entre os anos 50 e 60, apontariam a uma masculinidade individualista, pendente do êxito econômico e social, enquanto o quarto modelo seria o representado pelos *gangasta rapper*, correspondente a jovens dos anos 90, que primam pela radicalização do individualismo e pela exaltação da violência.

Com seis irmãs e um irmão, hooks vive a infância e a adolescência dentro de uma família trabalhadora. A mãe trabalha em casa e, de modo ocasional, também fora. O pai é vigia nos correios, recebendo inicialmente um salário menor que o dos brancos⁴², estando também exposto a um racismo cotidiano, sendo seu dinheiro destinado à família. Formalmente, um exemplo de família nuclear negra bem sucedida, o que era lembrado por sua mãe nos momentos de conflito e revolta das/o filhas/o para com a figura paterna, distante e violenta. A mãe é levada a lembrar uma e outra vez que elas/e devem ser gratas por seu pai ter triunfado aí onde muitos negros tinham fracassado, sendo capaz de agüentar o racismo do mundo trabalhista para trazer para casa o dinheiro que esta requeria.

Embora as famílias negras, tanto estadunidenses como no resto das Américas – como veremos no Cap.VI, sobre a obra de Rita Segato –, não tenham adotado o modelo de família nuclear de forma majoritária, houve um interesse por parte das classes brancas dominantes dos EUA, desde princípios do séc. XX até a contemporaneidade, de incentivar a nuclearização da família negra. Tratava-se, como mostrará a teórica branca Robyn Wiegman (1989), não de uma forma de inclusão igualitária, mas de solidificar a sujeição das mulheres e manter os homens negros aliados a esta sujeição sem que lhes fossem acessíveis os meios de usufruir dos mesmos benefícios que os brancos. Esta estratégia teve

⁴¹ Sobre a “família nuclear patriarcal”, ver também Olavarria (2001a, Cap. VII desta dissertação) e Wiegman (1989). Ambas mostram o modo com que este modelo foi dirigido desde o governo chileno (Olavarria) e desde os meios culturais nos EUA (Wiegman).

⁴² Era comum nos EUA as pessoas negras serem contratadas por um salário menor que as brancas, pelo mesmo trabalho. Com a conquista dos direitos civis na década de 1960, esta prática se tornou ilegal. O pai de hooks viveu o período de transição.

várias ênfases segundo o momento político, sendo muitas vezes apenas disfarçável a intenção de jogar os homens negros contra as mulheres⁴³.

É fundamental observar que, embora não possa ser representativa da forma dominante de família negra, a de hooks atinge uma porcentagem importante de lares e, o que é principal, ela se encontra próxima aos modelos que, incentivados pelos grupos dominantes brancos, são assumidos como próprios por parte da população negra. Homens que trabalham fora, mulheres que o fazem principalmente dentro e uma assimetria hierárquica análoga à que há entre as famílias brancas.

Também se faz importante mencionar que, para estes homens, há uma valorização não apenas do trabalho, mas também da própria capacidade de poder agüentar o racismo⁴⁴. Esta frase que hooks recolhe de Nathan McCall a respeito de seu padrasto é impressionante: “Vindo do *Deep South*, meu padrasto acreditava que você tem de ignorar toda a merda que as pessoas brancas jogam contra você e aprender a engolir o orgulho para sobreviver. Sem a referência dos direitos civis, ele acreditava que os negros poderiam *vencer o racismo trabalhando como escravos*”⁴⁵ (WRC: 20, itálicos meus). Vencer o racismo mediante trabalho escravo é uma aposta tragicamente perdida. O pai de hooks torna-se uma pessoa taciturna, distante e violenta. Sua mãe, fiel escudeira por décadas, encontra-se hoje, segundo sua filha escritora, muito decepcionada, pois há mais de cinquenta anos está junto a um homem que não parece ser capaz de expressar amor. As filhas sofreram enormemente, assim como o filho, ainda que hoje se pareça mais com o pai do que jamais houvesse desejado.

hooks fala com pena de seu irmão. A experiência conjunta da opressão paterna e o sentimento de irmandade em torno à sua resistência se desfizeram com a adolescência dele. Ela não tem dúvidas em afirmar que foi ele quem da prole teve de agüentar o maior peso da dominação patriarcal. As regalias na casa pelo fato dele ser o único filho não

⁴³ hooks oferece (2003) um exemplo desta estratégia, ao mencionar uma série de artigos que Newsweek Magazine publicou durante a primeira guerra do Golfo, sugerindo ser a desmasculinização dos homens de cor provocada pelo progresso nos campos do trabalho e da educação por parte das mulheres negras. Este tipo de informação distorcida estava claramente ligada à necessidade de suavizar a indignação para com o envio maciço de homens de cor ao Iraque. Por outro lado, tanto Davis como Wallace, nas obras citadas, mencionaram informes governamentais, especialmente o de 1965, denominado “Negro Family”, que apontam à disfuncionalidade da família negra provocada pela insubmissão das mulheres e a necessidade do estabelecimento de uma “autoridade masculina”.

⁴⁴ Daqui surge também um mito ante ao qual as mulheres negras teriam de fazer frente: o de que, por se encontrarem no espaço público, os homens negros sofrem maior racismo, o que lhes permitia demandar apoio incondicional das mulheres.

⁴⁵ Coming from the Deep South, my stepfather believed that you had to ignore all the shit that white people dished out and learn to swallow pride for survival's sake. Cut from the civil rights mold, he believed blacks could *overcome racism by slaving hard*.

compensaram a violência física e verbal que sofria por parte do pai em cada momento em que não conseguia alcançar aquilo que se espera de alguém que está se tornando homem. hooks acredita haver uma impossibilidade de homens como ele acederem a uma auto-estima elevada. Na adolescência, ele se afastou das irmãs e da mãe e adotou aquela que era a forma contemporânea de ser homem: longe do feminino, das mulheres e dos afetos, tal como seu pai, porém diferente na forma de enfrentar o mundo mais amplo. Se o estilo do pai poderia ser designado como o de responsabilidade financeira familiar, o de seu irmão é o de fazer dinheiro:

Como tantos homens negros em nossa cultura, ele quer fazer muito dinheiro. Se virmos que ele tem um trabalho bem-pago, sua habilidade para estar orgulhoso do que ele é e do que cumpre é sempre diminuída pelas fantasias de ter mais. Quando ele enfoca suas energias mais em fazer do que em ter, sua satisfação aumentará⁴⁶ (WRC: 30).

Tratava-se, para aqueles homens que entraram na etapa adulta entre os anos setenta e oitenta, de um segundo modo de responder (claramente rebelde) às pretensões brancas de direcionar os modos de ser das famílias e dos homens negros. A questão aqui não é a de prover uma família⁴⁷, mas de se conseguir muito dinheiro ou glória. Este momento, pós-mobilizações pelos direitos civis, unido aos assassinatos dos grandes líderes Luther King e Malcolm X, teve efeitos claramente nocivos para os interesses dos movimentos. Dentre as gerações anteriores, havia um extenso sentimento de pertença à comunidade negra, um maior compromisso com laços familiares, uma valorização do trabalho e da intelectualidade, e uma estima para com os líderes. Tudo foi fortemente abalado. Os líderes negros, a partir dos anos oitenta, sem o conhecimento histórico e político dos anteriores, apostaram pelo separatismo ou nacionalismo negro, baseado em uma masculinidade de vigor físico e sexual, superior à dos brancos, que distanciava e excluía as mulheres. A população que supostamente lhes seguiria os percebia como orgulhosos e interessados, o que contribuiu para uma perda da dimensão política do ser negro que havia sido primordial ao longo de todo o período pós-escravagista até então.

Mas muitos homens negros correntes não pareciam ser diferentes destas novas lideranças. A dignidade do trabalho, exacerbada anteriormente, é desvalorizada, sendo que homens como o pai de hooks ou o padrasto de Nathan McCall passam inclusive a serem

⁴⁶ Like so many black males in our culture, he wants to make lots of money. Though he has a responsible well-paying job, his ability to be proud of where he is and what he has accomplished is often diminished by fantasies of having more. When he focuses his energies on doing more, rather than having more, his life satisfaction increases.

⁴⁷ hooks menciona que a porcentagem de famílias chefiadas por homens descendeu, dos anos 50 para a atualidade, de dois a um terço. Esta é, de todas formas, uma tendência mundial.

desprezados por terem se vendido tão barato aos brancos. Passa-se progressivamente a valorizar o enriquecimento fácil⁴⁸ e o interesse familiar ou comunitário cede ante o individualismo.

A sorte de seu irmão é parecida com a dos dois homens com os quais hooks teve compromisso sexual-afetivo longo. No princípio, todos tiveram reflexões críticas e autêntica indignação a respeito do modo como seus pais se dirigiam a eles e às respectivas famílias; um sentimento de tristeza e decepção pela condição que tiveram de passar. No entanto, os três passaram a adotar, progressivamente, modos acordes à cultura patriarcal. No caso do irmão isto foi evidente na adolescência e os outros homens – um deles próximo ao movimento feminista – passaram por este processo de *repatriarcalização* após o encontro com hooks, ou seja, já na vida adulta. A diferença entre estes homens e o irmão seria que enquanto este se preocupa com o dinheiro, aqueles procuram obsessivamente reconhecimento profissional, o que de todas as formas os levou a se isolarem de seus sentimentos e das pessoas próximas, sendo que o último de seus companheiros se tornou inclusive uma pessoa violenta, ainda que hooks não precise o que isto significa.

No final da década de 1980, emerge o que seria um terceiro tipo de masculinidade negra relacionada às estratégias brancas de normatização familiar-genérica, cujo modelo é o *gangasta rapper*. Essa extensa citação que hooks toma do rapper e ativista Kevin Powell⁴⁹ é esclarecedora:

O hip-hop foi criado no embalo da era dos direitos civis por homens negros e latinos empobrecidos, que literalmente fizeram algo do nada. Mas ao fazer algo do nada, muitos de nós homens nos amarramos a noções brancas e patriarcais de masculinidade – ou seja, o modo de ser homem é ter poder (...). Os artistas negros do hip-hop, que receberam aclamações, se encontram próximos à violência, imbuídos do estereótipo racista/sexista de que o homem negro é um predador primitivo. (...) (O rapper) é apenas nostálgico ou se refugia na fantasia de uma cultura separatista que não é funcional no mundo de hoje. Não entender o neo-colonialismo é não entender a vida do presente⁵⁰ (WRC: 59-60)

A lucidez e consciência de Powell são, no entanto, raras. Primam exemplos contrários: ainda que todos os *rappers* compreendam o fato de estarem excluídos do

⁴⁸ Como menciona hooks mediante o trabalho de Susan Faludi, e como desenvolve Susan Jeffords em sua análise de *Platoon* (1997), esta mudança da exagerada valorização do trabalho até os anos sessenta para a atitude oposta dos jovens nos anos oitenta ocorreu também entre os brancos estadunidenses.

⁴⁹ Powell diz ter adquirido a noção “do tanto que acreditava serem as mulheres inferiores” no dia em que golpeou sua então namorada. Escreveu uma carta a respeito logo após o acontecido (2003).

⁵⁰ Hip-hop was created on the heels of civil rights era by impoverished black men and Latinos, who literally made something out of nothing. But in making that something out of nothing, many of us men of color have held tightly to white patriarchal notions of manhood – that is, the way to be a man is to have power. (...) Black male hip-hop artists who receive the most acclaim are busy pimping violence; peddling the racist/sexist stereotypes of the black male as primitive predator. (...) (the rapper) is simply nostalgic about the past or seeking refuge in a fantasy of cultural separatism that is not functional in the work world today. But to not understand neo-colonialism is to not live fully in the present.

sistema, não tem outra coisa para propor em seu lugar que patriarcado e capitalismo - ostentação de bens, mesmo se alcançado mediante o tráfico, rivalidade com os brancos, sexualização das mulheres ou violência contra elas⁵¹.

Todos estes tipos de masculinidades encontram-se em diálogo ou em resposta ao “imperialist white-supremacist capitalist patriarchy”. São algumas das possibilidades de assumir e/ou de se rebelar àquilo que a ordem imperial planeja aos homens e às pessoas negras. Embora haja, de fato, um movimento histórico que vai de uma forma de ser homem ligada ao trabalho e à família nuclear a uma outra ligada a um individualismo viril e capitalista, sempre houve e há alternativas. A que privilegia hooks corresponde a um momento prévio às tentativas de controle da supremacia branca sobre as famílias negras. Tratar-se-ia de reivindicar uma forma organizacional familiar negra que precede à interpelação patriarcal branca. Como descrito na primeira epígrafe, os testemunhos de escravizados nos EUA apontam para um estranhamento das formas de divisão familiar brancas, assim como da obsessão sobre a sexualidade dos colonizadores. É esta vivência africana que parece entrever hooks em seu avô paterno:

Daddy Gus, o pai da minha mãe, me deu o amor que meu coração precisava. Calmo, terno, gentil, criativo, um homem de silêncio e paz. Ele me ofereceu uma visão da masculinidade negra que corre contra a norma patriarcal. Foi o primeiro homem negro radical da minha vida. Ele assentou as bases. Sempre me envolvendo no diálogo, sempre dando suporte ao meu desejo por aprender e sempre me encorajando a falar o que penso. Honro a confiança entre nós, as lições de cumplicidade entre homem e mulher negra. Ele me demanda seguir o caminho do diálogo com o homem negro, a continuar o trabalho do verdadeiro amor⁵² (WRC: xvii).

Em um trabalho de maior fôlego sobre esta questão, em que reviu todos os escritos sobre as famílias negras nos Estados Unidos pré e pós abolição, Davis (1981) mostra como o modo familiar negro no período escravagista esteve livre de um controle direto por parte dos brancos. Estes exigiam ao máximo a igualdade no trabalho escravo, a ponto que a grande maioria das mulheres negras não se encontrava, contra o sentido comum, trabalhando na casa dos brancos, mas nos mesmos trabalhos que os homens negos⁵³.

⁵¹ Como veremos no Cap. III, este modo de ser homem é muito semelhante ao dos jovens de bairros africanos em Toulouse, mais ainda quando recordamos que as mulheres da mesma geração têm maior escolaridade e maior inserção laboral. A este modo de ser homem, sem acesso sequer aos empregos mal pagos e que exacerba todo o tido como masculino, Welzer-Lang denomina “virilismo”.

⁵² Daddy Gus, my mother's father, gave me the love my heart longed for. Calm, tender, gentle, creative, a man of silence and peace, he offered me a vision of black masculinity that ran counter to the patriarchal norm. He was the first radical black man in my life. He laid the foundation. Always engaging me in dialogue, always supporting my longing for knowledge, and always encouraging me to speak my mind, I honor the covenant between us, the lessons of black male and female partnership grounded in mutuality he taught me by continuing to dialogue with black men, by continuing to do the work of true love.

⁵³ O único trabalho que era considerado impróprio às escravizadas era o da mineração.

Consideradas como mão-de-obra, não havia a necessidade ou possibilidade de estender a elas a normatização à qual estavam sendo submetidas, ao longo do séc. XIX, as mulheres brancas em torno do lar e da maternidade, do mesmo modo que a violência e o poder de morte dos homens brancos sobre a população escravizada garantiam o exercício máximo da força de trabalho, não justificando estratégias políticas específicas que organizassem sua vida familiar.

Davis também afirma que a maior parte das pesquisas históricas aponta para uma relação de equidade nas casas dos escravos. A hipótese de um matriarcado negro, porém, levantada por pesquisadores brancos, muitos deles através de pesquisas encomendadas pelo governo dos EUA, não resiste a uma comparação com os dados disponíveis. Tal hipótese se explicaria apenas pelos seus efeitos buscados: o de propor uma feminilização do homem negro que fosse causada pelas mulheres negras, o que implica uma tentativa de cisão de gênero entre esta população. Há indícios de uma forte igualdade, pois o trabalho doméstico era dividido de forma bastante equitativa, mas sem que houvesse uma nuclearização das famílias, havendo laços fortes entre todos os habitantes de um mesmo *quarter*. Mas nada disso supõe uma superioridade das mulheres.

Assim, ganha uma fundamentação histórica a proposta política das feministas negras de que a equidade entre homens e mulheres é um passo decisivo no processo de descolonização e não apenas uma solidariedade requerida pelas mulheres. De fato, diferentes trabalhos históricos apontam de forma inequívoca que esta maior equidade existiu⁵⁴. A historiadora francesa Arlette Gautier (2005) expõe que na África negra em geral, especialmente na Nigéria, as mulheres têm enorme autonomia: eram guerreiras, caçadoras de elefantes e sacerdotizas e se opuseram de forma organizada, no início do séc. XX, contra as tentativas do governo colonial inglês de nuclearização familiar para o povo nigeriano. Como veremos no capítulo VI. Ruth Landes (2003 [1947]) e Segato (2003) desenvolvem a hipótese de que o processo de escravidão no Brasil inclusive radicalizou esta maior equidade, a ponto mesmo de que em alguns contextos houvesse uma superioridade das mulheres (contrariando, portanto, o que defende Davis para o caso estadunidense).

Voltando ao feminismo *black*, é também interessante que Davis e hooks cheguem inclusive a propor que esta maior equidade foi fundamental para a elaboração político-

⁵⁴ O fato de eu ter conseguido menos leituras sobre o feminismo *chicano* me impossibilitou obter mais dados do que os já expostos mediante o texto de Anzaldúa, e que apontam a uma relação patriarcal, porém não excessivamente violenta, entre o homem *chicano* e sua família.

teórica dos primeiros grandes nomes da luta anti-racista estadunidense e mundial. De fato, impressiona o título da palestra de Frederik Douglass (1818-1895), primeiro grande pensador e político da causa negra⁵⁵: *I Am a Radical Woman Suffrage Man*. Ele advogou pela completa igualdade entre todos os seres humanos e disse tomar como um elogio o ataque daqueles que duvidavam de sua condição de homem por defender a igualdade das mulheres. W.E.B Du Bois (1868-1963) e CLR James (1901-1989, nascido em Trindade e Tobago e radicado entre as décadas de 1930 e 1950 nos EUA), são dois grandes intelectuais e políticos negros da primeira metade do século XX que também apoiaram as causas das mulheres. A erudição destes homens, seu contato com o socialismo, sua teorização sobre o imperialismo e sua recusa ao separatismo racial indicaram de modo claro que hooks não se equivoca ao considerar ser este um campo aberto ao pensamento.

É também importante a releitura que hooks traz de Luther King (1929-1968) e Malcolm X (1925-1965), procurando mostrar como ambos, na medida em que se aproximaram daqueles primeiros pensadores negros, direcionaram suas lutas para além de um simples anti-racismo ou do redutor nacionalismo negro, o que implica uma aproximação às lutas das mulheres.

A proposta política das feministas de cor adquire, assim, enorme força. É respaldada tanto pelas organizações familiares africanas, quanto pelos rearranjos das mesmas no período de resistência à escravidão e ainda pelo legado dos grandes líderes negros da nação, que apoiaram não apenas as lutas das mulheres como também compreenderam que a opressão da população negra como um todo era indissociável do capitalismo e do imperialismo.

1.4. Dois outros pontos sobre os homens (e sobre o feminismo)

Em outros dois escritos, hooks traz reflexões que merecem serem ressaltadas, partindo sempre de experiências pessoais, destas vezes, eventos pontuais. Em *Devorar al otro: deseo y resistencia* (1996), ela menciona um dia em que caminhava pelo centro de New Harver e escutou alguns jovens brancos conversando sobre a necessidade de, antes de se graduarem, transarem com o maior número possível de mulheres de outras etnias. Em uma conversa em sala de aula com suas e seus estudantes sobre o presenciado, conclui-se que, para estes jovens, transar com mulheres não brancas implica uma experiência de transcendência ou mesmo um ritual de passagem, no qual se apoderariam de uma

⁵⁵ Douglass esteve escravizado até os 20 anos, quando foge do sul a Nova Iorque vestido de marinheiro.

sensualidade ou mesmo de uma maior experiência que seria fundamental para a sua maturação. Mas tratar-se-ia também de expurgar um sentimento de culpa ou de pena por, enquanto brancos, terem destruído outras culturas, sendo a experiência de usufruto do corpo de uma mulher não branca a possibilidade de entrar em contato com um “pedacinho” do outro, consumi-lo ou assimilar sua diferença (1996:19-21). Isto se associa, de modo evidente, à compreensão do corpo de outras mulheres como dispostos aos desejos dos homens brancos, tal como Davis tinha proposto em suas análises sobre os estupros de mulheres não brancas nos EUA.

Já em *Representations: feminism and black masculinity* (1991), relata a surpresa de uma colega professora ao saber que hooks tinha incluído na bibliografia de seu curso um texto sobre raça e cultura do autor negro Ishmael Reed, cujos escritos poderiam ser considerado sexistas. hooks replica que ninguém se encontra livre de oprimir e que são muitos os escritos com conteúdos sexistas de autores canônicos, como Foucault, Freud ou Derrida, que não serão jamais abandonados pelas feministas. Trata-se então de constatar, sem ânimos de conflitar, uma forma de racismo que se mantinha impensada dentro do feminismo: a intolerância maior com o sexismo dos homens negros do que com o dos brancos.

1.5. Considerações

É instigante pensar que, não apenas as feministas negras foram as primeiras a pensar a questão dos homens dentro feminismo, mas também que as primeiras organizações de mulheres negras tenham surgido para defender os homens negros dos linchamentos. A luta destas mulheres nunca foi apenas por elas mesmas, mas por sua comunidade. As mulheres brancas e de classe média ou alta podem com certa facilidade alcançar um plano abstrato em que se encontram separadas dos homens, mas para as mulheres negras este nível se encontra vedado.

É neste sentido que hook advoga pela

crítica del imperialismo; lo que nos une a las luchas de liberación de mucha otra gente en el mundo. Si no tenemos ese tipo de perspectiva global sobre nuestra realidad social, nunca seremos capaces de reinventar un movimiento revolucionario para la autodeterminación negra que no sea exclusivo y que no asuma algún tipo de nacionalidad patriarcal. (bell hooks, 2003; cursivas do texto)

Não há possibilidade de uma luta setorial, é necessário unir frentes com todas as lutas de liberação. Por isto impressiona que, apesar de as mulheres negras terem dificuldades para

serem escutadas, elas não optem por um caminho separatista, mas sigam procurando diálogos com os movimentos negros e feministas. Foi assim desde a criação dos clubes de mulheres negras, como nos mostrou Davis, e prossegue até hoje na obra de mulheres como hooks, que atravessam as fronteiras da América Latina e da África com o intuito de estabelecer contato com os pensadores terceiro-mundistas.

Sua luta, no entanto, é complexa. As autoras consideradas nos expuseram toda uma gama de estratégias por parte do “imperialist white-supremacist capitalist patriarchy” sobre as famílias e os homens negros: os linchamentos como forma de submissão, a elaboração de informes estatais sobre o matriarcado negro como modo de dividir a comunidade negra ou o assassinato dos líderes anti-imperialistas são apenas indicativos de quantos elementos de ordem política, econômica e simbólica se encontram em jogo.

2. FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA ESTADUNIDENSE. Eve Sedgwick: historicização do tráfico de mulheres e capitalismo

O pós-estruturalismo é uma denominação ampla que se aplica inicialmente a um conjunto de filósofos franceses cujo pensamento rompe com as pretensões omniexplicativas estruturalistas a partir de, principalmente, mas não apenas, uma ligação com o pensamento alemão crítico à modernidade, de Hegel a Heidegger. Deleuze, Foucault, Lacan e Derrida são alguns dos autores aos quais a denominação pós-estruturalista se aplica, sendo que nenhum a reconheceu como própria, o que indica o caráter mais alusivo que explicativo do termo. O que une minimamente estes pensadores é, utilizando a expressão de Judith Butler (1998) e de Olivier Marchart (2009), a procura de um pensamento sem fundamento último.

O feminismo pós-estruturalista, conseqüentemente, é aquele que se encontra em diálogo com estes autores franceses e com seus mestres alemães, compartilhando a suspeita em relação aos fundamentos. Na França, desde finais dos anos sessenta, três autoras, Julie Kristeva, Luce Irigaray e Hélène Cixous desenvolveram, em diálogo com Lacan, Deleuze e Derrida, um pensamento do feminino enquanto *Alteridade radical* que não se deixa apreender pela instância masculina do *Mesmo*⁵⁶. A obra destas autoras foi muito importante para o feminismo estadunidense, porém, sua proposta de separação das esferas do masculino e do feminino não satisfaz as norte-americanas (ver, por exemplo, Butler, 2001 e Spivak, 1997). Esta insatisfação, assim como os debates iniciados pelas *chicanas* e negras sobre os limites do feminismo tradicional, é o que permitirá o pós-estruturalismo estadunidense aprofundar questões inicialmente alheias ao feminismo, como a diferença entre as mulheres, os homens ou a transgeneridade⁵⁷.

No entanto, a ausência de um fundamento último deu lugar a uma série de mal entendidos a respeito do pós-estruturalismo, feminista ou não. Acredito que esta constatação de Butler a respeito da recepção de sua primeira obra nos permite compreender bem a raiz destas incompreensões:

Uma das interpretações que se fez de *Gender trouble* consiste em dizer que o sexo não existe, que ele não é mais do que o gênero e que este último é performativo. A partir disto,

⁵⁶ Monique Wittig (2005), embora compartilhe com estas autoras um interesse preferencial pela literatura, estabeleceu um diálogo maior com as ciências sociais francesas, antes que com os pós-estruturalistas. Ainda assim, seu pensamento se aproxima ao destas autoras, ao compreender que mesmo o termo mulher apenas tem sentido dentro da ordem masculina.

⁵⁷ A teoria *queer*, analisada no final deste capítulo, a compreendo como uma extensão do feminismo pós-estruturalista, dado que expande os pressupostos não-fundamentalistas às reflexões sobre sexualidade.

alguns deram um passo a mais e imaginaram que, se o gênero é performativo, ele é radicalmente livre⁵⁸ (Butler, 2005 [1994]: 14).

Eu constatei com interesse que este livro fazia eco a qualquer coisa que já estava lá, que esperava ser revelada, mas, em definitivo, eu acho que sua popularidade é devido a uma representação perfeitamente errônea daquilo que eu procurava dizer!⁵⁹ (Butler, *ibid.*: 16).

Interpreto estas linhas da seguinte maneira: esta “coisa que já estava lá” é nossa ansiedade (legítima) por ver reconhecida e desestruturada as diferentes normatividades ou opressões (no caso, as relativas ao sexo). Assim, uma vez que entramos em contato com um pensamento não-fundamentado tão sedutor como o da performatividade, damos um passo prematuro e acreditamos que superamos aquilo que, para o mal e para o bem, apenas estamos começando a compreender como nos conforma. Em escritos posteriores, Butler se empenhou em evidenciar como aquilo que denomina performativo não implica livre arbítrio, senão que nossa liberdade é indistinguível das normas que nos precedem e que condicionam nossas respostas ao mundo. O fundamento é contingente, não inexistente. Ele nos condiciona, sendo nosso conhecimento a respeito insuficiente para nos livrarmos dele. É contingente na medida em que não é necessário, podendo ser diferente e ser modificado. Mas é fundamento na medida em que continua sendo o chão em que andamos. Isto é válido tanto para as normas que nos oprimem quanto para o pensamento ou a política que erguemos em sua oposição: tanto o que nos oprime quanto o que nos liberta é algo aleatório que, porém, nos sustenta⁶⁰.

Uma outra defesa contra a excessiva confiança gerada pelo feminismo não-fundamentado é a que Robyn Wiegman (2002) realiza a respeito da transformação dos *women's studies* em *gender's studies*, à qual acompanha mediante o desenvolvimento do pensar sobre os homens. Um primeiro momento deste pensar seria o exposto no capítulo anterior: ao reivindicarem as diferenças entre as mulheres, as feministas de cor também questionaram a tácita compreensão da igualdade entre homens, e reivindicaram um feminismo aberto às opressões neo-coloniais. O segundo momento é o pós-estruturalista, caracterizado por um estudo sistemático a respeito dos diferentes laços estabelecidos entre homens. Finalmente, com a teoria *queer*, questiona-se a linearidade das experiências de

⁵⁸ L'une des interprétations que l'on a faites de *Gender Trouble* consiste à dire que le sexe n'existe pas, qu'il n'y a que le genre, et que celui-ci est performatif. À partir de là, certains font un pas de plus et s'imaginent que, si le genre est performatif, c'est qu'il est radicalement libre.

⁵⁹ J'ai constaté avec intérêt que ce livre faisait écho à quelque chose qui était déjà là, qui attendait d'être éveillée, mais, en définitive, je crois que sa popularité est due à une représentation parfaitement erronée de ce que je cherchais à dire!

⁶⁰ No mesmo sentido, afirma Sedgwick (1998 [1990]) que não nos encontramos em capacidade de superar os binarismos que condicionam a cultura ocidental, mas apenas hábeis para identificá-los.

sexo, gênero e sexualidade, sendo uma de suas conseqüências a impugnação da masculinidade como intrínseca aos homens⁶¹. Desta forma, dado o amplo espectro de seres que passam a povoar o feminismo: homens, pessoas transgêneros, intersexos ou mulheres, surge como natural uma adoção da nova terminologia para denominar o campo: *gender's studies*. No entanto, Wiegman, sem pretensões saudosistas, acredita que devemos estar conscientes do que se perde neste processo. Para ela, o termo *women* é um ponto de encontro entre identidade e as tensões que a constituem. É um termo investido de amplo espectro de significantes, obviamente contraditórios e, neste sentido, fértil política e intelectualmente. A transferência nominal para *gender*, com o que ela denomina “pretensão de coerência”, dificulta que nos encontremos com o limite do pensamento identitário. A pluralização das identidades e a proliferação de novas terminologias não superam os limites do pensar e do atuar político, mas perigosamente, dão a entender que sim o fazem.

Assim, o pós-estruturalismo que trago aqui é, com relação à expectativa que ele freqüentemente gera, conservador. Não se trata de superar o sexo ou o gênero, tampouco de implodir binarismos, mas de, com muita paciência, perceber como eles organizam nossas vidas, de que forma a violência que lhes é inerente nos afeta e de perceber aqueles pontos de fugas que nos forem permitidos, mas também de como estas fugas podem reconduzir-nos à prisão inicial. Por outro lado, tampouco se trata de renegar nossa legítima ansiedade por um mundo outro, base de todo pensamento radical. Faz-se necessário dialogar entre uma ansiedade que pode nos levar a não advertir aspectos fundamentais do mundo e uma consciência dos limites que poderia conduzir-nos a um fatalismo. Não haverá, obviamente, nunca uma posição acertada a respeito; toda mediação é, uma vez mais, contingente.

À diferença de outros capítulos, este se organiza seguindo a ordem cronológica em que as obras tratadas emergiram, com o objetivo de facilitar uma maior compreensão. Em primeiro lugar, contemplarei a obra de Gayle Rubin, pilar do pensamento pós-estruturalista. Em segundo lugar, a obra principal do capítulo, de Eve Sedgwick, que em continuidade com a de Rubin, realiza um exercício comparativo de ordem histórica cujas ressonâncias nos estudos sobre homens foi imediata. Em seguida, a de Robyn Wiegman, que se desenvolve sobre a senda de Sedgwick e, finalmente, a obra *queer* de Judith Halberstam.

⁶¹ A leitora poderá inferir que o presente capítulo, assim como o anterior, está organizado segundo a proposta de Wiegman.

2.1. Gayle Rubin e o tráfico de mulheres

Tu propia madre, tu propia hermana, tus propios puercos, tus propios camotes que has apilado, no los puedes comer. Las madres de otros, las hermanas de otros, los puercos de otros, los camotes de otros que ellos han apilado, los puedes comer.

(homem Arepesh, Lévi-Strauss *apud* Rubin, 1986 [1975])

Embora as concepções de *Traffic in women* sejam amplamente conhecidas pela academia brasileira, gostaria de repassar dois de seus pressupostos. Um de ordem teórico e outro político. O teórico concebe que os laços sociais em comunidades humanas pré-estatais são estabelecidos mediante parentesco, o qual requer a troca de mulheres entre diferentes grupos familiares. Tal troca, que Rubin (1986 [1975]) denomina tráfico, demanda uma ordem bipartida de gênero (homens e mulheres), heterossexualidade e a sujeição das mulheres, dado os laços sociais se concretizarem entre as pessoas que trocam e não entre as trocadas. Esta lógica da troca, estabelecida por Lévi-Strauss, teria um efeito explicativo sobre a configuração psíquica tal como exposta por Freud: os seres humanos, originalmente bissexuais, conformam-se como heterossexuais na medida em que emergem na ordem social. Ao tomar consciência deste fato, de que terão de se tornar homens ou mulheres e orientar sua sexualidade ao sexo oposto, as crianças entram no traumático processo edípico. O que nem Freud nem Lévi-Strauss teriam enfatizando o suficiente é a violência deste processo, especialmente sobre as mulheres, assim como sequer puderam imaginar sua contingência, tomando-o como universal.

O pressuposto político intuía que, dado na modernidade não serem requeridas alianças entre grupos familiares, o sistema de parentesco se extinguiria, a criação das crianças seria efetuada conjuntamente por mãe e pai, com o qual a crise edípica também se extinguiria. Assim, aproximar-nos-íamos de uma ordem de gênero andrógina, na qual os traumas da criança ao serem inseridas na cultura perderiam a severidade que tem no atual sistema de sexo/gênero. Porém, o fim do parentesco dito tradicional não parece perto de acontecer e, vinte anos depois de escrito *Traffic*, Rubin confessa em entrevista a Butler (2003 [1994]) encontrar-se tão pessimista quanto fora otimista em 1975. Esta concepção da permanência da lógica estrutural do gênero para além de sua funcionalidade inicial será retomada por Sedgwick em sua elaboração sobre a importância do controle da sexualidade das mulheres nos momentos de transição históricos e por Segato (cap. VI) que mostra uma quebra relativa desta lógica no caso dos povos escravizados no novo mundo, onde as mulheres alcançam uma liberdade radical para com os homens de seu grupo social.

2.2. Eve Sedgwick

Eve Sedgwick tem uma produção múltipla e variada. Estilisticamente, transita entre crítica literária, poesia, autobiografia ou “escrita criativa”. Em termos temáticos, interessa-se por literatura inglesa, filosofia e feminismo desconstrutivista, estudos *queer*, ativismo anti-câncer, pedagogia e budismo. Embora seja uma mulher heterossexual, esteve sempre muito comovida pela experiência gay, especialmente a dos homens (Sedgwick, 2002).

A intersecção em suas obras do que ela denomina “fineza desconstrutivista” e da perspectiva histórica do feminismo marxista proporcionou reflexões de grande repercussão no feminismo e no pensamento *queer*, do qual ela é tida como uma das iniciadoras. Em suas releituras de clássicos da literatura em língua inglesa observou com rara sensibilidade o modo em que o âmbito íntimo das personagens se reconstrói permanentemente segundo as emergências de diferentes forças históricas ligadas ao gênero, à sexualidade, ao capitalismo e à raça. Assim, pôde delinear o modo em que as formas de opressão carecem de qualquer necessidade, mas que se encontram em meio a determinações históricas absolutamente contingentes. Isto, porém, não deveria fazer acreditar que são superáveis facilmente: o social naturalizado é quase tão sólido quanto a natureza que reivindica. Seus argumentos foram, assim, fundamentais para a configuração de um pensamento *queer* que propugnasse uma outra ordem de gênero imbricada a uma outra lógica social, para além de uma mera política de inclusão gay.

É importante lembrar a polêmica que gerou ao ser convidada como conferencista no seminário *Constructing Masculinity*, que teve lugar no início dos anos noventa. Sedgwick mostrou-se surpresa ao perceber que todo o evento estava destinado a pensar os homens, sem uma mínima menção à masculinidade das mulheres, censurando que outras pensadoras que se debruçam sobre as questões, como Judith Halberstam ou Joan Nestle não tivessem sido convidadas. Como veremos, as críticas de Halberstam aos *men's studies* será ainda mais severa. O texto de Sedgwick aparece nos anais do seminário (1995).

Em vários de seus escritos da década de 1990 e 2000 expôs, biográfica, poética e experimentalmente, sua experiência como afetada pelo câncer de mama (Jason Edwards, 2009). O primeiro diagnóstico o recebeu em 1991 e, após sair vitoriosa deste primeiro combate, não deixou de lembrar (2002) que todos os tipos de câncer, após cinco anos sem retornos, são considerados como curas completas, exceto o de mama. De fato, após 18

anos, no dia 12 de abril de 2009, quando esta dissertação se encontrava em processo de finalização, Eve Sedgwick falece por causa deste mal, aos 58 anos.

2.2.1. *Between men. English literature and male homosocial desire* (BM, 1985)

Between men (BM, 1985), primeiro livro de Sedgwick, é dedicado à compreensão das relações entre homens e ao modo em que as mulheres são nela consideradas, razão pela qual o exporemos aqui. São dois os objetivos principais da obra. Em primeiro lugar, advogar por um feminismo não separatista, próximo às lutas gays e lésbicas ou, mais precisamente, à luta contra a homofobia, entendida como dispositivo disperso sobre todas as relações sociais, alcançando as pessoas hetero não menos do que as gays⁶². Em segundo lugar, trazer categorias históricas, desenvolvidas principalmente pelo feminismo marxista, às “finas” discussões do feminismo desconstrutivista. O modo com que o fez, simples e eficaz, foi o de analisar como uma mínima estrutura – a do triângulo amoroso entre dois homens e uma mulher – funciona em diversas obras literárias inglesas distribuídas no tempo, sendo a primeira *Os sonetos*, de Shakespeare (provavelmente escritos entre 1570 e 1580) e a última *The mystery of Edwin Drood*, publicada em fascículos e interrompida pela morte de seu autor, Charles Dickens, em 1871⁶³. Assim, em um período de 300 anos, nos é dado acesso a toda uma sorte de triângulos ao redor dos quais giram diferentes configurações de gênero e de classe. Continuidades e discontinuidades se evidenciam e uma lógica histórica emerge sem que seja mecânica ou linear, assim como a estrutura das relações se desenvolvem sem amordaçar a singularidade das relações humanas.

O sexo e, mais precisamente, a sexualidade das mulheres, são compreendidas por Sedgwick como excepcionalmente carregados de significado e, assim, capazes de iluminar os encontros entre gênero e classe – e, “em muitas sociedades, raça” (BM: 11). A sexualidade das mulheres, no entanto, não é sinônimo de suas práticas sexuais, mas do posicionamento a elas atribuído mediante a heteronormatividade, tal como postulado por um amplo espectro de feministas, de Andrea Dorwkin a Gayle Rubin. De todas as formas, em conformidade com a historicidade que reivindica, o significado da sexualidade é considerado como variável, porém não arbitrário (BM: 22), encontrando-se em relação de co-determinação com o ambiente social e político mais amplo. É neste sentido que ela

⁶² Em *Epistemologia del armário* (1998 [1990]), Sedgwick pontua que, embora evidentes problemas, utiliza “gay” para denominar tanto mulheres como homens homossexuais.

⁶³ Dois capítulos fogem a este esquema. O quinto, sobre as concepções teóricas contemporâneas a respeito da homofobia e o *Coda*, sobre a recepção crítica à obra Walt Whitman pela crítica gay na Inglaterra.

adota o triângulo amoroso como figura de análise: uma estrutura formal, cujo conteúdo não é fornecido sem uma fundamentação mais ampla.

A figura triangular, pertencente à cultura popular, foi resgatada para a crítica literária por René Girard, a quem Sedgwick outorga igualmente o mérito de defender o predomínio do laço entre os dois homens do triângulo sobre aqueles entre cada um deles e a mulher. Uma segunda influência triangular reconhecida por Sedgwick é a edípica, em particular como formulada por Richard Klein, que enfatiza que a criança, para “formar-se” heterossexual, deve passar por um período de forte identificação com a figura parental do mesmo sexo, enquanto a que resulta homossexual passa por um período análogo de identificação com a do sexo oposto, ou seja: a homo e a heterossexualidade implicam um momento anterior, fundacional, no qual a orientação oposta é assumida.

Entretanto, ambos os triângulos se encontram fechados sobre si, sem contato com as ordens sociais ou históricas que lhes atravessam. Faz-se, assim, necessária a introdução do “*traffic-in-women paradigm*” (BM: 18) com o que ele implica: pacto entre homens, heterossexualidade compulsória, subjugação das mulheres e os correspondentes efeitos psíquicos⁶⁴. Assim, o ingênuo triângulo se infla com uma ampla base teórica.

Sedgwick comenta, de forma detida ou pontual, cerca de 30 obras do período considerado, sendo que a grande maioria pertence ao século XIX, por este constituir-se um período de mudanças históricas fundamentais. Diante das limitações evidentes, restringir-me-ei a acompanhar a análise de cinco destas obras: *The country wife*, de William Wycherley, de 1675, *Confessiones of a justified sinner*, de James Hogg (1824), *The Princess*, de Alfred Tennyson (1845), *Adam Bede*, de George Elliot (1859), e *The mystery of Edwin Drood* de Charles Dickens (1871), com a convicção de que oferecem um panorama das principais discussões do livro: a inter-relação entre gênero e classe, algumas das posições recorrentes ocupadas por homens e mulheres, a emergência da homofobia – prévia à emergência da homossexualidade “tal como hoy la conocemos” (Sedgwick, 1998) – e a ausência de vínculos entre mulheres⁶⁵.

⁶⁴ Aqui Sedgwick traz a análise de Luce Irigaray sobre a obra de Lévi-Strauss e Freud, que coincide em linhas gerais com a de Rubin. Para a autora francesa, a economia masculina regula a ordem sexual, de forma que a mulher nela presente não é mais do que a projeção dos homens sobre ela. Assim, masculino e feminino, homem e mulher, não aparecem como opostos, mas como uma e mesma coisa. Neste sentido, a experiência da mulher é aquilo que foge ao que o homem dela requer, sua alteridade radical, que não o complementa, nem o supera, mas que aponta a outra coisa. Ver Irigaray, 1981, e Butler, 2001.

⁶⁵ É importante observar, se pensamos que em nosso atual contexto dos estudos de gênero há uma preocupação em não isolar a análise dos homens das mulheres, que a própria Sedgwick reconhece que BM relega as mulheres a uma posição desvalida e isolada, que não faz justiça a seus poderes, laços e lutas. No

2.2.1.1. *The country wife*: “amar para ter rivais em uma mulher”

A importância desta obra, escrita em 1675, 125 anos antes do período privilegiado por BM, radica em sua posição contrastante com as outras obras consideradas, dadas as relações aqui privilegiadas serem aristocráticas antes que burguesas, mas também porque, na medida em que a obra ocorre em um período prévio ao da instauração da homofobia, nela se pode perceber uma capacidade de manipulação dos laços entre homens que posteriormente se fará mais difícil.

A relação homosocial privilegiada pelos homens de *The country wife* é o chifre (*cuckoldry*), enquanto ato sexual performedo mediante uma mulher, por um homem sobre outro, sem que necessariamente este último o saiba. O chifre difere de outras possibilidades de laço entre homens por sua clara hierarquia, na qual uma posição de ordem ativa age verticalmente sobre outra passiva. Cada personagem toma uma via diferente, satisfatória ou não, em seu desejo de alcançar a prezada posição ativa.

O status das mulheres é perturbador. Seu principal valor é o de troca, porém tem também um valor em si. A não observância deste preceito pode implicar feminilização ou objetificação permanente de um homem para com os outros. Pelo contrário, uma feminilização momentânea será apresentada como uma estratégia altamente valorizada.

Cada personagem tem diferentes relações com estes preceitos. Dois comerciantes de origem rural, Sparkish e Pinchwife tornam-se exemplos claros do perigo de não compreendê-los completamente. O primeiro percebe bem que “pode ser que eu ame para ter rivais em uma mulher” e que “amar sozinho é tão chato como comer sozinho”⁶⁶ (BM: 51), no entanto, não compreende o valor intrínseco que as mulheres podem alcançar para além de seu valor de troca. Assim, ele pretende utilizar sua *fiancée* Aletheia para seduzir e trazer como pupilo o jovem Harcourt⁶⁷. No entanto, surge entre aquela e este uma relação de afeto forte – a qual supera o desejo de homosociabilidade do primeiro e há uma conseqüente independência por parte do casal com relação a Sparkish, que perde, assim, o poder de troca que detinha sobre a *fiancée* e a influência que pretendia sobre o jovem. O sentimento que o acompanha é o de humilhação para com os outros personagens.

entanto, ela acredita que as opções que tomou eram necessárias, dado o foco do livro concentrar-se sobre o modo de “transmissão da desigual distribuição de poder” (BM: 18).

⁶⁶ *It may be I love to have rivals in a wife / loving alone is a dull as eating alone.*

⁶⁷ O casal Alithe-Harcourt, como talvez nenhum outro dentre todas as obras analisadas em BM, parece encontrar-se à margem das relações homosociais entre homens.

Pinchwife comete o erro contrário. Se Sparkish apenas percebia o valor de troca de sua *fiancée*, Pinchwife pretenderá que sua esposa retire-se completamente desta lógica de intercâmbio: “nossas irmãs e filhas, como o dinheiro do usuário, estão salvas quando as depositamos, nossas esposas apenas o estão quando em nosso armário trancadas a chave”⁶⁸ (BM: 54). No entanto, a violência com a qual ele a tratava, assim como a percepção dela para com a importância que detinha em sua honra, levaram-na tanto ao desejo de chifrá-lo como a desenvolver a aptidão para fazê-lo.

A contrapartida de ambos será o aristocrata cidadão Horner, personagem cuja maestria em manipular os laços sociais entre homens é ímpar, inclusive quando comparada a personagens das outras obras analisadas. Ele tem a habilidade de “valorar as mulheres o suficiente, não muito”⁶⁹ (BM: 55), não tem outro objetivo que o chifre e torna-se um mestre desta arte. O principal elemento estratégico desenvolvido por Horner, nos diz Sedgwick, é o androginismo⁷⁰. Aos homens, ele se apresenta como sexualmente impotente, desinteressado por tudo o relativo às mulheres, mostra-se admirador dos amigos e prestativo para o que eles necessitem, a ponto de Fidget o tomar quase como um criado. Com tudo isto, ele adentra no mundo doméstico, ou seja, o das mulheres de seus amigos, ganhando uma mobilidade que estes não têm. Assim, ele se envolve com Mrs. Pinchwife, com Mrs. Fidget e com a esposa de outro companheiro, Squeamish. Estas duas últimas compartilham com Horner o gosto pela trapaça; no entanto, Sedgwick lembra, não é possível levar esta equivalência muito longe: Horner pode transitar entre os territórios de homens e os de mulheres, enquanto estas se restringem ao último. Igualmente, Horner se encontra em jogo com outros homens, enquanto elas se encontram apenas em um jogo com seus respectivos maridos (no máximo são coadjuvantes do jogo destes com Horner) e não há vínculos entre elas, sequer de ordem competitiva. Mrs. Pinchwife, no entanto, não compreende o jogo. Acha que, pelo fato de Horner querer chifrar seu marido, ele a ama, mas quando Mr. Pinchwife descobre tudo e ela pede asilo ao amante, esse a manda de volta para o seu violento e abusivo marido.

É interessante ressaltar a equivalência que a obra traz entre a circulação monetária e a da sexualidade feminina. A incipiente ordem burguesa é criticada mediante a avidez de dinheiro de Sparkish e a usura de Pinchwife, sendo a perda de controle sobre a

⁶⁸ Our sisters and daughters like usurers money, are safest when put out; but our wives, like their writings, never safe but in our closets under lock and key.

⁶⁹ *He values women just enough but not too much.*

⁷⁰ Dentre as obras analisadas por Sedgwick, o androginia enquanto estratégia de manipulação é também central nos Sonetos shakespearianos e em *The Princess: A Medley*, de Alfred Tennyson.

sexualidade de suas esposas o signo que denuncia a inaptidão de suas estratégias. O comedido Horner, pelo contrário, percebe o valor relativo de mulheres e dinheiro, supera seus adversários e se transforma em um baluarte da honra aristocrática.

2.2.1.2. *Confessions*. A literatura gótica e a emergência da homofobia

A discussão sobre a literatura gótica (e a homofobia que lhe seria inerente) parte de uma obra teórica do séc.XX, *Homosexuality in Renaissance England*, de Alan Bray, cujo mérito seria o de mostrar o modo violento com que práticas homossexuais foram reprimidas em finais do séc. XVII. No entanto, Sedgwick faz duas fortes objeções a Bray. Em primeiro lugar, aponta uma essencialização da identidade gay, na medida em que sua obra projeta o *modus vivendi* sexual próprio ao séc. XX a um passado remoto, a partir de apenas alguns sinais de semelhança. Em segundo lugar, há uma *funcionalização* e uma vitimização em sua teoria: a homofobia surge com o objetivo concreto de exterminar a homossexualidade, projeto genocida que não se concretizou apenas pelo fato de que o excessivo número de gays o tornou inviável.

Ambas as objeções apontariam para um mesmo problema, teórico e político: compartimentar as sexualidades, outorgando-lhes uma unidade da qual carecem e, assim, perdendo de vista a mútua implicação de homo e heterossexualidade. A homofobia, antes de um divisor de águas entre diferentes sexualidades, seria aquilo que, de modo conflitante, unifica a homo e a heterossexualidade. Trata-se não de um constructo anti-homossexual, mas de um “espaço, talvez um mecanismo” (BM:87) de dominação sobre todas as relações sociais, sem que houvesse por trás um sujeito coletivo que as organizasse de acordo com seus interesses⁷¹. Ao pairar sobre toda a sociedade prescrevendo determinadas relações, a homofobia parece, outrossim, fragilizar laços sociais e infringir tensões psicológicas por vezes extremas, de modo que ela possa servir como modo de dominação de determinados grupos sobre outros, sem que os sujeitos e objetos do jogo de submissão estejam postulados inicialmente. A interpretação que faz Sedgwick de *Confessions of a justified sinner*, de James Hogg, poderá lançar luzes sobre sua hipótese.

A obra gira em torno do assassinato de George por parte de seu irmão Robert, o qual é narrado duas vezes, a primeira pelo editor e a segunda pelo próprio Robert. A primeira narrativa se foca na figura esportiva e cativante de George e na perseguição obsessiva a ele

⁷¹ Assim, suas concepções se aproximam às que Butler formularia mais tarde (2005 [1993]), ao negar a essencialização homossexual em proveito de concepções teóricas e políticas que propõem uma construção tensa e não delimitável entre homo e heterossexualidade.

por parte de um solitário e invejoso irmão. Por sua vez, a confissão de Robert surpreende por girar em torno a uma figura enigmática, inexistente no relato anterior, a de Gil-Martin – “apparently the Devil him-self” (BM: 100) – que nos introduz no estilo que Sedgwick defende ser próprio ao gótico, caracterizado por uma densidade psicológica rara na literatura ocidental até então, e que toma freqüentemente uma lógica paranóica que ela atribui à homofobia⁷².

A primeira manifestação dos delírios de Robert acontece quando seu irmão, que detém amplo reconhecimento homossocial, disputa um jogo de tênis. Robert se põe do lado da quadra e parodia, de modo grotesco e ligeiramente feminino, os movimentos do irmão. A situação é constrangedora para todos os presentes, inclusive para o próprio Robert, que, no entanto, não consegue deter-se. Pouco depois, ele vê Gil-Martin pela primeira vez, e surge o homoerotismo no texto: “senti uma espécie de poder invisível que me levava a ele, alguma coisa tipo a força de um feitiço, que não podia resistir”⁷³ (BM: 104). Passagens semelhantes são dedicadas ao próprio George, e Robert se angustia não apenas com estes desejos de ordem homoerótica, mas com a própria passividade na qual se encontra, sendo completamente dominado por seu irmão e por Gil-Martin (ou pela projeção que faz de ambos).

Assim, o triângulo principal, quebrando o padrão das demais obras analisadas, é formado por três homens, ocupando Robert a posição mais feminina. Há, no entanto, outros. O primeiro, entre o pai, a mãe e o irmão George é edipicamente um sucesso, dado que a identificação de George com o pai lhe permite herdar o vigor físico daquele. O triângulo pai-mãe-Robert é um fracasso. Tudo leva a crer ser ele filho do pastor da igreja, de quem herda o parecido físico, o nome e a religiosidade, o que o coloca em franca oposição ao suposto pai e irmão.

⁷² A paranóia, segundo a leitura que Sedgwick faz da abordagem freudiana do Dr. Schreber é “um tipo de psicose que explicita os mecanismos da homofobia” (*the psychosis that makes graphic the mechanisms of homophobia*) (BM: 91), no sentido em que produz uma compartimentalização psíquica, onde o desejo-não-reconhecido retorna em uma outra forma (no caso de Robert, mediante a figura diabólica-antropomórfica de Gil Martin). Esse efeito extremo da homofobia, claramente psicótico, não seria qualitativamente diferente das formas mais comuns de homofobia (ódio, desprezo, medo, etc.), reconhecidas socialmente. Da mesma forma, nem Robert, nem o Dr. Schreber seriam necessariamente homossexuais, nem no sentido moderno, nem no sentido mais laxo de serem pessoas que chegariam a concretizar relações afetivas ou sexuais com outros homens. São pessoas, como todas as outras, cujas inclinações afetivo-sexuais circulam entre todas as outras. A homofobia, enquanto censura de determinados afetos, é o que introduz um elemento repressor, cujas conseqüências psicológicas ou sociais podem tomar formas trágicas.

⁷³ I felt a sort of invisible power that drew me towards him, something like the force of enchantment, which I could not resist

Algumas personagens da obra mencionam a possibilidade desta paternidade extra-matrimonial, o que é negado pelo sacerdote e pelo próprio Robert. No entanto, no fatídico dia do jogo de tênis e do aparecimento de Gil-Martin, mas antecedendo estes acontecimentos, o pastor dedica uma oração ao jovem Robert, na qual pede que Deus o aceite (ao jovem) em troca dos pecados por ele (o pastor) cometidos. Sedgwick vê aqui uma confissão velada e, se supomos que o inconsciente do jovem Robert assim também o vê, os estranhos acontecimentos posteriores teriam uma explicação plausível.

A hipótese de nossa autora é a de que, mediante a oração, Robert realiza uma substituição, onde o espírito santo toma o lugar de sua mãe no triângulo cujos outros dois ângulos são conformados pelo pastor e por ele mesmo. Novamente, Robert se encontra na posição feminino-passiva. O aparecimento de Gil-Martin, a perseguição e o posterior assassinato do irmão seriam, assim, compreendidos como formas extremas de lidar com um forte desejo homosocial e erótico – não necessariamente homossexual –, e sua repressão homofóbica.

A hipótese que Sedgwick adiantava em seu debate com Alan Bray tem aqui um de seus desenvolvimentos possíveis. Não há no texto referências explícitas à possibilidade de relações sexuais entre homens, mas há certa ansiedade para com o reconhecimento homosocial – presente em todas as personagens homens – que, no caso particular de Robert, traz também elementos homoeróticos ou afetivos que não poderiam ser considerados como intrinsecamente homossexuais. E, no entanto, age sobre ele, de forma poderosa, uma homofobia que o enfraquece e o deixa à mercê de forças que ele não reconhece como próprias. Neste sentido, Robert alegoriza a compreensão da homofobia de Sedgwick: um elemento social que, reprimindo laços afetivos e sexuais, fragiliza pessoas ou grupos, permitindo uma maior manipulação.

2.2.1.3. “A man’s home is his castle” e “The Angel in the house”. O homem e a mulher vitorianas

O vitoriano é o modelo da família contemporânea, ao menos tal e como nosso imaginário a projeta: patriarcal, nuclear e burguesa (ou inserida dentro da ordem capitalista). Uma grande questão do feminismo, mais crucial na década de 1980, é a de se este se modelo é historicamente recente ou, pelo contrário, seria uma mera variação de um modelo familiar regular ao longo da história e das culturas humanas. A intenção do livro é conciliadora. Fiel à lógica estrutural, compreende que a família vitoriana se mantém dentro do paradigma do tráfico de mulheres. Por outro, compreende que há elementos históricos

de relevância que não poderiam ser desdenhados. Salomonicamente, escolhe duas novelas que tendem a uma compreensão estrutural: *The Princess*, de Alfred Tennyson (1845) e *Henry Esmond* (1852) de William Thackeray e uma próxima à visão marxista: *Adam Bede*, de George Elliot (1859). Uma vez mais, por motivos de ordem prática, me limitarei à primeira e à última destas obras.

Estas são novelas com diferenças significativas das góticas. Em oposição ao tom sombrio, psicológico, privado e paranóico das primeiras, aqui nos encontramos em espaços abertos, públicos e políticos. No entanto, mesmo se a homofobia não aparece de modo central, ela seguiria limitando as movimentações dos personagens.

Em *The princess* há dois reinos, o do norte e o do sul, cujos reis pactuaram o casamento de sua princesa com seu príncipe, respectivamente, quando ainda eram crianças. Chegado o momento, a Princesa não se apresenta, o Príncipe inquire a respeito e descobre ter ela se tornado feminista e criado uma comunidade separatista, centrada em uma universidade de mulheres, da qual saíam as líderes de novas instituições sociais. Curioso, o Príncipe vai com um par de amigos à universidade, localizada entre os reinos. Descobrendo a impossibilidade de, enquanto homens, entrarem no recinto, fantasiam-se de mulheres e adentram. O Príncipe se aproxima da Princesa, assim como seus amigos de outras mulheres e após algumas aventuras, um dos homens não se contém e se desmascara, tem lugar uma confusão e a Princesa sofre um acidente potencialmente mortal, do qual a salva o Príncipe. Ainda assim, os três têm de ir embora.

Paralelamente, o reino do sul iniciou uma guerra contra o do norte, pelo fato deste não ter entregado a Princesa. O Príncipe é contrário à guerra, mas se vê forçado a entrar em combate, sendo ferido e enviado ao hospital, que é... a antiga universidade! As mulheres se esquecem de seus ideais feministas e passam a cuidar dos feridos de guerra e, na medida em que o fazem, apaixonam-se por eles. O matrimônio entre os prometidos finalmente acontece (assim como o dos amigos do Príncipe com suas respectivas preferidas), seguindo não mais a lei dos reinos, mas a do amor. Porém, nem tudo é tão belo. De fato, o amor é impulsivo apenas do lado dela, que abdica de seus objetivos políticos, algo impensável para o Príncipe, que se guiou desde o início pelo interesse de ambos os reinos. Sua diferença para com seus irmãos e pai é mais estratégica do que de propósitos. Eles desejavam incorporar a mulher que lhes correspondia mediante a guerra, o Príncipe escolhe o diálogo e o convencimento. Embora passe longo tempo conversando com a Princesa, não leva a sério suas irrefutáveis colocações, tais como o absurdo de que crianças

sejam comprometidas em matrimônio. O resultado final da novela, a conversão de feministas separatistas em donas de casa, mediante o despertar do instinto maternal de cuidado e do amor romântico, dá a razão ao Príncipe⁷⁴: a guerra é desnecessária porque, ao se dar tempo à natureza, tudo se encaminha em direção à família nuclear. A mensagem é igualmente política e econômica: em oposição à ordem feudal e ao absolutismo, ideais de democracia e de consenso. Porém, enquanto o liberalismo é apresentado como uma conquista recente da humanidade, a ordem familiar, baseada no amor da esposa, é localizada na natureza da espécie humana.

Em *Adam Bede* (1859), por sua vez, há uma versão da nuclearização familiar muito próxima à oferecida pelos feminismos marxistas, onde uma família extensa e rural co-existe e cede ao modelo nuclear, patriarcal e urbanizado. O exemplo da primeira se encontra na fazenda dos Poyser, na qual convivem três gerações desta família, além de trabalhadoras/es sem vínculo de parentesco e duas belas sobrinhas, Hetty, que trabalha como criada e Dinah, imponente pregadora metodista, cuja passagem pelo lar dos tios é parte de suas viagens de divulgação da fé. Trabalho e vida familiar compartilham não apenas o mesmo espaço, como também é indivisível a produção a ser vendida da que é consumida pelos habitantes da fazenda. Tampouco há uma rígida divisão entre o trabalho braçal e o gerencial, sendo que todos, “patroa/ão” ou empregados/as, compartilham tanto o duro trabalho como as poucas comodidades da casa. Não há, conseqüentemente, uma significativa divisão dos espaços feminino e masculino, sendo que Mrs Poyser exerce uma autoridade próxima à de seu marido. Importa, finalmente, considerar que o mercado no qual se encontra a produção da fazenda Poyser se baseia essencialmente na troca, sendo o monetário apenas acessório.

Em contraposição, a família de Bede é nuclear, encontrando-se nela os filhos de Lisbeth, a própria e seu atual marido. O alcoolismo deste último, no entanto, não é um impedimento para o estabelecimento de uma ordem patriarcal, ocupando o filho Adam o lugar paterno. Excelente artesão e obcecado pelo trabalho, Adam trabalha em uma oficina longe de casa, às ordens de um patrão que lhe remunera monetariamente. Sua mãe se compraz em esperá-lo chegar todos os dias.

Adam ama Hetty em silêncio, mas ela termina por ser seduzida por Arthur, filho de um proprietário de terras local. Adam descobre, vence seu desafeto em duelo e obriga-o a

⁷⁴ O Príncipe é, assim, um homem *a la* Horner: ciente tanto da lógica dos homens como das mulheres, atua com parcimônia, feminiliza-se temporariamente e é capaz de manter seu status frente a outros homens realizando esforços mais comedidos.

deixar a cidade. No entanto, termina por constituir sua família-nuclear-patriarcal-burguesa junto à prima de Hetty, ou seja, a pregadora/pastora Dinah⁷⁵. Como em *The princess*, uma mulher independente, que havia construído uma vida e alcançado um reconhecimento no âmbito público, reconduz-se a si mesma ao lar, uma vez mais, pela magia do amor, e toma o lugar que antes era reservado à mãe de Adam, esperando-o todas as tardes no portão, quando ele retorna do seu amado trabalho. A família Poyser, paralelamente, desmancha-se e se transforma ela mesma em um lar nuclear.

Desta forma, temos duas novelas aliadas em torno à defesa da ordem nuclear familiar, assim como do capitalismo liberal que desde então a sustenta. São, no entanto, rivais no que respeita à representação histórica do desenvolvimento familiar capitalista. *The princess* lança a origem da família nuclear a um tempo imemorial, *Adam Bede* a localiza no momento preciso de emergência da ordem capitalista. Sedgwick não retira nenhuma conclusão definitiva a respeito, aceita a contribuição de ambas e opta por uma integração, que não abdique do até agora universal paradigma do tráfico de mulheres nem tampouco de elementos históricos, intimamente associados ao desenvolvimento do capitalismo e que condicionam o gênero contemporâneo.

No tocante às coincidências entre as obras, Sedgwick ressalta a importância de que a emergência histórica do capitalismo se dê entre dramas eminentemente familiares, onde a submissão voluntária de mulheres poderosas desempenha um papel primordial. Como o próprio Marx se ocupou de documentar, a emergência do capitalismo inglês implicou a arregimentação violentíssima da força de trabalho camponesa, seu traslado massivo às cidades e seu estabelecimento em condições de vida precárias. A submissão voluntária das mulheres significa, para Sedgwick, um elemento de pacto entre os homens, proposto obviamente pelos donos dos meios de produção: apesar de sua exploração sobre todos os outros, haveria para cada um, seu castelo em casa, com o respectivo anjo. Embora o espaço público fosse governado por alguns, o de casa o era por cada um dos homens⁷⁶.

Dentro da mesma lógica de suavizar a brutalidade da capitalização da economia, encontrara-se a opção por outorgar a Adam o trabalho de artesão, intermediário entre o

⁷⁵ Uma parte importante da trama é secundarizada por Sedgwick: Hetty se encontra grávida de seu anterior pretendente, razão pela qual foge, tem o filho e o mata, sendo julgada e condenada à forca, da qual Arthur a salvará. Assim, embora o trabalhador assalariado Adam tenha superado o aristocrata, este pôde proteger a honra e vida da mulher que amava. Assim, a substituição da ordem de classes é realizada, mas com tensões.

⁷⁶ Esta mesma lógica seria ligada a políticas coloniais de nuclearização familiar, como vimos no capítulo precedente, relativos à nuclearização das famílias negras estadunidenses, e veremos no cap. VII, sobre o estabelecimento de políticas públicas que privilegiam as famílias nucleares no Chile.

camponês e o operário, que mais facilmente pode ser compreendido como prazeroso e possível de atribuir prestígio a quem a encarna⁷⁷.

2.2.1.4. Homofobia e império

A última obra literária analisada pelo livro, a neogótica *The mystery of Edwin Drood* (1871), de Charles Dickens, é especialmente importante por apontar alguns dos desdobramentos da homofobia e porque, mediante ela, Sedgwick introduz em sua análise, ainda que brevemente, o racismo e o imperialismo, abrindo a possibilidade de que sua versão do paradigma do tráfico de mulheres se expanda.

O triângulo principal da obra é o formado por dois jovens prometidos, Edwin Drood e Rosa Bud, e pelo tio do primeiro, John Jasper, também professor de música da segunda. O laço entre os homens aparece de modo claro como o mais forte, o suficiente como para que o objeto amado “não possa sobrevivê-lo” (BM: 186-187). Jasper, em sua posição de mestre sobre o sobrinho, envolve-o mediante discursos cuja paixão transcende os limites do ensino, sendo que a ingenuidade com a qual o jovem responde aos duplos sentidos do tio deixa margem a que se possa compreendê-lo como ciente do jogo.

O racismo *a la inglesa* faria, então, sua aparição. Segundo Sedgwick, à diferença do preconceito de raça estadunidense, rigidamente demarcado por nascimento, o racismo inglês caminha também por outras questões, como o clima⁷⁸, a sexualidade, o contato étnico ou o uso de drogas. É algo passível de contágio. Assim, Jasper, no início da obra, passa por uma casa de ópio em Londres e é literalmente contagiado (racial, tóxica, sexual, etnicamente) pelo olhar de uma usuária chinesa que saía do local. Torna-se um *dark man*.

O triângulo amoroso, assim, racializa-se: um homem escuro (*dark*), um jovem branco e outra branca. O laço com esta é construído a partir de uma clara posição hierárquica, onde aparece outro elemento racializado/orientalizado: o hipnotismo⁷⁹. Jasper apenas consegue que ela apresente algum sinal de atração erótica para com ele quando a submete hipnoticamente. O amor por Drood, pelo contrário, aparece nas sessões de ópio de Jasper, nos estados de sono induzidos. De modo semelhante ao que ocorria com Robert em *Confessions...*, há uma compartimentalização psicológica, onde a carga homoerótica,

⁷⁷ Como veremos nas obras de Raewyn Connell (Cap. III) e José Olavarría (Cap.VII), os homens relegados a trabalhos instáveis e pouco remunerados tendem a ter pouco ou nulo apego a seu labor.

⁷⁸ Sedgwick cita extensamente um trecho de Sir Burton, a respeito das zonas do planeta mais expostas à homossexualidade e à pederastia.

⁷⁹ O próprio Charles Dickens era um reconhecido hipnotizador, embora nunca se deixasse hipnotizar.

fortemente ligada à passividade, encontra seu lugar em uma externalização, no caso de Robert, na figura de Gil-Marín, no de Jasper, nos sonhos induzidos pela droga oriental.

Uma vez mais, nos encontramos com um homem em situação de extrema fragilidade. Provavelmente outros personagens destas obras compartilhem desejos homoeróticos tão fortes como os de Robert ou Jasper, mas a posição fragilizada destes é o que faz que estes desejos se tornem intoleráveis. Robert é fragilizado por carecer de habilidades esportivas que poderiam outorgar-lhe o reconhecimento homosocial que detém seu irmão. No caso de Jasper é o seu escurecimento/racialização ou a sua orientalização – com as conotações de desvio sexuais que isto traz –. O resultado, no entanto, é igualmente a tentativa desesperada de eliminar, mediante o homicídio, aquele objeto amado e odiado, como se dele dependesse a angústia interna.

2.3. O paradigma do tráfico e a raça, a masculinidade sem homens *queer*

A obra de Sedgwick tem um impacto quase imediato tanto nos estudos feministas como nos lésbicos e gay – posteriormente *queer* – e é importante nos termos sobre alguns de seus desdobramentos. Dentro das reflexões sobre o paradigma do tráfico, uma obra especialmente importante é a de Robyn Wiegman (1989)⁸⁰, cujo exame sobre a produção literária e principalmente fílmica de homens brancos sobre relações inter-raciais se encontra também em contigüidade com as reflexões a respeito da nuclearização familiar negra, exposta no capítulo anterior. Wiegman considera, em linhas gerais, que o que denomina como “ponto de vista do homem branco” procura, frente aos avanços alcançados pelas mulheres ao longo do século, pactuar uma nova ordem patriarcal estadunidense, onde a entrada do homem negro vem reforçar a submissão das mulheres em seu conjunto. No entanto, os filmes por ela analisados evidenciam que a ascensão dos homens negros ao posicionamento hierárquico superior, anteriormente privativo dos brancos, é feita mediante a permissão, o incentivo e a bondade destes últimos (que por vezes não negam sentir asco pelos negros que defendem). Wiegman ainda pontua que nas décadas de 1970 e 1980 são enfatizadas as representações de famílias nucleares negras, o que estaria vinculado à procura de alternativas ao virilismo radical que emerge a partir do *black power*.

Faz-se ainda necessário uma menção às reflexões de Judith Halberstam que, mesmo afastadas do paradigma do tráfico, encontram-se dentro de um dos desdobramentos do pós-

⁸⁰ A tese de Wiegman foi orientada por Susan Jeffords, cujos trabalhos sobre a “remasculinização da América” nas narrativas sobre Vietnã (1994) e nos anos Reagan (1997), são da maior importância para a compreensão da rearticulação política por parte dos homens brancos frente às conquistas dos direitos civis.

estruturalismo: a teoria *queer*. Sua obra tem como um dos princípios o de que a masculinidade foi aprisionada pelos homens, quando ela desde sempre foi própria também às mulheres. Como modo de responder a tal violência usurpadora, ela escreve *Female masculinity* (1998), um esforço polimorfo que mediante etnografia, análise de diários, crítica literária e biografia, evidencia o modo pelo qual as mulheres de diferentes contextos sociais, de finais do séculos XIX e por todo o XX, viveram e assumiram sua masculinidade.

Mas, e isto é de importância fundamental para esta dissertação, ela argumenta que dentro dos estudos *queer*, mas principalmente dentro dos estudos sobre masculinidades, a preocupação sobre a feminilidade nos homens não acompanha uma preocupação análoga com a masculinidade das mulheres, o que implica uma usurpação sem contrapartida daquele que seria o único campo exclusivamente ocupado pelas mulheres. Assim, o *drag* de homem a mulher apresentado por Judith Butler em *Gender Trouble* (2001 [1989]), que se tornou um ícone da teoria *queer*, é um modo desta usurpação e, nos estudos sobre masculinidades nas ciências humanas isto se tornaria mais grave, na medida em que os laços patriarcais que garantem o privilégio dos homens não seriam questionados.⁸¹

2.4. Considerações

Como dito ao início, os desenvolvimentos feministas do entre-séculos, na medida em que evidenciaram a radical maleabilidade humana em termos genéricos e sexuais, criaram um ambiente de enormes expectativas a respeito de novas configurações de gênero. As teorias pós-estruturalistas e/ou *queer* passaram a representar, dentro deste contexto, uma vanguarda teórica. No entanto, se analisadas com certa parcimônia, como pretendi fazê-lo aqui, percebemos que estas teorias caminham mais devagar do que a expectativa que criam. Que possamos hoje estar conscientes da contingência da ordem de gênero não implica que possamos superá-la, ela ainda nos fundamenta. Saber nem sempre é poder.

Assim, pudemos ver como o pensamento daquela que para algumas pessoas é a maior teórica *queer*, Eve Sedgwick, mantém-se na tradição do estruturalismo levi-straussiano e lacaniano. À diferença destes pensadores franceses, Sedgwick – e Rubin, Wiegman e Halberstam – são descrentes quanto à universalidade do paradigma estrutural do tráfico de

⁸¹ Fazendo referência, talvez de modo excessivamente injusto, a Michael Kimmel, Victor Seidler e Paul Smith ela observa: “studies in male masculinity are predictably not so interested in taking apart the patriarchal bonds between white maleness and privilege; they are much more concerned to detail the fragilities of male socialization, the pains of manhood, and the fear of female empowerment” (1998:19).

mulheres. Enfatizam sua violência, artimanhas, contradições e instabilidade. Porém, concordam que seu caráter estruturante se mantém, e que nossas vidas respondem a ele por mais que procuremos nos liberar.

Desta forma, os homens continuam ocupando um espaço de dominação. Repassando todos os personagens homens de *Between men*, são pouquíssimos os que parecem alheios ao objetivo de dominar as mulheres para se posicionarem vantajosamente frente a outros homens⁸². Assim, embora a evidência de que todos os homens sejam diferentes, não houve a necessidade de conceituar as masculinidades em plural, tal e como aconteceu nos estudos sobre masculinidades. As diferenças de classe, nos casos de *The country wife* e *Adam Bede*, de racialização em *...Edwin Drood* ou de habilidades, entre os irmãos de *Confessions...* incidem no maior êxito do reconhecimento homosocial e da dominação de uns homens sobre outros, porém, quanto ao desejo homosocial em si, ele se mantém regular em praticamente todos os homens. Aqueles que, por razões de classe (Sparkish e Pinchwife), de “raça” (Jasper), de habilidade (Robert), encontram-se mais fragilizados, expostos à dominação, à passividade, à feminilidade ou à homofobia, parecem ser justamente os mais agressivos, seja em sua dominação sobre as mulheres, no caso dos primeiros, seja em sua rebeldia para com outros homens, como os dois últimos, ambos homicidas⁸³.

Uma maior abertura à feminilidade ou à passividade é, por outro lado, vivenciada pelos homens mais poderosos: o exitoso aristocrata e adúltero Horner e o Príncipe democrático. É neste sentido que devemos compreender as acusações que Sedgwick e Halberstam dedicam aos *men's studies*⁸⁴. Muito do que por este campo é reivindicado: maior abertura ao feminino, aos sentimentos, aos laços afetivos entre homens, foi exercido por cidadãos atenienses, homens que além de cultivar estas e outras sensibilidades, eram escravocratas e mantinham suas mulheres encerradas no espaço doméstico. Os esforços por

⁸² Dentre os personagens das obras aqui analisadas, o jovem Harcourt de *The country wife*, que se casa com Aletheia, a *fiancé* de Sparkish, é o único a desatar-se de modo significativo do desejo homosocial.

⁸³ Os homens fragilizados, em muitos contextos, parecem ser os que mais exacerbam o tido como masculino. Assim o mostram hooks (cap.I) sobre o *gangsta rap*, Connell (cap.III) sobre homens desempregados na Austrália, Welzer-Lang (cap.IV) sobre jovens habitantes de bairros africanos em Toulouse e Segato (cap.VII) sobre homens condenados por estupro cruento.

⁸⁴ Lembremos, como exposto na introdução, que Halberstam foi duramente criticada por um pesquisador latino-americano – muito próximo aos *men's studies* – no último congresso do continente sobre homens e masculinidades, em 2008. As desconfianças são, assim, mútuas.

vencer as angústias relacionadas ao gênero – nada irrelevantes – que atuam sobre os homens não implicam a necessidade de uma diminuição da opressão sobre as mulheres⁸⁵.

É bem interessante pensar que o masculino e a masculinidade são termos pouco freqüentes no livro, o que nos leva a aferir que o desejo homosocial entre homens, embora esteja relacionado ao masculino, encontra-se, ao menos parcialmente, afastado dele. O fato de que os personagens mais bem sucedidos do livro tenham se feminilizado, mesmo que momentaneamente, nos mostra um predomínio do desejo homosocial entre homens que supera inclusive a relação do indivíduo com o masculino em si.

Por outro lado, a concepção de homofobia de Sedgwick é uma de suas propostas mais sedutoras e a razão de sua obra ter sido aceita rapidamente entre feministas, lésbicas e gays. Assumindo-a, dissociadamente da homossexualidade, como algo que afeta todos os laços sociais, ela contribuiu decisivamente para o que talvez seja o giro interpretativo mais importante da teoria *queer*: o que impugna a diferenciação entre hetero e homossexualidades, estabelecidas em um passado recente pela dinâmica homosocial. A ênfase atual das políticas *queer*, não pela integração de pessoas gays à ordem existente, mas pela transformação desta, assim como a maior união entre os movimentos feministas e *queer* foram possíveis graças a este giro.

Outra das contribuições cruciais da obra é sua insistência no difícil diálogo entre a lógica estrutural e a desconstrutivista, de um lado, e a histórica ou marxista, por outro. A contribuição aqui é determinante para os objetivos desta dissertação, pois mostra que o tráfico de mulheres não apenas estabelece relações de igualdade entre homens, mas também permite as relações de desigualdade e exploração entre estes. Com a emergência do capitalismo não há literalmente um regime de troca de mulheres, mas estas e sua sexualidade mantêm o seu poder significativo e a distribuição equitativa de uma mulher por cada homem oferece um mínimo de igualdade entre todos os homens.

Assim, a ordem político-social que extrapola os limites do parentesco é, ainda, guiada pela lógica do tráfico de mulheres. Os negócios entre homens não organizam apenas o gênero, mas toda a lógica social e talvez seria a falta de uma consciência plena deste fato o que impediu que Rubin compreendesse, em 1975, a persistência do sistema de gênero na contemporaneidade.

⁸⁵ Como veremos no cap. IV, esta é a posição de Daniel Welzer-Lang.

3. CIÊNCIAS HUMANAS ALGO-SAXÃS. Raewyn Connell e as masculinidades plurais

Os estudos sobre masculinidades dentro das ciências humanas de língua inglesa são os de maior alcance em nível global. Se excetuarmos a influência de Freud, onipresente, porém difusa e indireta, não há dúvida de que o canadense Michael Kaufman, o estadunidense Michael Kimmell, o inglês Victor Seidler, o australiano Michael Flood e, principalmente, a australiana Raewyn Connell⁸⁶, todas elas sociólogas, são as pessoas que mais influência exercem nos estudos sobre homens, o masculino e as masculinidades (EHMM)⁸⁷.

Há vários elementos em comum em seus pensamentos, os quais são produtos de um diálogo que mantêm desde a década de 1980, mas também pelo ambiente contra-cultural que compartilharam nos anos setenta (Connell, 2003; Flood, 2004; Seidler, 2000; Kaufman, 1993; Kimmel, 1992). Como dirá Connell (*idem*: 171-198), a respeito do movimento ambientalista da década de 1980, para um número significativo de homens que participaram da contra-cultura, ambiente fortemente influenciado pela não-violência e pela valorização do auto-conhecimento, as demandas feministas de igualdade e não subordinação tiveram um impacto forte.

De um modo geral, podemos localizar alguns pontos em comum na obra destes sociólogos. Em primeiro lugar, a ênfase na heterogeneidade interna à categoria de homens, da qual decorre a consideração da pluralidade das masculinidades. Esta multiplicidade não implica uma diminuição da opressão sobre as mulheres, mas a consideração de que esta não é homogênea e que suas particularidades devem ser consideradas, assim como as diferenças internas aos grupos de homens. A interiorização da masculinidade é considerada

⁸⁶ Tecnicamente, Raewyn Connell seria, segundo os estudos trans ou intersexo, uma transexual de homem a mulher. Referir-me-ei sempre a este nome e utilizarei pronomes e adjetivos femininos correspondentes. No entanto, seu livro principal *Masculinities*, o assinou como Robert Connell, assim como outros de seus textos da década de 1990. Já a tradução que utilizo, de 2003, assim como outros textos de início do milênio, são assinados por suas iniciais, R.W. Referir-me a Raewyn como autora destes textos prévios à sua apresentação como tal é fazer uso de uma temporalidade estranha, que não satisfaz as preocupações anti-essencialistas – criticadas pela própria Connell em sua impugnação a Stoller (2003: 30-32). No entanto, é uma opção condizente com o direito de auto-denominação. Nas referências bibliográficas, no entanto, manterei a assinatura das respectivas edições, com o intuito de permitir sua localização pelas pessoas interessadas. Esta nota de rodapé tem o sério intuito de clarificar, mas talvez não contribua para tal. Ficará como um testemunho a mais de nossas dificuldades para pensar o gênero.

⁸⁷ Tal pode ser comprovado mediante a observação de referências bibliográficas. Assim, autoras dentro da tradição castelhana, como Teresa Valdés e José Olavarría (1997), Norma Fuller (2001), da portuguesa, como Miguel Vale de Almeida (1995), Maria Luisa Heilborn e Sérgio Carrara (1998) ou Fátima Cecchetto (2004) e mesmo dos feminismos negros, como bell hooks (2004) os citam, de modo mais ou menos freqüente. Outras autoras, ainda que desde uma posição distanciada, como Rita Segato (2003) ou mesmo hostil (Judith Halberstam, 1998), também os referenciam.

como um processo de sofrimento psíquico, pois implica a desvinculação do campo afetivo, considerado como feminino. Finalmente, estes autores apontam à possibilidade de mudanças dos homens, dado a masculinidade, como a ordem de gênero, ser uma construção social, também passível de reconstrução.

3.1. Raewyn Connell e *Masculinities*

A escolha por Connell como autora principal deste capítulo se deve tanto à maior influência de sua obra como à notável amplidão do seu pensamento, plasmado principalmente no livro *Masculinities* (MA), de 1994, aqui citado em sua versão castelhana, de 2003. Este capítulo seguirá as reflexões principais do livro, trazendo pontuações de outros textos de Connell e de seus comentadores ou interlocutoras.

Antes de me adentrar na análise da obra, gostaria de mencionar a especial dificuldade que tenho para com ela, que detalharei abaixo. *Masculinities* é uma obra de grande interesse, dado que alcança pensar muito do que é essencial a respeito dos homens, o masculino e/ou as masculinidades (HMM), valendo-se para tal de uma ampla bibliografia proveniente de diferentes áreas do saber, assim como de pesquisas empíricas sobre grupos sensíveis às atuais reconfigurações estruturais de gênero. Em sua primeira parte, Connell realiza uma ampla revisão teórica dos EHMM, uma teorização específica a respeito da corporalidade e, finalmente, sua proposta compreensiva das masculinidades. No segundo capítulo, mediante pesquisas empíricas, oferece uma análise das masculinidades que se encontram especialmente afetadas pelas atuais reconfigurações da ordem de gênero. Na terceira parte do livro, traz análises, primeiramente, sobre a história das masculinidades, enfatizando sua ligação com a expansão do imperialismo ocidental, em segundo lugar, sobre a política contemporânea das masculinidades (aquela que defende os interesses dos homens) e, finalmente, sobre suas possibilidades de mudanças.

Uma tarefa intelectual como esta, capaz de integrar âmbitos tão díspares como o histórico e o subjetivo, o político e o corporal, sem furtar-se de uma revisão teórica, exige enorme capacidade de lidar com tensões diferenciadas, o que Connell consegue em parte. Como não poderia deixar de ser, um esforço tão amplo está exposto a imprecisões, erros e ausências. *Masculinities* se transforma, com muita frequência, em um empreendimento vago, contraditório, necessitando de fortes doses de boa fé, por seguir a expressão que Gadamer resgatou do senso comum (1991).

São dois os momentos especialmente complicados. O primeiro, sua conceitualização corporal. Embora seja legítima sua observação a respeito da dificuldade das ciências humanas para pensar o corpo, e apesar da própria Connell estar consciente da necessidade de superação da dicotomia corpo-cultura, sua proposta é confusa e termina por cair em uma naturalização simples do corporal, como se em última instância houvesse algo neste âmbito que pudesse abster-se de uma relação com o social. Por esta razão e apesar do corpo ser importante em seu pensamento, abster-me-ei de comentá-lo⁸⁸.

O segundo momento, é aquele mais referenciado, a saber, sua conceitualização dos diferentes padrões de masculinidades (hegemônico, cúmplice, subordinado e marginalizado). Há aqui vazios e contradições, não estando claras as relações entre os padrões, tampouco a especificidade de cada um ou sua dinâmica histórica. Isso se vê agravado pelo modo de exposição, que faz um uso constante de exemplos muito específicos para concepções muito abstratas. No entanto, ao contrário do que ocorre com a corporalidade, aqui há um avanço na reflexão da questão proposta, pois os padrões e suas relações se oferecem para pensar as interações internas aos homens, como veremos abaixo de um modo mais detalhado.

Há outros desenvolvimentos problemáticos ao longo do livro, porém me limitarei a colocar as objeções quando sejam iniludíveis, dado que não se trata de fazer um levantamento crítico, mas principalmente de seguir aquilo que na obra de Connell se impõe pela sua positividade. É importante lembrar que os pressupostos desconstrutivistas desta dissertação compreendem que o sentido de um texto se encontra em outro plano, que não o de suas concepções formalizadas, embora em relação com estas. Desta forma, a obra de Connell, na medida em que não cede à tarefa intelectual de pensar todas as questões essenciais relativas a HMM, nos abre a determinados campos de sentidos que uma restrição das questões teria impedido. Expor-se ao erro é, certamente, uma das maiores virtudes intelectuais.

⁸⁸ Evidenciar esta surpreendente naturalização do corpo mediante a argumentação de Connell seria excessivamente longo, razão pela qual apenas a ilustrarei mediante um exemplo que ela escolheu como ilustrativo. Um homem por ela entrevistado relata uma experiência sexual na qual sua companheira lhe introduziu um dedo no ânus, produzindo-lhe um prazer enorme que o leva a procurar um homem para penetrá-lo com um pênis. Segundo Connell, teríamos primeiramente uma interação social (a relação sexual), mas a experiência mesma do prazer anal seria “en su totalidad una experiencia corporal” (MA :94), a qual, por sua vez, daria lugar a um desejo novamente social, o de ser penetrado por um homem. A insuficiência desta interpretação salta aos olhos. O prazer inicial pelo toque anal não seria tal se ele já não se inserisse na experiência erótica prévia do indivíduo. Certamente há aí também uma dimensão corporal não reduzida ao social, porém é virtualmente impossível separá-la do social.

Quanto ao horizonte de debate de Connell, ele é claramente heterogêneo, sendo difícil apontar aqueles autores de maior importância. Seu termo mais famoso “masculinidade hegemônica”, baseia-se em Gramsci, embora não haja mais referência a este autor em sua obra. Isto parece indicativo da elaboração teórica de *Masculinities*: ela toma pontualmente alguns conceitos de diferentes autores e os desenvolve de forma aparentemente livre: “protesta masculina” de Alfred Adler, “ontoforatividade” do filósofo tcheco Karel Kosík, “processo de configuração da prática” de Jean-Paul Sartre, o Édipo em Freud e o trabalho de historicização das relações entre masculinidade e razão por Victor Seidler são alguns dos conceitos mais utilizados.

Muito problemático, por isso, é o debate de Connell com os feminismos. Estes são referenciados de forma constante, mas são poucas as autoras com as quais Connell entra em diálogo, encontrando-se a maioria dos autores das humanidades com os quais ele dialoga longe dos campos de gênero, como acabamos de ver. A parte que dedica ao pensamento político feminista em seu capítulo teórico é breve e não tem maior importância no desenvolvimento subsequente da obra, o que contrasta claramente com o desenvolvimento da teorização de Welzer-Lang, como veremos no próximo capítulo. Há, assim, um preocupante desnível entre a política decididamente pró-feminista advogada formalmente pela autora, e os diálogos internos da obra que privilegiam os debates com autores homens.

3.1.1. O pensamento sobre os homens e as masculinidades no século XX

Como dito, Connell traz um amplo levantamento bibliográfico sobre homens e masculinidades⁸⁹. Ela considera haver três grandes tentativas de estabelecer uma ciência da masculinidade: a da psicanálise, a da teoria dos papéis sociais e a das ciências sociais contemporâneas. Abster-me-ei de comentar a teoria dos papéis sociais, pela pouca importância para o resto da obra de Connell, assim como para os EHMM.

⁸⁹ A este respeito é importante recordar a observação da própria Connell, em visita ao México (Hernández, 2000: 314) de que os estudos sobre masculinidades promoveram pesquisas etnográficas de enorme interesse, porém foram muito poucos os desenvolvimentos teóricos. O esforço de Connell, embora constitua um dos maiores levantamentos bibliográficos a respeito de HMM, contém limitações importantes. Em primeiro lugar, à parte das referências à psicanálise, ele não menciona obras de língua não-inglesa, sequer daquelas autoras de relativa inserção internacional, como Bourdieu, Welzer-Lang ou Norma Füller. Dentro da língua inglesa, também traz algumas limitações. Surpreendentemente, não menciona os “três Michael”: Kaufman, Kimmel e Flood, com quem realizou publicações conjuntas. Tampouco a nenhuma das feministas negras e *chicanas* (em artigo posterior, de 2005, escrito com James W. Messerschmidt, há referências a bell hooks e Angela Davis, mas não às reflexões delas sobre homens), nem Eve Sedgwick, ainda que comente brevemente algumas autoras pós-estruturalistas, como Gayle Rubin e Susan Jeffords.

3.1.1.1. A psicanálise e alguns de seus desenvolvimentos

Segundo Connell, teria sido de Freud a primeira tentativa importante de compreensão dos homens e das masculinidades no século XX. Ele é apresentado como tendo quebrado “casi todo lo que la cultura europea había dado por sentado respecto al concepto de género” (MA: 22 – note-se o uso anacrônico deste último termo). Teriam sido três as etapas do pensamento de Freud sobre a masculinidade. A primeira se inicia com a elaboração do complexo de Édipo em finais do séc. XIX e se consumaria com duas análises de 1909, a do pequeno Hans e a do homem dos ratos. Nesta fase, Freud teria mostrado como o estabelecimento do gênero não é um processo linear, mas conflitante, no qual uma corrente de ordem feminina e outra masculina, que constituiriam a bissexualidade de todo ser humano, em um jogo de desejos e ódios pelos progenitores, terminariam por estabelecer uma identificação, não plena, com o pai ou a mãe.

A análise do homem dos lobos, em 1914, que impressionou Freud enormemente, daria início a uma segunda fase, onde as identificações edípicas se mostram insuficientes para dar conta da complexidade da análise. Aqui, Freud encontra uma “masculinidade narcisista” pré-edípica, que sustentava o medo à castração, à qual se mistura de forma irremediável ao desejo do menino pelo pai, sua relação com as babás e a governanta, sua identificação com as mulheres e os ciúmes com relação à sua mãe. Finalmente, Freud teria esboçado, em *O mal estar na civilização*, as dimensões sociológicas do supereu, encontrando “el gérmen de una teoría de la organización patriarcal de la cultura, transmitida por generaciones a través de la construcción de la masculinidad” (MA: 24).

Embora este viés potencialmente feminista não tenha sido seguido pelos mais ortodoxos discípulos freudianos, o foi por algumas autoras que se aproximaram do feminismo, como Karen Horney, que postulou ser o medo da mãe maior do que o destinado ao pai, sendo a masculinidade uma resposta exagerada a tal temor. Em um sentido semelhante, Alfred Adler, desenvolveu o conceito de “protesto masculino” para denominar aquelas reações de violência excessiva dos sujeitos que sentem ameaçada sua masculinidade. Embora próprio a ambos os sexos, quando ocorre com os homens, o protesto pode ser um perigo social: “la excesiva prominencia de la virilidad es enemiga acérrima de nuestra civilización” (Adler *apud* MA :33).

Após a obra destes dois autores e até a década de 1960, não houve, com respeito à masculinidade⁹⁰, outros desenvolvimentos importantes dentro da psicanálise, mas sim em suas áreas de influência. Os escritos da Escola de Frankfurt sobre a personalidade autoritária poderiam ser lidos – sem que fosse intenção de seus autores – como um catálogo de masculinidades e das condições que as produzem. A masculinidade de “caracter autoritário” (MA: 35), por exemplo, estaria presente naquelas pessoas criadas em famílias dominadas por pai autoritário, que monopoliza as identificações e promove desprezo para aqueles que não detêm poder.

3.1.1.2. As novas ciências sociais

Connell contemplará os trabalhos desenvolvidos nas áreas da história, da sociologia e da antropologia, procurando mostrar como cada uma delas contribuiu para elucidar as masculinidades como construções de ordem social radicalmente heterogêneas. O que é interessante é que Connell, se bem defende que os estudos sobre homens e masculinidades estão vinculados aos estudos feministas da década de setenta, não articula como se dão estes vínculos e expõe o trabalho de autores que, ao parecer, não têm ligação com o feminismo.

Assim, a história teria mostrado como a compreensão contemporânea a respeito dos homens é relativamente recente, mediada por interesses de ordem econômicos e sociais vários, sendo por vezes – como na conformação das famílias inglesas no final do séc. XIX ou na das famílias australianas do início do séc. XX – objeto de claras manipulações de instâncias governamentais.

A antropologia, por sua vez, trouxe à luz formas radicalmente diferentes de ser homem. Trabalhos como os de Margareth Mead, por um lado, mostram determinados grupos humanos onde os homens são excepcionalmente dóceis ou têm relações muito igualitárias com as mulheres, os de Gilbert Herdt, por outro lado, mostram como práticas tidas em nossa cultura como homossexuais podem estar associadas às formas mais elevadas de virilidade em outros grupos culturais⁹¹.

⁹⁰ Connell ainda menciona alguns autores cuja obra esteve próxima à psicanálise, detendo-se em Jung (dada a influência que este exerceu sobre o movimento mito-poético masculino, em oposição ao qual os EHMM em língua inglesa dedicaram muitos de seus escritos); em Stoller e sua teoria de gênero, de importantes consequências para a medicalização da transexualidade, mas duramente criticada por Connell por abster-se de afrontar-se às ambigüidades de gênero; no giro simbólico e fálico de Lacan; e nos desenvolvimentos da teoria de Horney por Nancy Chodorow e Dorothy Dinnerstein.

⁹¹ Julgo necessária uma objeção. Embora Connell faça uma crítica muito válida aos compromissos entre antropologia e imperialismo, ela promulga uma incomensurabilidade cultural entre povos ocidentalizados e

Finalmente, a sociologia oferece contribuições em vários campos. O esporte foi elucidado como uma pedagogia da competitividade e da hierarquia, estudos comparativos entre classes e etnias mostraram a diferença entre as masculinidades de grupos sociais distintos e trabalhos sobre escolas mostraram como em um mesmo ambiente podem configurar-se diferentes masculinidades. Outros trabalhos, como os de Victor Seidler e Jeff Hearn, procuraram mostrar a sistematicidade da construção da masculinidade dentro de processos sociais de longa escala, com base na opressão das mulheres.

3.1.1.3. Conhecimento político

Para além dos conhecimentos de ordem científica, produzidos na academia, e o conhecimento clínico, estariam os conhecimentos de ordem política, cuja preocupação seria menos descritiva e mais interventiva, ocupando-se do que “puede hacerse y lo que debe sufrirse” (MA: 65). Aqui, Connell não menciona o conhecimento produzido pelo que no último capítulo ele denominará “movimentos de liberação dos homens”, mas dos movimentos gays e feministas.

Os primeiros insistiram em associar a homofobia a desejos homossexuais reprimidos, postulando uma homoafetividade que perpassaria todos os homens e que não encontra reconhecimento mais do que na forma de recusa violenta. Já às feministas Connell oferece uma atenção mais detalhada, realçando a luta inicial pela igualdade formal (principalmente o sufrágio universal), a luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho propriamente dito, pelo fim da violência contra as mulheres, ou pela denúncia da pornografia e da sexualidade masculina como um exercício de violência. Em comum, as perspectivas gay e feministas compreendem a masculinidade hegemônica (MH) como relacionada ao poder, organizada para a dominação e resistente às mudanças.

3.1.2. A compreensão da masculinidade em Connell

Connell conclui que a masculinidade não poderia nunca ser um objeto da ciência positivista, pois é compreendida como parte de uma estrutura maior, a de gênero. Assim, a

não ocidentalizados, o que entra em contradição com as perspectivas comparativas na antropologia, assim como com a concepção desconstrutivista que supõe que diferentes tradições históricas podem compartilhar aspectos de mundo semelhantes. Esta incomensurabilidade impede o que é óbvio: as enormes diferenças entre os homens de diferentes culturas não escondem suas também enormes semelhanças. Assim, os Zambias etnografados por Herdt, para além das práticas passíveis de serem consideradas homossexuais, exacerbam sua virilidade com o mesmo objetivo pelo qual o fazem os ocidentais: para diferenciar-se da feminilidade. Em vez de preciosismo metodológico, esta comensurabilidade é necessária para a própria compreensão antropológica, como o indicam as discussões desta dissertação a respeito de Maurice Godelier e Rita Segato (Cap. IV e VI).

masculinidade é “un lugar en las relaciones de género, en las prácticas a través de las cuales los hombres y las mujeres ocupan ese espacio en el género, y en los efectos de dichas prácticas en la experiencia corporal, la personal y la cultural.” (MA: 109).

Gênero é “una de las formas en las que se ordena la práctica social” (MA: 109)⁹², a que se refere ao âmbito reprodutivo, no qual incluem-se a excitação e a troca sexual, o nascimento e o cuidado infantil. As práticas sociais se ordenam em relação à estrutura de gênero, não de um modo imediato, mas “inventivo” (MA: 109), de forma que ao nos referirmos à masculinidade e à feminilidade, o fazemos a “procesos de configuración de la práctica” (MA: 110; Sartre) ou a “proyectos de género”, que, através do tempo, transformam seus pontos de partida em estruturas de gênero. Estrutura e práticas se conformam, assim, de um modo circular, porém aberto a transformações.

Dentro desta compreensão da estrutura de gênero, faz-se necessário precisar três dimensões essenciais:

- a) Relações de poder: seu principal eixo é a dominação dos homens sobre as mulheres, ou seja, o patriarcado. Embora haja resistências e inversões (por exemplo, uma mulher chefe de família), elas tendem a ser reprimidas.
- b) Relações de produção: há uma divisão do trabalho, cabendo aos homens acumular maiores dividendos e obter os lugares de controle.
- c) Catexe: as relações relativas ao âmbito sexual.

Uma vez evidenciada a existência de diferentes masculinidades, relacionadas às diferentes configurações culturais e históricas, o primeiro passo seria o de não incorrer em uma tipologia essencialista, como teria feito Eric Fromm em *A personalidade autoritária*. Para tal, seria necessária uma “análise dinâmica” (MA: 116) que desse conta da interação da estrutura de gênero com as de classe e raça, especialmente do modo que os homens interagem entre si nas fronteiras destas estruturas. Mediante estas linhas, reconhecidamente abstratas, Connell propõe uma compreensão das masculinidades segundo determinados padrões (os de hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização). Ela enfatiza que estes não constituem tipologias, mas posições dentro de um modelo das relações de gênero, o qual estaria sempre dentro de tensões e em processos de modificações.

⁹² Outras formas de organização da prática estariam em interação com a de gênero, notoriamente as de raça e classe social.

A “masculinidade hegemônica” (MH) transformou-se no conceito mais popular de Connell, adquirindo quase uma vida própria⁹³. Ela a define como “la configuración de la práctica de género que incorpora la respuesta aceptada, en un momento específico, al problema de la legitimidad del patriarcado, lo que garantiza (o se considera que garantiza) la posición dominante de los hombres y la subordinación de las mujeres” (MA: 117). Sua origem se encontraria no conceito de hegemonia em Gramsci, o qual “se refiere a la dinámica cultural por medio de la cual un grupo exige y sostiene una posición de mando en la vida social” (MA: 116-117). Seu êxito estaria assegurado na medida em que esta posição de mando fosse reconhecida sem a necessidade do uso da violência direta⁹⁴.

A hegemonia organiza a dominação cultural, o que implica o posicionamento de determinados homens em posições de poder e o de outros na de subordinação. Nas sociedades ocidentais, a mais importante dominação é a que se dá por parte dos heteros sobre os gays. Na homossexualidade estaria depositado “todo aquello que la masculinidad hegemónica desecha simbólicamente” (MA: 119), sendo quase indiscernível da feminilidade. No entanto, mais do que esta “estigmatização cultural” (MA: 118), trata-se de subordinação mediante uma série de práticas materiais, as quais teriam sido denunciadas já no início do movimento de liberação dos homens gays: “exclusión cultural y política, el abuso cultural (em Estados Unidos, los hombres gays son ahora el principal blanco de la derecha religiosa), la violencia legal (como el encarcelamiento bajo la acusación de sodomía), la violencia en la calle (que incluye desde la intimidación hasta el asesinato), la discriminación económica y los boicots personales” (MA: 118)⁹⁵.

Dentro do terceiro padrão, estariam os cúmplices, aqueles homens que se aproveitam do patriarcado sem se adequarem rigorosamente à MH, o qual implica evitar também seus aborrecimentos. O trecho abaixo é importante na medida em que, ao mesmo tempo em que enuncia a posição de Connell, mostra também o quanto sua exposição pode ser confusa e contraditória:

El matrimonio, la paternidad y la vida comunitaria a menudo suponen compromisos profundos con las mujeres, y no una dominación evidente o una muestra incuestionable de autoridad. Muchos hombres que aprovechan los dividendos patriarcales también respetan a sus esposas y madres, nunca son violentos con las mujeres, hacen lo que les corresponde en el trabajo de la casa, llevan su salario a la familia y están convencidos de que el feminismo se debe a extremistas... (MA: 120)

⁹³ Esta constatação é tomada pela própria Connell, em artigo publicado com James Messerschmidt (2005), sobre o uso que o conceito de masculinidade hegemônico recebeu nos últimos anos.

⁹⁴ Como veremos, Connell contradirá em breve esta afirmação, ao associar a MH com a violência.

⁹⁵ Esta lista é elaborada a partir dos trabalhos de Dennis Altman, *Homosexual: oppression and liberation*, de 1972 e *Discrimination and Homosexuality*, informe de 1982 do NSW Anti-Discrimination Board.

Valendo de um exemplo generalista para explicar-se, Connell traz à leitora aspectos da MH que antes não tinham sido apresentados ou sequer supostos. Se antes havia dito que o padrão hegemônico teria sucesso quando aceito sem o uso da violência, aqui parece evidenciar, por contraste, que ela é possível. Há ainda uma outra observação importante: se a masculinidade cúmplice é definida mediante um exemplo, não estamos aptos para compreender como seria este padrão em uma outra cultura: o que do modelo é generalizável ou não? Isto é algo que nós leitoras, aparentemente, devemos decidir.

O último padrão apresentado, o de masculinidade marginal, não se encontra apenas dentro da estrutura de gênero, mas na interação desta com outras estruturas sociais, como a de classe ou raça. Uma vez mais, a explicação se dá pela ordem do exemplo, primeiramente o de operários que se encontram excluídos das renovações digitais e relegados ao trabalho físico e, em segundo, os homens negros estadunidenses, empurrados pelo capitalismo ao desemprego e vítimas da violência policial racista e institucionalizada. Assim, os marginalizados parecem ser os excluídos (desempregados) ou os relegados a posições muito inferiores (sub-emprego), estando a mercê de uma violência institucionalizada. Uma vez mais, a conceitualização não é dada, mas requer um trabalho interpretativo por parte do leitor.

3.1.3. O momento contemporâneo do gênero: violência e a tendência às crises.

Assim estabelecidas as masculinidades, Connell regressa à estrutura de gênero, insistindo em seu caráter “ontofornativo” (Kosik), ou seja, sua capacidade de criar realidade social. Considera que, embora haja diferentes masculinidades, e apesar de estarmos vivendo um momento de mudanças nas relações de gênero, os interesses dos homens no que se refere a “honra, prestígio, direito a ordenar e ganância material” (MA: 124) prevalecem, a ponto de, por exemplo, ocuparem 90% das vagas parlamentares mundiais ou de, mesmo nos países ricos, seus salários alcançarem o dobro dos das mulheres.

A manutenção de uma estrutura de semelhante desigualdade implica, necessariamente, relações de violência, as quais Connell divide entre as destinadas a manter a subordinação da mulher e as dirigidas intra grupos de homens por interesses ligados à esfera do poder e do controle da produção. A violência, além disso, seria um signo dúbio, na medida em que ao mesmo tempo denota poder e sua perda. Neste sentido,

Connell compreende que “a proporção de violência contemporânea denota tendência à crise ([...] Habermas) na ordem de gênero moderna” (MA: 126).

Desta forma, Connell matiza um eventual excesso de otimismo que a concepção de existência de diferentes masculinidades possa trazer. A tendência à crise não implica um momento histórico de finalização da ordem de gênero, mas sim que esta ordem se estrutura mediante esta crise, em processos constantes de reconstrução. Neste sentido, os estudos sobre masculinidades contemporâneas devem compreender a estrutura de gênero segundo sua tendência a crises nas três dimensões desta estrutura antes exposta: a) a das relações de poder (onde ocorre uma deslegitimação do patriarcado e uma maior emancipação das mulheres); b) a das relações de produção, onde há um acesso muito maior das mulheres ao trabalho formal e c) na catexe, onde temos a demanda de prazer por parte das mulheres e a maior visibilidade gay e lésbica.

3.1.4. Os estudos empíricos.

Uma vez exposta sua concepção sobre as masculinidades, o modo com que estas se inserem dentro da estrutura de gênero e o momento contemporâneo em que esta estrutura se encontra, o próximo passo de Connell é o de realizar pesquisas empíricas sobre homens que se encontram vivendo este momento contemporâneo. Mediante um recorte que denomina “estratégico”, antes que representativo, seleciona quatro grupos de homens cuja “construcción o integración de la masculinidad se encontrara bajo presión” (MA: 134) pela tendência à crise na ordem de gênero.

O primeiro grupo é formado por oito jovens provenientes de famílias pobres – a maioria criada apenas pela mãe –, encontrando-se assim dentro do padrão da masculinidade marginal. Cinco destes homens não terminaram o ensino médio, carecem de emprego fixo e têm passagem pela polícia. Os outros três, apesar de também terem passado, como os anteriores, por um momento que Connell denomina “masculinidade que protesta”, terminaram os estudos e hoje têm empregos fixos. Excetuando dois destes oito homens, uma *drag* e outro que tem encontros sexuais pagos com homossexuais – embora não se defina como um deles – todos os outros se encontrariam dentro da heterossexualidade obrigatória.⁹⁶

⁹⁶ Toma o conceito de Adrienne Rich e Rubin, que o teriam criado para referir-se “las presiones sociales y culturales que se imponen a las mujeres para hacerse sexualmente disponibles a los hombres, sin importar lo que reciban. Lo que falta añadir es que (...) la heterossexualidad obligatoria también se aplica a los hombres.” (MA: 152). Esta última observação não vem ao caso, dado o texto de Rubin mostrar claramente que a heterossexualidade obrigatória se aplica aos homens (1986).

O segundo grupo é formado por homens dos movimentos ambientais e que se encontram muito próximos ao movimento feminista, dentro das masculinidades hegemônicas e cúmplices. Uma característica comum a todos estes homens ambientalistas é que tiveram fortes relações com as mães em um período pré-edípico⁹⁷. A ênfase em elementos como a igualdade, a coletividade ou o crescimento pessoal, caros a estes homens, fez com que acolhessem o feminismo em continuidade aos seus anseios. No entanto, não o fizeram sem mal-estar: a consciência do próprio sexismo implicou um sentimento de culpabilidade que levaram muitos a crises fortes, ao abandono de projetos pessoais (sem que vislumbrassem outros que pudessem causar a mesma ilusão) e mesmo mal-estares com o modo de exercer a sexualidade. A maioria destes homens teve alguma relação homossexual, embora pareçam ter sido pontuais.

O terceiro grupo, formado pelos “homens de razão” foi escolhido por Connell acreditar que no estado atual do capitalismo há uma certa tendência dentro da racionalidade que tenderia a excluir as diferenças de gênero. Todos os entrevistados são funcionários de nível médio, em aparente ascensão dentro de empresas capitalistas. Porém, contrariando as previsões de Connell, estes homens compartilham os mesmos preconceitos ligados à homofobia e à misoginia que outros homens, de modo que a racionalidade empresarial não parece modificar a noção de gênero dos homens que dentro dela trabalham. Há, no entanto, variações, entre alguns que procuram relações mais igualitárias com as companheiras e outros que as manipulam sentimentalmente sem ter qualquer tipo de considerações éticas a respeito. Também neste grupo uma porcentagem importante teve relações de ordem homossexual.

O último grupo é formado por homens da comunidade gay. Encontram-se, assim, dentro do padrão de masculinidade subordinada, embora sejam bastante despolitizados, tendam a certa misoginia e a adotar um ideal de amor romântico⁹⁸. Todos passaram por um primeiro momento de compromisso com a MH, o qual incluía iniciação nos esportes, homofobia e, para muitos, iniciação sexual com mulheres. No entanto, todos começaram a ter encontros com homens até progressivamente passarem a se relacionar sexual e afetivamente apenas com eles, a exceção de um, que mantém relações também com mulheres.

⁹⁷ O uso de tal termo está ligado às obras de Julie Kristeva, Karen Horney e Dorothy Dinnerstein.

⁹⁸ Um dos entrevistados chega mesmo a bendizer a AIDS por ter feito com que os gays parassem de ter sexo anônimo.

Assim, Connell desvela um quadro que dista muito de ser completo, mas que é ilustrativo dos modos em que vivem os homens contemporâneos. Embora haja uma diferença inclusive entre os homens de cada grupo – fato muito significativo para Connell – é também possível encontrar pontos em comum. Todos estes homens são testemunhas de um período histórico de confrontação à legitimidade do patriarcado, e suas dificuldades e dilemas para construir-se enquanto homens, embora de diferentes posições, tendem a conformar um processo doloroso e dubitativo. É importante uma das conclusões de Connell, a de que, a despeito de toda a diversidade, todos passaram por um momento que ele denomina de “compromisso com a MH”. Para uns, este momento é perene, para outros foi pontual, no entanto, ocorreu com cada um destes homens. Isto indica a força que o patriarcado ainda tem na contemporaneidade e a sua capacidade de articulação para além da crise de legitimidade em que se encontra.

3.1.5. A história e a política da masculinidade

A política da masculinidade, que Connell define como a que defende o interesse dos homens, requer para sua compreensão o rastreamento da emergência da estrutura de gênero moderna. Em coincidência com teóricos anti-coloniais latino-americanos (Quijano, 1992, Mignolo, 2003), Connell compreende a configuração da modernidade como tendo início com a invasão das Américas, o tráfico atlântico e o início do capitalismo. Dentro deste período histórico, teriam sido quatro os eventos fundamentais para a conformação da “prática social” hoje chamada “masculinidade”:

1) A mudança cultural. O cristianismo é afetado pela Renascimento e pela reforma protestante e a ênfase na relação pessoal com Deus desembocaria no individualismo, assim como a importância crescente do lar na heterossexualidade obrigatória. As definições de masculinidade, como uma estrutura de personalidade racional, e da civilização européia ocidental como portadora da razão em um mundo consumido pela ignorância, forjaram a legitimação cultural conjunta de patriarcado e império.

2) O império (os marítimos de Portugal e Espanha e depois Países Baixos, França e Inglaterra; os terrestres de Rússia e EUA, e os marítimos de segunda onda imperialista de Alemanha, Itália e Japão) foi uma empresa que se estruturou com base no gênero. Os Estados nos impérios eram formados unicamente por homens e o sistema dependia da força de corpos organizados de homens. Os conquistadores espanhóis teriam sido os primeiros que poderiam ser denominados masculinos, no sentido moderno do termo. Estes

homens eram marginais na Europa, e sua avidez e excesso de violência os tornavam, com frequência, difíceis de serem controlados pelas coroas.

3) Crescimento das cidades, centros do capitalismo comercial. Vida anônima, individualismo, racionalidade calculadora, acumulação de riquezas provindas do comércio e da escravidão coloniais. Emergência de subculturas homoeróticas. Fortalece-se a necessidade de se ter uma identidade pessoal como homem ou como mulher, no lugar de só ocupar um lugar como tal.

4) O quarto evento é a constituição dos estados monárquicos centralizados. No século XVIII, pode-se falar de “un orden de género en el cual ya se había producido y estabilizado una masculinidad según al concepto moderno” (MA: 255). Assim, o caráter individual estruturou-se com base no gênero, definiu-se por sua oposição à feminilidade e institucionalizou-se tanto na economia como no Estado. A primeira forma de MH moderna teria sido estabilizada no séc. XVIII na figura do homem aristocrático, porém capitalista, no sentido em que baseava sua economia na venda do excedente de produção, mas ligada ao Estado, em contraste aos homens camponeses, em situação de oposição baseada na honra.

Assim, a estrutura de gênero que emerge com a modernidade se encontra vinculada à violência dos conquistadores, à lógica econômica capitalista, à racionalidade, à individualidade e, principalmente, a uma lógica identitária de gênero que Connell supõem ser inédita até então⁹⁹. Pela primeira vez haveria um modo de compreender-se enquanto ser humano generificado, o que implicaria uma lógica normativa que progressivamente alcançaria todos os âmbitos da vida de homens e mulheres.

Mas esta lógica identitária, salienta a autora, por estar dispersa por todo o conjunto social, não se apresenta como uma lógica de retenção de poder por parte dos homens, mas como uma lógica de defesa dos direitos individuais e coletivos. Desta forma, todas as políticas que defendem os interesses dos homens são denominadas políticas de masculinidade, sendo que usualmente não são apresentadas como tais. Valores familiares, o catolicismo, o livre-mercado ou a segurança nacional, que teoricamente representariam os indivíduos ou a comunidade, servem antes aos interesses dos homens, especialmente

⁹⁹ Embora já tenha defendido a comensurabilidade entre o moderno e o não moderno, há um caráter genérico próprio à modernidade, que Connell bem o identifica, coincidindo com outras autoras, como Sedgwick (ver cap. II), hooks e Davis (ver cap. I) ou Judith Butler (2005): o acirramento da heteronormatividade, a nuclearização familiar, a separação radical do público e do doméstico podem ser interpretados, como o faz Connell, sob a emergência de uma lógica identitária de gênero.

aqueles dos países ricos. Desta forma, o desequilíbrio de poder abismal entre homens e mulheres não é percebido como o resultado de uma política específica para tal fim¹⁰⁰.

No entanto, esta lógica identitária genérica, embora pudesse parecer coesa como nenhuma outra anterior, não é menos alheia a mudanças que qualquer outro evento histórico. O desenvolvimento do capitalismo para fora de fronteiras estatais, seu acirrado individualismo, as lutas feministas ou as configurações familiares alternativas surgidas nos países colonizados vieram impor as maiores dinâmicas de mudança, o que demanda uma capacidade de reestruturação constante da ordem de gênero e das masculinidades.

3.1.6. A prática e a utopia.

No último capítulo do livro, Connell procura pensar o que “nuestro conocimiento actual sobre la masculinidad respresenta para el proyecto de justicia social en las relaciones de gênero.” (MA: 303). Ela acredita que o século XX testemunhou “el surgimiento de una conciencia histórica sobre el género” (MA: 306) a qual, no entanto, não implica num aniquilamento do patriarcado, pois suas estruturas institucionais e materiais mantêm-se sólidas. Há, outrossim, uma progressiva deslegitimação, já que a desigualdade para com as mulheres, assim como a homofobia, carecem hoje de sustentações terminantes.

Esta consciência histórica alcançada graças a dois séculos de lutas feministas é o que distingue as lutas de gênero anti-patriarcais contemporâneas. Após driblar as propostas liberais (baseadas no individualismo) e a pós-moderna (cética para com qualquer fundamentação política), Connell retoma a ontoformatividade da prática para ressaltar que a oposição ao patriarcado:

... no es solo resistencia, hace que existan nuevos arreglos sociales (aunque sea parcialmente). Así, el feminismo no solo cuestiona el que se determine la posición discursiva de las mujeres, sino que también incluye la construcción de nuevos servicios de salud, la definición de nuevas escalas de sueldos, la creación de hogares más pacíficos, la colectivización del cuidado infantil, etc. (MA: 308).

O mesmo aconteceria com o movimento trabalhista ou os anti-coloniais. Em todos estes projetos se encontraria implícito o “princípio da justiça social”, que por sua vez implica a busca da igualdade complexa, não uniforme.

No gênero, a igualdade complexa se ocupa das três estruturas que a constituem. Nas relações de poder, implica questionar o predomínio dos homens no Estado, as profissões e direção, assim como a violência dos homens contra mulheres. Na divisão de trabalho

¹⁰⁰ Há, assim, uma concordância entre o trabalho de Connell com os de Welzer-Lang (cap. IV) e Segato (cap. VI), que, na linha de Godelier, defendem ser a dominação dos homens estabelecida a partir de um engano fundamental que priva as mulheres do conhecimento dos mecanismos de dominação.

implica terminar com os dividendos patriarcais na economia monetária, compartilhar o peso do trabalho doméstico e igualar o acesso à educação e à preparação. Na estrutura da catexe, implica terminar com o estigma da diferença sexual e com a imposição da heterossexualidade obrigatória e reconstruir uma heterossexualidade não hierárquica. No caso dos homens, implica também um novo trabalho do corpo no sentido de oferecer cuidado. Isto permite Connell dizer que a justiça social nas relações de gênero seja de interesse universalizável, sem por isso implicar um esgotamento da política como supõem os pós-modernos, já que as possibilidades humanas de exploração de si se abrem sempre a novas possibilidades.

As políticas levadas a cabo por aqueles homens que procuram distanciar-se da MH, Connell as denomina “políticas de saída”. Elas se articularam desde os anos 70 nos países ricos em grupos denominados “movimientos de liberación de los hombres” ou de “aumento de consciencia de los hombres” (*ibid.*: 316). Acreditavam eles encontrarem-se na crista de uma onda que traria mudanças radicais em um futuro curto, o que não só não ocorreu, como muitos grupos se distanciaram dos feminismos¹⁰¹ ou se dissolveram.

Segundo Connell, o problema dos grupos de homens se encontra em que eles contrariam uma importante máxima dos movimentos sociais: unir-se em torno de interesses comuns. No caso dos homens, a justiça social de gênero vai contra seus interesses. Neste sentido, parece ser nula a possibilidade de uma vinculação massiva de homens aos movimentos anti-sexistas. Saídas mais eficazes parecem ser encontradas na interconexão do gênero com outras estruturas sociais. Assim, a solidariedade que surge entre homens e mulheres em movimentos sindicais, ambientalistas ou raciais permitiria a emergência também de uma solidariedade de gênero para com as mulheres.

De forma semelhante, as tensões entre os diferentes padrões de masculinidades (notoriamente a oposição entre as marginais e subordinadas para com as cúmplices e hegemônicas) provocam tensões que desestabilizam as propostas patriarcais, da mesma forma que determinadas relações entre homens e mulheres (por exemplo, as que Connell relatava como existindo entre um homem próximo à masculinidade cúmplice e sua família) terminavam por contribuir à deslegitimação do patriarcado.

¹⁰¹ Como, por exemplo, os grupos mítico-poéticos. Alguns grupos de reflexão de homens dos anos 70, inicialmente ligados aos feminismos, encontram nas idéias de Jung a concepção de um masculino profundo que foi perdido pelos homens contemporâneos, levados pela vida moderna e por demandas excessivas das mulheres. Embora hoje estes grupos tenham pouca importância para os movimentos de homens pró-feministas, eles foram uma temática de discussão na década de 1970, dado atraírem muitos dos homens que se encontravam descontentes com a masculinidade.

Desta forma, mais do que propriamente um movimento de homens, a política de saída passa por alianças entre diversos grupos, em níveis político e pessoal, sendo que as mulheres são parte necessária desta política. Todas estas condições fazem necessário não postular uma estrutura social pré-estabelecida à qual apontar. A estrutura social futura, qualquer que venha a ser, não está no começo, mas no fim do processo. De momento temos de nos ater a acumular pressões em direção às mudanças, sem pretender determiná-las, em uma política de “meras possibilidades” (MA: 328)¹⁰².

3.2. Considerações.

Dentre as diferentes considerações que poderíamos fazer sobre a obra de Connell, nos restringiremos às seguintes:

1) Como anunciado no princípio do capítulo, sua insistência em abarcar diferentes âmbitos das masculinidades, embora implique uma tarefa titânica exposta a erros, faz-se necessária na medida em que coloca em diálogo instâncias que, normalmente pensadas separadamente por questões práticas, exigem também serem pensadas em conjunto.

2) Sua relação com a teoria é, sem dúvida, paradoxal. Por um lado, denuncia a falta de interesse teórico no campo dos EHMM e se dedica, ela mesma, a uma leitura de um número variado de obras sobre masculinidades, gênero ou história. Por outro lado, com muita frequência realiza leituras aparentemente rápidas e imprecisas de muitos dos autores que parecem ter grande importância em sua obra. É o caso de sua imputação a Gayle Rubin de ter conceitualizado a “heterossexualidade obrigatória” como sendo própria apenas às mulheres, quando uma primeira leitura de seu texto mostra claramente o contrário. Sua articulação teórica dista, assim, da cuidadosamente elaborada por Welzer-Lang, como veremos no próximo capítulo.

3) A ênfase na diferença entre masculinidades não é, em nível teórico, feita em detrimento de uma atenção à estrutura de gênero como uma lógica de dominação. Contra um certo sentido comum acadêmico que dilui a associação entre homens ou masculinidades com a opressão das mulheres, Connell mostra o modo em que esta se articula no período histórico recente e como ela se mantém na atualidade.

4) Sua ênfase nas relações históricas entre a masculinidade contemporânea e o imperialismo denota um interesse político raro nas ciências sociais do primeiro mundo e

¹⁰² A última frase do livro torna-se, no entanto, abusivamente humanista, vale a pena citá-la: “Tal vez esta sea otra forma de expresar el interés que todas las personas de este planeta tenemos en la justicia social, la paz y el equilibrio con el mundo natural.” (MA: 328).

abre a possibilidade de uma interlocução com o pensamento anti-colonial. Embora não possamos estar de acordo com a pressuposição de uma incomensurabilidade entre o moderno e o não moderno, faz-se importante a consideração de que uma identidade de gênero propriamente dita não existia na Europa medieval. A radicalidade desta afirmação talvez seja excessiva, mas, como já apontamos, outras autoras também coincidem em expor que a coerência de gênero na modernidade é excepcional para com outros períodos históricos.

5) Sua proposta de saída política da masculinidade é também muito completa, se excetuarmos seus momentos de excessiva confiança em uma justiça social. É realmente importante sua consideração de que os grupos de homens não tiveram força nos anos setenta e que muito provavelmente não a terão jamais. A incorporação dos homens nas lutas feministas estará ligada ao entrecruzamento de diferentes lutas de libertação, à disputa interna entre diferentes modos de masculinidades e à associação com as mulheres. Este entendimento permite que se possa deslocar concepções subjetivistas da mudança das masculinidades para o campo das interações sociais, onde as diferentes tensões políticas podem dar lugar a modificações importantes também nas masculinidades.

4. CIÊNCIAS HUMANAS EM LÍNGUA FRANCESA. Daniel Welzer-Lang e a casa dos homens¹⁰³

Todos os homens mudam ou mudaram, poderíamos dizer. Falta precisar os termos da mudança (...) em geral, estas mudanças não colocam em cheque a dominação masculina, nem a distribuição muito diferenciada e hierarquizada do trabalho doméstico, o cuidado das crianças e o poder do casal, onde o homem permanece em uma posição de poder nata. A dominação é mais *soft* que aquela vivida por sua mãe, mas ela perdura.¹⁰⁴

(Welzer-Lang, *Les hommes aussi changent...*, 338-339)

Quatro são as autoras das ciências humanas francesas cujos escritos sobre os homens e o masculino tiveram repercussão na América Latina. Dois destes autores contavam, no período da publicação de seus escritos, com amplo reconhecimento acadêmico: Maurice Godelier, principal nome da antropologia econômica francesa, lançou *La production des grands hommes* em 1982, o qual é lido principalmente na área da antropologia, com apenas algumas menções nos EHMM, e Pierre Bourdieu, talvez o sociólogo de maior expressão mundial no último quarto do século XX, que escreveu como artigo *La domination masculine* em 1992 e o publicou como livro em 1998. A terceira autora, Elizabeth Badinter, tem amplo reconhecimento dentro dos estudos feministas. Publicou *XY: sobre a identidade masculina*, de 1992¹⁰⁵, livro de ampla circulação e reconhecimento dentro dos estudos feministas como um todo. O quarto autor, Daniel Welzer-Lang, tem sua obra referenciada quase exclusivamente dentro dos EHMM. Foi escolhido para ser a principal referência deste capítulo, dentre outros motivos, por ter dirigido um grande número de pesquisas sobre homens, por se encontrar próximo ao

¹⁰³ Parece-me justo que o leitor ou a leitora saibam, desde já, que Welzer-Lang foi acusado pela Association Nationale des Etudes Féministes, mediante carta pública em seu boletim (2005), de ter tentado seduzir alunas e alunos que se encontravam “em sua responsabilidade pedagógica” entre 1998 e 2003. A mesma carta mantém restrições éticas à observação participante em sua pesquisa em clube de *swings*, a qual incluía ter relações sexuais com os e as frequentadoras do lugar. Welzer-Lang não teria tomado os cuidados necessários para que suas/seus assistentes de pesquisa se sentissem cômodas com o trabalho. Welzer-Lang negou rotundamente as acusações, remetendo-as às lutas profissionais. Ele entrou em processo contra as assinantes da carta, mas elas foram absolvidas em 2007. O conhecimento deste fato gerou dúvidas sobre a continuidade deste capítulo, dado que o reconhecimento da obra de alguém é também o da pessoa em si. Embora não estejamos julgando Welzer-Lang, é um conhecimento prático feminista que muitos dos crimes de abuso não têm como ser comprovados porque os mecanismos judiciais não desenvolveram mecanismos para a investigação da violência doméstica ou íntima. Fica, de todas formas, este testemunho para que a leitora possa ela mesma fazer suas reflexões a este respeito.

¹⁰⁴ Tous les hommes changent ou ont changé, pourrait-on dire. Reste à préciser les termes du changement. (...) En général, ces changements ne remettent pas en cause la domination masculine, ni la distribution très différenciée et hiérarchisée du rapport au travail domestique, la prise en charge des enfants et les pouvoirs dans le couple lui-même où l’homme reste dans une position de pouvoir nette et sans appel. La domination est souvent plus *soft* que celle qu’a vécue leur mère, mai elle perdure.

¹⁰⁵ Os três livros foram consultados em suas versões no castelhano: Godelier, 1986; Bourdieu, 1996 e Badinter, 1993.

feminismo e porque, junto à preocupação em evidenciar as diferenças entre homens, deu mais atenção do que os pensadores anglo-saxões às permanências da dominação masculina que se espalham em meio às diferenças. Além disso, por ele trazer reflexões enriquecedoras sobre Godelier e Bourdieu, por meio das quais será possível criar uma ponte com estes “grandes sociólogos”¹⁰⁶.

4.1. Daniel Welzer-Lang e *Les hommes aussi changent...*

Nascido em 1951, Welzer-Lang atravessa sua juventude nos anos setenta. Nesta época se envolveu com grupos anti-sexistas e hoje manifesta que esta temprana confrontação com as mulheres o teria marcado nos níveis político, pessoal e, posteriormente, profissional e acadêmico.

O campo acadêmico no qual se move é relativamente estreito, mantendo-se dentro da sociologia francesa e de sua vertente feminista, abrindo pontes com as disciplinas da história e da antropologia. Seus diálogos com autoras de diferentes disciplinas, feministas ou não, são raros dentro da França e mais raro ainda fora dela. Suas principais influências são, em primeiro lugar, as antropólogas Nicole-Claude Mathieu e Maurice Godelier e, em um segundo lugar, os sociólogos François de Singly, Anne-Marie Devreux e Anne-Marie Daune-Richard. Sua primeira obra, sobre a experiência de contracepção entre homens, foi publicada em 1986 e desde então lançou mais de dez livros e dezenas de artigos sobre inúmeros temas relacionadas aos homens, principalmente a respeito das mudanças entre os homens, de sua violência e sua sexualidade.

No âmbito político, participa do coletivo *multisexualités-et-sida*, junto ao qual realizou pesquisas sobre bissexualidade e *swing*, sendo possível encontrar na página web deste coletivo o manifesto “Pour une bisexualité radicale” (s/d nº1), de sua autoria.

O presente capítulo terá como guia seu livro de 2004, *Les hommes aussi changent....* (HAC), que traz uma revisão de muitas de suas pesquisas, assim como de suas opções teórico-metodológicas. Partindo do pressuposto de que o mundo científico muito pouco se interessou pelos homens, Welzer-Lang traça dois objetivos para o seu livro: estabelecer um estado do “conhecimento científico” a respeito “deste sujeito” (HAC: 10) e

¹⁰⁶ O livro de Badinter, no entanto, não será retomado, dado que sua dimensão omni-abarcativa, que vai dos cromossomos X e Y às discussões dos *men's studies*, passando por obras tão heterogêneas como as de Freud, Bourdieu ou Luce Irigaray, supõe grandes saltos, o que implicaria em acentuar a já de por si grande dispersão temática desta dissertação.

oferecer instrumentos e chaves para “pensar a questão dos homens e do masculino”¹⁰⁷ em uma perspectiva de relações sociais de sexo”¹⁰⁸ (HAC: 13).

Ao primeiro objetivo correspondem as duas primeiras partes do livro. A primeira se destina a mostrar como se criou o campo atual das relações sociais de sexo (HAC: 11), ressaltando que a compreensão desta área não como relações sociais “de”, mas “entre” sexos supõe um erro cujas conseqüências para os estudos dos homens foram desastrosas, pois se tendeu a considerar mulheres e homens como grupos estanques, abandonando-se as reflexões intra-sexos e, desta forma, as relações diferenciadas entre homens, inclusive no que estas determinam suas relações com as mulheres. Na segunda parte, o autor mostra como emergiu o campo de estudos sobre “os homens e o masculino”, através da proposta de algumas feministas, de três “grandes sociólogos” e da militância pró-feminista.

O segundo objetivo, de proporcionar ferramentas e chaves para se pensar os homens e o masculino, partirá das pesquisas realizadas pelo próprio Welzer-Lang desde a segunda metade da década de 1980. Na terceira parte, discute-se pesquisas sobre violência e organização do trabalho doméstico, e na quarta, sobre sexualidade.

4.1.1. As relações sociais de sexo

A análise que Welzer-Lang nos proporciona sobre a emergência do campo das relações sociais de sexo e dos estudos sobre homens e o masculino nas ciências humanas francesas – sociologia e antropologia urbana principalmente, em um segundo lugar, antropologia não-moderna e história – é muito enriquecedora para nós que na academia latino-americana temos um contato distante com estas áreas de estudos. No entanto, é necessário apontar a tripla decepção causada, em primeiro lugar, pela ausência de referências a autoras próximas à filosofia, à psicanálise e à literatura e que desenvolveram importantes pensamentos sobre a questão do masculino, como Hélène Cixous, Julie Kristeva, Luce Irigaray e mesmo Monique Wittig, que são também as feministas francesas de maior projeção depois de Simone de Beauvoir. Em um segundo lugar, o seu diálogo com autoras dentro das próprias ciências humanas em língua não-francesa é muito

¹⁰⁷ A tradição das ciências humanas anglo-saxã enfatizou o termo masculinidade em seu plural, como vimos no capítulo anterior. Na tradição sociológica francesa, assim como na psicanalítica (vide cap.V), há uma maior ênfase no adjetivo “masculino”, utilizado sempre no singular. A pluralidade aqui é ressaltada pelo modo em que os homens – estes sim designados no plural – se articulam ao adjetivo que os define: “masculino”. Parece, portanto, haver uma referência única para cada homem, aquela posta pelo cultural, frente à qual cada um organiza sua existência em sua especificidade. O masculino, é importante ressaltar, refere-se quase exclusivamente aos homens e se encontra sempre em relação à dominação destes para com as mulheres, o que não ocorre sempre na tradição anglo-saxã.

¹⁰⁸ Penser la question des hommes et du masculin dans une perspective de rapports sociaux de sexe.

limitado. Finalmente, em suas discussões a respeito da teoria *queer*, ele se interessa menos em estabelecer um diálogo e mais em fazer uma documentação dos rumos que o ativismo e os estudos gays e lésbicos estão tomando na França contemporânea¹⁰⁹.

De todas as formas, dentro destes limites, Welzer-Lang traz uma análise preciosa da história dos estudos sobre as relações sociais de sexo, desde Simone de Beauvoir até a contemporaneidade. Não sendo possível acompanhar todos os seus desenvolvimentos, nos limitaremos àqueles aspectos mais importantes para a sua reflexão sobre os homens.

A configuração inicial do campo das relações sociais “de/entre” sexos estaria, inicialmente, mais perto do “entre” sexo, o que estabilizava a oposição entre homens e mulheres e a homogeneidade de cada grupo. Neste momento inicial, as reflexões a respeito dos homens e do masculino são também quase inexistentes, sendo Nicole-Claude Mathieu a primeira a romper o silêncio, ao teorizar, em 1971, o “*systeme social de sexe*”, caracterizado por um funcionamento dialético das relações entre os sexos (masculino e feminino), os quais não poderiam mais ser tomados de modo isolado. Assim, Mathieu postula a necessidade de se teorizar os homens e o masculino. Suas reflexões posteriores procurarão dar conta de uma certa desbiologização do corpo masculino “os dois sexos são biológicos, mas um seria mais natural que o outro”¹¹⁰ (HAC: 29) e da obliteração das mulheres e do feminino nas relações entre homens.

O silêncio será quebrado novamente nos anos oitenta, quando, ao teorizarem a “mobilidade social” (HAC: 55), Anne-Marie Daune-Richard e Anne-Marie Devereux procuram mostrar como a dominação dos homens não é um posicionamento passivo. Ela exige o estabelecimento de estratégias por parte de homens, o qual inclui também uma “luta” interna, resultando desta o reconhecimento de que a dominação masculina também é exercida entre homens.

No entanto, e apesar das exceções mencionadas, os estudos sobre homens terão lugar fora dos estudos feministas, ainda que em diálogo com estes. Entre as décadas de 1970 e 1980, expõe Welzer-Lang, os homens pró-feministas franceses publicaram reflexões de caráter pessoal que abarcavam temas relacionados à identidade masculina, à sexualidade ou à paternidade. Apenas nos anos noventa haverá algumas poucas publicações científicas – nos círculos universitários feministas – que abarquem o

¹⁰⁹ Sabemos que as fronteiras disciplinares (termo aqui mais apropriado do que nunca) e lingüísticas são mais ferrenhas na Europa que na América Latina. Isto não nos impede de considerá-las empobrecedoras e, na medida em que sua atenção aos países pobres é ainda menor do que a dos países ricos, também eurocêntrica.

¹¹⁰ Les deux sexes sont biologiques, mais l'un serait plus “naturel” que l'autre.

dinamismo do masculino, completando "as análises em termos de relações sociais de sexo" (HAC: 83).

Mais importante para a formalização da proposta welzer-langiana serão as obras daqueles que, não sem humor, ele denomina os "três grandes sociólogos": Bourdieu, Godelier e François de Singly, assim denominados em referência aos grandes homens dos Baruya etnografados por Godelier na Nova Guiné. Por motivos de tempo, irei aqui expor suas análises apenas sobre os dois primeiros.

4.1.2. Godelier: a casa dos homens, os segredos e as violências

As principais elaborações conceituais de Welzer-Lang têm origem direta na obra de Godelier, sendo interessante pensar que tal aproximação seria impossível para Connell, dado que para esta autora há uma incomensurabilidade entre as sociedades modernas e as não modernas. A posição de Godelier é evidenciada já no início do livro: a descoberta da dominação masculina como a principal contradição social entre os Baruya apenas se dá porque em sua sociedade tal contradição também existe e, em segundo lugar, porque as mulheres de sua sociedade (e alguns homens) trabalharam no sentido de explicitar esta dominação. Assim, a comensurabilidade não apenas existe, como é a condição de possibilidade da compreensão do outro no espaço cultural ou societal. Talvez fosse ocioso dizê-lo, mas o caminho é de ida e vinda: se Godelier pode perceber a dominação masculina a partir dos próprios termos ocidentais, Welzer-Lang fará o caminho inverso e procurará compreender a sociedade francesa mediante categorias sociais do povo Baruya ou desenvolvidas por Godelier a partir desta sociedade.

A ordem social Baruya, como encontrada por Godelier na década de 1960, encontrava-se rigidamente demarcada: os homens detinham as armas e instrumentos para talar os bosques, eram donos dos instrumentos de agricultura (mas os cediam às mulheres para trabalharem a terra), monopolizavam a produção e a venda de sal e outros produtos comercializáveis, a política e quase a totalidade dos rituais, de modo que asseguravam os poderes produtivos, econômicos, militares, simbólicos e religiosos. Em todas estas esferas, as mulheres se encontram em posição de submissão, dominação e exploração. Por outro lado, nem todos os homens têm os mesmos poderes. Há uma hierarquia interior, onde há a emergência dos grandes homens, tanto daqueles que descendem diretamente dos primeiros Baruya (que anexaram povos originalmente não-Baruya, dos quais descendem as "novas linhagens" Baruya) e que são os garantidores últimos da dominação sobre as mulheres,

quanto aqueles que se destacam excepcionalmente no campo das armas, adquirem dotes religiosos especiais ou conseguem produções superiores de alimentos necessários para o comércio, ou seja, que se sobressaem nas atividades consideradas mais importantes.

A manutenção destas ordens se dá mediante estratégias de violência estabelecidas em todos os níveis. A violência simbólica que afirma a constante superioridade dos homens é a mais evidente; no entanto, a física não carece de importância, havendo castigos severos para as mulheres que transgridam os espaços que lhes são conferidos, sendo as violações dos espaços dos rituais dos homens punidas com a morte.

A violência parece, se não ter início, ao menos ter sua lógica constantemente atualizada em um espaço monossexual: o da casa dos homens. A ela são conduzidos os meninos Baruya, na idade dos nove anos. Aí, no que Welzer-Lang denominará “primero quarto” (2002), estes meninos serão associados às mulheres e às meninas com as quais eles até então conviviam e cujo mesmo tipo de roupa vestem, sofrendo por isso uma série de vexações e violências equivalentes a torturas, causando efeitos físicos dramáticos como diarreias, incontinência urinária ou desmaios. Também engolirão sêmen dos mais velhos, por acreditar-se que os fortalecerá em termos masculinos. Estas violências se prolongarão por anos, diminuindo na medida em que evoluem para a segunda e subsequentes habitações, mediante rituais que se prolongam por dias. Por volta dos 12 anos receberão pela primeira vez roupas próprias a homens e passarão a exercer sobre os mais novos as violências que lhes foram realizadas. No período em que permanecem na casa dos homens, que pode durar mais de dez anos, surgem relações afetivas entre casais de jovens, quase-namoros, embora relações homoafetivas ou homossexuais adultas não tenham sido observadas por Godelier, sendo tampouco praticado o sexo anal, mas sim o oral.

Neste período, os meninos e jovens terão acesso a conhecimentos de ordem política, ritualística e religiosa, fundamentais para a reprodução da dominação sobre as mulheres. Estes conhecimentos constituem segredos cuja revelação a alguma mulher implica a morte tanto do emissário como da receptora. Muitos destes segredos são verdadeiras artimanhas, sendo o mito das flautas o principal deles¹¹¹. As flautas, hoje tocadas apenas por homens, eram originalmente instrumentos das mulheres, então dominantes no seio da sociedade. Em um momento de descuido das mulheres, ou de esperteza dos homens, estes conseguem obter as flautas e, mediante estas, tomar o poder

¹¹¹ É importante recordar que tanto a casa dos homens como o mito das flautas, em formas significativamente diferentes, são elementos que se encontram em várias sociedades não modernas.

feminino. Assim, as mulheres aparecem como duplamente perigosas, por serem possíveis rivais dos homens, dado serem as originalmente detentoras do poder que eles hoje usufruem, e por serem, no entanto, inábeis para utilizá-lo, dado o terem deixado arrebatado pelos homens. Fortes e fracas, culpadas e vítimas, temíveis por tudo isso, devem ser objeto de todo o cuidado, de toda força, de toda artimanha que os homens sejam capazes de articular para mantê-las longe dos, hoje, poderes masculinos.

Como bem recorda Rita Segato (2003), o mito das flautas apenas foi confiado a Godelier após seu terceiro período entre os Baruya, ou seja, em um momento em que já havia entre o pesquisador e os seus anfitriões uma confiança, permitida também pela condição de homem de Godelier. O antropólogo mostrou-se em uma disjuntiva: a partir do contato com os brancos, as mulheres Baruya se liberaram de modo significativo do cerco masculino e não seria estranho se dentro de alguns anos elas possam ler o seu livro sobre os Baruya, de modo que ele teria que assumir com a publicação do mito das flautas as implicações de uma traição da confiança nele depositada por parte dos homens. Ele decide, finalmente, pela traição, ou seja, por expor as artimanhas da dominação masculina, em benefício das mulheres Baruya.

Para concluir, é necessário remeter à observação que faz Nicole-Claude Mathieu a uma das conclusões de *La production des grands hommes*. Eis a afirmação da discórdia, dos punhos de Godelier, citada por Welzer-Lang:

Porque a força mais forte dos homens não está no exercício da violência, mas no consentimento das mulheres à sua dominação, e este consentimento não pode existir sem que os dois sexos compartilhem as mesmas representações, que legitimam a dominação masculina¹¹² (Godelier, apud HAC: 126)

Mathieu considera que, com esta afirmação, Godelier entra em duas contradições. Primeiramente, com todo o conjunto de violências sofridas pelas mulheres que ele descreve. Segundo ela, as diferentes formas de violência atuam constantemente sobre as mulheres, pois mesmo quando não ocorrem de modo concreto, mantêm-se no horizonte como possibilidade eminente (HAC: 126). Em um segundo lugar, entra em contradição com a socialização diferenciada de mulheres e homens, incluída as iniciações destes últimos naqueles segredos que garantiriam a dominação. Desta forma, não haveria representações compartilhadas, ou ao menos estas não seriam determinantes: os homens têm acesso a informações específicas às quais as mulheres estão impedidas e a violência

¹¹² Car la force la plus forte des hommes n'est pas dans l'exercice de la violence, mais dans le consentement des femmes à leur domination, et ce consentement ne peut exister sans qu'il y ait partage par les deux sexes des mêmes représentations, qui légitiment la domination masculine.

omnipresente por parte deles impõe a dominação. Desta forma, não há consentimento mútuo na dominação, mas sim a necessidade de que as mulheres cedam a ela, por estarem privadas da possibilidade de responder à violência que sofrem.

4.1.3. Welzer-Lang: a casa dos homens e as violências

A mais ousada proposta de Welzer-Lang, mas consiste e fértil, é a de estender a casa dos homens à contemporaneidade européia. Assim, espaços onde os homens podem estabelecer dinâmicas intragênero, como bares, escolas, clubes ou quartéis, passam a ser considerados como casas dos homens. Embora aparentemente não tão herméticas como a casa dos Baruya, seus procedimentos, assim como seus efeitos, são surpreendentemente homogêneos. Os mais jovens, desde a primeira infância, são submetidos a violências por parte dos maiores, as quais os feminilizam (e homossexualizam) e das quais apenas se livram passando eles mesmos a exercer violências equivalentes. Escapar é uma opção impossível de se concretizar completamente, dadas as perseguições e violências que sofrem os homens ou meninos que por qualquer razão se afastam do pré-determinado como masculino.

Esta determinação do masculino, assim como a do feminino, é estabelecida neste espaço e não, como se poderia pensar, nas interações com as mulheres. O masculino e o feminino, assim como a preponderância do primeiro sobre o segundo, são estabelecidos na casa dos homens e governam a hierarquia entre aqueles que Welzer-Lang denomina de “grandes homens” e os *petit-hommes*, passíveis de serem vítimas de violência por estarem no campo do feminino. A translação desta concepção de feminino e masculino às relações entre homens e mulheres ocorre posteriormente e é imposta, como não poderia ser de outra maneira, mediante violências de toda ordem – como protestou Mathieu a Godelier¹¹³ – o que permite a Welzer-Lang afirmar ser a violência o pilar principal das relações sociais de sexo.

Mas esta translação da casa dos homens não estaria completa sem a menção a um elemento ausente na cultura Baruya, porém catalisador nas ocidentalizadas: a homofobia. Assim como vimos na obra de Eve Sedgwick, esta não é compreendida apenas como o horror ou ódio às pessoas reconhecidamente homossexuais, mas a todos os signos de

¹¹³ Esta configuração do masculino e do feminino em um espaço entre homens e sua imposição às mulheres, que Welzer-Lang aponta mediante observações empíricas, encaixa-se perfeitamente nas elaborações teóricas abstratas das mais importantes feministas francesas, dentre elas Mathieu, Irigaray, Cixous e Wittig, cada uma em um campo de diálogo relativamente independente.

feminilidades nos homens, estejam presentes em outrem ou em cada um. Assim, o (auto-)controle dos signos femininos não são necessariamente associados à feminilidade, mas à homossexualidade e sua perseguição e controle se dá em nome da repressão a esta última.

Outros dois elementos centrais na conceitualização de Welzer-Lang: a ruptura epistemológica com o androcentrismo e o duplo padrão assimétrico são, também, desenvolvidos a partir de Godelier e das objeções a ele feita por Mathieu. Estes dois elementos, junto à casa dos homens e à preponderância da violência, constituem as principais chaves e instrumentos que Welzer-Lang dispõe para os EHMM, tal e como ele propôs no segundo objetivo do livro.

4.1.4. Pierre Bourdieu e a ruptura epistemológica com o androcentrismo

A dominação masculina, de Bourdieu, é um acontecimento em si: a defesa, por parte de uma figura com sua importância, de que os homens exercem dominação sobre as mulheres, supõe um reconhecimento excepcional às reivindicações feministas. No entanto, o livro em si pouco ou nada traz de novo às reflexões feministas iniciadas décadas antes, realiza questionáveis leituras de obras feministas, apropria-se de alguns dos seus pressupostos e ainda como comete erros há muito elididos pelas análises feministas mais sofisticadas.

Welzer-Lang considera que Bourdieu optou por uma análise simbólica “fixista”, a-histórica e mesmo a-social, na medida em que a lógica da dominação é exposta sem que o sejam os modos mediante os quais ela se atualiza¹¹⁴. Isto levaria Bourdieu a cair em um “psicologismo”: os homens são atraídos pelo masculino na medida em que este lhes oferece símbolos de *status* e, desta maneira, entram em um jogo masculino que Bourdieu compara aos jogos infantis, teoria esta pela qual o repreenderam por lhe atribuírem uma conceitualização desresponsabilizadora dos homens. Welzer-Lang ainda precisa que a dimensão a-social da obra de Bourdieu implica a não observação das múltiplas formas de violência realizadas entre homens, assim como a hierarquia entre eles. Os homens não seriam atraídos apenas pelo *status* masculino, isto não seria suficiente, mas se requeria de toda a violência da casa dos homens para que se consumasse, finalmente, a opção pelo

¹¹⁴ Em uma defesa de Bourdieu seria possível argüir que ele enfatiza a inscrição da dominação nas instituições sociais (a igreja, o estado, etc.) e que as mudanças sociais partiriam das transformações destas. Mas, sim, é verdade que ele não parece sequer sentir a necessidade de articular estas instâncias às vidas das pessoas. É interessante observar, em todo caso, que Welzer-Lang oferece escassa atenção justamente a estas instâncias institucionais, de modo que poderíamos afirmar que, apesar de todos os problemas da obra de Bourdieu, ela abre um campo que pode ser complementar ao trabalhado por Welzer-Lang.

masculino. Finalmente, Welzer-Lang mostra como *A dominação masculina* priva as mulheres de possibilidade de ação, pois, cegadas pelas urgências políticas, elas não conseguiriam distanciar-se da situação vivida e, tanto política como academicamente, não seriam capazes de perceber como a dominação masculina encontra-se ancorada em diferentes ordens institucionais, atuando apenas sobre seus efeitos.

Em termos gerais, Welzer-Lang considera que os *grands sociologues* – não apenas Bourdieu, mas também Godelier e De Singly – teriam se sentido teoricamente interpelados pelos feminismos, mas não pessoalmente, ao contrário dos homens pró-feministas da geração que lhes sucederam e à qual pertence o próprio Welzer-Lang, que nos anos setenta foram confrontados pelo feminismo no plano pessoal e político, antes de eventualmente se formarem cientistas. Este fato permitiu que os *grands sociologues* preservassem um traço androcêntrico fundamental: a assimilação do humano ao masculino e a dificuldade de compreensão de como pensam e atuam as mulheres, razão pela qual, embora apoiassem as demandas feministas, mantiveram-se afastados dos movimentos de mulheres¹¹⁵.

Isto leva Welzer-Lang a propor uma “ruptura epistemológica” com o androcentrismo, a qual deve ocorrer no plano pessoal e científico. Em primeiro lugar, há a necessidade de que os homens aceitem “que não sabem tudo” (HAC: 197), ligada à urgência de um esforço por compreender as mulheres e as situações sociais nas quais estas se encontram (algo que o próprio Welzer-Lang confessa ser-lhe difícil). Em segundo lugar, a ruptura epistemológica com o androcentrismo implica explicitar os segredos – “aquelas informações detidas exclusivamente pelos dominantes e que servem, de maneira simbólica e material, de suporte à dominação”¹¹⁶ (HAC: 199) – mediante os quais os homens fundamentam ideologicamente a dominação e a construção diferenciada do masculino e do feminino. Os ecos das obras de Godelier e Mathieu são claros aqui.

4.1.5. O duplo padrão assimétrico: Violência, limpeza e ordem

A terceira parte do livro é dedicada a duas pesquisas: a primeira, sobre as representações da violência por parte de homens e mulheres que estiveram envolvidos em casos de violência doméstica, a segunda, sobre as representações de limpeza e ordem no espaço doméstico, realizada mediante entrevistas e etnografias dentro da casa de casais ou

¹¹⁵ Nesta análise, Welzer-Lang segue a teorização de Máxime Molyneux a respeito do androcentrismo, o qual impediria os homens de compreenderem as mulheres e as situações sociais nas quais elas se encontram (HAC: 197).

¹¹⁶ Donner connaissance des informations détenues exclusivement par les dominants et qui servent, de manière symbolique ou matérielle, de support à la domination.

homens que vivem sós. Alguns dos homens etnografados, sejam os que moram sozinhos ou em casal, são pró-feministas. Em ambos os casos, Welzer-Lang encontrou a existência do que ele denomina “duplo padrão assimétrico” (*double standard asymétrique*), o que significa que “hombres y mujeres no perciben de la misma manera los fenómenos sin embargo designados con los mismos términos” (2002, s/p), ou, de um modo mais poético “se eles/elas utilizam as mesmas palavras, não falam sempre a mesma língua”¹¹⁷ (2001, s/p). Como veremos, o duplo padrão é conveniente e vantajoso para os homens.

Com respeito às representações da violência, nos diz Welzer-Lang, os homens entrevistados, após passarem da atitude primeira de negação da violência, reconhecem realizar ou terem realizado uma ampla gama de violências em meio a um continuum que vai desde pequenas frases com efeitos emocionais até a violência física. Também reconhecem a intencionalidade da violência: “explicar para ela que... fazer que ela ceda em...”¹¹⁸ (HAC: 210). Por outro lado, esse maior conhecimento sobre a violência e a sua maior habilidade para exercê-la não implica uma compreensão dos danos de ordem traumática e prolongada que causam. As mulheres, por sua vez, compreenderiam a violência de um modo descontínuo, normalmente associando-a a episódios de violência física ou forte discussão. No entanto, sim são conscientes dos danos traumáticos que estes episódios lhes causam. Segundo Welzer-Lang, esta pesquisa corrobora a concepção de Jalna Hanmer, segundo a qual “a violência é o primeiro meio de controle das relações sociais de sexo (...) no espaço doméstico”¹¹⁹, assim como a posição de Mathieu em seu debate com Godelier.

Em sua pesquisa sobre as representações domésticas, Welzer-Lang postula que as mulheres atuam de maneira preventiva face à desordem e à sujeira, enquanto a ação dos homens é curativa, ou seja, as mulheres valorizam a limpeza, assim como uma ordem ou uma lógica que dê conta de toda a casa, que a estruture e permita uma vivência pré-estabelecida. Já os homens percebem cada coisa por separado, procurando organizar seus espaços não através de uma lógica global, mas localizada: na medida em que cada local da casa necessite ser limpo ou reparado, ele o fará, mas não antes que surja a necessidade.

O duplo padrão assimétrico, em ambos os casos, favorece a dominação masculina, a qual é recompensada em termos de reconhecimento da superioridade masculina e com o recebimento de trabalho doméstico gratuito. A pesquisa sobre violência supõe que os

¹¹⁷ même s'ils/elles utilisent les mêmes mots ne parlent pas toujours la même langue

¹¹⁸ C'était pour lui dire... lui montrer.

¹¹⁹ La violence est le mode central de régulation des rapports sociaux de sexe dans l'espace domestique.

homens, ao terem uma visão mais ampla da violência e do seu uso comunicacional (de convencimento), pode dobrar a vontade das mulheres sem que estas percebam que se encontram em um plano desigual. A pesquisa sobre o espaço doméstico indica a exploração das mulheres, na medida em que seu trabalho preventivo, ao antecipar eventuais danos de ordem organizativa ou sujeira, faz com que elas arquem com a maior carga do trabalho doméstico concreto e, ainda nos casos em que o trabalho doméstico é “aritmeticamente” repartido, as mulheres carregam com o que Monique Haicault¹²⁰ denominou de “carga mental”: a necessidade de pensar como distribuir tal trabalho e como remediar aquilo que não se encontra previsto na divisão.

Ainda é importante pontuar que os homens pesquisados, pró-feministas ou não, dizem serem repreendidos por suas companheiras por diversas razões: por seu machismo, por atitudes de poder, pela não participação no trabalho doméstico, pela falta de senso estético, da incapacidade de combinar cores e sua dificuldade com os pratos culinários mais básicos. Não é estranho, assim, que Welzer-Lang tenha encontrado muitos homens que optam por morar sozinhos.

4.1.6. Sexualidades masculinas contemporâneas

A última parte do livro, sobre sexualidade masculina, é composta por oito capítulos, correspondentes a diferentes temáticas: violência e sexualidade, modificações nas formas de prostituição, clubes de *swing*, novas formas de oferta de trabalho sexual, homofobia, abusos e interditos em prisão, bissexualidade masculina e virilismo (sobre jovens em bairros africanos marginais de Toulouse). Essas temáticas parecem prometer uma sexualidade variada por parte dos homens, no entanto, muito raramente supõem formas mais eqüitativas de relações com as mulheres. A pesquisa sobre o *swing* condensa alguns dos mais importantes elementos desenvolvidos nesta quarta parte, pelo qual inicio por ela.

O *swing* poderia definir-se como a prática sexual em que participam um casal e uma ou mais pessoas. Inicialmente, poderíamos pensar que se trata de uma relação de caráter igualitário, onde os desejos não-monogâmicos das mulheres são reconhecidos como tão legítimos quanto os dos homens e onde há um propósito de realizá-los de maneira

¹²⁰ Como podemos ver, além da sua reconstrução sistemática da história dos estudos sobre as relações sociais de sexo e da constante referência à obra de Mathieu, há também diálogo com outras autoras feministas, como a agora referenciada Monique Haicault e há pouco Máxime Molyneux. Sobre estas e outras autoras, ainda que não possamos nos estender aqui, Welzer-Lang desenvolve análises relativamente amplas, que contextualizam a discussão na qual o conceito por ele utilizado emergiu no pensamento delas. Sua relação com o feminismo, por sua sistematicidade e constância, difere bastante à que Connell estabeleceu, como vimos no capítulo anterior.

simétrica. O próprio Welzer-Lang (s/d nº2) diz ter um dia assim o imaginado. No entanto, malgrado a existência de casais que procuram levar a cabo essa simetria, a maioria não o faz: geralmente, as mulheres são forçadas por seus companheiros a acatarem o *swing*, sendo vítimas de diferentes formas de chantagens. Nos clubes de *swing*, o ambiente é construído em torno de um imaginário pornográfico e *gayfóbico*¹²¹, as mulheres são trocadas pelos homens¹²², sendo que eles procuram envolvimento apenas sexuais, enquanto as mulheres gostariam também de trocas afetivas¹²³, há estupros velados, inclusive coletivos, penetrações enganosas sem camisinhas, dentre uma longa série de violências.

Um agravante é a *prostitucionalização* destes clubes: ao haver um número muito grande de homens solteiros que acedem aos clubes mediante um pago superior ao feito pelos casais, produz-se uma quantidade superior de homens nestes ambientes, o que, somado à censura das relações entre homens, suporia um contingente destes destinados a estarem sós. Para evitar a decepção destes clientes, as garçonetes também prestam serviços sexuais, o que, obviamente, constitui trabalho sexual.

Esta prostitucionalização nos permite adentrar nos capítulos sobre prostituição e novas formas de comércio sexual. Welzer-Lang afirma haver hoje em Lyon cerca de 300 prostitutas, das quais, cem são transgêneros de homem a mulher¹²⁴. Há, também, prostituição oferecida por homens e travestis. A prostituição tradicional estaria passando por um processo de envelhecimento, tanto por parte das trabalhadoras sexuais – 50% delas têm mais de 40 anos – como de seus clientes, pois estima-se que na década de 90 apenas 6% dos jovens entre 20 e 25 anos tenha acudido alguma vez a uma trabalhadora sexual,

¹²¹ As práticas sexuais entre mulheres são, pelo contrário, incentivadas, o que é condizente com o imaginário pornográfico contemporâneo. No entanto, a maioria das mulheres não tinha tido relações com outra até sua entrada nos clubes. A paquera entre elas se torna frequentemente o enlace entre dois casais. A *gayfobia*, por outro lado, convive com práticas gays, tendo a equipe de pesquisa contabilizado que cerca de um terço dos homens que freqüentam clubes *swing* ou que se anunciam em revistas especializadas a praticam, sem que no entanto isto seja assumido e muito menos faça parte do imaginário *swingueiro*.

¹²² Tal também foi verificado em sua pesquisa sobre a bissexualidade masculina, com o qual a assunção da homossexualidade por parte dos homens bi não implica o abandono da posição de superioridade sobre as mulheres. Importa também considerar um enorme sentimento de culpa por parte destes homens, não para com a submissão que exigem das mulheres, mas para com seus desejos homos.

¹²³ Welzer-Lang tristemente condensa: as condições de negociação das mulheres se reduzem, na maioria das vezes, a impor limites à brutalidade do “choque-e-fuga” dos homens.

¹²⁴ A definição de Welzer-Lang das trans H-M choca com a política de auto-definição que hoje se defende na América Latina e nos EUA: ele se refere a elas como não sendo mulheres biológicas de nascença. Além do que é algo confuso: devemos compreender que estariam as travestis ou as intersex nesta definição? Welzer-Lang não parece preocupado em desenvolver estas distinções.

contra 25% na década de setenta¹²⁵. Contra algumas avaliações positivas destas mudanças, que interpretam este abandono da prostituição como signo de uma desvinculação dos jovens para com a objetificação das mulheres, Welzer-Lang considera que a diminuição da prostituição tradicional está associada a novas ofertas de serviços sexuais, os quais reforçam desejos masculinos tradicionais e compreendem as mulheres enquanto objeto de satisfação sem desejo fora os designados pelos homens. Assim, os clubes ou revistas de *swing*, o contato em revistas especializadas em sexo e em internet ou a indústria dos telefones rosas (hoje enlaçadas à internet e a webcams) atraem a atenção de homens jovens e não jovens e fomentam uma visão sexual masculina muito semelhante às antecedentes.

4.1.7. Casa dos homens, homofobia e violência

Em duas pesquisas junto a ambientes excepcionalmente violentos, o da prisão e o de grupos ou gangues de jovens de origem africana na periferia de Toulouse, Welzer-Lang procura mostrar como interpretações que distanciam estes grupos do conjunto da sociedade francesa são não apenas falsas e estigmatizantes, como constituem tentativas de exculpar e invisibilizar as violências homólogas que se dão na sociedade francesa como um todo.

De fato, as prisões são exemplos privilegiados da casa dos homens nas sociedades ocidentais. Espaço radicalmente monossexual, nela as hierarquias entre homens se estabelecem mediante a homofobia. Há os *Grands Hommes*, aqueles cuja força ou posição hierárquica dentro do banditismo credita um capital simbólico específico que lhes permite usufruir de vantagens dentro do sistema e da submissão dos outros homens. No outro extremo da hierarquia, encontram-se aqueles homens assumidamente ou designados como gays, as travestis e principalmente os violadores, sobre os quais cai forte violência e dos quais se exigem serviços, sejam sexuais ou não. A prática homossexual, por sua vez, é comum e embora seja de conhecimento de todos, do mesmo modo em que ocorre no *swing*, é discursivamente inexistente.

Assim, a prisão torna-se um espaço cujo continuum com outras formas sociais é reconhecível: a dominação masculina se estabelece entre os homens mediante uma divisão hierárquica entre aqueles cujo capital simbólico masculino é maior e os outros homens, encontrando-se aqueles tidos como femininos no pólo negativo da hierarquia, sofrendo as violências correspondentes e tendo que pagar com serviços sexuais, dentre outros, sua posição de inferioridade. A prática homossexual, indicativa de feminilidade e, por

¹²⁵ Os dados são referentes às pesquisas de John Simon, de 1971, e de Alfred Spira, de 1993.

consequente, potencialmente desestabilizadora da ordem masculina, fica silenciada, pois as práticas íntimas entre homens jamais são assunto público, enquanto as violações contra condenados por estupro são públicas, mas não compreendidas como prática homossexual.

A última pesquisa apresentada é sobre jovens imigrantes ou filhos de imigrantes africanos dos bairros marginais de Toulouse. Se a primeira geração de imigrantes homens, das décadas de 60 e 70, aceitou a empregos formais que, se bem mal remunerados, lhes permitiu o estabelecimento no país, a atual se encontra em situação de alto desemprego, dada a ausência de um mercado de trabalho não especializado que os possa aceitar e ao fato de que suas irmãs, melhores estudantes, terem maior inserção laboral. Vêm, assim, fechadas as portas da nação em que nasceram, se encontram superados pelas mulheres e sem sequer conseguem alcançar o espaço – por eles mesmos considerado nada glorioso – que seus pais têm ou tiveram. A isto se agrega o ressentimento que percebem entre aqueles franceses que participaram das guerras perdidas nas ex-colônias. Sua reação é a que Welzer-Lang denomina de “virilismo”, o que não é mais do que o acirramento das violências masculinas, que neste caso toma formas na agrupação dos jovens em torno de alguns furtos e a violência contra pessoas feminilizadas ou tidas como rivais, incluindo um fenômeno preocupante, o das *tournants*, estupros coletivos de mulheres¹²⁶.

4.1.8. Os homens mudam?...

A obra de Welzer-Lang traz uma interessante contradição. Por um lado, a prerrogativa de os homens não constituírem uma categoria homogênea, por outro, pesquisas que indicam a continuidade da dominação masculina por trás de formas de sociabilidade que pareciam ser novas. Uma solução possível a esta disjuntiva poderia ser a de que toda a variabilidade dos homens pode ser encontrada em um continuum lógico de dominação. No entanto, Welzer-Lang parece negar-se a esta possibilidade, ao declarar-se contra a opinião de Badinter de que os homens não fizeram mais do que acomodar sua dominação às novas exigências das mulheres.

Para ele há, assim, mudanças efetivas de homens que procuram ou que saem sem sabê-lo da lógica de dominação masculina. O problema é que ele não dedica uma pesquisa

¹²⁶ É interessante pensar que estes homens vêm também suas expectativas sociais como inferiores às das mulheres de seus povos, dado estas perseveraram por mais anos dentro do estudo formal. Como vimos no Cap.I, o mesmo ocorre entre a população negra nos Estados Unidos. Inés Olivera (2004), sobre o caso peruano, relaciona a maior persistência das mulheres na educação à maior aceitação da disciplina e a uma visão de futuro profissional associada à formalidade, elementos alheios ao virilismo de Welzer-Lang.

sobre estes homens¹²⁷, ainda que no capítulo dedicado às considerações finais faça menção a eles. Neste momento ele discerne três tipos de homens pró-feministas. Em primeiro lugar, aqueles que sofreram uma violência excepcional na casa dos homens, em segundo, aqueles filhos de feministas. Ambos teriam, de uma forma ou outra, habitado as margens da casa dos homens, sem terem acatado todos os seus pressupostos. Ele ainda chega a precisar que estes homens teriam uma proximidade maior com o feminismo, por serem também vítimas da dominação masculina, especialmente a exercida pelos grandes homens. O terceiro tipo seria o de homens, normalmente intelectualizados, que optam por uma vida pautada em uma ética de não violência e que percebem, em suas relações com as mulheres e outros homens, rasgos de rivalidade e violência que pretendem erradicar de si¹²⁸.

Há objeções necessárias a estas concepções quando as comparamos com os resultados de algumas de suas pesquisas. Em primeiro lugar, tudo indica que homens que passaram por prisões, os bissexuais que se sentem culpabilizados ou os jovens de origem africana, para citar alguns exemplos, sofrem de modo excepcional com a dominação masculina, assim como são explorados pelos grandes homens e, no entanto, não parecem sentir-se de modo algum próximos ao feminismo ou às mulheres, pelo contrário, muitos são ainda mais violentos ou dominantes. Em segundo lugar, é necessário pensar se há algum homem que não é uma vítima de violência excepcional na casa dos homens. Como o próprio autor menciona em sua discussão com Bourdieu, a adoção da masculinidade por parte dos meninos implica toda uma série de violências que busca extorqui-lo do feminino. Se bem é verdade que as experiências não são as mesmas – alguns homens passam por experiências que nossa sociedade considera extremas, como ser violentado analmente ou receber golpes que mutilam temporal ou definitivamente parte de sua condição motora –, não há a possibilidade de estabelecer-se uma equivalência entre os que mais sofreram violências ou os que maior sofrimento psíquico padeceram e suas posturas adultas com respeito às mulheres e outros homens. Certamente, as marcas destas violências terão seu papel no caso de cada homem que se opõe à dominação masculina, mas não parecem constituir causa suficiente.

¹²⁷ Os homens pró-feministas não são o sujeito principal de sua pesquisa sobre o espaço doméstico, mas aparecem nela, sendo importante recordar que não há entre eles e os não pró-feministas nenhuma diferença, ou ao menos Welzer-Lang não preocupou-se em mostrá-las.

¹²⁸ Welzer-Lang menciona que muitos destes homens se aproximaram dos primeiros grupos para homens autores de violência em Toulouse. É interessante pensar que o mesmo aconteceu na cidade de Lima – tendo sido eu mesmo um destes homens – havendo que ressaltar que em Lima homens não intelectualizados, porém sensíveis ao universo feminino, também procuraram o grupo.

4.2. Considerações

A obra de Welzer-Lang destaca-se dentro dos EHMM nas ciências humanas, diferenciando-se de grande parte das pesquisas dentro dos estudos sobre masculinidades, pelo fato de alcançar uma articulação necessária, porém frequentemente esquecida, entre diferença e mesmidade. Por um lado, ele apresenta as vivências dos homens em vários âmbitos como sendo algo de uma ordem dinâmica, cuja variação no tempo é inquestionável. Por outro, não deixa de designar aquilo que, próprio à dominação masculina, persiste contra-dinamicamente. Sua insistência neste último ponto pode, certamente, parecer pouco esperançosa. No entanto, o pensar as modificações entre os homens não implica apenas a celebração de novas formas de ser homens. Exige também que consideremos com cuidado a dimensão histórica que pesa sobre nossas cabeças e nos guiam para aquém de nossas (boas) intenções. As graves acusações de abuso de poder e assédio sexual ao próprio Welzer-Lang representam mais do que um aviso a esse respeito.

É também muito importante sua concepção da violência como engrenagem social. As feministas francesas com as quais ele se encontra em diálogo já haviam evidenciado o modo em que a submissão das mulheres requer esta reinscrição permanente da violência e Welzer-Lang mostra como o engajamento dos homens na posição de opressores também a requer: as perseguições e violências que sofrem os homens para entrar e permanecer na casa dos homens são ações concretas que não podem desaparecer em benefício de uma reprodução automática da ordem social. Dentro deste quadro, a proposta de quebra epistemológica com o androcentrismo, que implica uma percepção mais aguçada às formas de violências mais encobertas pelas artimanhas dos homens é de grande importância política, pois não separa a violência sofrida pelos homens daquela que eles exercem, algo que parece acontecer com alguns autores, como veremos no capítulo VII, ao discutir a obra de José Olavarría.

5. PSICANÁLISE. Monique Schneider – paternidade e historicidade

Em nenhum ponto de nosso trabalho analítico, se sofre mais da sensação opressiva de que todos os nossos repetidos esforços foram em vão, e da suspeita de que estivemos ‘pregando ao vento’, do que quando estamos tentando persuadir uma mulher a abandonar seu desejo de um pênis (...) ou quando estamos procurando convencer um homem de que uma atitude passiva para com homens nem sempre significa castração (...)

(Freud, *Análise terminável e interminável*: 1987a [1937])

As línguas têm um problema com a mulher: nenhuma dispõe de palavra que permita dizer o que ela é (...) os homens parecem mais felizes, eles têm palavras para qualificar seus atributos, eles não têm problema nenhum em dizer qual é a essência do homem: eles podem se identificar aos traços da virilidade, *mas não estão jamais seguros de ter efetivamente esta virilidade*.¹²⁹

(Pierre Marie, *Psychanalyse, psychothérapie*, 2004: 189-190. Itálicos meus)

[A psicanálise] é o modo mais satisfatório de compreender a maneira pela qual as posições sexuais são assumidas. Ela constitui também a melhor descrição do psiquismo – e do assujeitamento psíquico – que dispomos. Eu não acho que seja possível dar conta da formação da sexualidade sem a psicanálise. Mas as ciências psicanalíticas (...) não se contentam em dar conta da vida da criança de peito, elas participam ativamente na construção desta vida.¹³⁰

(Judith Butler, *Le genre comme performance*, 2005: 27 [1994])

A citação de Butler pode ser tomada como representativa do modo preferencial pelo qual o feminismo ligado às humanidades – e os EHMM – se relaciona com a psicanálise¹³¹: por um lado, não há apenas um reconhecimento, mas a exaltação da psicanálise como aquele saber específico capaz de dar conta de dimensões cruciais para os feminismos (o que Butler denomina assujeitamento psíquico, posições sexuais e formação da sexualidade). Por outro lado, há a denúncia da psicanálise como um mecanismo que contribui determinantemente para a normatividade de gênero. A tarefa subsequente, lógica, é a de assumir a psicanálise minimizando seus mecanismos normatizadores e potencializando o que ela traz de libertador. Isto será feito aqui de um modo direto, acudindo, primeiramente, aos textos psicanalíticos e apenas em momentos pontuais às críticas feministas não psicanalistas.

¹²⁹ Les langues ont un problème avec la femme: aucune ne dispose du mot qui permettrait de dire ce qu'elle est (...) Les hommes semblent plus heureux, ils ont des mots pour qualifier leurs attributs, ils n'en ont cependant aucun qui dirait leur essence d'homme : ils peuvent s'identifier à des traits de la virilité, mais ne son jamais sûrs d'avoir effectivement cette virilité. Todas traduções foram feitas por mim.

¹³⁰ (La psychanalyse) constitue aussi la meilleure description du psychisme – et de l'assujettissement psychique – dont nous disposons. Je ne pense pas qu'il soit possible de rendre compte de la formation de la sexualité sans la psychanalyse. Mais les sciences psychanalytiques (...) ne se contentent pas de rendre compte de la vie du nourrisson, elles participent activement à la construction de cette vie.

¹³¹ Há, obviamente, outras posições feministas para com a psicanálise, que vão desde a crítica radical, que considera a psicanálise como um todo comprometida com o patriarcado, até posturas pró-psicanalíticas, que acatam a diferenciação sexual e procuram uma saída da ordem opressiva de gênero sem deixar de postular uma diferença de ordem pulsional entre homens e mulheres.

Meu primeiro contato com os homens na psicanálise se dá com a leitura de *Totem e Tabu*, que impacta pela crueza de um mundo social apresentado como exclusivo aos homens, onde as mulheres são reduzidas a objetos de disputa ou desejo. Dentre leituras posteriores¹³², impressionou-me especialmente *Análise terminável e interminável* em que, com a intenção de contestar a aposta de Sandor Ferenczi por uma maior interseção entre masculino e feminino¹³³, Freud realiza uma afirmação instigante: que os homens não aceitam encontrar-se em posição passiva frente a outro homem, embora possam aceitá-la para com as mulheres.

Um segundo passo foi acudir à literatura psicanalítica, da contemporânea a Freud à do século XXI. Apesar das dificuldades, pude aceder às obras principais de Ferenczi, mas não às de Adler¹³⁴. Quanto à literatura recente, procurei primeiramente a lacaniana¹³⁵, por ser a interlocutora principal do feminismo pós-estruturalista. Porém, na medida em que os textos desta vertente parecem encontrar-se alheios às propostas políticas contemporâneas no campo do gênero, fez-se necessário um terceiro passo, no qual encontrei um conjunto de textos que poderiam ser denominados após-lacanianos¹³⁶, provindo de autores brasileiros (Joel Birman especialmente) e da francesa Monique Schneider. Como apontam em entrevistas esclarecedoras (Birman, 2002, Schneider, [in Mortley, 1991: 31-32] e 2002; e em uma mesma linha, René Major, 2006), a psicanálise esteve até recentemente sob uma influência lacaniana não apenas forte, mas também pouco tolerante a alternativas. No entanto, grupos psicanalíticos menores não deixaram de existir e em anos recentes eles

¹³² Estas leituras foram informadas pelo curso *Para ler a Lacan*, oferecido por Marita Hahman em 2005 e pela leitura de Geneviève Morel (2002). É importante lembrar que a questão dos homens e do masculino se encontra difusa em praticamente toda a obra de Freud. Assim, dentre as autoras trabalhadas nesta dissertação, vimos como Connell trabalhou com casos clínicos (o pequeno Hans, o homem dos ratos e o dos lobos) e com as obras sobre o superego. E veremos que Rita Segato trabalhou com *Totem...*, Morel, lacaniana ortodoxa, com os três ensaios e com *Análise terminável e interminável* e, Monique Schneider, principalmente com os textos auto-analíticos, *Mal-estar na civilização* e *Moisés e a religião monoteísta*. Nada nos impede de pensar que outras autoras escolheriam obras diferentes.

¹³³ Como vimos no capítulo sobre Connell e veremos logo na leitura de Schneider, há momentos nada irrelevantes na obra de Freud em que masculino e feminino se entremesclam, no entanto, as propostas hegemônicas na psicanálise procuram assentar a separação das esferas.

¹³⁴ Como vimos no capítulo III, Adler criou o conceito de “protesto masculino” para referir-se à repulsão ao feminino por parte de homens e mulheres, ressaltando que, no caso dos primeiros, esta poderia exarcebar-se a ponto de transformar-se em um perigo social. Freud resgatará este conceito baixo as denominações de “rochedo da castração” ou “repúdio à feminilidade”. Por este reconhecimento de Freud a Adler e pelo fato deste ter já nas primeiras décadas do séc. XX ser sensível às demandas feministas, se faz necessário que em futuras pesquisas sobre homens dentro da psicanálise sua obra seja revisada.

¹³⁵ O próprio Lacan (1985a, 1985b, 1999), Morel (2002), Miller *et al.* (2001), entre outros.

¹³⁶ Após e não pós, dado a herança lacaniana ser apenas uma, não a mais importante, das reivindicadas por estas autoras.

cozaram uma importância progressiva, a qual ocorreu em paralelo a uma abertura das escolas lacanianas.

O trabalho de Schneider se tornou, obrigatoriamente, a figura central deste capítulo, dada a maior extensão do seu percurso sobre o masculino, sua riqueza argumentativa e os riscos tomados por hipóteses não convencionais, porém férteis. Pontualmente, trarei as reflexões a respeito da história da psicanálise de Birman, por se ocuparem de um aspecto ausente do texto de Schneider. Finalmente, nas considerações finais, procurarei articular o que foi discutido ao longo do capítulo às reflexões de Judith Butler sobre o simbólico laciano, por serem excepcionalmente claras com respeito à estratégia não explícita da psicanálise de, em um mesmo movimento, permitir as diferenças para absorvê-las na mesmidade.

5.1. Monique Schneider e a genealogia do masculino

Al hijo animoso que, por orden del padre,
Apareció en el buen momento
Para prestarle su auxilio y colaborar en el orden sagrado.
Pero salud también al padre que poco antes, muy en el fondo del
cálculo dio
En encauzar [canalizar] la potencia del sexo femenino
Para que lleve su parte de obediencia a la ley;
No atestado ya por la apariencia familiar, como la madre,
También él apela, para hacer valer su derecho, a las potencias
superiores
La deducción, la creencia y la duda;
Así pues, armado de fuerza, a la altura de las armas del error, se
mantiene
A la salida el padre, de desarrollo infinitamente madurado.
Que el cálculo sea exacto y, como trabajo heredado del padre,
Se transfiera sobre el hijo y, según el reparto secular.
Que se una en unidad en el espíritu (*Geist*) lo que
En el cambio de la vida se disgrega
(Freud, poema em homenagem à recente paternidade de Fliess
[1889], apud Schnedier, 2003:58. Colchete meu)

Schneider chega à psicanálise através da filosofia e atribui a este saber seu estilo dialógico, o qual causa estranheza na psicanálise, segundo ela um campo dogmático, onde é uma possibilidade “esquivar-se do problema da interrogação e da orientação dirigidas a perspectivas antagônicas a partir do momento em que se escolheu a corrente conveniente” (2002, s/p).

Segundo Márcia Arán (2000: 177-179), Schneider privilegia, já em seu primeiro trabalho: *De l'exorcisme à la psychanalyse, le féminin expurgé*, de 1979, a diferença sexual, procurando pensar a obra de Freud a partir de um rompimento entre a teoria da

sedução e o complexo de Édipo¹³⁷, pois aí a atenção ao feminino, à intensidade do prazer como fator predominante na emergência do sujeito e a especificidade de cada vivência humana dão lugar ao repúdio à feminilidade, ao controle do prazer e à universalização da emergência do sujeito. Segundo a própria Schneider, sustentar tais idéias lhe valeram a fama de herética. Mas a partir do final da década de 1980, (*apud* Mortley, 1991) passou a ser convidada a participar de atividades de diferentes grupos psicanalíticos, constituindo-se estes encontros o lugar preferencial de debate sobre sua obra, dado que, apesar de sua atividade clínica, ela não pertence a nenhuma organização psicanalítica e suas atividades de docência se encontram dentro da fenomenologia.

Se suas preocupações calçam perfeitamente com os feminismos, estes não aparecem em seu vocabulário e, ainda que feministas como Nicole Loraux, Geneviève Fraisse e Fraçoise Héritier sejam algumas de suas principais interlocutoras, chama a atenção que Luce Irigaray e Julie Kristeva, feministas francesas psicanalistas de grande projeção, não sejam mencionadas nas obras de Schneider ou de suas comentadoras (às que pude ter acesso). A filosofia fenomenológica, Emmanuel Levinas, Sandor Ferenczi, Jacques Lacan e obviamente Freud, completam seu campo de diálogo principal.

Minha leitura da obra de Monique Schneider se centrará na tradução ao castelhano (2003), do livro *Généalogie du masculin* (GM), de 2000. Entrevistas de Schneider e artigos seus e de comentadores também foram consultados. O vetor principal sobre o qual gira o livro é o da paternidade, cuja preponderância tanto na teoria psicanalítica como em lógicas culturais díspares, geográfica e historicamente, parece erguer-se sobre o masculino a ponto de determiná-lo por completo. Ao redor deste eixo, Schneider articula intersecções entre a obra de Freud e a de outras pensadoras, psicanalistas ou não. O texto é disperso, o estilo da autora parece conduzir-se mediante associações livres, mas o interesse principal do livro se mostra claramente: dotar um chão histórico a esta paternidade e a este masculino. Procurar-se-á aqui, na contramão do estilo da autora e com o intuito de facilitar a compreensão, expor de modo linear alguns de seus principais argumentos.

¹³⁷ A ênfase de Freud no Édipo é considerada desmedida por uma lista heterogênea de psicanalistas contemporâneos. É interessante pensar que, apesar de Lacan procurar consolidar o lugar do pai e Schneider tratar de mostrar o maniqueísmo deste tipo de proposta, uma e outra partem de estratégias semelhantes, procurando mostrar como a adoção do Édipo supôs um afastamento das primeiras reflexões psicanalíticas. Sobre estas reflexões em Lacan ver (Lacan, 1985a e Miller et al., 2001b). Partindo de inquietações semelhantes, Jean Allouch (1999) irá propor como alternativa ao Édipo uma análise do que ele denomina “sexo do amo”.

5.1.1. Duas lógicas: a anatômica e a histórica

A psicanálise, nos diz Schneider, arroga-se uma distância incomovível das discussões contemporâneas sobre os territórios do masculino e do feminino, tendendo a considerá-las formas renovadas de recusa à castração. Estas posturas encontram apoio na lógica hegemônica em Freud, que privilegia o anatômico. No entanto, esta não seria a única lógica presente na obra freudiana. Há uma outra que Schneider denomina como histórica e que aparece em “lugares insulares” dos textos freudianos, principalmente, mas não apenas, em sua auto-análise e em suas reflexões de ordem artística ou histórica. Esta lógica historicista, como a grande maioria das temáticas de GM, será apresentada por Schneider de forma fragmentária, o que se deve tomar não como um simples virtuosismo, mas como uma emulação do modo pelo qual esta lógica emerge na obra de Freud: não como algo previsto, mas como uma quebra, por vezes decepcionante, de suas expectativas. Este caráter inesperado do histórico em Freud deve alertar-nos contra a pretensão de unificar as lógicas histórica e anatômica: elas se desenvolvem em planos diferentes, sem que possamos sequer postular uma consciência a este respeito em Freud.

A primeira exposição em GM da lógica histórica ocorre quando Schneider recupera a descoberta, não sem admiração por parte de Freud, de que o desejo sexual das meninas é equivalente ao dos meninos, o que levou o austríaco a protestar energicamente a educação destinada a elas, pois, ao censurar como pecaminoso e anti-feminino seu vívido interesse pela sexualidade, terminava por inculcar-lhes o medo de pensar¹³⁸. Em contraposição a esta postura pró-feminista, um segundo desenvolvimento histórico é claramente patriarcal. Por ele, Schneider cuida de assegurar-nos que não há equivalência imediata entre a oposição ao paradigma da anatomia e a oposição ao patriarcado. Assim, em *Mal-estar...*, Freud procura mostrar como as tensões próprias ao desenvolvimento civilizatório são ocasionadas por “papéis sociais”:

El ser humano no dispone de una cantidad ilimitada de energía psíquica. (...) el contacto constante con otros hombres, la dependencia en que lo mantienen sus relaciones con ellos lo apartan de sus deberes de esposo y padre. La mujer (...) adopta hacia la civilización una actitud hostil (GM: 19-20).

Este giro seria fundamental e marcaria as reflexões freudianas futuras: o anatômico perde parte de sua importância, com o qual a própria ordem familiar, que dentro do paradigma edípico parecia valer por si mesma e impor sua lógica ao social, vê-se afetada, bem como a

¹³⁸ Outrossim, o modo de educação dos homens ou o seu desenvolvimento social não serão observados com o mesmo crivo, pelo contrário, constituirão o ponto de partida para a elaboração da diferença sexual.

dualidade masculino/feminino. De acordo com a triangulação edípica, o pai teria um papel preponderante: enquanto detentor do falo, impõe o corte na relação entre mãe e filho, precipitando-o à vida social. Em *Mal-estar...*, assim como em *Moisés...*, a família não é mais o centro da vida social, como tampouco o pai tem um papel fundador nesta, pelo contrário, ele é o beneficiário da ordem social. A lógica civilizatória demanda a expansão social, a agregação dos humanos. Ao mesmo tempo, a lógica da reprodução demanda a unidade familiar. Ambos princípios não seriam, intrinsecamente, masculino ou feminino, sendo a aleatoriedade da lógica cultural o que confia às mulheres o cuidado e a reprodução e aos homens a ordem do social. Desta forma, o homem mantém um lugar de poder, no entanto, já não é quem o principia, nem quem legisla, estando também abaixo da lei.

5.1.2. O sensível e o espiritual

Em *Mal-estar...*, o processo civilizador implica “endereçoamento”: da posição feminina curvada sobre a terra, lugar de fertilidade, mas também onde são depositados os excrementos, assim como a menstruação, o homem se ergue e a visão toma a importância que o olfato tinha na condição anterior. Freud tem certeza de que se operou uma evolução: maior perspectiva, acesso à distância, relevo da intermitência pela constância. Também maior percepção dos próprios corpos humanos e seus genitais, mas também, coisa rara em Freud, assunção da maior exposição e fragilidade do pênis.

A crítica será aqui realizada mediante Merleau-Ponty: a visão, cuja importância perpassa toda a obra de Freud, pretende-se preponderante frente a outros sentidos, no entanto, esta é uma concepção autoritária e ilusória, que distancia e objetifica o mundo, subtraindo dele o sujeito que enxerga. Neste sentido, a penalidade auto-imposta por Édipo, de se arrancar os olhos, acusa justamente sua impossibilidade de ter pré-visto a tragédia. Mas a cegueira, segundo Merleau-Ponty e Schneider, não seria um limite da visão em si, mas do desejo, a ela associado, de distanciamento e objetificação do mundo. A cegueira significa proximidade, pertencimento, toque¹³⁹.

Em *Moisés...*, esta bipolaridade sofre um “movimento centralizador”. A sensibilidade deixa de ser escandida apenas entre visão e demais sentidos, pois passa a ser

¹³⁹ Embora não o explicita Schneider, é evidente o vínculo entre Merleau-Ponty e o ensaio de Heidegger *La época de la imagen del mundo*. A visão como sentido privilegiado do masculino em Freud se assemelha à visão do cientista moderno, ambos subtraídos do mundo que parecem fundar. A fascinação de Freud pela figura do cientista moderno é análoga à que tem pelo masculino, como Schneider ressalta: “Los sueños que Freud nos comunica en *La interpretación de los sueños* ponen en escena la fascinación ante el poder ostentado por la perspectiva científica, preocupada por reducir las cosas a su forma esencial e inalterable (GM: 13).

tratada como um todo, localizada no materno, terreno a ser superado pelo “progresso” e pelo acesso ao reino (*Reich*) da espiritualidade/intelectualidade (*Geistigkeit*) e da figura paterna em forma divina. Schneider qualifica este movimento freudiano como endurecimento “relativamente maniqueísta” das oposições binárias, tal como recolhe o trecho selecionado de *Moisés...*:

Entre las prescripciones de la religión de Moisés hay una que está más cargada de significación de lo que se piensa al principio. Es la prohibición de hacerse una imagen de Dios, por lo tanto la obligación de adorar a un Dios que se puede ver (...) retirada de la percepción sensorial en beneficio de una representación que conviene llamar abstracta, un triunfo del dominio del espíritu sobre el de los sentidos; estrictamente hablando, una renuncia a las pulsiones, con sus consecuencias necesarias en el plano psicológico (GM: 88)

A diferença para com *Mal-estar...* é evidente. Se neste momento o distanciar-se da terra e do materno implicava uma mutação corporal ligada ao endereçamento, em *Moisés...*, o “passo da mãe ao pai” (citação de Freud, GM: 89) implica renegar qualquer atadura do sensível para propor-se como entidade supra-sensível, o que levaria sua referência ao pai a um marco idealista e “platonizante”, em sua equivalência com o divino.

Há a tentação, argumenta Schneider, de empreender uma análise teleológica da concepção de paternidade em Freud, cujas primeiras manifestações se encontrariam no poema a Fliess e que culminariam com a publicação desta sua última grande obra, na qual a figura do pai se deslindaria de todo o sensível em benefício do espiritual. Um desenvolvimento como o do simbólico em Lacan estaria em dívida para com este tipo de análise, à qual Schneider faz três objeções, embora não a impugne. Em primeiro lugar, é necessário compreender que esta lógica não anula outras também desenvolvidas por Freud. Em segundo lugar, deve-se assumir que ela cai em um dos perigos apontados pelo próprio Freud: o de abster-se das pulsões em benefício de uma ordem abstrata. Em terceiro lugar, uma nova crítica de ordem histórica, mediante a qual Schneider procura mostrar que, embora uma paternidade puramente espiritual sempre fosse uma possibilidade em Freud, ela toma corpo em um momento contingente e dramático da vida do criador da psicanálise. Esta contingência seria análoga à da história dos judeus guiados por Moisés. A este respeito Schneider cita esta bela frase de *Moisés...*:

el infortunio político de su nación les enseñó a apreciar en su justo valor la única propiedad que les fue dejada, su Escritura (...) fueron la sagrada Escritura y el interés espiritual que ella inspiró los que mantuvieron unido al pueblo disperso. (GM: 92).

Desta forma, a própria guinada à espiritualidade judaica não estaria ligada a nenhuma necessidade histórica, mas às condições de privação obrigadas pelo exílio. *Moisés...*,

também escrito em um processo de exílio, seria uma obra do seu momento histórico, igualmente contingente, uma resposta espiritual às miseráveis condições materiais. Schneider chega a expor, de forma sem dúvida arriscada, uma equivalência entre o reino inglês que afronta o nazismo e acolhe a Freud, com o reino de Deus ao qual Moisés encaminha seu povo.

5.1.3 A paternidade

Moisés... não fala de território feminino ou reino masculino, mas materno e paterno. Com isto entramos no já mencionado eixo principal do livro: que o masculino se encontra debaixo da sombra da paternidade, sendo por vezes completamente coberto por ela¹⁴⁰. A este respeito, o poema de Freud dedicado à recente paternidade de Fliess é de uma transparência ímpar. Vale a pena repeti-lo inteiramente, entretecendo-lhe comentários:

Al hijo animoso que, por orden del padre,
Apareció en el buen momento
Para prestarle su auxilio y colaborar en el orden sagrado.

Primeiro, a saudação do filho e sua vinculação ao pai dentro de uma ordem sagrada.

Pero salud también al padre que poco antes, muy en el fondo del
cálculo dio
En encauzar [canalizar] la potencia del sexo femenino
Para que lleve su parte de obediencia a la ley;
No atestado ya por la apariencia familiar, como la madre,
También él apela, para hacer valer su derecho, a las potencias
superiores
La deducción, la creencia y la duda;

Em seguida, a saudação ao pai que, por meio de um cálculo profundo, coloca limites ao sexo feminino, à sua potência, que Schneider não duvidará de qualificar de vital, e à qual Freud opõe as potências superiores: dedução, crença e dúvida. Portanto, separação e hierarquização entre os domínios do intelecto e do vital. Uma divisão que nada nos impediria de denominar aristotélica¹⁴¹: dois princípios, dos quais apenas um é o princípio. Assim como se opõe à vida, o intelecto também se ergue sobre a sensibilidade: a afiliação

¹⁴⁰ Schneider questionará, de modo semelhante a como o fazem os estudos de gênero, a delimitação dos campos do masculino e do feminino, da mesma forma que sua atribuição respectiva aos homens e às mulheres. No entanto, e da mesma forma que acontece nos estudos de gênero, Schneider terá dificuldades de transpor esta reflexão para o conjunto do texto, de modo que masculino e feminino quase sempre funcionarão de modo opositivo, relacionados, respectivamente aos homens e às mulheres.

¹⁴¹ Estas reflexões são tomadas de Giulia Sissa, cujo extenso trecho citado por Schneider vale à pena ser reproduzido: “a causa del cuerpo del esperma, Aristóteles construye su genética sobre una disimetría fundadora: la generación presupone dos principios, el macho, *principio de la generación* y del movimiento, la hembra, principio material. Primera definición de la diferencia sexual, este enunciado contiene *in nuce* toda la problemática aristotélica: la idea de dos principios dónde uno de ellos es *el principio*” (GM: 68)

mãe-filho é atestada pela aparência, a do pai deve ser alcançada no campo do direito, aberto pelas potências superiores e pelo cálculo.

Así pues, armado de fuerza, a la altura de las armas del error, se
mantiene
A la salida el padre, de desarrollo infinitamente madurado.
Que el cálculo sea exacto y, como trabajo heredado del padre,
Se transfiera sobre el hijo y, según el reparto secular.
Que se una en unidad en el espíritu (*Geist*) lo que
En el cambio de la vida se disgrega

Exposto o pai ao erro, deve-se enfrentar e sobrepor-se à dúvida, armado de força e maturidade. E, assim, receberá o filho, que poderá tomar parte na partilha secular e unir-se ao pai na unidade do espírito, *Geist*, que no alemão como nas línguas românicas denomina tanto os âmbitos superiores do intelecto quanto os referidos à alma espectral ou mística (de vivos, mortos e não-vivos). A vida, no entanto, desagrega-se.

A questão prioritária aqui é a espiritualização (tanto intelectual quanto mística e sagrada) da ordem paterna e do vínculo pai-filho, em oposição à potência (vital e sensível) do sexo feminino e do vínculo mãe-filho, que devem ser submetidos e dirigidos, tendo sua potencialidade de desagregação de manter-se separada da unidade no espírito. Schneider tratará esta questão, de modo mais ou menos direto, ao longo de todo o livro. Procurarei aqui desenvolver seus argumentos em quatro momentos, os três primeiros na interface da psicanálise com a história, a filosofia e a antropologia. Fiel ao seu estilo ensaístico, Schneider não procura um debate com as tendências majoritárias destas disciplinas, mas com alguns desenvolvimentos específicos, “insulares”. No último momento, trata-se de entrever algumas das estratégias mediante as quais a psicanálise atualiza a concepção de paternidade, priorizando os momentos nos quais se evidenciam determinadas manipulações.

No domínio do histórico, parece-me especialmente fértil o diálogo com Nicole Loraux sobre *Os filhos de Atenas*. É verdade que aqui a questão da paternidade não é central, mas o é a da espiritualização e a do vínculo fúnebre, cujas presenças na obra freudiana são da maior importância. O primeiro espaço da obra de Loraux, que nos apresenta Schneider, é do campo de batalha, onde os corpos nus, femininos, dos jovens guerreiros, são cobertos pelo emblema masculino do escudo, à par que suas mãos trazem um outro, a lança perfurante: o impenetrável e o penetrante. Enfrentam-se o masculino e o feminino, porém, o fazem entre corpos de homens, na completa ausência dos corpos por excelência, os das mulheres. Assim, a morte do guerreiro é a superioridade da ponta masculina sobre a pele feminina. No cemitério, espaço que Schneider denomina “político-

fúnebre” (GM: 15), dão-se os ritos atenienses que exaltam o espírito do jovem guerreiro, então, livre do corpo feminino. E a instauração da diferença sexual, onde o corpo fica do lado do feminino e das mulheres é exposta com a maior clareza. O lugar do masculino e dos homens se encontra, finalmente, na unidade do espírito resguardado da vida e de sua corruptibilidade.

A dívida de Freud para com este imaginário fúnebre se encontraria de modo mais evidente, no dizer de Schneider, em determinadas passagens sobre o masculino na *Interpretação dos sonhos*, como neste trecho a respeito a uma oração funerária: “Nadie es irremplazable; a cuántos he conducido a la tumba; pero yo mismo vivo todavía; les he sobrevivido, soy dueño del lugar” (Freud, *apud* GM: 16). O sobreviver – questão que perpassaria toda *A interpretação...* – não é, porém, da ordem da vida, mas de um outro plano, do cívico ou social. Desta forma, tanto em Atenas, como em *A interpretação...*, não se trata da morte natural, tampouco da vida em sua especificidade, mas da sobrevivência cívica, do “lugar social” que o masculino-para-a-morte ocupa, lugar que não morre.

Na filosofia, como adiantado, temos em Aristóteles um precedente quase literal a Freud. Segundo as análises de Giulia Sissa, ao tratar da diferença sexual, Aristóteles enuncia sua problemática de modo mais evidente: há dois princípios, do qual só um é o princípio. A fêmea é o princípio material e o macho o princípio formal da geração e do movimento. A prioridade da forma implicaria, também, espiritualização, distância do material e do sensível, tornando-se o modelo da paternidade o de um artesão: “así como ninguna partícula de sustancia concreta pasa del carpintero al objeto que él moldea (...) ni el menor quantum de esperma podría intervenir en la composición del embrión” (GM: 68).

Na história da filosofia, esta concepção de Aristóteles poderia ser considerada como uma norma. Nietzsche seria uma exceção ao escrever em *Ecce homo*: “Ao ser meu próprio pai, já estou morto, ao ser minha mãe, ainda vivo, e envelheço” (GM: 63). O que estaria por trás desta reviravolta seria justamente o apelo do filósofo alemão a uma filosofia que potencializasse a vida, em oposição ao saber abstrato e niilista¹⁴².

O diálogo com a antropologia mais significativo é o estabelecido com Françoise Héritier, cujo extenso trecho destacado por Schneider merece ser lido integralmente:

La apropiación de la fecundidad en el cuerpo masculino está condenada al fracaso: jamás puede haber allí otra cosa que simulacro. Pasará, pues, por el control: apropiación de las mujeres o de los productos de su fecundidad, distribución de las mujeres entre los hombres. Las mujeres son fecundas, inventivas, crean la vida; como contrapartida, se ve

¹⁴² Derrida (1981) evidencia a positividade de uma figura da mulher na obra de Nietzsche, enquanto força que não se deixa apreender pela ordem abstrata masculina.

como competencia del hombre el aportar el orden, la reglamentación, imponer límites, determinar esferas, inscribir lo político. (GM: 332-3)

As coincidências com o discurso freudiano saltam à vista. A fecundidade não está, definitivamente, do lado do masculino. Contudo, isso não é um problema para Freud, pois seria inclusive um pré-requisito para que o pai se retirasse ao terreno da espiritualidade. Para Hérítier, esse é todo o problema: há uma inveja dos homens para com as faculdades criadoras e fecundas das mulheres, de modo que todo o exposto por Freud: a ordem, o sagrado, o cálculo, o canalizar, a lei e sua obediência, a dedução, o espírito, o direito, as potências superiores, o desenvolvimento infinitamente madurado, a exatidão, a partilha secular e a unidade do espírito, tudo isso não seria mais do que simulacro, tentativas vãs de apropriação da fecundidade, ainda que não reconhecidas como tais. Uma espécie de lógica da castração às avessas, cujo principal efeito é também inverso: se as mulheres são obrigadas a reconhecerem sua inferioridade por carecerem de pênis, os homens devem desconhecer sua inferioridade produtiva e transformarem suas estratégias simuladas em baluartes que lhes assegurem o domínio sobre o político.

Voltando um pouco no tempo do livro e no da história da antropologia, Schneider traz novamente uma análise de Sissa, para quem a suposta ignorância da paternidade biológica entre os trobriandeses etnografados por Malinowski não é mais do que um dos modos de negar a materialidade desta: “era um imperativo tão poderoso como o do direito romano, as práticas jurídicas gregas ou a genética dos trobriandeses: subtrair o estatuto paterno das coações da materialidade” (GM: 69).

Assim, diferentes registros históricos, antropológicos e filosóficos permitem-nos perceber que a separação entre os domínios do material e do espiritual, assim como sua respectiva associação à maternidade e ao feminino, à paternidade e ao masculino, vêm sendo elaborada por grupos humanos de modo constante muito antes de que o faça a psicanálise. O pensamento estruturalista, do qual partem Hérítier e Lacan, compreende esta coincidência como uma exigência da condição humana sexual¹⁴³, de modo que a teorização freudiana é percebida como uma manifestação mais, ainda que de elaboração ímpar, do maior drama ao qual a humanidade é exposta. Schneider se decanta, em troca, por uma visão histórica e se bem não opta por desenvolver uma defesa teórica extensa de sua posição, advoga que as mudanças contemporâneas com respeito à diferenciação sexual

¹⁴³ Hérítier chegou mesmo a impugnar a adoção em França de uma lei de união civil entres pessoas do mesmo sexo. Cuidou de dizer que não era contra a homossexualidade, mas sim de sua sanção pelo Estado, uma vez que esta oficialização contribuiria ao esfacelamento da diferença sexual, base do pensamento e da cultura. Ver Arán (2000).

apontam para uma autonomia dos “sistemas de representación” (GM: 331) que não cabe em nenhuma lógica *fixista*, seja anatômica ou simbólica.

Em sua discussão dentro da psicanálise, com o objetivo de ver aquilo que a gênese paterna procura ocultar, Schneider traz diferentes estratégias, duas das quais desenvolveremos abaixo. A primeira, que bem merece o qualificativo de herética, procura vincular a teorização sobre a paternidade com as teorias sexuais infantis. A segunda, que não é alheia às teorias infantis, evidencia a importância da figura do herói para Freud e supõe que as teorizações historicistas de *Mal-estar...* e *Moisés...* implicaram certo desgosto para o mestre.

Um primeiro momento de associação da teoria sexual infantil à teorização paterna ocorre entre a função de corte, cálculo ou limite na teorização tardia e a primeira reação de uma criança ao ser informada que foi uma cegonha que lhe trouxe o irmãozinho: “¡Que la cigüeña se lo lleve de vuelta!” (GM: 63). Em um segundo momento, substituída a cegonha pelo envolvimento do pai na relação sexual, a resposta é a rotunda negação: “estoy bien seguro de que mi propio padre jamás haría eso” (GM: 263). Assim, as teorias sexuais infantis incidiriam, em primeiro lugar, na negação de uma nova vida e, em segundo lugar, na negação da sexualidade paterna, de sua materialidade (GM: 65).

A segunda estratégia, relacionada à importância da concepção de herói em Freud, também é deficitária das teorias infantis. Em sua análise sobre a produção cultural do pai em Lacan, Schneider mostra de modo mais extenso esta concepção. Ao debruçar-se sobre o pequeno Hans, Lacan viria a dizer, nas palavras de Schneider, que “el buen Dios no se encarna en el padre sino en un personaje que forma cuerpo con la instancia cultural” (GM: 361), ou seja, há uma partição no imaginário infantil entre o pai concreto e aquele que é disponível pelo cultural, no qual ele “cree sin creer”. De todas as formas, é sobre este duplo do pai que a criança investe emocionalmente, inaugurando o lugar paterno na linguagem. Na auto-análise de Freud este duplo paterno oferecido pela cultura se mostra de modo caricatural. Após escutar da boca de seu próprio pai o relato no qual o velho Freud é humilhado por um cristão sem opor-se, o jovem Sigmund voltou-se à imagem de Aníbal, chefe guerreiro semita que enfrentou Roma, cuja imagem “se elevó aún más alto a mis ojos” (GM: 234)¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Esta mesma história é rememorada por Roudinesco em seu diálogo com Derrida (2003) justamente para relacionar a sobrevalorização paterna. Assim, a heresia não é apenas de Schneider.

A análise da figura do herói é trazida através de Conrad Stein, para quem o herói em Freud é o “primeiro a...” abrir determinado caminho à humanidade. Édipo, que resolve o enigma, e Moisés, que libera o povo judeu, são os exemplos mais evidentes. Seriam homens que, para o austríaco, não portariam uma grama sequer de feminilidade (GM: 54-55) e não seria difícil mostrar nos escritos de Freud o seu próprio desejo de arrogar-se tal título. No entanto, em um episódio rememorado por Jones, Stein percebe justamente a inadequação entre o homem e a figura cultural do herói. Por motivo de seu quinquagésimo aniversário, os discípulos entregaram a Freud uma medalha que representava em uma de suas faces o encontro de Édipo e a Esfinge, e na outra uma menção extraída de *Édipo rei*: “quién adivinó el enigma famoso y fue el primero de los humanos”. Segundo Jones, Freud empalideceu-se e revelou seu desejo, quando estudante de medicina, de ver seu busto na universidade com a mesma inscrição. Aqui, ele estaria mais próximo desse “monstruo bisexual” (GM: 55) que é a Esfinge do que do herói “puramente vertical y masculino” (GM: 54).

É por causa deste investimento emotivo tão forte sobre o herói que Schneider defende a decepção que supôs para Freud o ter de aceitar o giro histórico que percebeu e refletiu em *Mal-estar...* e em *Moisés...*, houve um momento de reavaliação destes heróis e de aceitação de que eles, antes de serem os “primeiros a...”, eram também humanos, também sujeitos às leis dos homens, como o próprio Freud.

A crítica à concepção hegemônica da paternidade e do masculino na psicanálise é um desdobramento desta decepção de Freud. Trata-se de evidenciar como a elevação da figura paterna ocorre em resposta a um desejo infantil e está em oposição a uma ordem histórica ou social. A crítica a Lacan, que Schneider desenvolve a partir da obra de Lévi-Strauss, é muito importante neste sentido. Como já adiantado, Schneider considera que a concepção de paternidade em Lacan, assim como a do simbólico, desenvolveu-se a partir da espiritualização de *Moisés...* Tomando a associação explícita do masculino ou do paterno ao simbólico, Schneider nos traz esta extensa citação do Seminário 3:

Existe de todos modos una cosa que escapa a la trama simbólica, la procreación en su raíz esencial: que un ser nazca de otro. ¿De dónde sale? ¿Qué hace ahí? ¿por qué va a desaparecer? El significante es incapaz de darle una respuesta, por la sencilla razón de que lo pone más allá de la muerte. El significante lo considera como muerto de antemano, lo inmortaliza por esencia (GM: 65).

A lógica é semelhante à do poema a Fliess, de *Moisés...*, da paternidade aristotélica ou da trobriandesa. O domínio da vida e de sua corruptibilidade, assim como da mulher e do feminino, carecem de um lugar dentro do simbólico, ordem do masculino, imortalizado em

sua não-vida. O que Schneider procurará mostrar é como, ao solidificar o simbólico e o lugar paterno que lhe é contíguo, Lacan, por um lado, distorceu o triângulo pai-filho/a-homem levi-straussiano. Este, por sua vez, encontra-se inspirado em *Totem...*, com o qual temos também uma distorção psicanalítica.

A teorização sobre o incesto de Claude Lévi-Strauss é um desenvolvimento da teoria da dádiva de Marcel Mauss, para quem os laços sociais – sejam eles dentro de uma mesma sociedade ou entre sociedades – se consolidam mediante trocas de ordem comercial ou simbólica. Lévi-Strauss sustentará que a principal troca é a de mulheres, porque mais do que relações sociais, ela constitui-se por parentescos: “o laço de reciprocidade que funda o matrimônio não se estabelece entre homens e mulheres, mas entre homens por meio de mulheres, que são somente sua principal ocasião” (GM: 312). De modo semelhante aos primitivos de *Totem...*, que trocaram suas mulheres após o assassinato do pai, os homens não poderiam ficar com suas filhas ou irmãs, mas deveriam oferecê-las a outro homem, para que se estabelecessem os laços e se acalmassem as hostilidades. A proibição do incesto não seria, assim, algo negativo, pois para determinados grupos humanos a possibilidade de matrimônio entre irmão e irmã ou pai e filha sequer é imaginada, nem mesmo quando sugerida por etnógrafos: “el incesto es socialmente absurdo antes de ser moralmente culpable” (GM: 322), afirma Lévi-Strauss. De todo modo, o interdito é sempre para com os homens da família. Se eles ficarem com suas mulheres, não poderão receber uma outra e o desmembramento social se avizinharia. O triângulo é entre um homem (pai ou irmão), sua mulher e um outro homem.

O triângulo lacaniano fará um rearranjo de posições. Schneider não tem dúvidas em qualificá-lo de maniqueísta, o que não poderia ser compreendido sem que soubéssemos que seus fins são os de fortalecer a figura paterna. Em Lacan, o perigo do incesto passa a ser prioritário com relação à sua contra-face que afiança os laços sociais e a principal responsável pelo incesto passa a ser a mãe, pois o filho ou filha representa para ela o lugar da falta, de modo que seu desejo natural é o de reintegrá-lo. Por sua vez, o pai passa a ocupar um duplo lugar: por um lado, é parte da família, mas por outro é o juiz que legisla sobre ela, cabendo-lhe a responsabilidade de impedir a reintegração dos filhos pela mãe e a inserção deles na ordem social.

Nesta reconfiguração, perde-se o que Lévi-Strauss denomina “outro homem”, seja individual ou social. No triângulo antropológico, é a ordem do social que irá impor ao pai (ou irmão) a cessão da filha. Ele não rege, mas é a lei que se aplica sobre ele. Na (in)versão

lacaniana – para além do seu carácter contra-factual, que merece ser observado, dado o incesto entre pai e filha ser o de maior ocorrência – a lei social não recai sobre o pai, posto que o incesto não ocorreria por iniciativa sua, mas pela da mãe. Mas, além disso, a lei social não é, tampouco, a que restringe o incesto e sim a lei paterna pela qual o social aparece como um derivado secundário da lei familiar. As consequências para a teoria psicanalítica são, também, enormes, estabelecendo um corte não apenas com o Freud de *Totem...*, mas também com o dos escritos tardios em que havia historicizado a paternidade. Assim, se o mestre austríaco pôde conter seu desejo e acatar a supremacia do social, o mestre francês não, e é no caminho aberto pelo primeiro que Schneider desenvolverá suas reflexões.

5.1.4. O masculino para além do paterno

Sobra algo do masculino após a paternidade?, pergunta-se Schneider. Os seus argumentos a respeito se encontram principalmente no artigo *A odisséia do gozo masculino* (1998 [1988]), no qual Sandor Ferenczi será quem a conduz na viagem. Ela se atreve pedir-lhe que “torne possível um tempo de confusão e de questionamento: que o masculino se torne ele próprio enigma” (1998: 61), de modo que não apenas à mulher e ao feminino seja consagrada a incerteza.

Para nos inserir no texto é necessária uma passagem, na obra de Freud, pelo resto corporal que parece resistir-se à espiritualização: o “pedaço estimado ao máximo” (*apud* 1998: 41), ele próprio capaz de particular ascese. Retomemos, então, as “consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”, tal como expostas por Freud (1987b [1925]) e retomadas pela lacaniana Geneviève Morel (2002).

Ao descobrirem a castração das mulheres, os meninos não esboçarão, inicialmente, nenhuma reação. Porém, ao se darem conta da possibilidade de que eles mesmos venham a ser castrados, sentirão pavor ante esta possibilidade e, ao mesmo tempo, um “desprezo triunfante” ante as meninas. Estas, ao descobrirem a castração própria, terão uma atitude também indiferente, dado se negarem a assim se compreenderem. Após convencidas de sim terem sido castradas, passarão a compartilhar o desprezo que os meninos têm por elas. Segundo Morel, se após alguns anos a experiência puder mostrar o quanto esta compreensão binária é insuficiente para dar conta das relações na vida adulta, o fato é que em num nível fantasmático não lhes será possível, a homens ou mulheres, superar o trauma

da castração (Morel, 2002: 87-88). Conclusão que coincide com a de Freud ao final de *Análise terminável e interminável*.

O elemento a ser destacado é o fato de que este repúdio à feminilidade apenas ocorre no momento em que as crianças, meninas ou meninos, compreendem que lhes falta ou lhes pode faltar o pedaço estimado. Desta forma, o ter não é importante em si mesmo, mas apenas em referência ao não ter ou ao poder perder, sendo sua extrema valorização consoante ao horror de não tê-lo. Na medida em que o ter masculino se constitui em oposição ao não ter feminino, lhe falta, obviamente, o termo contra-referencial: ele é o oposto ao vazio. Este absurdo lógico termina na auto-celebração do masculino, que muito se parece a um simulacro que Hérítier põe na origem do político.

No entanto, defende Schneider, a auto-celebração não constitui a masculinidade como um todo, mas apenas parte do seu processo. Como a própria Morel defende, há um determinado momento (que Schneider considera ser a adolescência, GM: 350-351) em que se iniciam uma compreensão nos homens e mulheres que vai para além do imaginário provido pela castração, sem que este seja, no entanto, superado. Com isto, a auto-celebração diminui.

Este momento seria deficitário do que Freud denomina, em escrito de 1908, “representação genital”, que reestrutura o espaço atribuído à mulher na fantasia fálica ao descobrir-se a cavidade que recebe o pênis. A mulher é, assim, contemplada com um elemento positivo, mesmo que ele seja, paradoxalmente, oco e receptivo. E também constitui um elemento angustiante para o masculino, que não deixa de perceber o sexo feminino como um mistério ameaçador capaz de engolir o pênis. Para Schneider, “el afloramiento de esta representación no deja de operar una rectificación retroactiva sobre la del destino masculino” (GM: 239). Este tem de aceitar uma relativa dependência.

O embate entre Freud e Ferenczi tem seu início nesta passagem entre a auto-celebração do masculino e a representação genital. Primeiramente, Schneider contrapõe as metáforas preferenciais de ambos autores. Para tal, menciona o texto freudiano sobre a Medusa, no qual o homem, mesmo enrijecido pela mulher maligna, não deixa de afirmar-se, na medida em que seu pênis também se erigiu em pedra: “não tenho medo de você, eu desafio você, eu tenho um pênis” (Freud *apud* 1998: 42). O reino do mineral e o movimento de ascensão são próprios do masculino freudiano, como o demonstram as já vistas referências a estatuas sepulcrais ou bustos de cientistas. Em troca, Ferenczi privilegia o líquido, aquele no qual nasce toda vida e mostra a circularidade própria a todo

movimento de retorno. Se Freud, mediante o recurso incomum à filogenética, remonta-se até os primeiros grupos humanos em *Totem...*, Ferenczi irá mais longe: “Será possível que esse simbolismo do pênis na vagina, da criança no ventre materno, do peixe na água exprima também uma parte de conhecimento filogenético inconsciente do fato de descendermos dos vertebrados aquáticos?” (*apud* Schneider, 1998: 39, levemente modificado). As figuras ocas ou côncavas do ventre materno, da mão que masturba, do abraço e do beijo, indicam sempre essa idéia de retorno, onde o progresso, tão claramente desejável para Freud, parece não ter importância.

A questão da relação sexual é, assim, a da “tripla ponte do beijo, do enlace e da penetração do pênis” (1998: 45)¹⁴⁵, que supera em muito o esperado por Freud ao postular a “representação genital”. Ferenczi ainda enfatizará o encontro sexual em termos de unificação, adoção e confiança, mediante a qual o homem pode colocar seus “duplos em miniatura”: o pênis e o sêmen em um lugar “seguro e adequado”¹⁴⁶.

Quanto ao pênis em si, em primeiro lugar, Ferenczi enfatiza a fragilidade do pênis ereto, contravenção evidente aos desenvolvimentos hegemônicos em Freud¹⁴⁷, apresentando-o saindo de seu esconderijo, rumo à travessia de retorno, que pode ver-se truncada; em um segundo momento, mediante a analogia para com aqueles animais que automutilam partes de seu corpo que representam fortes tensões, a ereção é tomada como o resultado de tensões angustiantes deslocadas de todo o corpo para o pênis (Ferenczi, 1993: 282) cujo desprazer é tal que o objetivo passa a ser desfazer-se do outrora estimado pedaço, ainda que o corpo, no final do processo, “contente-se em se livrar da secreção” (*apud* 1998: 56). A tensão e a angústia são, desta forma, próprias ao masculino, não cabendo transferi-las ao feminino. Pelo contrário, é na união com a mulher mediante a tripla ponte que toda esta angústia tem a possibilidade de acalmar-se, com o retorno do duplo do duplo, o sêmen, ao lugar originário.

Não é estranho, assim, que Freud tenha acusado seu discípulo de “feminilidade dependente, paixão pelo papel de mãe carinhosa” (1998: 57-58). No entanto, Schneider não duvida, em nenhum momento, de compreender as análises de Ferenczi como inseridas no amplo espectro permitido pela psicanálise, inclusive por algumas das aberturas

¹⁴⁵ A esta ponte tripla Schneider denomina “reunião preciosa” (1998:45), dada a atenção nula da psicanálise às preliminares sexuais. Humor negro frente à absurda lógica genital da disciplina.

¹⁴⁶ Faz-se evidente a dessimetria entre homem e mulher. Mesmo não sendo adversários, ele poderá alcançar o objetivo de retorno, ela não. Não há um desenvolvimento da sexualidade feminina em Ferenczi.

¹⁴⁷ Em MEC, recordemos, Freud não ocultou a vulnerabilidade peniana ao homem erigir-se. Assim, a linha seguida por Ferenczi não é completamente herética.

realizadas por Freud, talvez furtivas e pouco conscientes de seus efeitos, mas que permitiram a odisséia ferencziana: pelo menos a representação genital e a exposição peniana de *Mal-estar...* Isso não implica, claro, que os desenvolvimentos ferenczianos sejam desprovidos de limitações ou absurdos evidentes. Sua relevância provém de um “conjunto de hipóteses”, que constituíram também uma armadilha, na qual o próprio Ferenczi se debateu, como uma “cobaia de sua própria experimentação, ao mesmo tempo intelectual e vital” (1998: 62)

Um último movimento peniano e masculino é ainda importante, e se refere a uma vertente do pensamento lacaniano pouco explorada por seus discípulos. “(P)risionero de la perspectiva separatista” (GM: 217), Lacan não daria nunca a importância à mulher ou ao seu habitáculo peniano, como o fez Ferenczi, mas, lançado em uma auto-reflexão masculina, tampouco presta atenção à vagina dentada freudiana, com a qual a mulher fica exculpada do eventual fracasso masculino. A reflexão advém da detumescência. O pênis apenas o é na medida em que ereto. Sua detumescência se transforma, assim, em um sinônimo de fracasso sexual, o que implica o medo do não poder e a angústia, ela mesma possibilitadora do gozo. Esta experiência de modéstia radical é a que daria origem à consagração do falo, havendo a necessidade de que tal origem seja cuidadosamente escondida, em uma “anulación fundadora” (GM: 220).

Assim, Lacan se aproximaria de Ferenczi ao reconhecer a angústia e a fragilidade do membro e, contra Freud, mostraria que ante a Medusa, o homem antes que se impor, duvida e se impõe ao esconder a dúvida. O masculino parece ser o seu próprio simulacro, sua própria face mascarada. **Máscara masculina**, *masque* e *masculine*, podemos dizer em nossas línguas românicas, o lembra Schneider (GM: 55).

Agora bem, se o masculino é uma mascarada, a quem ela é representada? Ao que tudo indica, a outros homens: é por isto que Freud pode afirmar em *Análise...* que o homem não pode mostrar-se passivo para com outro homem, embora sim para com uma mulher. Isto permite a Schneider dizer que a inveja do pênis por parte das mulheres não tem relação com o pedaço estimado enquanto tal. Do que elas enciúmam-se é do espaço íntimo de cada homem, o qual é imaginariamente habitado por outros homens, que barrariam a entrada das mulheres. Como em *Totem...*, ou como na troca de mulheres trazida por Lévi-Strauss, as mulheres não supõem um outro social.

5.2. Joel Birman, Judith Butler e a historicização da psicanálise

A ênfase historicizante de Schneider se dirige ao âmbito mítico: os mitos freudianos de Moisés ou da transformação bípede humana e o da emergência da vida aquática em Ferenczi. Sua proposta mostra o modo que estes mitos re-encenam uma e outra vez a angústia dos homens e por isso evidenciam o seu caráter contingente, sua dependência para com os sistemas de representação. Outras possibilidades historicizantes, complementares, antes que rivais à mítica, e que evidenciam os compromissos histórico-políticos da psicanálise com a ordem de gênero moderna, foram desenvolvidos por numerosas autoras dentro do feminismo ou por psicanalistas que se encontram em diálogo com o gênero.

Neste sentido, é muito enriquecedor o livro *Gramáticas do erotismo* (2001), de Joel Birman. Mediante um longo desenvolvimento que posso apenas mencionar, o autor enquadra a emergência da psicanálise em meio a um processo de continuidade e ruptura com o período moderno de medicalização, denominado por Foucault de biopoder. Uma das principais características deste momento – como se vê nas análises de numerosas autoras presentes nesta dissertação – foi a radical separação do público e do privado, o encerramento das mulheres neste último âmbito e a valorização da maternidade, apoiada pela patologização da sexualidade das mulheres. É dentro deste contexto que emerge o discurso das históricas, enquanto uma voz de protesto à progressiva e extrema desumanização à qual as mulheres foram submetidas pela modernidade.

Freud teria sido o primeiro a escutar com propriedade as históricas e isso lhe permitiu, segundo Birman, uma compreensão da fragmentação originária da subjetividade, em oposição à qual o sujeito, mulher ou homem, emerge para a ordem fálica. No entanto, a elaboração do mito edípico o teria afastado desta fragmentação subjetiva e seria apenas após a descoberta da pulsão de morte que ele pôde retomar este caminho, ainda que com receios. Assim, quando Freud, no artigo tardio *Análise terminável e interminável*, propõe ser a feminilidade o rochedo da castração frente ao qual homens e mulheres reagem, Birman percebe uma progressão teórica, na medida em que retorna àquela fragmentação originária. No entanto, Freud percebeu esta feminilidade apenas em seu pólo negativo, ou seja, como o momento em que o indivíduo se depara com sua própria dissolução e reage negativamente à possibilidade de cura. Birman, em troca, propõe uma compreensão da feminilidade em sua positividade, ou seja, enquanto possibilidade de um recomeço: o trabalho analítico deveria levar a/o analisanda/o a este momento de fragilidade originária em que fosse possível um recomeço mais autônomo, para além da lógica fálica.

5.3. Considerações

Esta positividade da feminilidade pode ser lida em conjunto a uma reflexão de Butler muito útil para compreender as relações entre psicanálise e feminismos. Como aponta Birman, a feminilidade é percebida por Freud apenas enquanto negatividade, ele não pôde compreendê-la por um recomeço radical. Já para Butler (2001: 100-113) a psicanálise permite, no âmbito do inconsciente ou do imaginário, todo tipo de fantasias, por mais que sejam contraventoras radicais das ordens sociais ou simbólicas. No entanto, estas fantasias não são aceitas quando elas ameaçam modificar significativamente a ordem simbólica ou social. Um exemplo seria a cega oposição da psicanálise lacaniana à transexualidade (ver Morel, 2002, ou, em uma perspectiva crítica, Allouch, 2005). A teoria lacaniana chega a sustentar o fato de um homem ser inconscientemente uma mulher e vice-versa, mas patologiza as pessoas que assim se apresentam no nível consciente. Desta forma, a psicanálise se torna um tipo de poder cínico, no qual as contravenções são permitidas ou mesmo estimuladas, sempre e quando absorvidas pela ordem existente.

Neste sentido, reflexões como as de Schneider são fundamentais, pois se colocam justamente no lugar em que a instância de poder articula sua gênese, purificando-se e expurgando os elementos contraventores. Ao apontar os modos pelos quais a paternidade é investida, tanto no domínio do histórico quanto no do imaginário ou inconsciente, Schneider nos permitiu entrever toda uma série de elementos que devem ser sacrificados, tais como o feminino, a corporalidade, a vida ou a fecundidade, e ignorados, como a angústia, as fantasias infantis, a morte. O masculino, ou se confunde com a paternidade em sua não-vida eterna, ou sobra naquilo que não a alcança: excitações, fragilidades, angústias, detumescência. De uma forma ou de outra, a pureza do masculino ou da paternidade é sempre um simulacro cuja associação às fantasias infantis é mais do que uma hipótese.

6. CIÊNCIAS HUMANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA. Rita Segato e as estruturas elementares da violência

Evidencias en una perspectiva transcultural indican que la masculinidad es un status condicionado a su obtención – que debe ser reconfirmada con una cierta regularidad a lo largo de la vida – mediante un proceso de probación o conquista y, sobre todo, supeditado a la exacción de tributos de un otro que, por su posición naturalizada en este orden de status, es percibido como el proveedor del repertorio de gestos que alimentan la virilidad. Ese otro, en el mismo acto en que hace entrega del tributo instaurador, produce su propia exclusión de la casta que consagra. En otras palabras, para que un sujeto adquiriera su status masculino, como un título, como un grado, es necesario que otro sujeto no lo tenga
(Segato, *Territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado*, 2004a: 07)

Os esforços para pensar os HMM surgiram em nosso país, assim como nos de fala castelhana de nosso continente, no final da década de 1990. O ano de 1998 é um marco significativo por ver nascer três importantes publicações que, seguindo uma lúcida consciência do caráter inicial das reflexões, são constituídas por artigos de diferentes autorias. Com textos exclusivamente nacionais, saem o dossiê organizado por Maria Luiza Heilborn e Sérgio Carrara, para a Revista de Estudos Feministas e o livro *Homens e masculinidades. Outras palavras* (Ariha et al., 1998). Na introdução do dossiê (1998), as organizadoras consideram os EHMM como um signo do questionamento dos privilégios masculinos e referenciam seu início no primeiro mundo, citando os *men's studies* (Kimmell e Connell, nominalmente) e o trabalho de Bourdieu. Ponderam que a aparição destes estudos no Brasil é resultado tanto das agendas propostas pelas grandes conferências sobre mulheres na década de 1990 – que enfatizaram a importância da inclusão dos homens nos temas relativos à saúde sexual e reprodutiva e à violência de gênero – como da tendência de importar temáticas das ciências humanas estrangeiras. Os artigos de *Homens e masculinidades...* concentraram-se na saúde reprodutiva e na paternidade, sendo que o artigo de ordem teórica ressalta a importância dos sociólogos de língua inglesa (Connell, Kimmel e Messner, principalmente) na elaboração do campo (Garcia, 1998).

Também em 1998, Daniel Lins organiza *A dominação masculina revisitada*, que traz artigos de três autores franceses, os sociólogos Bourdieu e Loïc Wacquant e a filósofa e psicanalista Monique Schneider, do próprio Lins, em diálogo com o pós-estruturalismo francês, e de Suely Rolnik, que flerta com o elogio à mestiçagem brasileira, defendida como uma saída possível para a “guerra” contemporânea dos gêneros¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Este tipo de discurso é muito criticado pelo pensamento negro latino-americano. No Brasil desde pelo menos a década de 1950, com Alberto Guerreiro Ramos (1957 [1955]). O recurso à mestiçagem não é apenas brasileiro como Rolnik supõe, configura-se como modo de interpretação das raças em todo o continente (Segato, 2007; Curiel, 2007), mas não se questiona as conseqüências da concepção de raça (Quijano, 2000),

Desde então, foram publicadas uma série de trabalhos sobre HMM, dos quais destaco dois livros por se situarem em posições que, por tão diferentes, permitem entrever a amplitude que o campo pode adquirir: *Violência e Estilos de Masculinidade* (2004), de Fátima Cecchetti, que em diálogo com os *men`s studies* ressalta a diferença entre masculinidades através de três etnografias entre grupos diferentes de homens no Rio de Janeiro e *A Construção Social da Masculinidade* (2004), de Pedro Paulo Oliveira, que em diálogo com Bourdieu e Norbert Elias, considera que a atenção oferecida aos sofrimentos dos homens pelos estudos sobre as masculinidades é um equívoco, pois estes mal-estares não seriam nada mais que contrapartidas da dominação.

Em especial, gostaria de ressaltar a obra de Marion Quadros, que se concentra em aspectos em reconfiguração na vida dos homens atuais, o que lhe permite acesso às tendências de mudança e persistências em suas vidas. Em sua tese foca a relação dos homens com a anticoncepção e em sua dissertação (1996), sobre a que me detenho brevemente, o faz sobre o que denomina a “nova paternidade”. Esta não teria modificado a vida de todos os homens, mas apenas a daqueles cuja relação com a companheira é mais eqüitativa, sendo que esta modificação tem diversos matizes. Primeiro, estes (poucos) homens passam mais tempo com seus filhos, mas o fazem principalmente em tarefas afetivas, em segundo lugar, em tarefas de cuidado direto e, em terceiro, em relação ao cuidado da casa em geral – que a autora compreende como sendo também cuidado com o filho. Assim, as mulheres continuam mais comprometidas com o relacionado aos filhos, inclusive aquelas que dedicam mais hora ao trabalho não doméstico que o marido¹⁴⁹.

No campo universitário, por sua vez, são cada vez mais numerosas as dissertações e teses sobre HMM. O Núcleo Margens, do Departamento de Psicologia da UFSC, é um dos primeiros a concentrar seus esforços sobre estas temáticas. Desde 1998 foram defendidos neste núcleo treze trabalhos, entre dissertações e teses, sobre HMM¹⁵⁰.

É também importante destacar que os movimentos sociais, principalmente dentro da saúde pública, transformaram-se em produtores de conhecimento sobre HMM. Muitas ONGs, como a ECCOS de São Paulo, o Instituto Papai em Recife e o Instituto Promundo,

nem a naturalização da sua hierarquia, sendo o ideal de branqueamento sempre presente (Guerreiro Ramos, *ibid.*) e se tornando também uma forma de apropriação e espoliação de bens culturais e materiais de indígenas e negros (Beatriz Nascimento, 2007).

¹⁴⁹ É importante mencionar a publicação anterior, em 1995, de *Senhores de si*, do português Miguel Vale de Almeida, uma bela etnografia sobre homens em uma aldeia portuguesa, que teve muita influência no Brasil e que também traz discussões acuradas de ordem teórica (junto a Connell, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e a antropologia feminista) e histórica (junto a Foucault, Jeffrey Weeks e Philippe Ariès).

¹⁵⁰ É possível ter acesso a estes trabalhos no site do Margens: <http://www.margens.ufsc.br>.

no Rio de Janeiro, publicaram pesquisas de interesse acadêmico, sendo que algumas de suas integrantes defenderam dissertações e teses na presente década e que três dos integrantes ou ex-integrantes do Papai são hoje professoras de Universidades Federais.

6.1. Rita Segato e *Las estructuras elementales de la violencia* (EEV)

A obra de Rita Segato, como a de outros autores¹⁵¹, não dialoga diretamente com os EHMM brasileiros, mas com um feminismo mais amplo. Ela foi escolhida para este capítulo porque suas contribuições se encontram na intersecção dos eixos principais desta dissertação: o paradigma do tráfico e o anti-colonialismo. Nascida na Argentina, realizou sua etnografia doutoral na década de setenta entre o “povo do santo” pertencente à tradição religiosa nagô¹⁵² do Xangô de Recife, onde pela primeira vez se viu obrigada a pensar temáticas relacionadas ao gênero. É professora da Universidade de Brasília desde a década de 1980 e mantém laços intelectuais estreitos em Buenos Aires, onde publicou seus últimos dois livros.

Seu diálogo acadêmico se realiza com a teoria pós-estruturalista, com a psicanálise – especialmente Lacan e Freud – com pensadores anti-coloniais como Frantz Fanon e Aníbal Quijano e com os direitos humanos. Dentro dos feminismos, suas discussões se dão com as antropólogas norte-americanas dos anos setenta, principalmente Gayle Rubin, com a teórica contratualista Carole Pateman e com as teóricas pós-estruturalistas, especialmente Judith Butler.

Em termos políticos, a partir da denúncia por racismo do doutorando Ariovaldo Lima contra um professor do departamento de antropologia da UnB, ela e o também professor desta universidade, José Jorge de Carvalho, após apoiarem Lima e a partir das reflexões decorrentes do caso, decidem escrever a primeira proposta de cotas para negros em universidades brasileiras. Também oferece assessoria a mulheres indígenas e assumiu um compromisso de denúncia ao feminicídio de Ciudad Juárez.

Seu primeiro texto sobre gênero é de 1986, *A invenção da natureza: família, sexo e gênero* e, de 1999, o primeiro sobre homens, *A estrutura de gênero e a injunção do estupro*, escrito a partir de uma pesquisa sobre homens condenados por violência sexual.

¹⁵¹ A obra citada de Pedro Paulo Oliveira ou a de João Silvério Trevisan (1998) são outros exemplos de obras sobre HMM cujo diálogo central se encontra com outros campos que não os HMM do país.

¹⁵² Os nagôs são grupos culturais pertencentes à tradição lingüística Ioruba, proveniente principalmente da área hoje ocupada pela Nigéria. Para uma compreensão da trajetória nagô no Brasil, ver Segato (1995), assim como dezenas de textos seus ou de José Jorge de Carvalho que se encontram na Série Antropologia, em linha: http://www.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm.

Ambos se encontram na coletânea de seus ensaios *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos* (EEV), de 2003 – livro que servirá de base para este capítulo¹⁵³.

A primeira afirmação do livro é sem dúvida estranha, mais ainda para aquelas que, mais próximas aos estudos das masculinidades, estão acostumadas à conceituação destas em sua pluralidade. Segato está consciente desta estranheza:

Los nueve ensayos aquí reunidos analizan aspectos diferentes de la estructura patriarcal que conocemos como “relaciones de género” y apuntan a un modelo de comprensión de la violencia. De toda violencia. Aun admitiendo que se trata de un proyecto osado, no desisto de someterlo al juicio del lector. (EEV: 13)

Muito diferente da primeira ênfase na diferença entre homens ou masculinidades que Raewyn Connell, José Olavarría ou Daniel Welzer-Lang imprimiram no início de seus trabalhos, Segato enfatiza a compreensão daquilo que se mantém estável na estrutura de gênero e que posiciona os sujeitos como masculino ou feminino, ressaltando a violência inerente a este processo. Como na obra de Sedgwick, esta preferência por uma compreensão estrutural não implicará um engessamento das análises empíricas.

Irei expor três linhas do pensamento de Segato. Com respeito à primeira, desenvolverei o horizonte de seu debate com autoras antropólogas feministas anglo-saxãs, com a contratualista Carole Pateman, o antropólogo Maurice Godelier e os estruturalismos lacaniano e levi-straussiano. Em um segundo momento, adentrarei em sua compreensão sobre a estrutura patriarcal, através de seus trabalhos sobre os homens condenados por estupro no Distrito Federal (DF), o feminicídio de Ciudad Juárez e a violência moral. Por último, serão consideradas suas reflexões a partir do Xangô de Recife, importantíssimas tanto pela excepcional flexibilidade de gênero dentre o povo do culto, como pelas reflexões de ordem sociológica e histórica realizadas.

¹⁵³ O fato de um livro publicado originalmente em castelhano ser tomado como pertencente à língua portuguesa requer explicação. O pensamento de Rita Segato se encontra, acredito, entre duas línguas, o castelhano e o português, e é possível considerar seu trabalho como próprio a ambas. Se falamos em termos numéricos, o castelhano leva vantagem neste livro: de seus nove ensaios, quatro são escritos originalmente nesta língua – assim como a introdução – contra três em português, ficando o inglês com os outros dois. No entanto e como diz Segato na introdução, o livro é composto de duas décadas de idéias elaboradas e expostas principalmente à “audiência estudantil em minhas aulas na Universidade de Brasília” e os ensaios escritos em português iniciam as principais linhas de análise contempladas neste capítulo.

6.1.1. Etnografia e suspeita

Una observación simple, de corte puramente etnográfico, no alcanza para revelar la naturaleza jerárquica y la estructura de poder subyacente e inherente a las relaciones de género, que no son ni cuerpos de hombres ni cuerpos de mujeres, sino posiciones en relación jerárquicamente dispuestas. (...) El patriarcado es (...) la propia organización del campo simbólico en esta larga prehistoria de la humanidad de la cual nuestro tiempo todavía forma parte. Una estructura que fija y retiene los símbolos por detrás de la inmensa variedad de los tipos de organización familiar y de uniones conyugales. (EEV: 15)

Em uma análise da trajetória dos estudos de gênero que se concentra sobre a antropologia sem a ela limitar-se, Segato¹⁵⁴ inquire aquela que considera ser a tensão clássica da disciplina, também crucial para o pensamento e o movimento feministas: a do relativismo e o universalismo.

Em termos cronológicos, as primeiras reflexões sistemáticas sobre gênero na antropologia, realizadas por Margareth Mead na década de 1930, encontram-se dentro da linha relativista. Estes trabalhos, mediante exemplos etnográficos particulares, evidenciam a maleabilidade das formas de gênero nas diferentes comunidades humanas, e vêm sendo realizados até os dias de hoje. Fora da antropologia, Segato percebe como próximos a esta vertente trabalhos dentro do nomadismo identitário, como os de Nestor Perlongher, os estudos das “identidades masculinas em plural” (EEV: 65), como os de Connell ou das feminilidades em plural, como os de Teresa de Lauretis. Segato considera estes trabalhos como de grande importância, pois reivindicam legitimamente a intersecção entre gênero, raça e classe social e expandem a compreensão a respeito da maleabilidade humana, com o qual fornecem elementos ao movimento feminista em sua reivindicação de alternativas à ordem patriarcal. Por outro lado, ela também observa uma tendência nestes trabalhos que implica um limite a suas pretensões compreensivas e um risco a seus potenciais políticos. O risco encontra-se em que o relativismo levado a suas últimas conseqüências impediria – e efetivamente o faz, em certos momentos – o estabelecimento de uma solidariedade feminista entre nações e grupos humanos particulares (EEV: 67).

A recorrente limitação compreensiva destas abordagens se encontra em sua restrição empiricista. Ela julga ser necessário abrir-se a interpretações comparativas que permitiriam chegar a um “núcleo duro de gênero”, que conforma uma estrutura de posições excepcionalmente rígidas, cuja origem e consolidação se confundem com a história da humanidade. Esta estrutura pode ser mais ou menos perceptível nos diferentes grupos

¹⁵⁴ As reflexões aqui expostas são tomadas principalmente do segundo capítulo de EEV, *El género en la antropología y más allá de ella*, publicado em 1997 como *O gênero na antropologia e para além dela*.

humanos, mas não parece encontrar-se ausente em nenhum deles. Requer-se, assim, de uma análise de dados que inclua um diálogo amplo com as humanidades – especialmente com as análises discursivas desenvolvidas por diferentes tradições intelectuais ao longo do século XX –, dispostas a suspeitar da transparência dos sujeitos investigados e atenta aos hiatos entre sua prática e seus discursos.

A vertente de ordem universalista a que Segato se alinha, avança neste sentido. Ela é aberta por aquelas autoras¹⁵⁵ que nos anos setenta inauguraram o hoje consolidado campo da antropologia de gênero. Enfatizando a “tendencia universal de la subordinación de la mujer en las representaciones sociales”¹⁵⁶ (EEV: 60), elas adotam um campo de diálogo mais amplo que o da disciplina, rumo a possibilidades interpretativas comparativas. Segato considera o clássico de Rubin, *Traffic women*, como a maior contribuição deste momento. Esta autora pôde encontrar, mediante o esforço psicanalítico para ir além do sujeito enunciador do discurso, o exato momento em que as marcas psicológicas provocadas pela inserção do ser humano no sistema de sexo/gênero se intersectam com a troca de mulheres postulada por Lévi-Strauss. A lei do incesto, que em sua violência instaura a diferença sexual e impõe a heterossexualidade, é o que marca a subjetividade genereificada. Segato compreende haver aqui um giro fundamental que nos permitiria sair do relativismo sem deixar de resistir ao essencialismo, dado o incesto ser um momento cultural, não natural. No entanto, substituir-se-ia um perigo por outro: o determinismo natural, pelo social. Se há uma estrutura profunda que rege a universalidade: “Es posible pensar una sociedad que finalmente erradique, disuelva, esa estructura?” (EEV: 68)

A resposta de Segato a esta pergunta poderia ser articulada através de duas linhas argumentativas. A primeira procura desvincular a estrutura simbólica de uma perspectiva do âmbito psicologizante, como a lacaniana. Ela defende que os gêneros se constituem a partir de uma estrutura abstrata de relações fixadas pela experiência humana acumulada em um período prolongado, que se confunde com “o tempo filogenético” da espécie (EEV: 57). Tal estrutura não se limitaria à ordem de gênero, mas a toda ordem hierárquica

¹⁵⁵ Faço um breve apanhado das autoras e contribuições que Segato destaca: Michelle Rosaldo situa a hierarquia como oriunda da separação das esferas do público e do doméstico; Nancy Chodorow, entre a psicanálise e a antropologia, enfatiza que a socialização em proximidade à mãe impede a quebra da identificação primária e, assim, a emersão da mulher como ser social; Sherry Ortner e Harry Whitehead associam, primeiro, a mulher à natureza e o homem à cultura e, em um segundo momento, modificam sua teoria por uma tendência universal que ligaria o masculino àquilo que é associado ao prestígio; Rayna Reiter trouxe a ideia provocativa de que em sociedades não modernas as mulheres têm mais poder e prestígio, dada a menor independência da esfera pública.

¹⁵⁶ O uso do termo “representação social” se refere à tradição francesa nas ciências humanas e não ao termo homônimo cunhado na psicologia por Serge Moscovici.

conformada por relações de poder. O gênero seria o âmbito privilegiado no qual estas relações se manifestam, e os corpos sexuados os significantes principais que encarnam a estrutura, embora não de forma imediata, nem sem variações e imprecisões ou sem uma violência re-instauradora permanente. O gênero seria, neste sentido, não algo empírico, mas a transposição da ordem cognitiva ou simbólica à ordem do empírico (EEV: 57).

O segundo argumento evidencia o caráter precário desta transposição do cognitivo ao empírico. As vidas humanas, em sua singularidade, não podem ater-se à estrutura que lhes pretende assimilar. É aqui que surge a importância política dos trabalhos etnográficos, que expõem como as pessoas encarnam ou não as posições que lhes são reservadas, os arranjos, as manipulações parcialmente conscientes da estrutura e as violências exercidas para mantê-la. Mas a etnografia não apenas documenta as diferenças, também as nomeia e, assim, contribuem com alternativas simbólicas que rompam o monopólio que o patriarcado pretende exercer sobre este campo. Trata-se, como Segato irá expor no quarto capítulo de EEV a respeito do âmbito jurídico, de encontrar simbolizações que tragam à consciência elementos sociais que, dispersos e sem articulação, permanecem impensados.

Este argumento tem uma continuidade com o tratamento que Segato oferece à violência. A estrutura patriarcal parece ser sinônimo de violência. Porém, camufla-se *na e pela* ordem simbólica. O trabalho de Godelier é fundamental neste sentido, por mostrar como os homens manipulam os signos culturais, de modo que as violências por eles praticadas são compreendidas enquanto prerrogativas próprias ao masculino. A proposta godeleriana de romper os segredos masculinos como forma de resistência à dominação se equivaleria à proposta de simbolização alternativa de Segato.

6.1.2. Los ejes de la violencia

Até aqui foi apontada a defesa de Segato em favor de uma antropologia não meramente etnográfica, próxima a análises de discurso, atenta e em atitude de suspeita a contradições e falhas discursivas, assim como às digressões entre discurso e prática social e próxima de uma compreensão estrutural de ordem simbólico-histórica, alcançada mediante análise comparativa de ordem trans-cultural e trans-histórica. Agora, será exposta sua proposta compreensiva de como seria esta estrutura.

A análise discursiva das entrevistas realizadas com homens condenados pelo delito de estupro cruento na penitenciária da Papuda, no Distrito Federal, unida à reflexão de ordem trans-histórica e trans-cultural a respeito do estupro, permitiram que Segato

sistematizasse seu pensamento estrutural a respeito do gênero¹⁵⁷. Importa inicialmente recordar que estupro é compreendido pela autora como:

El uso y abuso del cuerpo del otro, sin que éste participe con intención o voluntad comparables (EEV: 22, itálicos da autora)

E o estupro ou violação cruenta, por sua vez, como:

La cometida en el anonimato de las calles, por personas desconocidas, anónimas, y en la cual la persuasión cumple un papel menor; el acto se realiza por medio de la fuerza o la amenaza de su uso (...) a diferencia de otras formas de violencia de género, es mínima su ambigüedad como acto cruento, posible gracias al potencial de fuerza física y el poder de muerte de un individuo sobre otro. (EEV: 21)

Esta é uma das violências sexuais de menor porcentagem estatística, dado as violências cometidas na intimidade do lar entre pessoas emparentadas serem muito mais freqüentes. Segato se concentra sobre ela por acreditar que seu caráter de excepcional irracionalidade e gratuidade (no sentido de que seria uma “agresión por la agresión, sin finalidad ulterior en términos pragmáticos”, EEV: 23) transluz claramente uma racionalidade própria a toda violência que é comumente de difícil percepção. Seguindo o discurso dos entrevistados, a autora afirma que o estupro cruento acontece repentinamente: “un acto violento sin sentido atraviesa a un sujeto y sale a la superficie de la vida social como revelación de una latencia, una tensión que late en el sustrato de la ordenación jerárquica de la sociedad”. Tratar-se-ia de uma “estructura sin sujeto” (EEV: 23), cujo significado passa pelo consumo do ser do outro mediante o usufruto do seu corpo.

Este seria o “impulso agresivo propio y característico del *sujeto masculino* hacia quien muestra los *signos y gestos de la femineidad*” (EEV: 23, itálicos do texto). Segato se guarda, assim, de associar imediatamente o masculino aos homens ou o feminino às mulheres, o qual seria fatal às pretensões de compreensão da estrutura, dado esta não se confundir com os significantes sobre os quais recai preferencialmente. Assim, em uma relação de poder pura, os posicionamentos do sujeito masculino e do feminino podem estar invertidos ou serem ocupados por dois homens ou duas mulheres, como ocorre dentro de instituições totais.

Antes, no entanto, de prosseguir com os discursos dos condenados, o texto se entronca com reflexões históricas e culturais. A experiência de estupro seria universal, embora sua ocorrência irregular e diferenciada. Em termos quantitativos, há sociedades

¹⁵⁷ Esta análise se encontra no primeiro artigo do livro, *La estructura de género y el mandato de violación*, originalmente publicado em português, em 1999.

relativamente livres de estupro e outras propensas a cometê-lo¹⁵⁸. Já segundo a etnografia, em sociedades tribais ameríndias, polinésicas e africanas, o estupro “tende a ser un acto punitivo y disciplinador de la mujer, practicado en grupo contra una víctima hecha vulnerable por haber profanado secretos de la iniciación masculina o por no contar o haber perdido la protección del padre o de los hermanos” (EEV: 25). Nalgumas destas sociedades, há guerras por mulheres e seqüestro das que pertencem a outros grupos para haver casamento com elas. Em ambos os casos, o estupro não é considerado crime, sendo não apenas permitido como regulamentado socialmente.

Em termos históricos¹⁵⁹, o estupro perpassou diferentes formas societárias em condições díspares. Segato demarca a grande diferença entre as sociedades não modernas e as modernas. Nas primeiras, a violação seria uma “questão de estado” associada à soberania territorial, a bens patrimoniais pelos quais os homens se digladiam. Já na modernidade, a emergência da individualidade e a progressiva extensão da cidadania à mulher, o estupro

deja de ser una extensión del derecho de otro hombre y, por lo tanto, la violación pierde el carácter de una agresión que, transitivamente, afecta a otro hombre a través del cuerpo de la mujer, para ser entendida como un delito contra la persona de ésta (EEV: 27)¹⁶⁰.

Aqui Segato recupera a elaboração, “mítica y lógica” (EEV: 28), de Carole Pateman. Ao contrário do propugnado por Freud e Lacan, não seria o assassinato do pai da horda primitiva o ato que funda a vida em sociedade entre iguais, mas um ato anterior, perpetrado pelo primeiro patriarca: a apropriação pela força e a dominação de todas as fêmeas da horda. Este é o crime fundador da primeira lei social, a lei do status ou a lei do gênero. Ela precede a regulação contratual, na qual a mulher seguirá subjugada, de modo que a lei do status mantém-se ativa dentro do sistema de contrato, o qual não se remediou sequer com a igualdade formal entre os gêneros na contemporaneidade.

O estupro aparece, assim, como uma demonstração da fragilidade e da superficialidade do contrato no terreno do gênero, ou seja, a emergência da primeira lei de total poder sobre outrem que restaura o status e rasga o contrato.

¹⁵⁸ Esta análise é exportada a partir de Peggy Sanday: Sumatra Ocidental, onde houve 28 casos reportados à polícia em uma população de três milhões de habitantes, seria exemplo do primeiro caso, enquanto os EUA, com mais de 82 mil casos no ano de 1982, seria do segundo.

¹⁵⁹ Aqui são referenciadas Susan Brownmiller, Edward Shorter, Sylvana Tomaselli e Richard Trexler.

¹⁶⁰ Prossegue Segato, a lei brasileira – e a de outros países –, ao compreenderem o estupro como “delito contra os costumes” e não contra a pessoa, mantém a noção não moderna do estupro como ato dirigido a homens mediante o corpo da mulher.

É aqui que Segato reinicia sua escuta aos condenados por estupro, na medida em que eles se encontram em um estado de permanente confusão com respeito ao caráter de delito do ato cometido. Não se trata de duvidar da honestidade de seus discursos, mas de compreendê-los em sua literalidade como testemunhos de um momento de transição que não termina de vingar. Mediada pela compreensão dialógica de Mikhail Bakhtin¹⁶¹, Segato propõe o estupro como um ato discursivo, inteligível enquanto direcionado a outros presentes no horizonte mental do autor¹⁶². Estes outros conformariam três grupos, que embora possam encarnar pessoas concretas, encontram-se em uma ordem abstrata, generalista, fantasmática.

O primeiro sujeito é a mulher vítima do estupro, ela própria compreendida enquanto uma mulher genérica, não específica. O conteúdo da mensagem é disciplina, castigo e vingança, para censurá-la por ter saído de sua posição subordinada e tutelada. O mero deslocamento da mulher ameaça o lugar de status onde o homem se compreende; este não existe sem aquela subordinação, perdendo seu direito a ser viril. A violação é um ato canibalístico, no qual o feminino é obrigado a colocar-se como doador de força, de poder e de virilidade (EEV: 31).

O segundo sujeito são os homens rivais, cujo poder é desafiado e o patrimônio usurpado ou restaurado, no caso de um bem anteriormente perdido para eles. Estes destinatários seriam particularmente importantes em situações de apartheid¹⁶³.

Os terceiros são os que conformam a comunidade de pares ou aliados. A eles se demonstra a força e a virilidade que garantem ou preservam o lugar que o perpetrador se credita merecedor dentro de seu grupo.

Após esta exposição, Segato enuncia sua compreensão estrutural. Esta seria composta pelos dois eixos propostos por Lévi-Strauss¹⁶⁴. O primeiro (tido dentro do feminismo como principal, embora Segato o secundarize) é o eixo vertical, a relação de

¹⁶¹ Ela cita o autor: “El enunciado está repleto de ecos y recuerdos de otros enunciados (...): los refuta, los confirma, los completa, (...) manifiesta no solo su propia relación con el objeto del enunciado, sino también la relación del locutor con los enunciados del otro. (...) El enunciado siempre tiene un destinatario (con características variables, puede ser más o menos próximo, concreto, percibido con mayor o menor conciencia) de quién el autor de la producción verbal espera y presume una comprensión responsiva.” (EEV: 35)

¹⁶² O caráter estritamente sexual do ato é, assim, posto em segundo plano. Muitos dos homens garantem não terem sentido prazer e sequer consideravam atrativas as mulheres que estupraram.

¹⁶³ Segato menciona bell hooks, que impugna a rápida assunção entre a opressão dos homens negros nos EUA e a violação de mulheres brancas por eles. Tal associação é frequentemente usada com fins racistas ou sexistas. Angela Davis (1981, ver Cap. I), aponta no mesmo sentido.

¹⁶⁴ Pude compreender melhor a adoção e a crítica a Lévi-Strauss a partir da resenha de EEV por Ondina Pena Pereira (2007). A crítica a Lacan é delineada mediante a crítica de sua teoria por Godelier, especialmente a partir do mito das flautas entre os Baruya, mencionado no capítulo IV desta dissertação.

submissão da mulher realizada pelo homem. O segundo eixo, o horizontal, que se dirige à comunidade dos pares em busca de afiançar alianças ou demarcar rivalidades, é o que dispõe o homem em um lugar dentro da estrutura. O vetor vertical, a “exação do feminino”, ou manutenção da submissão das mulheres, é o que permite aos homens alcançar o status masculino e o acesso à comunidade de pares. O que o modelo de Levi-Strauss e o de Lacan teriam ignorado, ou pelo menos minimizado, são as violências cotidianas e de toda ordem que se estabelecem entre o primeiro eixo, assim como entre o segundo. Como já o tinha dito Rubin, a violência é o que desnaturaliza a estrutura, evidenciando a ausência de uma essência a-histórica e a imensa dificuldade, a precariedade e os danos causados às mulheres e aos homens em sua constante re-estruturação.

O estupro cruento seria, assim, um exemplo da debilidade da estrutura e da dramaticidade do seu caráter estruturante, um ato testemunhal de uma “masculinidade fragilizada” (Kem Plummer), cujo status requer ser restaurado. Ele não seria uma decorrência imediata do patriarcado, tampouco algo de uma ordem aleatória ou patológica sem relação com ele, mas uma injunção, no sentido de uma alternativa extrema que se faz obrigação para o restabelecimento de um status a ponto de perder-se. No entanto, em sua enorme e desesperada violência, o ato não traz apenas o restabelecimento da estrutura, mas a evidência de sua incompletude constituinte e, imediatamente após a consumação, as motivações do ato se desfalecem em meio ao seu sem-sentido radical, ficando os homens perplexos ante o que denominam “burrice”¹⁶⁵.

6.1.3. O feminicídio de Ciudad Juárez e a violência moral

Em seus artigos sobre Ciudad Juárez, Segato explicita a razão pela qual o estupro adquire seu poder expressivo: ele une, de um modo que nenhum outro ato o faz, a violência física e a moral (2004a: 7). A pessoa violada – e a comunidade em que se encontra – não vê apenas dobregado seu corpo, mas deve render-se à posição de espectador do poder de quem a castiga. Emerge, assim, uma lógica de tributação de reconhecimento.

¹⁶⁵ Ao condensar a racionalidade desta exação constitutiva do masculino em um ato extremo, alcança-se também o absurdo de sua motivação, o vazio de sua lógica. Daí que muitos dos homens condenados não encontram razão para o feito. Alguns entram em aparente delírio e dizem terem sido pressionados por companheiros, quando todas as evidências recolhidas no prontuário apontam o fato dele ter agido sozinho. Outros descrevem o crime em minúcias, mas atribuindo sua autoria a outra pessoa que não ele, uma vez mais contra o que o prontuário tomou como fato. É neste sentido, então, que Segato pôde falar de uma estrutura sem sujeito, na medida em que a lógica estruturante das relações sociais, de fato, faz seu aparecimento de um modo abrupto sem que o sujeito possa dar conta de tudo aquilo que nele se manifesta.

Na mexicana Ciudad Juárez, localizada na fronteira com os EUA, o estupro já não é cruento, mas soberano: multitudinário, excepcionalmente cruel e com morte assegurada para a vítima¹⁶⁶. Não são homens que o praticam, não são frágeis, mas poderosíssimos. Mantém-se o poder comunicativo do estupro, assim como seus eixos de interlocução, embora devam ser reconhecidos sob outras formas. A vítima¹⁶⁷, jovem e mestiça, não é de forma alguma a principal interlocutora do ato, ela morre para que seu corpo fale a outros que restam vivos. O grupo de pares é o formado pelos estupradores – uma verdadeira fratria mafiosa, afirma Segato – e talvez pelos que dão sustentação ao ato: capangas, jornalistas, policiais, poder judicial e legislativo. Os estupradores seriam grandes empresários contrabandistas, cujos negócios milionários requerem o mais absoluto sigilo, o qual é garantido pela barbaridade inominável dos estupros. O grupo de rivais, por sua vez, é constituído por todas as outras pessoas da cidade: cidadãos/ãos comuns, policiais, políticos ou ativistas honestos. O que se comunica aqui, prossegue Segato, é a soberania que as confrarias mafiosas têm sobre o território.

Assim, Segato considera que este feminicídio não constitui apenas um crime de gênero, mas também um crime de estado paralelo, no qual a lógica do capital se impõe sem controles institucionais. A coesão entre a violência física e a moral do estupro também poderia ser compreendida como a articulação do material e do simbólico dentro do capitalismo: a expansão do capital não poderia ocorrer sem um engajamento das pessoas nela, o qual ocorre mediante a lógica do reconhecimento, de “una ampliación progresiva de la jeraquía” (2004a: 11).

Para finalizarmos, e nos distanciando desta forma de violência extrema que é o estupro, convém precisar que a forma usual da violência moral é, segundo Segato¹⁶⁸, muito

¹⁶⁶ Segato expõe o padrão seguido por estes crimes: “secuestro de mujeres jóvenes con un tipo físico definido y en su mayoría trabajadoras o estudiantes, privación de la libertad por algunos días, torturas, violación “tumultuaria” (...) mutilación, estrangulamiento, muerte segura, mezcla o extravío de pistas y evidencias por parte de las fuerzas de la ley, amenazas y atentados contra abogados y periodistas, presión deliberada de las autoridades para culpabilizar a chivos expiatorios a las claras inocentes, y continuidad ininterrumpida de los crímenes desde 1993 hasta hoy. A esta lista se suma el hecho de que nunca ningún acusado resultó verosímil para la comunidad y ninguna “línea de investigación” mostró resultados” (2004:04).

¹⁶⁷ Estamos próximos da lógica dos estudantes brancos que bell hooks (1996; ver Cap. I) escutou: trata-se de consumir um corpo de mulher racializada. A escolha por mulheres jovens e magras expõe o fato de que este corpo, embora diferente, é visto a partir do padrão de beleza da sociedade branca.

¹⁶⁸ Esta concepção é desenvolvida em dois artigos: *La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho* e *Las estructuras elementales de la violencia: contrato y estatus en la etiología de La violencia*. Publicados pela primeira vez em EEV, ambos os textos encontram-se na interlocução com o direito, enfatizando a “eficácia simbólica” do discurso legal, compreendido como um “sistema de nomes em permanente expansão” (EEV: 127) que permite às pessoas identificarem seus problemas e aspirações.

menos expressiva. Isto não implica uma redução de sua importância, pois sua difícil percepção a coloca na base do sistema de dominação. Contrariando algumas tendências que consideram a violência física e a sexual como as principais formas a serem combatidas, Segato defenderá que a moral tem uma importância específica e insubstituível, pois ao ser exercida, na maior parte do tempo, sem ser compreendida como violência, se torna “la forma de violencia más maquinal, rutinaria e irreflexiva”, que por isso “constituye el método más eficiente de subordinación e intimidación” (EEV: 114-115). Ela está arraigada e naturalizada em valores familiares, institucionais e comunitários, sem que haja discursos alternativos que a retirem de sua imperceptibilidade.

Nos países latino-americanos, as mais frequentes violências morais contra as mulheres são: a dependência econômica, a restrição de seus espaços social e físico, o menosprezo por suas opiniões, habilidades, moralidade ou mesmo pela veracidade do que dizem, a irrelevância de seu desejo sexual ou, ao revés, a acusação de frieza, o menosprezo estético ou a desqualificação intelectual e profissional.

Este conjunto de atos, reiterados e intrincados, infringe às mulheres danos psíquicos não mensuráveis e as colocam em uma posição de desigualdade para com os homens. Esta consideração permite a Segato criticar autoras como Maria Filomena de Gregori e Bárbara Mussumeci que, ao procurarem desvitimizar as mulheres nas situações de violência conjugal e enfatizar a variabilidade de situações em que a violência ocorre, minimizam o modo em que a reprodução do sistema, silenciosamente violenta, reinscreve constantemente homens e mulheres em planos desiguais.

6.1.4. O Xangô de Recife: a descontinuidade da heteronormatividade

O Grupo de Trabajo Queer espanhol, como modo de estabelecer um diálogo não submisso com a teoria anglo-saxã, propôs a compreensão do *queer* como algo mais próprio à vida do que à teoria, referente a tudo o que emerge aquém, além, em oposição ou apesar da heteronormatividade. Isto lhes permitiu compreender manifestações *queer* no estado espanhol e nos latino-americanos prévias à adoção do termo no campo da teoria. No plano intelectual, o diálogo que este grupo estabeleceu com a teoria *queer* estadunidense pôde, assim, tomar certa horizontalidade, que sem negar a originalidade das pensadoras norte-americanas, tampouco abriu mão das experiências e esforços compreensivos realizados

previamente no chão ibérico e hispanoamericano¹⁶⁹. De modo semelhante, acredito que é necessário compreendermos o povo de santo do Xangô de Recife, assim como outras manifestações religiosas afro-brasileiras como *queer*. Assim, Rita Segato se torna aqui uma teórica queer *avant-la-lettre*, junto a um número importante e instigante de pensadoras brasileiras que se debruçaram sobre estes grupos, uma vez que foram sensíveis à maleabilidade das relações de gênero nestes cultos.

Os ensaios sobre o Xangô se encontram estrategicamente ao final de EEV¹⁷⁰. Após ter apresentado nos primeiros seis capítulos sua concepção estrutural a respeito do gênero e da violência, e desenvolvido algumas de suas implicações¹⁷¹, restava uma incursão mais ampla à pergunta que já reproduzi acima: “Es posible pensar una sociedad que finalmente erradique, disuelva, esa estructura?”. Como adiantado, haveria dois caminhos para esta resposta na obra segatiana. Um passaria pela historicização das relações de gênero, em oposição a uma compreensão simbólica de ordem fixa. Uma segunda pelo labor de encontrar alternativas simbólicas às cristalizadas por esta história patriarcal, sendo que aqui há também a necessidade de explicitar sua violência constituinte. Os textos de Segato a respeito do Xangô de Recife são esforços muito bem sucedidos em ambas as vias.

Segundo Segato, há um esforço sistemático, nos cultos Xangô da tradição nagô, tanto no nível representacional como no da organização social,

por liberar las categorías de parentesco, personalidad, género y sexualidad de las determinaciones biológicas y biogenéticas con las cuales están ligadas en la ideología dominante de la sociedad brasileña, así como desplazar a la institución del matrimonio de la posición central que ocupa en la estructura social (EEV: 181)

Mostrarei, primeiro, como o gênero e a sexualidade são expressos em três níveis divisados por Segato, os dois mencionados: o representacional (ou mítico) e o da organização social e um terceiro, contrastante pela rigidez em que a separação dos sexos nele se expressa: o ritual. Posteriormente, apresentarei as reflexões de ordem histórica da autora.

No nível mítico temos, inicialmente, uma apresentação familiar bem próxima à cristã. São seis os orixás principais no panteão do xangô de Recife: um pai ancião, Orixalá,

¹⁶⁹ A maior coletânea de ensaios deste coletivo se encontra em *Teoría queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestiza* (David Córdoba, Javier Sáez, Paco Vidarte, 2005).

¹⁷⁰ *La invención de la naturaleza: familia, sexo y género en la tradición religiosa afrobrasileña*, publicado originalmente em português em 1986 e *Género, política e hibridismo en La transnacionalización de La cultura Yoruba*, exposto em inglês no ano de 2000.

¹⁷¹ Apresentei, ainda que brevemente em alguns casos, todos os capítulos do livro, menos o VI, que aborda o modo em que a descorporalização na internet contribui com a expansão imaginária de um sujeito onipotente.

e sua esposa, Iemanjá. Dois filhos guerreiros, Ogum e Xangô e a esposa deste, Iansã¹⁷² e, finalmente, uma filha amorosa e dedicada ao pai, Oxum. No entanto, ao adentrarmos neste universo familiar, temos acesso a toda uma série de elementos que subvertem a calma inicialmente suposta. O pai se descobre como uma entidade débil, da qual se aproveitam os outros integrantes da família, principalmente Iansã. Iemanjá tem amantes, sendo Oxum filha de um outro orixá, mas Orixalá a adota e a cria com muito amor, o que lhe é recompensado pelo enorme afeto que lhe guarda a filha adotiva. Por sua vez, Xangô não deveria ser o rei dos orixás, dado o primogênito ser Ogum, mas faz-se valer de artimanhas e é coroado no lugar de Ogum. Iemanjá percebe o engano no momento da cerimônia, mas mais preocupada com a ordem que com a justiça, prefere deixar o ritual prosseguir. Ela não é a mãe caridosa que supõe o senso comum brasileiro, mas distante e desapegada. Oxum, por sua vez, deu um de seus filhos biológicos a um outro orixá, mas criou com muito amor as/os filhos de vários orixás, por isso é tida pelo povo de santo como mãe exemplar. Assim, a configuração mítica oferece uma importância maior ao parentesco não-sanguíneo que ao sanguíneo, o que seria fundamental para o êxito do culto no Brasil, como veremos.

Muito significativo é também o modo em que os casais se constituem e se separam. Os dois únicos casais fixos são marcados por incompatibilidades: Orixalá não pode entrar em contato com o sal, sendo seus objetos sagrados destruídos se o fizerem, enquanto sua esposa é a rainha do mar. Por sua vez, Xangô e Iansã não coabitam, dado ela não suportar sequer o cheiro do cordeiro, alimento preferido do marido, que por sua vez tem horror à morte, sendo o contato com os mortos incumbência de Iansã. As outras uniões, homo ou hetero, são fugazes: Xangô está um tempo com Oxum, Iansã com Ogum, Iemanjá teve um caso com Orunmilá e Ogum também com Ode, orixá masculino.

Assim – precedendo a teoria *queer* –, compreende Segato ser a apresentação formal da família dos orixás uma manobra de subversão, resistência e ironia. Primeiramente, assumem-se os termos que a cultura dominante oferece como próprios ao parentesco: família, matrimônio, mãe, pai, irmãs, filhos, etc. Mas rapidamente se desentendem a respeito e nada parece ficar incólume. Intrigas entre irmãos, uniões passageiras, uniões estáveis sem concubinato entre pessoas com incompatibilidades marcantes e com relações extra-conjugais, adoção da filha do amante, maternidade biológica displicente, criação adotiva incentivada. Ironia e subversão no sentido em que se acatam os termos dominantes,

¹⁷² Iansã foi inicialmente homem. No candomblé da Bahia há um orixá, Logunedé, que é mulher em uma metade do ano e homem na outra. Este não há em Recife, embora haja vários outros (homens e mulheres) que não mencionarei por motivos práticos de exposição. Referencio novamente Segato, 1995.

transformando seu modo de operar. Resistência e defesa na medida em que se trata, sem mais nem menos, da sobrevivência física dos cultos e de seus filhos. Ao longo de todo o século XX, até o fim da ditadura nos anos oitenta, foram frequentes as batidas policiais nos terreiros, que incluíam destruição dos objetos e instrumentos musicais sagrados, dos pertences das casas, além de surras, prisões ou mesmo assassinatos das/os integrantes dos grupos. Embora estas práticas institucionalizadas de violência racista tenham diminuído consideravelmente, nada garante que não possam voltar.¹⁷³

Em termos de filiação, supondo que o leitor brasileiro tem uma mínima compreensão a respeito, é importante lembrar que cada filha ou filho do culto tem uma ou um orixá como dono de sua cabeça, além de um ajuntó (segundo orixá) e que isto independe do sexo. Uma mulher pode ser filha de Xangô, como um homem de Oxum e embora haja preferências, a atribuição independe de vontade. É freqüente, por exemplo, que homens de preferência homoafetivas queiram ser filhos de Oxum, a mais feminina dentre as orixás, o que as pessoas mais velhas do culto percebem como signo de ignorância sobre os fundamentos do culto, já que o santo indica a personalidade e não a preferência sexual. Em geral, é importante que uma pessoa tenha um orixá masculino e um feminino, entre seu dono da cabeça e o ajuntó, pois se acredita que desta forma haverá uma complementaridade psíquica da pessoa, uma sensibilidade mais completa.

Em termos rituais há, como adiantado, uma contrastante rigidez. Determinados ofícios apenas podem ser celebrados por mulheres e outros apenas por homens. A hipótese de Segato é a de que a biologia fica marcada como o ponto do qual se parte, que não é contornável, porém que se contrapõe ao “mundo humano de la cultura, vale decir, en los roles sociales, la personalidad y las preferencias sexuales” (EEV: 201). Ainda neste campo, há um elemento que chama a atenção: a total ausência de rituais referentes ao matrimônio. Pelo contrário, durante os rituais de iniciação a mãe ou pai de santo afirmam a predominância da importância da família de santo sobre a “de sangue”. Os prolongados períodos de abstinência sexual que determinados rituais exigem contribuem também com esta incompatibilidade. Enfatiza-se mais este aspecto quando a iniciada é casada, dado o reconhecimento do papel de submissão esperado pelas mulheres na sociedade envolvente.

Em termos de organização social, importa dizer, em primeiro lugar, que esta se encontra em torno à casa de santo, que é, ao mesmo tempo, um centro de culto e o lócus de

¹⁷³ Estas preocupações me foram expressas por Fábio Gomes em julho de 2007, em minha visita – sem interesse investigativo – ao terreiro Ilê Obà Aganjú Okóloyá, de mãe Amara, em Dois Unidos, bairro da zona norte do Recife.

uma unidade social, a família de santo. Um pai ou uma mãe de santo chefiam a casa. Normalmente vivem com ela/e alguns parentes biológicos, mas principalmente filhas e filhos de santo, sendo alguns filhos/as adotadas. Considera-se que uma mãe ou pai deve aceitar os pedidos de seus filhos de santo, inclusive o de abrigo e o do filho para criar. Segato não observou diferenças entre os papéis desempenhados por pai e mãe de santo no nível social e quando insinuou esta possibilidade às informantes, a resposta foi negativa.

Em termos de relações afetivo-sexuais, as mães e pais de santo podem ou não ter companheiras ou companheiros conviventes. Quando há, mesmo se é um homem, este não obtém um status superior ao da mãe ou ao do pai dentro da casa de santo. Estas uniões podem ser hetero ou homo e, em termos gerais, soem ser breves e não necessariamente continuadas em termos do gênero do convivente. A orientação geral das mães, dos pais e dos filhos de santo é bissexual, embora haja pessoas que estejam principalmente dentro de uma ou de outra. A compreensão da homossexualidade masculina entre o povo de santo foi apontada pela academia brasileira desde as primeiras pesquisas. Ela é, também em Recife, a mais evidente, havendo denominações específicas para o homem mais afeminado: “bicha”, “adéfero” e “akuko adie”, sendo o termo “okó”, a palavra Ioruba que denomina marido, usada tanto para quem está com uma mulher “obín” ou com um adéfero. No entanto, não há nenhuma palavra equivalente à de lésbica entre o povo do culto, e nem fazem uso deste termo, apesar de o conhecerem e das práticas homoafetivas entre mulheres serem tão comuns como a dos homens. Assim, quando duas mulheres moram juntas o povo de santo supõe que se encontram concubinadas, sendo que Segato percebeu que tal era certo em todos os casos que pôde observar. Também presenciou brincadeiras entre as integrantes do grupo, que diziam que uma das filhas de santo nunca tinha tido relações com mulheres, mas que chegaria o dia. Outras dizem que gostam de “uma criatura” curtindo o prazer de esconder o sexo da pessoa querida. O que nos leva ao interessante fato de que a palavra “amor” e a expressão “estar apaixonado” não se usam, mas uma menos comprometida, “gostar de alguém”. A única restrição em termos de relação sexual-afetiva ocorre entre pais e mães para com os filhos e filhas da casa. Quando isto ocorre, a filha termina por deixar a casa.

Desta forma, Segato propõe compreender a identidade dos indivíduos do culto seguindo quatro níveis, os quais dentro da ideologia dominante brasileira se encontram coesos e, aqui, separados: 1. Biológico, que predomina na área ritual; 2. Psicológico, associado à personalidade dos orixás “donos da cabeça”, sendo desejável um equilíbrio

entre o feminino e o masculino; 3. Social, ao qual estão ligadas as diferentes relações que se estabelecem entre as/os integrantes do grupo e que são indiferenciadas em termos de sexo e 4. Orientação sexual nômade, comumente bissexual¹⁷⁴.

6.1.4.1. A escravidão e a cultura Ioruba não escravizada

Neste artigo de 1986, valendo-se da literatura sobre a escravidão no Brasil e nos EUA, Segato trabalha com a hipótese de que a condição de escravidão alterou “la oposición estructural entre los conceptos de masculino y femenino que servía de base a la institución de la familia en las sociedades africana y portuguesa” (EEV: 206). No artigo de 2000, se debruça sobre as concepções genéricas Ioruba, prévias ao tráfico de escravizados.

Tanto no Brasil como nos EUA, as formas familiares desenvolvidas pelas pessoas escravizadas e descendentes são diferentes das africanas ou ocidentais, e também diferem uma da outra. Nos EUA, o número de mulheres traficadas foi maior que em nosso país e privilegiou-se a reprodução biológica da mão-de-obra escrava, o que implicava a permissão ou incentivo do concubinato entre escravizada e escravizado. No Brasil, por outro, traficou-se massivamente homens e preferiu-se comprá-los antes que apostar pela reprodução familiar.

Isto lhes permitiu maiores possibilidades de fuga, já que não tinham vínculos familiares que manter, como seus colegas de exploração norteamericanizados. Mas também impediu que pudessem ter controle ou meios de proteção às mulheres negras. Estas, mais próximas à família branca, de cujos filhos cuidavam, estavam desvinculadas de um laço matrimonial. Com o fim da escravidão, elas tiveram mais acesso ao trabalho de cuidado ou mesmo sexual, enquanto os homens negros estiveram entregues ao desemprego pela política racista de imigração asiática e européia promovida pelo governo brasileiro.

Assim, a escravidão diminui o poder e a autoridade que os homens teriam exercido tradicionalmente sobre suas mulheres e descendentes e a excepcional igualdade entre homens e mulheres nos cultos decorreria desta independência ou mesmo superioridade social adquiridas pelas mulheres. As acentuadas práticas homoafetivas e sexuais encontrariam aqui, igualmente, algumas de suas determinantes, dada a ausência de mulheres às quais se pudesse submeter, assim como a ausência de possibilidade de troca de

¹⁷⁴ Seu argumento é próximo ao que Butler expressa dez anos depois (2005 [1994]) ao propor ser a configuração de gênero ocidental especialmente opressora, ao sobrepor sexo, desejo heterossexual e um determinado tipo de personalidade.

mulheres que pudessem afiançar alianças. A heterossexualidade obrigatória fica significativamente comprometida¹⁷⁵.

Aqui se faz importante mencionar o trabalho de Ruth Landes (2002 [1947]), nos candomblés baianos da década de 1930, e que coincide em parte com o de Segato. Ela mostra como o poder religioso das mulheres e a sua maior presença no comércio – a qual foi estimulada pelos brancos com o intuito de fragilizar os homens negros – possibilitaram uma maior independência delas para com os homens. Também atenta à forte presença de práticas homoafetivas entre os homens do culto, embora entre mulheres apareçam muito pouco. Como Segato, supõe que estas mudanças provieram da escravidão e abre uma hipótese sem dúvidas instigante: a de que quando um povo perde uma guerra, são os homens os principais prejudicados, podendo as mulheres ficarem inclusive mais livres.

Já no artigo de 2000, Segato compara seu próprio trabalho ao realizado entre cultos Ioruba na Nigéria na década de 1990 por duas pesquisadoras, a nigeriana Oyeronke Oyewumi e o estadunidense Lorand Matory. Ela se mostra emocionada por ter encontrado no trabalho destas pessoas a mesma centralidade que ela atribuía ao gênero nos cultos Xangô¹⁷⁶. O trabalho de ambas pesquisadoras mostraria como as relações hierárquicas de gênero entre os povos dos cultos Ioruba nigerianos são extremamente tênues se comparadas às cristãs¹⁷⁷, com o qual pode-se assumir uma continuidade entre estes e os hoje realizados no Brasil. Assim, não é apenas a escravidão o que conforma as religiões afro-brasileiras, mas também um corpo de saber que resiste ao tempo e à violência.

No entanto, haveria especificidades em termos de gênero nos cultos no novo mundo: a ausência da figura do casamento, a desvinculação da concepção sanguínea de família e as orientações afetivo-sexuais afastadas de normas heterossexuais. A partir deste conjunto de aspectos, Segato conclui que a especificidade da concepção genérica Ioruba foi a base da aceitação de seus cultos entre as escravizadas e escravizados de distintas

¹⁷⁵ Como vimos no Cap. II, em *Tráfico de mulheres* Rubin sustenta que, tendo o sistema de parentesco tradicional, baseado na troca de mulheres e na heterossexualidade obrigatória, perdido sua importância prática no período contemporâneo, também se extinguiriam as relações de sexo/gênero a ele relacionadas. Vinte anos mais tarde ela confiava em entrevista a Butler ter sido uma esperança vã (Butler & Rubin, 2003 [1994]). O que se poderia pensar a partir do caso nagô exposto por Segato é que já não se trata apenas da obsolescência do sistema de parentesco, mas de dificuldades concretas que impedem sua continuidade.

¹⁷⁶ Segato oferece, no entanto, fortes críticas a ambos autores. A Oyeronke por postular uma pureza de gênero impossível de ser sustentada e a Lorand, pelo contrário, por perceber uma hierarquia rígida de gênero (embora não associada ao sexo). Por outro lado, Segato não ignora a importância atribuída ao gênero por muitos outros pesquisadores de cultos afro-brasileiros, mas sim estranha o fato de ninguém ter postulado a centralidade deste aspecto com a mesma radicalidade com que ela o fez.

¹⁷⁷ Como adiantado na introdução, a historiadora da colonização francesa Arlette Gautier, expõe que as mulheres nigerianas detinham um poder excepcional não apenas quando comparadas às mulheres ocidentais, mas também com a grande maioria dos povos não modernos (2005).

origens étnicas no Brasil e também entre as populações brancas e indígenas. Desfeitos os laços familiares e consangüíneos africanos – assim como transtornados os portugueses¹⁷⁸ –, “una construcción de género y una terminología para la organización familiar libres de la determinación biológica y no fijados o coaccionados por significantes anatómicos se adecuaba idealmente a la situación” (EEV: 241). Foi esta sabedoria de origem Ioruba, amadurecida pela situação de violência extrema que foi a escravidão colonial, o que permitiu esta desvinculação do gênero e do parentesco e o êxito que as religiões Ioruba tiveram em todo o Brasil, principalmente nas zonas ocupadas por negros e pobres do país. Esta característica é ainda a base destas religiões e de sua expansão a países fronteiriços, como Argentina e Uruguai (Segato, 2007)¹⁷⁹.

6.2. Considerações

Como a de Sedgwick, a obra de Segato encontra-se dentro do paradigma do tráfico de mulheres. A aposta estrutural, como no trabalho da estadunidense, não implica em um enrijecimento das análises, havendo enorme sensibilidade ao se delinear as especificidades de cada um dos grupos de sujeitos estudados: os homens condenados por estupro, as irmandades mafiosas de Ciudad Juárez ou o povo de santo do Xangô. Outrossim, eles se encontram nos extremos das possibilidades abertas pelo gênero: enquanto os primeiros homens encarnam a estrutura de gênero em seu extremo de violência, o povo do culto avança no sentido de sua transformação.

Também como Sedgwick, Segato nos oferece a possibilidade de pensar as iterações entre estrutura e história. Porém, os negócios entre os homens apresentados por ela são outros. Se na Inglaterra capitalista a transformação histórica foi a progressiva nuclearização e patriarcalização familiar, no caso afro-brasileiro ocorre o contrário: há uma dispersão da família e sua substituição por laços de parentesco não-sanguíneos, embora estes adotem a mesma terminologia que a família sanguínea.

Esta transformação estaria ligada, como Landes anunciou nos anos quarenta, à escravidão, à dominação dos homens brancos sobre toda a população negra. O acesso

¹⁷⁸ As relações das famílias brancas de origem portuguesa, dado o número também superior de homens e a condição de reclusão quase total das mulheres, promoviam “lares” excepcionalmente conflitantes.

¹⁷⁹ Não apenas a população negra, mas outros grupos excluídos, especialmente as pessoas homossexuais e trans, encontram aqui uma espiritualidade e um reconhecimento que lhes é negada em outras religiões ou na sociedade mais ampla. É notável a aceitação que recebem as pessoas trans em muitos centros – não em todos – de religiões afro. Não há ainda pesquisas acadêmicas a este respeito, porém, esta temática emerge com frequência em seus testemunhos. Uma travesti referiu-me, em uma ocasião, ser de grande conforto saber que há algo para além do nosso mundo onde ela seja aceita, o que é extremamente significativo para esta mesma pessoa, que aduzia sentir-se bem neste mundo apenas em discotecas ou motéis.

social dos homens brancos às mulheres negras e a deliberada política destes homens de favorecimento das mulheres escravizadas resultaram em um posicionamento dos homens negros em um patamar social mais baixo que o das mulheres. A inferiorização do homem negro é levada a cabo de modo consciente por parte por parte dos homens brancos mediante a submissão sexual das mulheres negras e da entrega a elas de um relativo poder econômico.

Desta forma, não havendo a possibilidade de dominação – e do exercício de violência que a sustenta – dos homens sobre as mulheres na população negra, o sistema de gênero se modifica, sendo a própria heteronormatividade abalada. Isto não implica em uma superação da ordem de gênero patriarcal¹⁸⁰. O povo do culto se encontra sempre em diálogo com a sociedade envolvente. E as representações e práticas não heteronormativas coexistem em conflito com as de ordem patriarcal. Porém, o culto preserva um “núcleo duro y permanente de corte antiesencialista que atraviesa las prácticas y los saberes de la cultura del condoblé” (EEV: 240). Este núcleo, como simbolização alternativa à ordem patriarcal, não seria apenas uma resistência localizada, mas um saber solidificado. Um saber que persevera não pelo fato de o povo de santo cultivá-lo de modo hermético, mas porque em sua interação com a sociedade envolvente, não apenas se vê afetado pelo patriarcalismo desta, como também se mostra sedutor para aquelas pessoas que, alheias inicialmente ao povo de origem Ioruba, têm uma sensibilidade afim que encontra uma sustentação neste saber. Assim, o culto não se guetifica, não se exclui, não é simplesmente adaptativo ou reativo, mas se inscreve na história do país como uma força que, não sendo alheia ao patriarcado nuclear, funciona aglutinando e potencializando resistências, sustentando liberdades.

Em sua discussão sobre os alcances do relativismo e do universalismo no campo do gênero, Segato ainda nos traz contribuições importantíssimas para o debate contemporâneo sobre os homens. O discurso contemporâneo que enfatiza as diferentes formas de masculinidades nas ciências humanas em língua inglesa, portuguesa e castelhana não desenvolveu linhas teóricas que dêem conta da presença praticamente universal da dominação masculina. Segato, em seu recurso às análises de discursos provindos da psicanálise, da teoria bakhtiniana e da mitologia, pôde sustentar uma temporalidade própria ao gênero, cuja extensão a todas culturas humanas não pode ser negada. Esta estrutura não

¹⁸⁰ Sobre a homofobia em cultos afro-brasileiros, ver a entrevista de Maria das Dores Machado (2008), a raiz da divulgação dos resultados da pesquisa “Homofobia e violência: um estudo sobre os discursos e as ações das tradições religiosas brasileiras em relação aos GLBT”.

é apenas do gênero, mas também da violência: exige a submissão de outros desvalorizados como forma de obtenção de reconhecimento por parte de outros significativos, em uma política de alianças e rivalidades permanente.

Certamente, há experiências de vida, presentes em todas as pessoas e em todos os povos, que subvertem a ordem de gênero. Porém, a extensão temporal e espacial sem par da história do gênero incrustou na linguagem e na simbolização humana a violência: não há experiência fora desta e toda subversão não pode ser celebrada se não atentamos ao modo em que ela interage com o simbólico. Assim, que existam muitas masculinidades segundo os diferentes grupos sociais ou mesmo dentro de cada grupo social, não deveria ser observado como uma novidade, tal como o faz Connell, mas como uma evidência empírica cuja importância tem de ser analisada vez por vez. A questão principal seria a de constatar, mediante análises discursivas e comparativas, o modo específico em que as subversões resistem (ou não) à dominação ou abrem caminhos à liberdade.

7. CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. José Olavarría. A voz dos homens chilenos

Os estudos sobre homens, o masculino e as masculinidades (EHMM) nas ciências humanas da América castelhana tomam impulso, como no Brasil, nos finais da década de 1990. A primeira grande publicação é de 1997, organizada pelas chilenas Teresa Valdés e José Olavarría, sendo representativa dos caminhos hegemônicos que foram tomados até a atualidade. Na introdução, os organizadores mencionam alguns dos principais estudos que ocorreram em nossos continentes desde o fim da década de oitenta. Eles ressaltam que “son todavía escasos los lazos con el debate teórico y político que se desarrolla desde hace mas de dos décadas en el hemisferio norte, donde existe una acumulación importante de conocimiento” (1997: 11) e, desta forma, propõem um livro bipartido. Textos teóricos do outro hemisfério: de Connell, Michael Kimmel, Michael Kaufman e do valenciano Josep-Vicent Marqués, e artigos empíricos que dão conta da “diversidade de identidades masculinas que se pueden encontrar en el mundo latino” (1997: 14), escritos pelo porto-riquenho Rafael Ramírez, a brasileira Ondina Fachel Leal, as colombianas William Cañón e Mara Viveros, a peruana Norma Füller e o estadunidense radicado no México Matthew Gutmann. Estas três últimas, antropólogas, junto ao próprio Olavarría, sociólogo, e o filósofo mexicano Juan Guillermo Figueroa, são até o presente as mais visíveis cabeças dos estudos sobre masculinidades em língua castelhana, como o indica o fato de todos terem sido conferencistas no *III Colóquio Internacional de Estudios sobre varones y masculinidades*, realizado em 2008, à exceção de Norma Füller, que se encontra atualmente afastada dos EHMM.

Mas este livro de Valdés e Olavarría é representativo do caminho tomado não apenas pela importância vigente de alguns de seus articulistas, mas pelo fato de o diálogo preferencial deles se dar, ainda hoje, com os sociólogos de língua inglesa, o que ocorre pela preferência teórica em acentuar o caráter diferenciado das identidades masculinas (Füller, 2001; Olavarría 2001b, 2007, Viveros, 1998). Esta é a razão pela qual, proponho, o termo “estudos sobre masculinidades” deve restringir-se aos trabalhos – ainda que não todos – das ciências humanas em língua inglesa, castelhana e portuguesa. Marqués, que aposta em uma reflexão do masculino que não necessariamente dê lugar a masculinidades no plural, não será uma figura relevante nos debates futuros do continente.

Não poderei aqui acompanhar a obra dos cinco pesquisadores mencionados. Além de Olavarría, autor central deste capítulo, caminharei pelo trabalho de Norma Füller, por

suas análises das relações de gênero ibérico-americanas serem importantes para as reflexões de ordem histórica desta dissertação e, também, comentarei duas obras recentes do sociólogo peruano Miguel Ramos, pois suas pesquisas trazem elementos complementares à obra de Olavarria.

Norma Füller publica entre 1997 e 2003 uma série de estudos sobre masculinidades no Peru, dedicando especial atenção à paternidade e às diferenças regionais. No entanto, interessam-me suas reflexões sobre o machismo na América Latina e na Espanha (1995 e 1998). Iniciando seu recorte pelas sociedades mediterrâneas (via Pitt Rivers), Füller pontua a oposição nestas sociedades entre o masculino e o feminino, o exterior (comunidade) e o interior (casa), fundados pela dupla concepção de honra: a honra da posição, herdada pelo pai, e a honra da virtude, associada às mulheres, principalmente à mãe, depositária última da honra moral familiar. O homem tem duas responsabilidades relacionadas à honra, por um lado, a de garantir a própria, fazendo respeitar esposa e filhas e, por outro, a de arrancar a virilidade de outros homens, cortejando suas mulheres. Daí viria o que Füller denomina “dupla moral”: os homens exigem das mulheres uma virtude da qual eles mesmos carecem¹⁸¹.

Neste sentido, o machismo como conceitualizado por Octavio Paz em 1959, poderia ser compreendido como resultado do sistema de honra imposto pelos colonizadores às comunidades nativas, unida à possibilidade dos espanhóis de, manejando este sistema, imprimir um sentimento de profunda humilhação sobre os grupos indígenas. A violação contínua das mulheres nativas maculou a honra do homem mexicano, que passou a cultivar forte desconfiança, desprezo e misoginia para com as mulheres de seu próprio grupo, da qual é contra-parte uma devoção cega à virgem de Guadalupe. No Peru, a lógica é similar. Seguindo o paradigma do tráfico, Incas e colonizadores afiançaram o sistema de poder mediante a troca de mulheres, no entanto, os últimos não outorgaram o mesmo valor às mulheres recebidas: cômicos de que sua honra e posição social na Espanha se vinculavam à respeitabilidade de suas mulheres espanholas, mantinham sobre estas vigilância estrita, enquanto com as mulheres incas recebidas tinham acesso sexual livre, sem muitas vezes reconhecer a prole. Neste sentido, o estabelecimento de uma masculinidade extremamente viril, violenta e misógina tem um terreno fértil na América Latina, dado que o desprezo pelas mulheres e a competitividade acirrada entre homens se

¹⁸¹ Aqui, torna-se evidente a coincidência com a obra de Rita Segato (Cap. VI) no que esta autora denomina ser o eixo vertical mediante o qual o homem toma um tributo da mulher para compreender-se como tal.

tornou regra. No entanto, Füller objeta algumas das reflexões que replicam acriticamente a contribuição de Paz e generalizaram o machismo sem se focarem sobre a vivência específica dos diferentes homens latino-americanos. Daí seu interesse por estudar as diferentes formas de masculinidades peruanas¹⁸².

Miguel Ramos, por sua vez, publica dois livros em 2005, cujas opções metodológicas implicaram em resultados importantes. No primeiro, sobre masculinidade e violência (2005a), entrevista em profundidade cinco homens que cometem violência física, cinco que cometem violência emocional e cinco que não cometeriam nenhuma delas (ainda que Ramos aponta que, em menor medida, eles violentam emocionalmente). Cada caso é apresentado separadamente, ressaltando-se as experiências relativas à violência e à masculinidade, da infância à atualidade. Esta apresentação individualizada possibilita um contato quase imediato entre o leitor e a história de vida de cada um dos homens e, também, uma comparação imediata entre as diferentes relações que cada homem estabelece com o modelo hegemônico de masculinidade. Fica evidente que a distância da violência é dada pelo estreitamento dos laços afetivos com a companheira e a prole, em demérito dos laços homosociais. No segundo livro, seu estudo *La masculinidad en el envejecimiento* (2005b) ele acrescenta, a cada uma das dez entrevistas a homens com mais de 70 anos, a de um familiar (respectiva companheira ou filha/o) e esta contraposição ao discurso do ancião permite o acesso a elementos de sua vida tais como estratégias de dominação, uso de violência e angústias relativas à saúde e à dependência econômica que foram minimizados ou negados em sua entrevista. Assim, temos uma compreensão muito mais ampla do modo em que este vive sua masculinidade e de como esta afeta suas relações (afetivas, de poder, etc.) com as pessoas mais próximas¹⁸³.

7.1. José Olavarría

Sociólogo chileno, Olavarría trabalha dentro dos estudos de gênero desde pelo menos o final da década de 1990, quando junto à sua compatriota Teresa Valdés

¹⁸² Apesar da aposta pelas diferentes masculinidades, Füller terá de reconhecer, no livro resultado de sua maior pesquisa, que os homens das três cidades por ela estudadas têm referentes masculinos surpreendentemente próximos (2001: 463). Como veremos, a este paradoxo, da semelhança das diferentes masculinidades, também chegará Olavarría.

¹⁸³ Os dados do estudo contradisseram a intuição inicial de Ramos. Ele julgava que os anciões, após toda uma vida comprometida com a masculinidade hegemônica, veriam mais soltos seus laços com ela. No entanto, encontravam-se ainda muito imbuídos à mesma. Uma das companheiras entrevistadas menciona que seu marido de noventa anos ainda a persegue e a golpeia devido a ciúmes. Dentro das angústias destes homens, a mais lancinante é a de sua aposentadoria não ser suficiente para cobrir os próprios gastos ou os da família.

organizaram seminários de grandes repercussões políticas e acadêmicas, os quais, por sua vez, resultaram em publicações que tiveram também grande repercussão. É a pessoa que mais publicou dentro dos EHMM em nosso continente e tem uma interlocução forte com as políticas públicas.

A escolha da obra de Olavarría como a principal deste capítulo obedece a quatro motivos: primeiro, por considerar sua obra representativa da corrente hegemônica dos estudos sobre masculinidades na América Latina. Os textos destas correntes ressaltam a diferença entre os homens, adotam o conceito pluralizado de masculinidades, a necessidade de contextualizar cada uma delas e tecem um diálogo recorrente com sociólogos de língua inglesa. Segundo, pelo trabalho de historicização da família chilena do séc. XX, que aponta à união entre gênero e o desenvolvimento do capitalismo. Em terceiro lugar, porque o conjunto das numerosas pesquisas e publicações que Olavarría coordenou e escreveu nos permite um acesso, privilegiado e incomparável na região, a uma grande diversidade de homens chilenos de diferentes classes sociais e faixas etárias. Finalmente, porque, frente a meu interesse pelas obras de Mara Viveros e Norma Füller pesava o fato de que nesta dissertação haveria a análise de apenas um homem, Daniel Welzar-Lang, o que me parecia infra-representativo da importância deles nos EHMM.

Em termos teóricos, seus textos se encontram em um diálogo constante com os sociólogos de língua inglesa, principalmente Kaufman, Kimmel e Connell, sendo que atualmente desenvolve uma pesquisa sobre masculinidades e globalização (2008) cuja coordenação mundial está a cargo da australiana. É também importante seu debate com os autores latino-americanos mencionados: Guttman, Figueroa e, principalmente, Füller, Valdés y Viveros. Em suas análises históricas, baseia-se frequentemente nas pesquisas sobre a família latino-americana da socióloga Elizabeth Jelim.

7.2. A família chilena entre finais do século XIX e inícios do XXI

Partindo do pressuposto de que a masculinidade “no se puede definir fuera del contexto socioeconómico, cultural e histórico en que están insertos los varones.” (2001b: 16), Olavarría esboça em todos seus textos, mesmo os mais breves, alguns dos elementos constitutivos da sociedade chilena, trazendo com frequência reflexões de ordem histórica que proporcionam melhor contextualização. Abaixo, esboço os elementos mais recorrentes em suas análises conjunturais e aqueles que aparecem de modo rarefeito, mas de especial importância.

O “pacto original” (2007: 01) entre homens e mulheres, que hoje estaria em discussão, teria sua origem, supõe Olavarría, no Direito Romano, imposto pela força do *pater familias*, na medida em que lhe assegurava o domínio do que viria a ser denominado privado: sua família, descendência e outros homens (cabe supor, os escravizados). Nos anos sucessivos – sem que Olavarría os demarque – a concepção do pacto viria a ser assumida pelos conjuntos dos homens europeus e imposto às suas famílias. Temos, como a interpretação de *Totem e tabu* por Carole Pateman (ver cap. VI), que o pacto entre homens e mulheres foi assinado e assumido unilateralmente pelos primeiros e, conseqüentemente, imposto às segundas.

A versão do pacto que chega à América Latina é mediada pelo sistema sexo/gênero que se configura na Europa ao longo da Revolução Industrial (que impôs a separação entre o local de trabalho e a vida familiar), formalizada através do código napoleônico e que começa a se consolidar em setores urbanos da região no séc. XIX, avançando até pelo menos a década de 1970. Em oposição às famílias extensas, o novo sistema de sexo/gênero aponta para a “família nuclear patriarcal” (2007: 03), na qual o homem se ergue

como autoridad paterna y guía, proveía y dominaba sin contrapeso la vida cotidiana, distinguía entre lo público y lo privado: el trabajo, la política y la calle para los hombres y la crianza, acompañamiento de los hijos y cuidado del hogar para las mujeres; establecía la división sexual del trabajo: los hombres en la producción y las mujeres en la reproducción. (2007: 03).

No caso chileno, o estabelecimento deste tipo de família se dá mediante o incentivo de políticas públicas que contaram com apoio de praticamente todos os setores sociais (constituídos por homens): a Igreja Católica, os empresários do setor fabril e mineiro e o movimento operário (2001a: 18). A razão do consenso viria da virtude da família nuclear que garantiria a superioridade dos homens e, ao mesmo tempo, reproduzir a força de trabalho exigida pela economia¹⁸⁴. Foi no marco jurídico de finais do séc. XIX (a lei que regulamenta o matrimônio é de 1884) que se formularam e se implementaram as políticas públicas correspondentes à configuração das relações no interior da família, impondo responsabilidades específicas ao pai/homem como provedor, protetor e autoridade de sua mulher/esposa e filhas/os.

Em termos ideológicos, a família se justifica enquanto “normal y natural”, sendo que os respectivos “papéis” de homens e mulheres corresponderiam inequivocamente à natureza humana e aos desígnios do deus católico (2001a: 18-19), estando o matrimônio

¹⁸⁴ Como vimos no Cap. II, Sedgwick aponta no mesmo sentido, enfatizando o fato da recompensa da autoridade no lar por parte do operário contrapesar sua submissão no trabalho.

finalmente selado pela concepção do amor romântico (2007: 03). A família extensa (avós, tias/os, sobrinhos/as, etc.) fica, por outro lado, enfraquecida, de modo que se por alguma razão a ou o cônjuge não puderem realizar suas tarefas, o núcleo familiar entra em crise, dado não haver uma rede de apoio facilmente disponível.

Estas políticas e ideologias são exercidas sobre toda a população urbana, mas Olavarría enfatiza seu fator disciplinador sobre os jovens imigrantes rurais que “invadem” as grandes urbes, especialmente Santiago, sendo as figuras masculinas dos jornaleiros consideradas ameaçadoras para alguns setores da cidade (2001a: 19). Assim, os programas de políticas públicas contemplavam apenas a família, nunca pessoas solteiras. Já na década de 1960, com o processo de reforma agrária, as políticas também impulsionam a nuclearização patriarcal, assentando as novas famílias em terras cuja propriedade é entregue ao novo homem/patriarca.

De uma forma mais ampla, é importante considerar o equilíbrio de forças políticas que há no Chile até o golpe. Os sindicatos e os partidos operários tinham um poder significativo, de modo que, mediados pelo Estado, foram alcançadas leis laborais que garantiam certo bem-estar. O Estado realizava uma fiscalização dos acordos, tinha políticas de distribuição de renda e de atenção em educação e saúde¹⁸⁵. Desta forma, os homens tinham condições de cumprir com o seu novo “papel” de provedor de sua família patriarcal. Olavarría não deixa, no entanto, de pontuar como toda esta lógica descansa sobre o trabalho não reconhecido e nem remunerado das mulheres no interior das famílias.

O golpe e a ditadura militar chilena (1973-1990), uma das mais sangrentas na América Latina (estima-se o número de mortos em 3.200), toca profundamente todas estas

¹⁸⁵ Os objetivos anti-coloniais desta dissertação exigem aqui uma extensa nota. Qual a razão de o Estado chileno ocupar um lugar tão importante na distribuição de renda entre a população e no estabelecimento e fiscalização de leis trabalhistas? Aníbal Quijano se estende longamente a respeito (2000). A colonialidade do poder baseou-se principalmente na concepção de raça. Assim, em cada país da Europa, toda a população, na medida em que branca, era percebida como integrada ao Estado nacional. Na América independente, porém, as populações nacionais negras e indígenas sobreviventes da escravidão e da servidão não foram consideradas como parte da nação. Em países como Estados Unidos e Canadá, onde a população indígena tinha sido praticamente extinta e a negra era relativamente pequena, houve a possibilidade de construção de Estado-nações que, com o objetivo de atender a toda população branca, desenvolveram uma economia interna, dirigida pelos interesses das elites. Em países como Chile, Uruguai e Argentina, o processo foi semelhante, embora o volume do comércio interno fosse menor, de modo que permaneceram em muito dependentes de produtos europeus. No entanto, em países de população negra ou indígena importante, como é o caso de, entre outros, Brasil, Peru e Bolívia, as elites brancas não se preocuparam em estender a cidadania às populações não brancas e, exatamente por isto, tampouco incentivaram um comércio interno, que pudesse dar lugar ao estabelecimento de pequenos produtores, empresários e assalariados. Daí que, por exemplo, se no início do século o Estado chileno iniciava o processo de distribuição de renda que menciona Olavarría, no Brasil se incentivava a imigração de europeus e asiáticos para substituírem a mão-de-obra negra, lançada à miséria por não serem considerados sequer como mão-de-obra assalariada.

interações sociais, políticas e familiares. O Chile se transforma em cobaia voluntária do liberalismo, mediante uma política econômica desenhada por “profesionales jóvenes inspirados en las enseñanzas de la Escuela de Chicago” (2001a: 28). As leis trabalhistas foram modificadas nos dois primeiros anos subsequentes ao golpe, relançando os homens à precariedade laboral. As pequenas empresas, que concentravam uma importante porcentagem da mão-de-obra, foram fortemente abaladas pelas políticas que privilegiavam as transnacionais. O Estado se recolhe ao mínimo possível e, das suas empresas, aquelas que não são privatizadas enxugam quadros e contribuem para o desemprego.

A família nuclear, apesar do compromisso ditatorial com o catolicismo ainda a manter como modelo, fica fortemente abalada, pois a ordem salarial que a sustentava se tornou inviável para a imensa maioria das famílias. Se o modelo familiar nuclear, embora nunca encontrado em sua perfeição¹⁸⁶, permitia maiores prerrogativas para os homens, na medida em que garantia a muitos o acesso a um emprego fixo, uma vez instalados o desemprego e a insegurança laboral, a importância dos outros integrantes na manutenção da família se fazia mais evidente.

Mas o familiar não foi o único espaço que impôs restrições ao modo de ser homem dos chilenos após o golpe. Olavarría aponta outros quatro, todos de ordem homossocial: a) O espaço do trabalho, garantido pelas leis laborais, era um local onde os homens podiam sentir-se valorizados, a ponto de muitos terem um forte sentimento de pertença à empresa, que constituía, em si, um lugar de maior intimidade entre homens; b) Os partidos políticos e c) Os sindicatos, espaços valorizados na medida em que tinham poder de decisão dentro da sociedade como um todo. Com o lançamento destes à ilegalidade e o assassinato de grande parte de seus líderes, eles praticamente se dissolvem; d) A noite, os bares, dado o estado de exceção impedir saídas noturnas nos anos subsequentes ao golpe (2001c: 18-19).

Para além da ditadura e da liberalização econômica, outra fonte de mudanças profundas sobre o sistema sexo/gênero pode ser vista: o feminismo, que se acentua após o fim da ditadura. Ocorre uma entrada massiva de mulheres no mundo do trabalho formal, o que implica maior autonomia e reconhecimento de sua importância para a manutenção da família. Também adquirem progressivamente maior escolaridade e postos de trabalho melhor qualificados.

¹⁸⁶ Importa pontuar que Olavarría é consciente de que a família nuclear patriarcal, em sua perfeição, não pôde estar presente mais do que em uma minoria de famílias. Na grande maioria havia a necessidade ou o desejo de que a mulher (ou a prole) trabalhasse em proveito familiar ou pessoal.

A sociedade chilena pós-ditadura, terminada em 1990, encontra-se, ideologicamente, entre as heranças do regime ditatorial e concepções mais amplas de liberdade e de democracia que Olavarría associa à modernidade (2001b: 11). Em termos econômicos, no entanto, a lógica liberal e a precariedade laboral se mantêm.

7.3. Os homens chilenos do entre-século XX e XXI. “Apesar de tudo, um mesmo modelo” de masculinidade

É dentro deste contexto de mudanças, em que as ordens do gênero, do político e do econômico se entrelaçam, que giram as obras de Olavarría. Os principais livros considerados, *Y todos querían ser (buenos) padres. Varones de Santiago de Chile en Conflicto*. (2001a) e *¿Hombres a la deriva? Poder, trabajo y sexo* (2001b)¹⁸⁷, foram escolhidos por exporem os pontos centrais de seu pensamento. *¿Hombres...* dará forma ao capítulo daqui em diante, por sumarizar as concepções centrais sobre masculinidades do autor e *Y todos...*, no qual se baseou em parte a já exposta contextualização da sociedade chilena, nos traz também reflexões importantes sobre paternidade e chefia de família, pilar do referente de masculinidade (e sobre o que me deterei no final do capítulo). As estruturas de ambas as obras são similares: inicialmente, são apresentados o contexto histórico e a base teórica, em seguida, proporcionam-se os dados mais relevantes levantados pela pesquisa. Dada a quantidade de entrevistados, 89, não há possibilidade de uma apresentação individualizada, mas a proximidade com os homens é alcançada pelas frequentes e longas citações de seus relatos.

Em *¿Hombres...* Olavarría considera haver um “deber ser de los hombres, el referente presente en sus identidades masculinas,” que se erige como norma “hegemônica”¹⁸⁸ (2001b: 13). Os atributos deste referente são: a) a importância intrínseca do ser homem, *per se* um signo de distinção; b) responsabilidade, retidão, proteção dos débeis que se encontram sob seu domínio (mulheres, crianças, anciãos); c) autonomia e liberdade, relacionadas à igualdade com outros homens e à distinção de todos para com as

¹⁸⁷ Publicados no mesmo ano, os livros retiram suas reflexões das mesmas três pesquisas, coordenadas por Olavarría junto a outras profissionais: *“Construcción social de la masculinidad en Chile: la crisis del modelo tradicional”*, que entrevistou 32 homens entre 25 e 68 anos, de setores populares e médio alto; *“Construcción social de identidad masculina en varones adultos jóvenes de sectores populares”*, que entrevistou 22 homens “populares” entre 21 e 29 anos; *“Ser Padre. Vivencias y significados de la paternidad en hombres de sectores populares hoy en Santiago”*, que entrevistou 30 homens e, ainda, cinco entrevistas que complementam esta última pesquisa, a homens entre 20 e 25 anos que foram pais adolescentes. Os livros correspondem, assim, ao discurso de 89 homens.

¹⁸⁸ Estes referentes, segundo Olavarría, seriam similares aos que Fuller, Viveros e Gutmann encontraram, respectivamente, no Peru, na Colômbia e no México.

mulheres; d) racionalidade (análoga à econômica), controle de emoções e medo, valentia; e) ser forte fisicamente: agüentar o que o trabalho lhe demanda, sacrifícios e dores prolongadas, poder enfrentar outros homens; f) domínio do espaço público, da rua e g) heterossexualidade: conquistar mulheres, penetrá-las e contar a seus pares.

Para se alcançar estes atributos, é necessário responder adequadamente a três mandatos (2001b: 18-21): o da heterossexualidade, o do trabalho e o da paternidade, todos associados à chefia da família. Esta, a família, completa-se apenas com a chegada dos/as filhas, da paternidade para o homem, a qual é um signo de sua fertilidade e heterossexualidade. O trabalho, por sua vez, é o que lhe permite manter economicamente a família e, assim, garanti-lo como sua máxima autoridade.

Embora a lógica acima seja exposta como natural, ela responde a uma demanda interna à lógica homossocial. Olavarría expõe que alcançar a condição de homem adulto depende da aprovação de outros homens e que esta não se dá através de uma avaliação individualizada: “Lo que midieron los otros varones, no fue precisamente la experiencia en el dolor, ni la conciencia del mundo en el que vivían, ni la madurez, sino comportamientos que en alguna medida suponían lo anterior.” (2001b: 24). Deste modo, heterossexualidade, paternidade, trabalho e, finalmente, a chefia da família, longe de serem próprios à natureza humana, são signos da aquisição de masculinidade, em uma comunicação entre homens.

Esta naturalização da diferença supõe para os homens “recursos de poder” – em suas relações com as mulheres – os quais Olavarría dispõe em cinco âmbitos (2001b: 30):

- a. Autonomia. Os homens são incentivados desde a infância para ocuparem espaços públicos, da rua, e para disporem sem coerções de seu tempo e dinheiro.
- b. Corporalidade. Os homens são fortes, ativos, duros, racionais. Em oposição, as mulheres são fracas, passivas, emotivas. O corpo do homem é apto para a defesa, mas também para o ataque.
- c. Sexualidade. É hetero, sendo a homossexualidade considerada um desvio da natureza. Atribuída a um instinto animal, muitas vezes foge do controle, o que justifica o eventual uso da força para ter acesso ao corpo das mulheres. A sexualidade das mulheres é associada ao amor, de modo que dela se espera fidelidade.
- d. Relação com os outros. Dada a intrínseca superioridade dos homens sobre as mulheres, estas são posicionadas enquanto outriedade infra valorada. Quanto mais os homens se afastam do relativo às mulheres ou ao feminino, mais terão recursos de poder diferenciados, o que por outro lado lhes permitirá feminilizar os homens subalternizados, mediante um sem fim de dicotomias, das que se destacam as relacionadas a idade, etnia, classe e orientação sexual.
- e. Posição designada na família. A separação entre o público e o privado e a divisão sexual do trabalho, que localiza o trabalho do homem fora da casa, remunerado, e o

da mulher dentro, sem remuneração e nem mesmo o status do trabalho, implica que a ele sejam atribuídos os louros do lar.

Porém, há contradições evidentes no referente e nos mandatos de masculinidade e nos campos de relações de poder que favorece os homens. Olavarría considera, em consonância com o pensamento de Marqués, que esta contradição termina por jogar a favor dos homens. A responsabilidade própria à masculinidade, por exemplo, pode ser reivindicada ao seu bel prazer, tanto para assumir uma paternidade, como para negá-la – baseando-se na suposta infidelidade da mulher.

Se até aqui o exposto é próprio ao referente das identidades masculinas, tal parece gravitar em torno do que se denomina comumente imaginário, ou seja, a um conjunto de crenças (que podem ou não ter raízes na dita realidade). Embora este referente tenha sido tomado dos discursos dos homens entrevistados, é primordial para Olavarría perceber como eles o vivem e o compreendem e é este o próximo passo que, seguindo *¡Hombres...*, irei expor mediante os três mandatos do mencionado referente.

7.3.1. Os três mandatos do referente da masculinidade: a (hetero)sexualidade, o trabalho e a paternidade

O primeiro dos referentes, a sexualidade, na medida em que adentra na intimidade, território de possíveis falências, é um assunto difícil de tratar com os homens entrevistados. Dentre os que Olavarría denomina "populares"¹⁸⁹, haveria ainda uma maior dificuldade, dada a ausência mesma de um vocabulário formal para se referir às questões.

Em termos de educação sexual, esta é praticamente inexistente. Nos setores pobres, não tiveram explicações a respeito na escola e tampouco na família. Nos setores “medios altos”, apenas indicações biológicas, sendo que os pais teriam tacitamente deixado claro que não era um assunto para aprofundar em casa. Nas salas de aula, a pouca explicação fisiológica vinha acompanhada de reprovações morais. Logo, é com os amigos que se aprende a respeito. A educação sexual interpares imprime sobre cada jovem concepções dualistas intimamente ligadas à superioridade dos homens. A estes, o desejo (hetero)sexual é concebido como de uma ordem instintiva, animalizada, que se acumula e se solta, por vezes de maneira incontrolável. As mulheres são divididas entre aquela com a que se casa e as outras, com as quais se têm relações sexuais, sempre sob o domínio do homem. Ou seja, encontram-se dentro do referente da masculinidade e é imbuído deste que os homens adentram nas primeiras relações afetivas e sexuais.

¹⁸⁹ No anexo de ambos livros, explicita-se que “popular” se refere às pessoas abaixo da linha da pobreza.

A primeira relação sexual é recordada pelos homens como a confirmação do referente: teve para eles um caráter de revelação, saciou suas ansiedade e curiosidade do que seria uma relação sexual, de sua capacidade para realizá-la e de sua heterossexualidade. Conquistar, possuir, penetrar uma mulher e contar aos pares são os passos recordados¹⁹⁰.

O laço amoroso, ao contrário, confronta a aprendizagem do referente da masculinidade. A mútua exclusão entre sexualidade e afetividade é questionada a partir das exigências da companheira, mas também do desejo do homem pela mulher que ama. Isso, no entanto, não o impede de ter relações com outras mulheres, pois se amor e sexo podem ir juntos, também podem vir separados – apenas para os homens. As relações amorosas dão “realidade” às aprendizagens entre pares. Outras demandas das mulheres são escutadas e há negociações, embora os homens continuem reservando para si um lugar de superioridade na relação.

O segundo mandato do referente de masculinidade, o do trabalho, ocupa uma posição central, pois legitima o exercício de poder sobre a família e permite o acesso ao espaço público, masculinizado. Como o sintetiza Olavarría, os recursos de poder e autoestima dos homens:

Para los varones sus recursos de poder y autoestima más conscientes están sustentados, en gran medida, en el trabajo que ejercen. El trabajo les da recursos: prestigio, poder y autoridad; les permite tener dinero y el poder que da el dinero; ser proveedor, cumplir con sus responsabilidades de varón con la familia y decidir sobre sus vidas y las de los suyos; con trabajo su opinión es como la ley en el hogar. (2001b: 56)

No entanto, e pela sua importância capital, é neste campo que encontramos algumas de suas maiores angústias, assim como as maiores iniquidades entre homens. Seus caminhos estão traçados, em grande medida, pelas condições materiais e culturais presentes na família em que crescem. Os homens pobres encontram-se, ainda jovens, com a disjuntiva de prosseguir os estudos formais, o que lhes permitiriam alcançar melhores profissões em um futuro e um trabalho que remediasse as carências do presente. Entre os de setores médio e alto, os estudos formais prolongados se encontram dentro das expectativas da família, que garante seus gastos até que possam se firmar em uma determinada carreira.

A maioria dos homens populares começou a trabalhar na adolescência, seja por iniciativa própria ou demanda familiar. O sentimento foi contraditório: por um lado,

¹⁹⁰ Olavarría afirma que todos os homens entrevistados são heterossexuais. É importante também mencionar que nesta primeira relação não são usados métodos contraceptivos.

intuíam realizar uma atividade imprópria à idade e que poderia lhes restringir o futuro. Por outro, o dinheiro recebido permitia ajudar à família, além de compras pessoais. A dupla jornada de trabalho e estudos termina geralmente com o abandono destes últimos¹⁹¹. Os trabalhos realizados, não especializados, são mal pagos e não oferecem direitos laborais.

Os homens de setores médios altos, pelo contrário, têm desde meninos um trajeto traçado. Da infância aos primeiros anos da juventude se dedicam ao estudo que lhes permitirá chegar a uma profissão que garanta pelo menos a mesma qualidade de vida de sua família de origem. A maioria destes homens inicia seu trabalho após os 20 anos, quando já terminaram a universidade ou nela se encontram, mas sempre em atividades associadas à carreira escolhida. Coincidem com os homens de setores populares ao qualificarem o trabalho como a aquisição de autonomia¹⁹².

Ao longo de suas vidas laborais, as diferenças entre os dois grupos se mantêm. Os homens populares, principais vítimas do enfraquecimento estatal, conseguem ao longo de sua trajetória empregos mal remunerados, sem direitos, por vezes expostos a exigências físicas extremas e maus-tratos de superiores, o que lhes impinge profunda humilhação. Mudam de emprego frequentemente, dado serem despedidos ou procurarem melhorar de situação. Muitas vezes encontram um trabalho fixo, mas têm de encontrar bicos para complementar o orçamento. Da mesma forma que o faz Connell para com os homens pobres australianos que investiga, Olavarría afirma que estes homens chilenos não têm um vínculo afetivo com o trabalho, não é um espaço com o qual sintam uma identificação para além da remuneração recebida. O desemprego, situação pela qual absolutamente todos os homens pobres passaram, os faz sentir “subjetivamente hombres humillados” (2001b: 78). Este momento, por vezes, é utilizado para o trabalho dentro de casa “ajudando” à mulher. Outros “responsavelmente” abandonam a família por não serem capazes de mantê-la. Alguns outros, considera Olavarría, refugiar-se-iam na drogadição ou na delinqüência.

Para os homens de setores médios altos, o trabalho é a culminação do projeto traçado pela família e assumido como próprio. Todos dizem terem sido livres de pressões para a escolha da profissão, sendo o seu exercício a realização de um objetivo aos quais se ligam vínculos emocionais. No entanto, sofrem tensões ligadas à “intensidade” no trabalho e, em alguns casos, há também inconformidade com o trato recebido por superiores.

¹⁹¹ Muitos dos homens se lamentam disto. Vários voltaram a estudar e completaram o ensino fundamental ou o médio, uns poucos se encontram em universidades ou institutos profissionalizantes.

¹⁹² Parece haver uma só ameaça à conclusão do trajeto planejado: a paternidade na adolescência. Os homens que foram pais neste período viveram uma verdadeira comoção familiar que temia pelo futuro esperado. No entanto, Olavarría não chega a dizer se tal interrupção realmente ocorre.

Alguns deles tiveram a experiência de se encontrar desempregados e, como os homens populares, sentiram enorme mal-estar. Porém, o acesso à rede social e à especialização fez com que este período fosse mais curto. Muitos contavam com economias, outras fontes de renda e acesso a créditos.

Desta forma, ordem de classes emerge como o principal agente diferenciador entre os homens, dadas a homogeneidade cultural e racial do país (Valdés e Olavarría, 1998) e a presunção de heterossexualidade de todos os pesquisados. O mandato do trabalho é passível de ser cumprido por aqueles homens de setores médios e altos, com sustentado acesso à educação formal. Os homens populares carecem dos mesmos meios e se encontram longe de cumprir o mandato, o que lhes posiciona aquém das exigências do referente: no espaço familiar não podem ser provedores e no espaço homossocial se encontram em posições de baixa hierarquia no trabalho e não podem comprar produtos signos de status. Estes homens são, além disso, os que mais próximos se encontram do referente da masculinidade e mais avessos se mostram aos avanços das mulheres. Emerge, assim, uma coincidência com a tendência evidenciada por Sedgwick (ver Cap.II), entre maior reconhecimento homossocial e maior possibilidade (ou tolerância existencial) para cruzar as fronteiras estabelecidas entre o masculino e o feminino.

O terceiro mandato do referente de masculinidade, o de paternidade, na medida em que legitimado pela provedoria, torna-se extremamente difícil de ser alcançado pelos homens pobres. Os de setores médio e alto, dado que suas companheiras têm acesso ao trabalho formal, vêem também alterada sua relação com este mandato; porém, o fato deles manterem uma importante e constante fonte de renda ainda lhes legitima a autoridade paterna. De todas as formas, a emergência do que podemos denominar “paradigma de paternidade afetiva” dificulta a relação com este mandato, como poderemos ver.

Dentro deste contexto, os homens declaram não se sentirem preparados para serem pais até o momento em que acontece, como diz um entrevistado: “cuando nace el padre, llegan los niños” (2001a: 77). Uma primeira noção de paternidade é herdada das lembranças com relação ao pai, a qual é fonte de grandes ambigüidades. Por um lado, sentiram ou sentem por eles amor e respeito; por outro, recordam sua distância – emocional e física – e o temor que inspiravam (2001a: 72). Estes últimos aspectos os impulsionam a serem diferentes, a estarem mais próximos de suas filhas/os, a serem menos ameaçadores, e acreditam que, ao menos em parte, o conseguem. Não obstante, o fato de que este discurso seja repetido por homens de diferentes gerações indica limites às boas

intenções. Os entrevistados mais velhos acreditam terem avançado com relação a seus pais, porém os entrevistados da geração intermédia acusam que não o fizeram, mas também acreditam que foram melhores que seus pais, sendo desmentidos pelos mais jovens.

De todas as formas, se o mal-estar destes homens com relação à distância de seus pais é significativo e indica, no mínimo, desejos de transformações do paradigma, o contexto familiar no qual o homem se encontra parece ser ainda mais enfático a respeito. As mães destas crianças demandam e alcançam¹⁹³ um maior envolvimento dos homens na criação das/os filhos. Os entrevistados parecem se interessar, principalmente nos primeiros meses, pelo cuidado e afeto do/a filha. O nascimento é especialmente lembrado, por muitos, como o dia mais feliz da vida. No entanto, o interesse parece diminuir com o passar dos meses e tampouco se renova da mesma forma com o segundo filho/a. O tempo dedicado ao trabalho ou perdido no trânsito é a razão acusada para o distanciamento. Principalmente os pobres, dizem chegar à casa quando suas crianças já estão na cama e se encontram com eles apenas nos finais de semana, quando dizem passear, brincar, ver TV e praticar esporte com a prole. Na adolescência, o distanciamento se acentua; passam a sentir que os/as filhas não estão tão próximos como pensavam, assim como percebem sua autoridade mais contestada. A atitude frente à nova situação parece ser a de dar mais espaço e liberdade aos filhos, assumindo que se não o fizessem, da mesma forma os filhos a tomariam. A sexualidade, que não era um tema com a mãe ou com o pai, tampouco o é com os/as filhas. Já quando estas/es são adultos, procuravam visitar o seu novo lar ou encontrá-los periodicamente, mantendo-se informado de como andam.

Olavarría compreende que as demandas em torno à paternidade hoje é muito “para un simple mortal, como el hombre” (2001b: 104). As condições próprias à paternidade tradicional se mantêm com a mesma força que anteriormente e agora lhe são acrescentadas outras: proximidade, afeto, intimidade, democracia. Os entrevistados se mostram relativamente conscientes destas demandas dificilmente conciliáveis.

7.3.2. Homens diferentes, mesmo referente

Como outras obras dos estudos sobre masculinidades na América Latina (Füller, 2001; Viveros 1998), os textos de Olavarría apontam com frequência uma mesma questão, exposta já em um texto de 1998, escrito com Valdés, de título contundente: *Ser hombre em Santiago de Chile; a pesar de todo, un mismo modelo*. Nele consideram que, apesar das

¹⁹³ Segundo o depoimento dos entrevistados, ao menos nos setores populares, os homens não se envolviam nos cuidados infantis. Hoje, ao menos nos primeiros meses, o fazem com certa assiduidade.

diferenças entre os distintos homens desta cidade e das “crises” que o modelo hegemônico de masculinidade lhes impinge, este

A tiene una fuerza poderosa entre los varones de Santiago, independientemente de su condición social. Otorga sentido y estructura las prácticas cotidianas, habita el imaginario de todos los entrevistados, en la adolescencia y juventud, pero también en la adultez. (Valdés, Olavarría, 1998: 34).

Ou seja, trata-se de pensar como, apesar das amplitudes de possibilidades apresentadas aos homens, eles não reconheçam mais do que um modelo. No entanto, as tensões e crises que este modelo provoca não são iguais. Para os homens pobres, a dificuldade em manter a família e a si próprio é o principal fator de angústias relacionadas ao referente de masculinidade. Para os homens de setores médios altos, a crise se manifesta no cansaço em viver alguns dos papéis tradicionais, tanto por parte deles como das mulheres. No entanto, nenhum destes fatores questiona de modo integral o modelo hegemônico ou seus mandatos. Mesmo novas atitudes, como pode ser a da maior participação na criação dos filhos/as, sustentam alternativas consistentes ao modelo hegemônico.

Assim, a conclusão de *¿Hombres...*, com um título também expressivo: *Para finalizar. Ser hombre hoy día no es tarea fácil*, esboça alguns dos elementos da situação de xeque na qual se encontram os homens contemporâneos. Por um lado, o destino que lhes era previsto parece estar impossibilitado. Compreendiam todos, seja qual fosse sua classe social ou idade, que a masculinidade hegemônica se encontrava longe de suas vivências, mas se referiam a seus mandatos para se distinguirem como homens e se guiarem em sua vida cotidiana e íntima. Isto lhes outorgaria poderosos recursos de poder, o que é ainda mais vital para os populares: dado o espaço público ser para eles um lugar de submissão; a única autoridade que lhes é permitida exercer é a que há sobre a família.

Outras formas de masculinidade parecem emergir, sendo o maior exemplo as novas relações de paternidade. No entanto, a própria lógica laboral imposta pelo mercado de trabalho e sancionada pelo Estado reforça a divisão sexual do trabalho e distancia os homens da família. O espaço público também incentiva a competição e a agressividade “... Obligándolos [aos homens] a ocultar sus sentimientos, afectos, emociones, debilidades, miedos y dificultades.” (2001b: 122). Assim, haveria uma “Creciente fragmentación de las identidades masculinas, viviendo los varones conflictuados entre demandas del modelo referente y de sus propias inclinaciones” (ibid.). Inclinações que, por outro lado, são compartilhadas e incentivadas pelas mulheres, as quais, pontua, são também vítimas desta situação.

A resposta que Olavarría oferece é a de que a crescente visibilidade das falsas pretensões naturalistas do referente de masculinidade possa converter estes conflitos, crises ou mal-estares em críticas, ao menos para aqueles homens que desejam relações mais equitativas, íntimas e democráticas entre homens e mulheres e entre os próprios homens.

7.4. Considerações

Uma das maiores contribuições do pensamento de Olavarría é seu esforço por entrecruzar o contexto histórico e social chilenos com suas masculinidades. Sua opção por retomar o direito romano, assim como o modo em que este foi reformulado pelo código napoleônico para analisar as políticas públicas que incentivaram a família nuclear patriarcal chilena nas primeiras sete décadas do séc. XX, enriqueceu nossa compreensão pouco historicista dentro dos EHMM. Abre-nos caminho, também, para pensar a questão da colonialidade do nosso continente, como o vimos mediante a intersecção de sua análise com a de Aníbal Quijano. O próprio Olavarría começa a se interessar por esta temática, sendo que em um artigo a respeito da mencionada pesquisa com Connell sobre globalização (2008) traz um início de diálogo com Michael Hardt e Antonio Negri. Com toda certeza, este novo caminho enriquecerá suas análises e espero que também inicie um contato com autoras (latino/afro-) americanas e africanos que tanto contribuíram a estas discussões.

Seu trabalho é também muito importante, como o é o de Füller, pela escuta demorada de um grande contingente de homens, tanto de suas concepções dominantes do que seria a masculinidade, como de seus modos de incorporá-la, seus limites e angústias. Sua exposição longa dos discursos dos homens é muitas vezes fascinante e ele também acerta em considerar que a tarefa de evidenciar as angústias que vivem os homens com relação ao modelo de masculinidade hegemônica permite um questionamento potencialmente mais eficaz do mesmo, para além do mal estar concreto dos homens e de alternativas pontuais e de poucos efeitos transformativos que estes tomam.

No entanto, seu trabalho se aproxima ao modelo empírico dominante nas ciências humanas que Segato (Cap. VI) observa. Se, por um lado, expande nossa compreensão concreta de como diferentes homens vivem, por outro lado, não traz consigo uma análise que incentive a suspeita discursiva. Obviamente, Olavarría é consciente de que o discurso dos entrevistados não corresponde inequivocamente às suas vivências, mas o modo de organização de suas pesquisas limita a exploração deste ponto. Proponho que os trabalhos

de Miguel Ramos ofereçam alternativas consistentes. Em sua pesquisa sobre violência, ao focalizar e insistir sobre um assunto controverso para quem a exerce, teve a oportunidade de encontrar maiores incongruências nas falas dos homens e, assim, atingir conteúdos mais íntimos do que os aparecidos nas pesquisas de Olavarría. Já sua pesquisa sobre anciãos, ao entrevistar também uma familiar próxima ao homem, teve acesso a uma informação não apenas mais vasta como mais íntima e ligada às estratégias de dominação¹⁹⁴.

Esta ausência de “suspeitas” nas obras de Olavarría se enlaça, proponho, com seu modo de observar a política, e se manifesta de modo mais evidente na pouca, por vezes nula, atenção que ele oferece à violência realizada por homens, menos ainda pelos que ele entrevista¹⁹⁵. Sua consideração das políticas públicas como forma privilegiada de luta pela igualdade de gênero o leva a procurar uma forma dialogada de política, o que por sua vez o faz enfatizar as crises masculinas atuais e seus danos subjetivos sobre os homens. Neste sentido, a equidade de gênero se torna, antes que uma luta pelos direitos das mulheres, uma possível solução aos mal-estares sofridos pelos homens e a proposta de criar uma crítica ampla ao referente masculino é um modo de trazer os homens a esta luta pela equidade.

No entanto, essa opção pelo diálogo e pelo convencimento termina por obliterar temas que afastariam os homens da temática. A presença mínima da discussão sobre violência cometida por homens (especialmente contra as mulheres) em suas obras é o maior indicativo desta obliteração. Uma análise do uso do termo violência no livro *Y todos querían ser (buenos) padres* é indicativa a respeito. Esta obra que, recordemos, aborda a paternidade mediante a entrevista a 89 homens de diferentes idades e condições econômicas, menciona a palavra violência apenas 17 vezes. Em cinco delas para referenciar a *Ley de Violencia Intrafamiliar* chilena ou a Conferência de Belém. Em outras duas, para mencionar a violência doméstica em geral. Em outras três para mencionar a violência de que os entrevistados foram vítimas por parte do pai e duas por parte de pai e/ou mãe. E finalmente, apenas cinco vezes para mencionar a violência que quatro dos entrevistados mencionam ter cometido contra seus filhos/as. Assim, apenas em dois momentos se menciona a violência contra a mulher e não se fala de nenhum tipo de

¹⁹⁴ Vimos, também na obra de Olavarría, um exemplo de análise mais próxima à suspeita. Ao entrecruzar três gerações de pais, pôde evidenciar como a paternidade próxima que os mais velhos aduziam ter vivido eram desmentidas pelos mais jovens. No entanto, esta atitude inquisitiva parece ser lateral em sua obra.

¹⁹⁵ Outra manifestação da ausência de suspeita ocorre quando Olavarría assume que os 89 entrevistados mencionados são heterossexuais. Isso choca, tanto com a experiência empírica de todas nós, como com algumas pesquisas, como as de Connell (Cap. III) que, contra suas próprias expectativas, encontrou que muitos homens que entrevistou, em princípio heteros, tinham tido ou tinham relações homossexuais. Isso sem mencionar as críticas *queer* já amplamente difundidas sobre a dicotomia entre homo e heterossexualidades.

violência familiar cometida por 85 dos entrevistados e *em absolutamente nenhum momento há menção de violência contra a mulher por parte de nenhum dos 89 entrevistados*. Tal fato é surpreendente, mesmo se tomarmos em conta que nas guias de entrevistas expostas no final do livro não há nenhuma pergunta sobre violência (2001b: 150-154). Não é esta uma temática fundamental no tema da paternidade?

Importa ainda considerar que, a falta de uma conceitualização sobre o termo, ele fica associado à violência física, sendo que nenhuma outra forma de violência é tematizada, tais como a psicológica, a econômica ou a moral. Tal postura se choca diretamente com a proposta de Segato e Welzer-Lang, que consideram a violência como o pilar das relações de gênero.

Como compreender essa relativa ausência de um termo central não apenas para o feminismo, mas para todo o pensamento anti-dominância? É esta uma opção legítima, dado o contexto político no qual Olavarría se movimenta, ou o termo violência tem de ser necessariamente usado sempre que se fale de relações de gênero? Para responder à primeira pergunta é necessário recordar que Olavarría é, sem sombra de dúvidas, um homem comprometido com a equidade de gênero e com o fim da opressão às mulheres. A análise que expus acima mostra de modo claro seus esforços por evidenciar o modo pelo qual há um regime político amplo ocupado majoritariamente por homens e que designa e se esforça por submeter as mulheres. Tampouco me parece relevante atribuir à sua condição de homem certa insensibilidade involuntária à temática da violência, inclusive porque sua produção é sempre muito próxima à de outras mulheres, Valdés, Füller e Viveros, que, como ele, parecem não observar a violência de modo prioritário em suas obras. Assim, apenas podemos compreender essa ausência como uma opção política dialogante.

Quanto à segunda pergunta: é esta opção legítima? Baseando-me em Segato e Welzer-Lang, defenderei no capítulo conclusivo que não. Aqui quero destacar, no entanto, o modo pelo qual uma concepção de violência enriqueceria a postura de Olavarría. Como vimos, na conclusão de *¿Hombres a la deriva?*, defende-se que ser homem não é uma tarefa fácil, que estes continuam vivendo segundo modelos de competitividade que lhes “obrigam” a ser agressivos e os afastam das emoções e da convivência com os seres que amam, que as mulheres também sofrem com isto e que, mesmo havendo algumas alternativas, estas não questionam o referente da masculinidade como um todo, dado o que os homens ganham muito com o exercício do poder sobre as mulheres. Não há nenhuma

objeção a isto, porém temos de considerar que, se o objetivo do livro era mostrar um panorama do modo em que vivem os homens chilenos no entre-século, como é possível que tenha passado por alto o modo pelo qual o mencionado exercício de poder ocorre?

Sabemos, por evidência empírica, que não há exercício de poder sem algum tipo de violência. Assim, quando Olavarría fala que os homens ainda se conduzem segundo a masculinidade hegemônica, sabemos que isto implica, dentro de uma família nuclear patriarcal, o exercício de diferentes formas de violência, tais como a física, a sexual, o não tomar em conta opiniões ou ridicularizá-las, privações econômicas, crítica ao corpo e longo etc. Que em um livro que tenha os objetivos mencionados não tenha tocado estas questões e que suas conclusões sejam a respeito dos danos subjetivos do ser homem, é algo que o empobrece e o deixa vulnerável a críticas como as que Sedgwick e Judith Halberstam fazem aos *men's studies*, ou seja, de que tratar o mal-estar dos homens não implica questionar sua dominação sobre as mulheres.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um pensamento heideggeriano, o comparar é um momento sumamente delicado pela iminência de anular a singularidade e a potencialidade própria a todo acontecimento. Porém, há eventos cujas semelhanças se impõem e um determinado plano de comparações se faz mais que possível, necessário. Nesta tensão entre o singular e o coincidente, Jean-Luc Nancy (2003) esboça um pensar do toque, ou dos afetos: onde dois acontecimentos se encontram, se afetam, não há apenas coincidência, mas também delimitação, de modo que o singular não apenas se preserva, mas talvez justamente emerja a partir da coincidência, da experimentação de seu próprio limite. De outro modo, não haveria toque, mas unificação, submissão ou cooptação. Estamos muito próximos das considerações de Gadamer a respeito da tragédia: o excesso de sentido que esta abre e que nos coloca em comunhão é justamente aquele que aponta nossos próprios limites.

Assim, após a apresentação das sete tradições que conformam esta pesquisa, faz-se necessário discorrer sobre seus pontos coincidentes, tanto para que possamos desvendar melhor este conjunto de fenômenos que viemos denominando homens, masculinidades ou masculino, como para que possamos adentrar em aspectos não o suficientemente explorados dos textos desconstruídos. Porém, uma tarefa de comparação entre obras díspares e densas como as que nos convocam é infinita tanto em profundidade como em extensão, sendo possíveis muitas outras ênfases que não as contempladas pelos pontos trabalhados abaixo. Do mesmo modo, se procurou que a abordagem dos temas fosse antes preliminar que conclusivas, havendo a necessidade de serem revisadas e expandidas em reflexões e pesquisas posteriores.

Os pontos foram escolhidos, como não poderia deixar de ser, a partir do jeito que os textos me tocaram enquanto leitor. Talvez possa parecer decepcionante para a leitora desta dissertação que muito do exposto nos capítulos anteriores não seja retomado aqui. Acredito que esta limitação da escrita desconstrutivista é a contraface de uma de suas virtudes, a de fazer caminho abrindo outros. Cada um dos textos apresentados nos capítulos precedentes oferece interpretações que me são insuspeitas, as quais devem ser desenvolvidas por quem por elas se inquietarem.

As temáticas abaixo trabalhadas respondem a três preocupações gerais. A primeira, relativa à historicidade dos HMM, ao modo em que tomaram as formas que hoje conhecemos, tanto em nosso mundo moderno/colonial como no que não o é. A segunda, refere-se à esfera interna dos homens, embora veremos que não há uma descontinuidade

entre o externo e o interno, pois a mente de cada homem parece povoada de muitos outros homens. Finalmente, esboço uma política feminista que aponta conjuntamente à autonomia das mulheres e à descolonização dos povos, sendo que os homens se encontrarão livres do que os prende a outros homens no momento em que as mulheres não estejam mais aí para enlaçar uns e outros.

8.1. História

Não foi sem surpresa que, partindo de um território eminentemente (pós-) estruturalista, esta pesquisa fosse, sem abandonar o campo anterior, progressiva e decisivamente adentrando em um terreno histórico ligado à modernidade/colonialidade. Dentre as várias questões que obrigaram este passo, destacam-se duas. A primeira, a descoberta, mediante por um lado, a obra de bell hooks, Angela Davis e Michele Wallace e, por outro, a de Rita Segato, da relativa equidade entre mulheres e homens nos sistemas de gênero e parentesco estabelecidos pelas populações africanas escravizadas no novo mundo. A segunda se refere à proposta de Raewyn Connell – próxima à do feminismo marxista, apresentada por Eve Sedgwick – de incomensurabilidade entre os povos modernos/coloniais e os que não o são. Embora Connell concorde com as autoras anteriores que o colonialismo foi essencial para as configurações de gênero contemporâneas, uma linha divisória entre estas e os sistemas não modernos nega a tendência à universalidade da dominação sobre as mulheres que o (pós-)estruturalismo toma por evidente. Escrevendo a partir deste campo, faz-se necessário argumentar que uma concepção trans-histórica e trans-cultural dos sistemas de gênero que se mantenha respeitosa às especificidades espaços-temporais permite uma compreensão mais eficaz sobre o fenômeno da dominação de gênero que a proposta de Connell.

Ao pensar a questão da história e sua especial relação com o colonialismo, o primeiro passo foi o de revisar como esta surge nos textos das sete tradições previamente selecionadas para a dissertação. O segundo passo foi o de revisar alguns textos que pudessem complementar os vazios sentidos após a revisão dos primeiros.

Durante a revisão dos primeiros textos, surgiu irremediavelmente um problema: dado se constituírem dentro de diferentes tradições, trabalham com distintas concepções de história, sendo que em alguns casos esta necessita ser inferida. Foi possível divisar três tipos diferentes de concepções históricas, sendo que em algumas das tradições aparecem

mais de uma concepção. Apresento em seguida, na maior brevidade, cada uma delas, para posteriormente desenvolvê-las.

Há, primeiramente, uma concepção histórico-mítica, que se encontra na tradição psicanalítica como um todo e em alguns textos pós-estruturalistas. Em segundo lugar, há a mencionada concepção anti-colonialista, das feministas de cor, de Connell e de Segato. Há, finalmente, uma concepção marxista, presente nas obras de Sedgwick e José Olavarría. A primeira será exposta imediatamente abaixo, as outras duas o serão em seguida e de modo conjunto, dada a emergência contígua do colonialismo e do capitalismo. Finalmente, far-se-á uma análise entrecruzada de ambas as perspectivas, a mítica e a capitalista/colonial.

8.1.1. A história mítica

Un mito puede contar precisamente algo que no ocurrió, pero que justificaría, de haber ocurrido, determinado aspecto de la organización social.

(Josep-Vicent Marqués, *Comentario sobre la construcción social de la masculinidad en América Latina*, 1998: 71).

Em Freud, como no feminismo estruturalista, há interesses generalizantes. No primeiro caso, visa-se defender, como necessária, a universalidade do inconsciente e da estrutura edípica. No segundo, trata-se de compreender a universalidade da dominação das mulheres e como esta se relaciona à estrutura edípica, sem postular qualquer necessidade. Para dar conta de ambas as tarefas não há meios empíricos suficientes e não é estranho que em ambos os casos se tenha, de modo recorrente, lançado mão de mitos.

Os mitos freudianos são bem conhecidos: o parricídio na horda primitiva e o cometido por Édipo, o da passagem do estado animal ao propriamente humano em *Mal-estar da civilização*, e o mito de Moisés. É interessante recordar que Freud acreditava na factualidade histórica destes mitos, assim como na transmissão filogenética de sua estrutura traumatizante. Embora não possamos hoje compreendê-lo desta forma, temos de assumir que o valor explicativo do mito se mantém, como bem o disse Marqués.

Como vimos, Monique Schneider (2003) defende, frente à lógica anatômica, hegemônica na psicanálise freudiana e na que lhe seguiu, uma lógica histórica que estaria presente em momentos pontuais, porém fundamentais, na obra do mestre. Seu interesse não é, assim, o de realizar uma história do inconsciente, mas o de mostrar o modo em que esta história é conceitualizada em textos psicanalíticos, com o fim de que possa assumir a importância que realmente tem na disciplina. Desta forma, o mito do Édipo e o de *Totem e Tabu* são secundarizados, justamente por sua tendência à universalização ahistoricista. O protagonismo é tomado, principalmente, por *Mal-estar...*, dado nesta obra a figura paterna,

aquela que absorve o masculino, mostrar-se não como a iniciadora dos processos históricos, mas como sua principal beneficiária. Para surpresa de Freud.

Em *Mal-estar...*¹⁹⁶ é apresentada uma oposição entre os esforços inerentes à civilização de aglomerar indivíduos e os da família de manter unido o seu núcleo, sendo a partição entre homens e mulheres devida antes a este fato que à lógica anatômica. Com este giro, a figura do pai que ditava as ordens à esposa e às crianças, direcionando estas últimas para o exterior e assim configurando a ordem social, perde sua posição de ordenador do mundo familiar e social e se transforma em uma exigência deste último, cabendo o seu poder na família não à importância intrínseca de sua figura, mas ao papel que a sociedade lhe demanda. Desta forma, e embora Freud não tenha desenvolvido a questão em todas suas conseqüências, a diferença sexual perde seu caráter natural em benefício de um histórico que, ainda que tenha alcançado ao longo dos séculos o status de necessidade, não deixa de ser contingente¹⁹⁷.

O último mito trazido por Schneider (1998) é o forjado por Sandor Ferenczi a respeito da procura – por parte de homens e mulheres, embora Ferenczi se concentre apenas sobre os primeiros – de um retorno ao meio líquido do qual surgiu a vida na terra, assim como a vida uterina humana. Ferenczi destitui o ato sexual, assim como a ereção, de muito do que os havia glorificado, dado que o primeiro procura a reintegração dos seres humanos ao âmbito uterino, mediante o envio do sêmen, enquanto a ereção já não é um momento de triunfo, mas de tensões ligadas a seu eventual fracasso e à perda da possibilidade de reintegração. Como o interpreta Schneider, este mito é uma ponderação alternativa do masculino, onde este já não se associa àquela figura paterna mítica ou supra-sensível, como o pai da horda assassinado ou Moisés, mas se transforma em seu oposto, numa figura desvalida e tensa por carecer do ambiente feminino que o abrigou em sua etapa pré-natal.

¹⁹⁶ O mito de Moisés se encontra de modo mais ambíguo dentro da lógica historicista, pois também participa da mais hegemônica exaltação da figura paterna, já que é neste mito que esta alcança seu ápice espiritual. No entanto, na medida em que a espiritualização da cultura judia não foi um processo iniciado pelo próprio Moisés, mas que dependeu das condições históricas que impulsionaram o êxodo, a figura de Moisés perdeu o poder inaugurador que Freud reservava às figuras do pai ou do herói e se transforma em beneficiária das demandas históricas. E é justamente esta perda do caráter iniciático do masculino o que desaponta Freud e o leva a aceitar a prioridade do histórico.

¹⁹⁷ *Mal-estar* precede, deste modo, as propostas iniciais do feminismo estruturalista de Michelle Rosaldo, Sherry Ortner, Harry Whitehead e Rayna Reiter (Segato, 2003) e Françoise Héritier (Schneider, 1998) que vinculam a dominação masculina às conseqüências não imperativas da divisão entre homens e mulheres a partir da diferenciação entre as esferas do cuidado e do doméstico e as do trabalho e do público.

Na obra estruturalista, por sua vez, o mito principal é o do parricídio na horda primitiva, que dá lugar à troca de mulheres e às organizações de parentesco que solidificam as relações entre homens. Na obra de Gayle Rubin, o mito enquanto tal não é tratado, embora sim suas conseqüências maiores: a genereificação bipartida, a heteronormatividade, a troca de mulheres, a submissão destas e o contrato entre homens. As sucessoras estadunidenses de Rubin, no pensar sobre os homens, tampouco retornam diretamente ao mito, mas Rita Segato (2003) o fará, mediante a obra de Carole Pateman que, ao contrário de Freud e Lacan, não estabelece o início da ordem social com o parricídio, mas com a dominação que o pai exercia sobre as mulheres da horda – e sobre os outros homens. Neste sentido, a primeira lei, que Segato denomina lei do gênero ou lei do status, é a que demanda a dominação e posse das mulheres e submissão dos outros homens. A segunda lei, a contratual, que estabelece a igualdade entre os homens e a repartição das mulheres entre eles, não supera a primeira, que se mantém mediante a veneração do pai assassinado, que como Freud mesmo o diz, encontra-se agora mais forte do que o tinha sido em vida (1987a): cada homem o venera sabendo que carece das forças necessárias para estabelecer o mesmo domínio que ele, sim, alcançou.

Quais são os sentidos que estes mitos nos abrem? E em que temporalidade se inscrevem? Tanto na obra de Schneider como na de Segato, aponta-se aquilo que sobre os homens e o masculino parece se fazer presente na prática totalidade das sociedades humanas: a superioridade do masculino e dos homens a ele associados. Schneider compreende que esta superioridade resulta da divisão social gerada pelo confronto de duas forças, a de aglomeração humana e a de retenção familiar, a qual dá lugar à separação entre um espaço público e masculino e outro doméstico e feminino, sendo que o avanço histórico confia ao primeiro uma posição de preponderância sobre o segundo. Porém, e na medida em que o estabelecido como feminino ou masculino é dependente do que ela denomina “sistemas de representação”, não há nenhum imperativo que associe o feminino ao familiar e privado e o homem ao público. Por isto esta divisão é tida pela autora como maniqueísta, sendo seu restabelecimento constante desnecessário. Segato, por sua vez, compreende que a superioridade dos homens e do masculino é estabelecida na medida em que o pacto entre homens requer a submissão das mulheres enquanto um signo da distinção dos primeiros.

No entanto, em ambas as autoras há reflexões sobre a fragilidade masculina. Segato, quando recorda a adoração ao pai assassinado como signo da impotência que cada

homem sente para alcançar seu desejo de submeter os outros. Schneider, tanto quando resgata a figura de um masculino desvalido, tenso e angustiado, na obra de Ferenczi, como quando considera a superioridade masculina ser um acidente histórico.

Assim, o masculino se parte em dois. Quase podemos dizer que uma de suas metades é constituída pelo masculino em si, enquanto a outra o é pelos homens que através dela se constituem. O masculino se refere ao âmbito das representações, emerge enquanto uma figura paterna onipotente e espiritualizada. Os homens se mantêm em carne e osso sobre a terra, relacionando-se de modo dúbio com esta figura masculina/paterna. Por um lado, projetam nela as aspirações infantis que os aliviam de suas limitadas condições terrenas. Por outro, são esmagados por não se parecerem minimamente com ela. O controle do feminino, encarnado nas mulheres, é o único signo de sua masculinidade, daí a necessidade constante da submissão feminina, que Segato pontua como sendo realizada por um conjunto heterogêneo e difuso, porém onipresente, de violências contra as mulheres e contra aqueles que ostentam signos relacionados ao feminino. Lembra Schneider, porém, que na medida em que o feminino é tão desgastado pela elevação representacional do masculino, opor-se a ele e subjugar-lo não pode ser um signo definitivo de superioridade. Daí a necessidade de que a dominação da mulher não seja um fim em si, mas que esteja em relação com uma política de reconhecimento ou de status entre homens, como o mostra Segato e também Sedgwick.

Quanto à temporalidade destes mitos, não poderia ser outra senão originária, como a definição de Marqués já nos tinha prevenido. As sociedades humanas, desde pelo menos seus primeiros testemunhos, apontam às monótonas divisões e hierarquizações entre o masculino e o feminino. No entanto, o ponto de partida e a violência que lhe é inerente devem ser sempre ritualmente repetidos, de modo mais premente em momentos de crise ou de tensões. Daí que, como veremos abaixo, a lógica de gênero tenha estado sempre presente nos momentos de transições históricas, assim como nos de encontros entre diferentes grupos humanos, quando sua (a)temporalidade original volta para organizar um recomeço social.

8.1.2. A história no que hoje se denomina Europa e na expansão moderno/colonial

As duas referências históricas mais longínquas realizadas nos textos considerados são feitas à Grécia antiga. Schneider (2003), para recordar o modo pelo qual os rituais sobre os guerreiros falecidos em combate estabeleciam a separação entre o mundo

masculino e o espiritual, alheios à corrupção da vida fisiológica, e o feminino e carnal, exposto às vicissitudes da decomposição. Sedgwick (1985), por sua vez, procurando mostrar que o modo de dominação sobre as mulheres não se encontrava atado à homofobia, recorre à Grécia como exemplo de sociedade onde práticas homossexuais não excluía um enorme controle sobre as mulheres.

O seguinte passo é o oferecido, também pontualmente, por Olavarria (2007), ao referir-se à institucionalização do poder do *pater familias* sobre o domínio privado, pelo direito romano, como o instaurador do “pacto original” que ainda hoje conduz as relações entre homens e mulheres.

Após este período, no entanto, há um vácuo de informação de mais de mil anos, pois as seguintes referências, realizadas por Connell, Norma Fuller e Eve Sedgwick são dedicadas ao início e expansão do capitalismo e do mundo geopolítico que hoje conhecemos. Isto trouxe um problema para a investigação, dado que a proposta de Connell (2003) e a feminista-marxista seguida parcialmente por Sedgwick (1985) apontam a nuclearização familiar progressiva como um processo coetâneo ao desenvolvimento do capitalismo, a ponto de que a emergência da dicotomia doméstico e público fosse apresentada como um produto da modernidade ou do capitalismo. No entanto, e como foi expresso em diversos momentos desta dissertação, algumas divisões similares foram postuladas como universais pela antropologia feminista, o que exigia uma confrontação. Para tal, uma exploração de textos históricos referentes à França entre os séculos IX e XIV resultou muito proveitosa, pois, como veremos, ela propõe uma lógica mais ampla, em que a nuclearização familiar e a extensão dos laços familiares se encontram dentro de uma lógica prévia à capitalista.

O primeiro autor consultado, Philippe Ariès (1987 [1960]), comparte com as propostas assinaladas a concepção de uma progressiva nuclearização familiar a partir do século XVI. No entanto, pontua, ao contrário do postulado pelo feminismo marxista exposto por Sedgwick, que a nuclearização se iniciou entre as classes burguesas sob a influência de religiosos e educadores do séc. XVII, antes que pela lógica mercantil que então se iniciava, sendo a nobreza e o “povo” (*ibid.*: 542) afetados por sua dinâmica apenas no séc. XVIII. Por outro lado, Ariès (*ibid.*: 466-471), com a intenção de melhor compreender esta dinâmica de nuclearização, recorre à obra de Georges Duby a respeito das relações entre família nuclear e linhagem entre os séc. IX e XIV na região francesa de

Mâcon¹⁹⁸. O que expõe Duby – e que segundo outras obras suas pode ser estendido, em linhas gerais, a outras regiões francesas (ver 1996, 1992) – é que a nuclearização familiar está ligada à fortaleza e à capacidade do Estado para garantir a paz de seus súditos, enquanto o enfraquecimento estatal tem como contrapartida o fortalecimento da linhagem ou dos laços familiares extensos. Assim, até o séc. X, um Estado Franco forte resultava em um vínculo familiar mínimo, entre o casal, sem sequer chegar a uma união entre as/os integrantes da prole. Outrossim, mesmo dentro desta nuclearização, a mulher detinha certa independência, cujo signo maior era sua autonomia sobre os bens familiares herdados, o que lhe permitia, por exemplo, vender propriedades sem a autorização do marido. No entanto, o enfraquecimento do Estado a partir do séc. XI implicou uma importância crescente da linhagem, a qual fortaleceu a concentração da propriedade em mãos de homens. Posteriormente, ao longo do séc. XIII, uma progressiva concentração do Estado redonda novamente em uma nuclearização familiar, embora as mulheres não se recuperem do que haviam perdido no séc. XI, pois as propriedades se mantiveram nas mãos dos primogênitos homens.

Assim, poderemos compreender que, mesmo quando há uma ruptura entre as relações de gênero da Europa que se moderniza e da anterior, há também continuidades, estando a progressiva nuclearização familiar no mundo capitalista ligada ao processo de fortalecimento estatal, tal como havia ocorrido em períodos anteriores da história européia. No entanto, a nuclearização familiar em momentos anteriores não esteve ligada a uma patriarcalização e ao encerro da mulher no espaço doméstico, como ocorrerá no séc. XIX. Isto se associaria a uma nova configuração do tráfico de mulheres, como defende Sedgwick. Mas antes, seguindo a ordem histórica, é necessário repassar as reflexões de Connell e Norma Fuller.

Connell compreende que o sistema contemporâneo de gênero e, dentro dele, “la prática social que ahora llamamos ‘masculinidad’” (Connell, 2003: 250) se inicia no séc. XVI e se consolida no XX. Um conjunto heterogêneo de eventos históricos associados à expansão do capitalismo, às conquistas e ao estabelecimento de colônias européias, à crescente nuclearização familiar, individualização e racionalização, permitiu a emergência de uma ordem identitária de gênero, onde o ser mulher ou o ser homem seriam mais do que um posicionamento social. Seria uma identidade a ser incorporada, a qual requeria uma

¹⁹⁸ A obra de Duby à qual Ariès se refere, *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise*, não me foi possível encontrá-la, razão pela qual utilizei outros livros de Georges Duby nesta pesquisa.

congruência entre todos os atos e disposições dos indivíduos. Para o caso das identidades masculinas, estas teriam sido especialmente influenciadas pelo contato colonial, sendo que os primeiros indivíduos masculinos no sentido moderno seriam os homens que participaram fisicamente da conquista e o primeiro modelo de masculinidade hegemônica aquele ligado simultaneamente à nobreza e à expansão do capital.

A contribuição de Füller (1995 e 1998, ver Cap. VII) é enriquecedora nos termos do paradigma do tráfico, dado deter-se no triângulo formado pelo homem colonizador, o colonizado e a mulher colonizada. Mediante o trabalho historiográfico referente ao século XVI no Peru, o ensaio sobre o homem mexicano de Octavio Paz e etnografias na Espanha do séc. XX, Füller considera, em primeiro lugar, a rígida repartição entre o público e o doméstico na lógica de gênero espanhola, a qual parece ser relativamente estável ao longo dos séculos considerados. O sistema de gênero ibérico se ergueria sobre a noção de honra familiar, a qual dependia da reserva moral (sexual) das mulheres da própria família e da ameaça às mulheres de outras famílias.

Em segundo lugar, ela considera as relações estabelecidas entre os espanhóis enquanto conquistadores e os povos conquistados. Mesmo alertando para as diferentes formações de gênero dos povos indígenas, ela pôde traçar um quadro amplo das relações entre colonizadores e colonizados/as. No Peru, um sistema de troca de mulheres como forma de afiançar alianças, já utilizado pelos Incas com os grupos aos quais eles derrotavam, foi também estabelecido entre Incas e conquistadores ibéricos. Porém, estes apenas estabeleceram concubinato com as mulheres indígenas, cientes que a manutenção de seu status encontrava-se ligada ao estabelecimento de casamentos na Espanha. Assim, os homens espanhóis mantiveram a mesma lógica de gênero ibérica, onde suas próprias mulheres se mantinham apartadas dos grupos não-brancos, enquanto eles tinham acesso às “*mujeres de los otros*” (Füller utiliza a expressão de Patrícia Seed) com as conotações de desonra que isto implicava para estes outros.

Os efeitos mais extremos desta masculinidade teriam sido os observados por Octavio Paz no México do séc. XX. O mexicano se compreende como enganado, violentado e humilhado (Füller, 1998), sua mãe é tida por vendida e seu pai, o colonizador, por irresponsável e arbitrariamente violento. No entanto, há para com este uma identificação que se manifestaria no machismo próprio ao mexicano, assim como na violência destes para com as mulheres. O horror e a fascinação simultâneos pela violência do pai ausente dão lugar a uma lógica violentamente traumática e circular.

Embora Füller alerte para que esta lógica não seja arbitrariamente aplicada a toda América Latina, seus exemplos tomados do México e do Peru permitem considerar um determinado padrão, onde o consumo das “mulheres dos outros” é uma forma de marcar a diferença hierárquica. Isto coincide com Arlette Gautier (2005), que afirma ser esta uma prática estabelecida em todos os períodos e zonas geográficas do colonialismo.

Sedgwick, por sua vez, embora concentre sua análise da literatura inglesa em obras do sec. XIX, traz também reflexões de períodos anteriores justamente para poder enquadrar melhor as mudanças ocorridas após 1800. Assim, mediante a análise de uma obra de 1675, *The country wife*, ela mostra um sistema de gênero próximo ao oferecido por Füller para a Andaluzia do século XX: os homens se relacionam em um espaço público enquanto as mulheres se mantêm no privado, sendo que o maior mérito de um homem seria o de chifrar outro. Comprometida com ideais aristocráticos opostos à burguesia emergente, a obra favorece o personagem da nobreza que, mediante uma feminilização momentânea, adentra no espaço doméstico e chifra seus companheiros/rivais, muito preocupados em acumular dinheiro/mulher ou em realizar transações comerciais/de mulheres.

Em duas outras obras, *Confessiones of a justified sinner* (1824) e *The mystery of Edwin Drood* (1871) e com a ajuda de trabalhos históricos, ela se concentra sobre a emergência da homofobia, enquanto mecanismo de controle psíquico sobre todos os homens, não apenas homossexuais. Finalmente, oferece uma análise de *Adam Bede* (1859), em que a nuclearização da família – tal como o propõe o feminismo marxista – ocorre paralelamente à passagem de uma ordem feudal à capitalista. Defende Sedgwick que a nuclearização familiar funcionou dentro da lógica do tráfico de mulheres, na medida em que o fato de que cada homem – trabalhador ou proprietário – pudesse ter uma mulher era um modo de reservar uma parcela de poder a cada um e, assim, minimizar as tensões ligadas à dominação de alguns homens sobre muitos.

É possível traçar pelo menos uma coincidência entre a obra de Sedgwick com cada uma das outras duas autoras. Por um lado, a emergência da homofobia enquanto um mecanismo de controle sobre as relações entre homens pode ser associada à configuração de uma identidade genérica, como propõe Connell. Por outro, tanto em Füller como em Sedgwick, percebe-se a emergência das mulheres como signos dentro do sistema de dominação interna aos homens, ainda quando os efeitos alcançados são opostos em um e outro caso. Segundo a obra da autora peruana, infringe-se uma humilhação aos homens colonizados, na medida em que as mulheres de seus grupos culturais são tidas unicamente

para o exercício sexual. Na obra da estadunidense há, pelo contrário, uma repartição igualitária entre as mulheres, o que é ideologicamente calculado como modo de aliviar tensões entre a dominação de capitalistas sobre trabalhadores.

Duas das tradições que se concentram sobre o continente americano prolongam as concepções de Sedgwick e Connell a respeito da ordem de gênero moderna emergente na Europa. Angela Davis (1981, ver. Cap. I) expõe o mesmo processo de nuclearização familiar, embora mostre que tal não aconteceu com as famílias negras, como veremos. José Olavarría (2001a), por sua vez, faz uma longa exposição sobre como diferentes setores sociais chilenos – o governo, os empresários, a igreja e os sindicatos – constituíram, em diálogo, políticas públicas que promoveram a constituição de famílias nucleares e patriarcais (brancas) no início do século XX. Estas políticas procuravam absorver a mão-de-obra rural de homens que chegavam às cidades, cuja desocupação, temia-se, poderia levar à delinqüência. Posteriormente, com a reforma agrária na década de 1960, as políticas de nuclearização se estendem ao campo.

Assim, o processo de nuclearização e patriarcalização familiar, que implica uma separação rígida entre privado e público, feminino e masculino, aparece de modo regular entre diferentes populações brancas, seja na Europa, nos Estados Unidos ou no Chile, embora neste último país o processo tenha começado com algumas décadas de atraso. Há indícios de que este processo atravesse diferentes classes sociais, já que vai do Príncipe de uma ficção inglesa (Sedgwick, *ibid.*) ao camponês chileno que se estabelece em um grande centro¹⁹⁹. Os princípios de racionalização e, provavelmente, moralização da ordem social parecem estar presentes em todos os casos, assim como a distribuição da posse sobre as mulheres, como modo de diluir as tensões das relações desiguais entre homens²⁰⁰.

No entanto, Davis (*ibid.*) nos explicita que tal não ocorreu entre as populações negras de seu país, ao menos ao longo do século XIX, e a razão para tal é clara: estas mulheres não eram consideradas como tais para as pessoas que organizavam as políticas das famílias

¹⁹⁹ É interessante pensar, como o aponta Judith Butler (2000), que neste sentido as perspectivas marxistas-engelianas e as foucaultianas coincidem ao apontarem o século XIX como aquele em que se consolidou a nuclearização familiar. No entanto, Foucault ressalta que esta não poderia ser considerada apenas como um modo de controlar a mão-de-obra, dado que sua emergência ocorreu primeiro entre as classes altas burguesas e depois sobre as mais baixas, o que é corroborado por Phillippe Áries (1987). Isto explica o porquê da obra *The country wife*, de 1675, analisada por Sedgwick, já conter claramente a definição entre público e privado: esta não ocorria entre os trabalhadores ou os nobres, mas apenas na classe burguesa.

²⁰⁰ Neste sentido, podemos compreender, a partir de Olavarría (2001a), que a razão pela qual os homens abaixo da linha da pobreza no Chile se encontram mais atados à divisão tradicional de gênero que os homens de classe média é que para eles a chefia do lar se torna o único signo masculino que podem ostentar para com outros homens, aos quais se encontram usualmente submetidos na ordem do trabalho.

brancas. Eram consideradas como mão-de-obra e produziam tanto quanto os homens negros, não havendo a necessidade de um direcionamento político de suas organizações familiares ou de parentesco, como tampouco uma configuração específica de gênero. De modo semelhante, o trabalho de Segato entre os povos de santo de origem Nagô/Ioruba em Recife (1995; 2003) não aponta a nenhum incentivo de nuclearização familiar e o de Ruth Landes (2002 [1947]), mostra um interesse claro dos homens brancos na Bahia em entregarem às mulheres negras os negócios que deveriam ser responsabilidade da população negra, como modo de vedar aos homens a aquisição de poder.

Estas reflexões correm paralelas às elaboradas por Aníbal Quijano (1992, 2000, ver Introdução), que relaciona a classificação racial moderno/colonial às diferentes formas de trabalhos explorados pelo capitalismo. As configurações raciais, étnicas e geográficas que haviam sido iniciadas com a colonização se solidificavam no século XIX, portanto, coincidindo com a nuclearização familiar que Sedgwick percebe como emergindo com expansão do capitalismo e da mão-de-obra assalariada. No entanto, considera Quijano, as relações assalariadas foram estabelecidas apenas entre homens brancos, ficando de fora os de outras regiões, onde a escravidão – em muitos lugares inclusive após o estabelecimento da abolição –, a vassalagem ou a servidão, mantiveram-se como formas de exploração do trabalho. Deste modo, podemos compreender o fato de que a nuclearização familiar não seja inicialmente promovida entre populações não-brancas, sujeitas a outro tipo de exploração trabalhista.

No entanto, no século XX e na medida em que a população negra começa a ser assumida enquanto mão-de-obra assalariada, inicia-se nos EUA um processo de nuclearização da família negra, dirigida pelas classes brancas dominantes. Neste momento, há uma série de elementos que se sobrepõem. Por um lado, como Robyn Wiegman (1989, ver cap. II) mostrou, incentiva-se uma assimilação paternalista do homem negro ao mundo masculino até então exclusivo dos brancos e em oposição às mulheres como um todo. Por outro lado, há campanhas de cunho científico e psicológico que apontam à patologização da família negra, opondo diretamente as mulheres e os homens, dado as primeiras serem consideradas excessivamente independentes e responsáveis pela emasculação dos últimos (Davis, *ibid.* Wallace, 1999 [1978]). Estas campanhas seriam constantes ao longo do século, reforçando-se em determinados momentos, como por exemplo, à raiz da Guerra do Golfo I, quando se necessitava de homens negros para o exército (hooks, 2003). Finalmente, há a denúncia da excessiva sexualidade da mulher negra e de suas

promiscuidades para com os brancos (Wallace, *ibid.*). Todo este quadro, unido ao assassinato de Martin Luther King e Malcom X, produzem rupturas radicais no âmbito familiar, comunitário e político negro. Formas relativamente equitativa de relações de gênero, que as feministas negras consideram ter sido elaborada a partir de padrões africanos, dão lugar a uma progressiva nuclearização familiar e, posteriormente, a um individualismo por parte dos homens negros. As formas políticas de organização mais próximas à luta anti-imperialista que haviam sido cultivadas por líderes negros desde finais do séc. XIX, dão lugar ao nacionalismo negro, extremamente virilizado, misógino e a-histórico.

No Brasil do séc. XX, no entanto, não houve políticas semelhantes, o que pode ser compreendido como um signo da não inclusão da população negra ao projeto nacional. De todas formas, há uma continuidade entre as estruturas comunitárias e de gênero afro-brasileiras entre o séc. XIX e o séc. XX, sendo que esta parece ser, ao menos entre determinados grupos, ainda mais equitativa em termos de gênero que a estadunidense ou as nigerianas. Tal se deve, segundo Segato, às especificidades da escravidão brasileira, que permitiram um acesso ao poder, por parte das mulheres negras, superior ao dos homens de cor. Mas isto não ocorreu sem que os homens depositassem sobre as mulheres uma desconfiança e um repúdio para com suas ligações sexuais com os homens brancos. Seriam três os traços principais que denotam uma maior equidade de gênero entre a população afro-brasileira quando comparada à afro-estadunidense e à africana. Primeiro, um predomínio das mulheres enquanto autoridade religiosa, comunitária e familiar. Em segundo lugar, um enfraquecimento da heteronormatividade, logo, também da dominação de homens sobre mulheres. Finalmente, a sobreposição de linhas de parentesco não sanguíneo e não heteronormativas às sanguíneas, o que debilita a autoridade patriarcal.

8.1.3. A história pré-moderna, a moderno/colonial e a história mítica

Os textos acima discutidos, não sem gigantescos vazios, nos permitem esboçar uma linha investigativa, certamente arriscada e necessitada de muitas outras pesquisas, a respeito da história européia no que se relaciona ao gênero, especialmente em sua etapa moderno/colonial. Os breves registros relativos à Grécia clássica e à Roma imperial apontam para regimes de gênero baseados na oposição entre o doméstico e o público e o domínio quase exclusivo por parte dos homens sobre este último. Após um salto de vários séculos, encontramos as obras de Duby, em que uma nuclearização familiar entre os séc.

IX e X não implica uma submissão especial da mulher. Posteriormente, segundo o mesmo autor, entre os séculos XI e XIV, é possível observar uma intermitência entre períodos de maior importância da família extensa e outros de maior importância da nuclear, coincidindo estes últimos com um poder centralizador estatal mais forte. No entanto, a partir do século XVI, há um avanço progressivo tanto da nuclearização-patriarcalização familiar como da centralização estatal. Como pontuam Foucault e Ariès, a nuclearização se liga inicialmente às classes burguesas, e a partir dos séc. XIX alcança também as classes trabalhadoras, sendo que as feministas marxistas – segundo Sedgwick e Butler (2000) – associam este fato a um maior controle de seu trabalho reprodutivo, de cuidado e doméstico, e a uma troca simbólica entre assalariados e proprietários, sob o comando destes. As mulheres, aqui, representam um elemento de igualdade entre todos os homens, pois cada um tem a sua, o que minimiza as tensões provindas da exploração da mão-de-obra assalariada.

No entanto, esta nuclearização não alcança as populações escravizadas nem no Brasil nem nos EUA, ainda que alcance, no início do séc. XX, a branca chilena. Isto se torna compreensível a partir da noção de Quijano de que o modo de exploração do trabalho foi associado à raça pela modernidade/colonialidade, de forma que, cabendo às populações negras e indígenas o trabalho escravo ou vassalo e não o assalariado, não havia razão para que uma nuclearização familiar fosse provocada ou promovida entre estes como se fez entre os brancos. Nestes casos, as mulheres se mantêm como signos das relações entre homens, não mais para que se minimizem tensões, mas para que se acentuem as diferenças como marcas de dominação. Daí que Füller, sobre o caso mexicano e peruano, Segato e Landes, sobre o brasileiro, as escritoras negras estadunidenses, sobre os EUA, e Gautier sobre as populações colonizadas em geral, tenham afirmado um receio – que pode chegar à mais acérrima misoginia – por parte dos homens de cor para com suas companheiras.

A conjunção deste panorama da história de gênero pré-moderna e moderna/colonial com o que venho aqui denominando história mítica ocorre na medida em que há, de modo recorrente, uma política comunicacional entre homens mediante as mulheres, assim como uma designação recorrente destas ao espaço doméstico e daqueles ao público. Assim, na Grécia clássica, na Roma imperial, na Barúya de 1950, na Europa do séc. XIII e na posterior ao séc. XVI, ocorreu uma demarcação rígida entre o público e o doméstico, a qual é um signo inequívoco de dominação sobre as mulheres. Na Europa dos séc. IX e X, assim como nas populações da África negra, escravizadas ou não, esta oposição é menor.

As mulheres como signos comunicacionais aparecem de modo inequívoco nos períodos de tensões, onde é necessária uma rearticulação da ordem social. Em primeiro lugar, pudemos perceber este fato quando há a generalização, entre a população branca, do trabalho assalariado como principal forma de exploração da mão-de-obra, quando as mulheres passam a ser utilizadas como signo de equidade entre os homens. Em segundo lugar, no momento de confronto entre as populações brancas colonizadoras (ou suas aliadas nacionais, no caso dos países independentes nas Américas) e as não-brancas, em que o uso sexual das mulheres de cor funciona como um signo de inferiorização dos homens indígenas ou negros.

Desta forma, aqueles elementos que a antropologia estruturalista denominou como constitutivos de toda ordem de gênero aparecem de modo inequívoco não apenas nas sociedades contemporâneas, mas também ao longo da história dita ocidental. Talvez o tráfico de mulheres não faça mais parentesco em seu sentido estrito, mas continua organizando os grupos humanos, suas configurações raciais e a exploração do trabalho. Assim, uma separação radical como a postulada por Connell entre grupos modernos e não modernos não se sustenta, o que não implica uma superação de sua análise sobre o gênero contemporâneo, a qual coincide com a de outras autoras aqui contempladas.

8.2. Os homens: um interior povoado por outros homens.

8.2.1. O masculino, os homens e o reconhecimento

Ao debruçar-nos sobre a história mítica, vimos que há um determinado plano em que é possível separar o masculino do homem, ou dos homens. É importante inquirir um pouco mais a respeito, não apenas para mostrar que o masculino pode também ser próprio às mulheres, como considerado já por várias autoras, mas para ponderar a respeito do masculino enquanto um mecanismo de dominação semelhante ao que Sedgwick propõe para a homofobia, e que alcança todo o corpo social, também às mulheres, embora seja prioritariamente dirigido aos homens.

Como discutido no Cap. II, para Sedgwick a homofobia funciona como um dispositivo que, ao reprimir afetos entre pessoas do mesmo sexo, enfraquece todos os laços sociais, permitindo que determinadas pessoas estejam mais vulneráveis a manipulações políticas. No entanto, não são dadas de antemão aquelas pessoas que estariam mais ou menos aptas para manipularem estas forças em seu benefício. Deste modo, embora possamos considerar que as pessoas propriamente gays são as que se encontram em uma

posição mais desvantajosa, pode também ocorrer o contrário: um homem ou mulher gay que, assumindo confortavelmente os próprios laços afetivos, esteja mais apta para se desenvolver que pessoas heteros incapazes de lidar com os mais simples elementos homoafetivos²⁰¹.

Algo semelhante, proponho, acontece com o masculino. Este se constrói, como foi possível perceber na obra de tantas autoras, em oposição ao feminino. No entanto, não é dado a nenhum homem ou mulher a possibilidade de ocupar exclusivamente a posição do masculino. De alguma forma, temos todos uma relativa consciência deste fato. Mas há pessoas que não podem suportá-lo, ou que o fazem a duras penas. Este é o caso dos dois homicidas homofóbicos que Sedgwick analisa nas obras do gótico inglês; é também o caso dos homens abaixo da linha da pobreza em Olavarría, mais relutantes a abandonar os mandatos da masculinidade que os homens de classe média; dos condenados por estupro na obra de Segato; ou daqueles homens bissexuais analisados por Welzer-Lang que não podem assumir sua não-heterossexualidade. E poderíamos seguir infinitamente. O masculino, enquanto referente (Olavarría, 2001b), pesa enormemente sobre todo o corpo social, ainda que em especial sobre os homens.

Neste sentido, é necessário que haja, como propõem muitas das autoras aqui consideradas (Kaufman, 1993, ver cap. III; Marion Quadros, 1996, ver cap. VII; Olavarría, 2001b; Connell 2003), novas masculinidades ou modos de relação com o masculino. Porém, como sugere Connell e como evidencia Sedgwick, muitas vezes são homens que se encontram relativamente afastados do ideal masculino os que exercem uma dominação mais efetiva. É o caso de dois personagens das obras analisadas por Sedgwick (1985): o aristocrata Horner, que se feminiliza momentaneamente frente a seus companheiros para adentrar-se no espaço privado de suas casas e transar com suas esposas, ou do Príncipe, que se veste de mulher e domina com a lábia a Princesa que seu pai quis submeter com o exército²⁰². Assim, dado não ser possível habitar o masculino, antes que se deixar arrastar pela angústia de não poder fazê-lo, faz-se necessário saber habitar em seu exterior.

²⁰¹ Um exemplo extremo seria a história de Harvey Milk levada ao cinema este ano. O político estadunidense, assumindo plenamente sua homossexualidade, pôde ser um vereador influente, enquanto o homem que finalmente termina por assassiná-lo, Dan White, em princípio heterossexual, parece ver-se transtornado por emoções homoafetivas que o levam ao colapso profissional e existencial.

²⁰² Esta história lembra a do político brasileiro Antônio Carlos Magalhães e seu filho Luis Eduardo. O primeiro, extremamente autoritário, não seria capaz de alcançar a presidência da república no período democrático pós-1988. O segundo, um deputado querido por todo o congresso, amigo de homens de esquerda, mas tão conservador como o pai, era visto por muitos como o presidente eleito de 2002. Sua morte por infarto em 1997 nos impede saber se venceria Lula e cumpriria o destino que lhe reservavam.

Todavia, resta interrogar o que procuram estes homens que são capazes de se feminilizarem para obter o que desejam. No caso de Horner, superar outros homens mediante o chifre e evidenciar que, enquanto burgueses, encontram-se abaixo da aristocracia. No caso do Príncipe, casar-se com a mulher que um acordo entre seu pai e o dela selou como sua prometida. Ou seja, em ambos os casos é o tráfico de mulheres que organiza negócios entre os homens. Isto nos remete novamente ao discutido através de Segato e Schneider no início destas considerações. Dada a impossibilidade de se alçar com o masculino em todos os momentos e situações, aos homens resta uma política de reconhecimento que, mediante uma lógica sempre precária de alianças e rivalidades, podem outorgar, destituir ou trocar o status masculino. O feminino, encarnado preferencialmente nas mulheres, embora sempre ameaçando recair também sobre os homens, é o que deve encontrar-se sempre submetido.

Disto é possível considerar que uma política feminista, embora não deva renunciar a uma crítica à construção representacional do masculino, nem aos danos de ordem psíquica que esta supõe aos homens e mulheres, deve estar especialmente atenta ao modo como as relações concretas entre homens se constroem em referência à esfera do masculino e como as mulheres e o feminino são instrumentalizados dentro destas relações. Desta forma, é possível compreender, segundo Connell ou Welzer-Lang, que a queda da legitimação do patriarcado (viriarcado para o último) não implica sua deposição.

Os signos da destruição do patriarcado possivelmente sejam os tijolos de sua reconstrução. Se é procedente a hipótese de uma prioridade do jogo de reconhecimento entre homens sobre o masculino em si, é possível que a crise representacional do masculino abra espaços para os homens se articularem de modo ainda mais opressivo sobre as mulheres. Esta é uma preocupação expressa por Halberstam (1998, ver cap. II), quando se pergunta se a abertura dos estudos sobre masculinidades para a feminilidade não representa a ocupação daquele que seria até então o único espaço reservado às mulheres. Tal se faz mais grave, segue Halberstam, na medida em que não é aberto às mulheres um espaço análogo no masculino.

8.2.2. Violência entre homens e intimidade

Como chegamos a este plano em que há uma prioridade das relações entre homens, do desejo homosocial entre homens, sobre o masculino? Como vimos mediante Schneider e Segato, tal ocorre na medida em que há um jogo de reconhecimento do status masculino.

Olavarría mostra isso muito bem (2001b: 24), quando aponta que o trabalho, a paternidade e a heterossexualidade, mais que constituírem propriamente a masculinidade, são os signos que a supõe e é destes que se depende a aprovação dos outros homens e não da masculinidade em si – que obviamente não se encontra em nenhum lugar.

Welzer-Lang, em suas objeções a Bourdieu, avança sobre uma questão que pode passar despercebida: o fascínio pelo masculino ou pelo jogo de reconhecimento entre homens não é suficiente para que espontaneamente se entre a fazer parte; é necessário também um conjunto de violências que persegue, traz e retém o homem dentro do jogo. Na casa dos homens, os garotos são introduzidos no mundo adulto, que ensina o modo de ser homem e pune aqueles que, por serem fracos ou por se parecerem com as mulheres, afastam-se dos modos referenciais. Estabelecem-se, assim, o masculino e o feminino enquanto rígidas posições hierárquicas, mas na medida em que as violências concretas sobre os que se afastam dos ideais masculinos são realizadas por outros homens e meninos, é a eles que se teme, antes que ao feminino em si.

Daí que Freud possa dizer em *Análisis terminable e interminable* (s/d [1937]) que o último que um homem pode agüentar é mostrar-se passivo frente a outro homem. Mesmo que o inventor da psicanálise denomine este fato como “repudio a la feminilidad”, ele mesmo esclarece que não é ao “aspecto por así decir social de feminidad” (*ibid.*, s/p) ao que se teme, dado o homem poder se compreender em situações femininas em relação com as mulheres. O repúdio, me arrisco a pensar, é à situação de exposição a outros homens, talvez a um horror traumático de ser novamente submetido às violências que estes uma vez desencadearam. Estes homens aos que se temem, como propõe Segato, são fantasmáticos, habitam a cabeça de cada homem. A intimidade do homem é povoada de homens, um espaço vedado às mulheres, como propôs Schneider.

8.2.3. Mal-estar, violência e dominação. E trabalho doméstico.

Ao final do cap. VII, sobre a obra de Olavarría, ficou pendente uma questão: é possível, como fez este autor, procurar aprofundar as vivências de homens sem uma atenção à violência por eles exercidas? Certamente, Olavarría teve motivos para fazê-lo, e de fato há elementos de enorme riqueza na vida de todos os homens que podem ser tocados pontualmente sem que se faça menção à violência. No entanto, numa pesquisa de um alcance relativamente longo, como é a de Olavarría, a obliteração da violência seria, para outras autoras, inaceitável.

É o caso já mencionado de Halberstam. Dentre as autoras analisadas nesta dissertação, dois pensamentos em continuidade com o de Godelier – os de Segato e Welzer-Lang –, dedicaram especial atenção à violência cometida por homens contra as mulheres e contra outros homens. Para ambas as autoras, a violência não é uma eventualidade, mas algo que requer uma repetição ritualizada e permanente. A violência física ou sexual, as manifestações mais evidentes e visadas pelos movimentos de mulheres, são casos extremos que, no entanto, encontram-se em continuidade de objetivo com a violência cotidiana e mais imperceptível²⁰³, procuram sempre a submissão das mulheres.

Segato considera que as violências de ordem moral, usualmente tidas por menores são as mais eficazes, pois disfarçadas em regras de beleza, em normas religiosas ou morais, ditas em tom de brincadeira, alcançam minar moralmente as mulheres e, deste modo, forçar a que acatem a dominação. Por sua vez, Welzer-Lang enfatiza o que denomina como “duplo-padrão assimétrico”, ou a percepção diferenciada da violência por parte de homens e mulheres, a qual supõe aos primeiros uma compreensão mais ampla da violência do que a das últimas, sendo capaz de exercê-la de diferentes modos sem que a mulher o perceba.

Desta forma, na medida em que a dominação se baseie não apenas na violência, mas na imperceptibilidade freqüente de seu uso, a principal tarefa intelectual e política da/o pesquisador, é evidenciar o modo de exercício da violência, sendo mais importante quanto mais escondida esta se encontra. Trata-se, como Godelier propôs, de romper o pacto entre os homens, literalmente traí-los, e explicitar suas manobras de engano e violência com afã de domínio. Tal não implica, de modo absoluto, desdenhar o sofrimento dos homens, mas os localiza dentro da lógica de dominação sobre as mulheres.

Como mencionam, dentro da tradição francesa, Wittig (2005) e Welzer-Lang (2004) e, dentro da tradição estadunidense marxista, Sedgwick (1985), a apropriação do trabalho doméstico gratuito das mulheres é um dos elementos intrínsecos à dominação, de modo que tocar aqui este tema não é sair em absoluto da discussão sobre violência e dominação. Dentre todos os analisados, apenas dois trabalhos se debruçaram sobre esta questão. O primeiro, de Welzer-Lang, aponta novamente a um “duplo-padrão assimétrico” que também convém aos homens. Estes percebem o espaço de sua casa de um modo parcial e o organizam ou limpam uma vez que se encontra sujo ou bagunçado. As mulheres, pelo contrário, contemplam a casa como um todo e atuam de modo preventivo

²⁰³ Embora não se refira à violência, Connell segue uma lógica parecida ao argumentar que as “políticas de masculinidades”, em seu modo mais usual, defendem os interesses dos homens em nome do interesse da comunidade. Desta forma, impõe-se a dominação sem esta seja compreendida como tal.

para que a mesma não se desorganize ou suje. O que levanta Welzer-Lang é que, mesmo que ambos os padrões de compreensão sobre a casa possam ser pensados como igualmente válidos, na vida prática de um casal a mulher se ocupa de que a casa esteja limpa e organizada e o homem poucas vezes terá a oportunidade de percebê-la suja ou desordenada. Assim, o trabalho doméstico acaba ficando por conta das mulheres, com toda a carga mental que este implica. Chama também a atenção que Welzer-Lang tenha realizado esta pesquisa tanto na casa de homens pró-feministas como na de homens que não o são e que não houve diferença entre uns e outros²⁰⁴. Desta forma, somos levados a pensar como legítima a preocupação de Halberstam de que os homens pró-feministas procurem aliviar-se do peso do masculino sem repensar sua dominação.

O outro trabalho, de Marion Quadros (1996; Cap. VI desta dissertação), é muito interessante porque, ao tratar sobre novas paternidades, propõe três âmbitos para o exercício desta: a relação de estar/brincar com as/os filhos, o cuidado destes (alimentação, limpeza, etc.) e o trabalho doméstico na casa onde a criança vive. Ela mostra que mesmo os pais mais participativos, mais abertos à igualdade de gênero e comprometidos como uma vida familiar em comum, trabalham menos na casa e no cuidado do que suas companheiras.

A partir destes dois textos, da consideração por parte das feministas francesas e estadunidenses sobre o trabalho doméstico como forma de exploração das mulheres e das de Segato e Welzer-Lang sobre o caráter invisível das violências cometidas por homens contra mulheres, faz-se necessário considerar a distribuição desigual do trabalho doméstico como uma forma de violência e exploração das mulheres e aprofundar esta questão acadêmica e politicamente. A proposta dos movimentos de homens feministas contemporâneos de colocar a paternidade e o cuidado como uma das bandeiras do movimento não é suficiente, pois se requer também, ao lado destas, o trabalho doméstico²⁰⁵.

²⁰⁴ Em publicação recente, Hermógenes Domingo (2008) mostra que os homens pró-feministas num estado espanhol dedicam 4h36min na semana ao trabalho doméstico, em comparação com as 3h15min que lhe dedicam os homens não pró-feministas e os 7h36min das mulheres. O autor considera isto um avanço para os homens pró-feministas, mas eu considero o contrário, já que as três horas que as mulheres dedicam a mais que os homens constituem exploração. Minhas observações e uma pesquisa (Assis Clímaco, 2006) a respeito apontam que de fato uma quantidade significativa de homens pró-feministas não se encontra muito à frente dos não-feministas em termos de trabalho doméstico.

²⁰⁵ Ver, a respeito, *Declaração do Rio Engajando homens & meninos pela igualdade de gênero*, de Men Engage (2009), documento preparado por diferentes organizações de todo o mundo.

8.3. Homens e políticas feministas

8.3.1. Os homens e as mulheres

A reivindicação do feminismo (...) não pode ser sustentada em nome da “mulher”. Assim como a consciência de classe, que justifica sua própria produção de modo que as classes possam ser destruídas, “mulher” como nome da escrita deve ser apagado, na medida em que constitui uma catacrese necessariamente histórica.

(Gayatri Spivak, *Feminismo e desconstrução, de novo: negociando com o masculino inconfesso*, 1997 [1989])

O horizonte último de toda política feminista deve ser o de outras relações que não as que hoje permitem que haja homens e mulheres. Esta classificação binária existe apenas dentro da lógica de dominação que os primeiros estabelecem. No entanto, dado não saber estarmos perto ou longe de uma revolução feminista que destrua ambas as categorias, faz-se necessário que as políticas contemporâneas mantenham o binarismo. A denominação “essencialismo estratégico” tomada da auto-denominada feminista-marxista-desconstrutivista Spivak é usualmente utilizada para se referir àquela tática política que mantém um nome ao redor do qual se pode encontrar uma identidade política, ainda quando sabemos que esta identidade é construída. Acredito nesta posição sempre e quando pontuemos que esta identidade é construída de modo não-volitivo e que nós pertencemos a ela antes de podermos designá-la como tal.

Desta forma, falar de homens e mulheres é, em primeiro lugar, essencial. Por mais que seja necessário considerar outras relações de gênero, novas formas de masculinidade, novos modos de relações com o masculino ou novas relações dos homens com o feminino e com as mulheres, na medida em que a superioridade dos homens sobre as mulheres persiste de modo avassalador em todo o mundo, é com referência à autonomia destas que devemos pensar outras possibilidades de configurações de gênero.

Neste sentido, os textos oferecem apenas alguns indicativos, pois embora permitam que construamos algumas relações tendentes à equidade, seu foco sobre os homens não permite o acesso ao exercício da autonomia por parte das mulheres. Assim, na obra de Sedgwick, dentre todas as personagens analisadas nos diversos romances, apenas uma parece encontrar-se em posição de relativa igualdade para com seu companheiro, na medida em que este abandona as relações homosociais. Nas obras de Miguel Ramos (2005a, ver cap. VII) e de Quadros (1996, ver cap. VI), as relações mais igualitárias são proporcionadas por homens que se encontram ao menos parcialmente fora dos laços homosociais.

Em todos estes casos, percebemos uma relação entre o afastamento da ordem homosocial e uma equidade entre homens e mulheres, sem ter acesso ao modo pelo qual as mulheres contribuíram efetivamente para que estas relações assim se estabelecessem. Já na obra de Halberstam (*ibid.*), podemos perceber o modo com que a construção das “masculinidades das mulheres” ocorre dentro de dinâmicas estabelecidas por mulheres livres de laços de dependência com os homens. De forma semelhante, Landes e Segato mostram como a autonomia alcançada pelas mulheres dentro dos cultos afro-brasileiros também se deve à autonomia com respeito aos homens.

Assim, a maior equidade nas relações de gênero parece estar ligada a uma autonomia das mulheres para com o desejo homosocial entre homens, de modo que o maior signo de mudanças nas relações de gênero é o distanciamento das mulheres de seu posicionamento como signo comunicacional entre homens. Uma política de homens pró-feministas deve ser encaminhada neste sentido. Tal não implica, de forma alguma, secundarizar a situação de opressão que os homens sentem dentro do âmbito de gênero. Pelo contrário: na medida em que o maior peso da opressão de gênero sobre os homens é a sua relação de dependência para com o reconhecimento de outros homens, mediada pela submissão das mulheres, a autonomia destas implica, necessariamente, a quebra das relações de dependências entre homens e, assim, propicia a autonomia destes.

8.3.2. Intersecção entre lutas

As leituras entrecruzadas das diferentes tradições aqui contempladas, especialmente a do tráfico de mulheres e a anti-colonial, permitiram, ou inclusive impuseram, uma hipótese de compreensão conjunta de quatro diferentes tipos de relações de exploração/dominação/opressão: a de gênero, a do trabalho, a racial e a (hetero)sexual. Embora já tenha esboçado em diferentes momentos desta dissertação como estas formas de dominação confluem, volto a expô-las, de modo tão breve quanto possível, com a intenção de que estejam presentes neste momento de pensar a ação política.

Com a expansão do capitalismo ou do mundo moderno/colonial, há uma unificação destas formas de dominação/exploração/opressão em torno do que Quijano denomina padrão de poder colonial. Com a emergência da ordem geopolítica mundial, a modernidade coloca o continente europeu e seu povo – progressivamente branqueado – na cúspide da evolução humana, sendo naturalizada sua dominação sobre as outras áreas geográficas e os outros povos – progressivamente escurecidos. Toda a pilhagem dos territórios ao longo do

mundo e toda exploração da mão-de-obra foram consideradas um preço legítimo a ser pago pelos povos e continentes por se inserirem na modernidade branca e europeia (Aimé Césaire, 2006 [1950]).

Paralelamente, a ordem de gênero europeia inicia uma progressiva nuclearização e patriarcalização familiar, intrincada a uma normatização de gênero extrema, em que cada um dos sexos/gêneros se vincula a modos exclusivos de ser e de sentir, de exercer sexualidade e afetividade, a exclusivos âmbitos de circulação (público ou privado) e a tipos de trabalho (doméstico sem remuneração nem reconhecimento ou assalariado). A especificação de cada gênero é diacrítica, cada característica masculina confirma a diferença para com o feminino e vice-versa, sendo o maior signo exclusivista o desejo pelo sexo oposto, de modo que a homoafetividade progressivamente se afirma como o maior risco à ordem de gênero. A homofobia se transforma, assim, em um mecanismo de subjetivação auto-vigilante, paranóico, que ameaça dissolver o próprio sujeito. Formas não normativas de sexualidade são associadas a outros povos ou territórios não europeus, e se tornam signos de sua inferioridade moral.

A forma com que esta nuclearização/patriarcalização se entrelaça ao capitalismo nos é oferecida pelo feminismo marxista francês (Wittig, 2005, Welzer-Lang, *ibid.*) e pelo estadunidense (Sedgwick, *ibid.*). Por um lado, o trabalho doméstico da mulher, carente de reconhecimento e de remuneração, sustenta a lógica familiar que permite que homens sejam entregues como trabalhadores às incipientes indústrias. Por outro, a condição de cada homem como marido e dono de uma mulher lhe permite se erguer enquanto homem, apesar de suas relações com outros homens estarem em uma posição de inferioridade.

A relação que o capitalismo estabelece com os povos não-europeus e não-brancos é também compreensível dentro do paradigma do tráfico. Os negócios, no entanto, são outros. Onde houve uma negociação com as elites dos povos e territórios conquistados, como na Nigéria ou na Índia, há uma valorização dos homens em detrimento das mulheres. Já nos territórios onde foi imposta a dominação, houve uma desvalorização dos homens, seja mediante o abuso do corpo das mulheres ou mediante uma permissão para que estas ocupem lugares de poder superiores aos homens, como nos reporta Landes sobre a Bahia.

Assim, as mulheres e sua (hetero)sexualidade parecem determinantes no estabelecimento das diferentes ordens de gênero moderno/coloniais, mas também no estabelecimento da ordem moderno/colonial como um todo. Segundo os esquemas aqui apresentados, não pareceria possível o estabelecimento da sujeição da mão-de-obra dos

brancos europeus sem que houvesse uma reorganização familiar em que a sujeição da mulher desempenha um papel material e simbólico fundamental. Da mesma forma, não seria possível compreender a racialização dos povos do planeta não fosse o modo em que os colonizadores interpelaram os homens colonizados mediante o corpo das mulheres de seus povos.

Esta proposta de compreensão intrincada das diferentes formas de exploração/opressão/dominação não implica subsumir umas às outras. Cada uma deve ser percebida segundo a sua especificidade histórica, que responde de modo diferenciado à sua arregimentação pelo padrão colonial de poder (Quijano, 2007). Isto implica, como vimos já no primeiro capítulo a respeito do movimento feminista *black*, que as opressões sejam percebidas de modo fragmentário, sendo as tentativas de transversalização muitas vezes compreendidas como modos de fragmentação de uma determinada frente de luta. Ao longo do séc. XX, como é bem sabido, a forma de luta hegemônica foi a operária, embora os movimentos raciais e feministas também tenham sido importantes. Na década de 1970, emergiu uma maior diversificação das frentes de resistência, não apenas de raça e gênero, mas também sexuais, ecologistas, etc. Na América Latina, ocorreu a emergência de várias formas de lutas, associadas à luta anti-capitalista, porém não limitadas à questão da classe, como a pedagogia do oprimido, a teologia da liberação ou a educação popular.

No entanto, como mostra Quijano em um belo artigo, *El regreso del futuro y las cuestiones del conocimiento*, logo após esta plurificação dos campos de lutas, iniciou-se um “período de derrota”, em que “las ideas, las propuestas, las promesas y las razones de cambios históricos radicales pertenecían a un pasado súbitamente remoto” (2001: s/p). O horizonte neoliberal ou imperialista foi assumido como único possível, dentro do qual reformas não radicais poderiam ter lugar. Seria apenas na década de 1990, após vinte anos de apatia, que emergiriam ao longo do globo movimentos sociais que voltam a questionar a ordem imperial/capitalista como um todo. Na América Latina, o movimento indígena seria a face mais evidente deste novo momento político.

O artigo é comovedor e não podemos fazer nada menos do que nos entusiasmar por este recomeço, pelo futuro novamente aberto. No entanto, nós que nos encontramos dentro do feminismo sabemos que foi justamente durante este período da derrota que as lutas das mulheres e dos movimentos LGBT emergiram de um modo multifacetado e progressivamente contundente. Do campo das políticas públicas às elaborações teóricas, alcançaram-se notáveis conquistas que melhoraram a vida de muitas mulheres, assim como

de pessoas que se encontram às margens do gênero. O aumento do nível escolar das mulheres e de seus salários, o reconhecimento ainda muito insuficiente, porém crescente, do trabalho doméstico enquanto tal, a significativa baixa da natalidade mundial, o reconhecimento da especificidade da violência contra a mulher e a sua deslegitimação, a teorização do sexo como gênero e da heteronormatividade como política ligada a processos econômicos, a emergência dos feminismos de cor e dos movimentos de mulheres indígenas. Tudo isto é enorme, são milhões de mulheres que alcançaram uma vida de menor opressão, mesmo quando esta continue severa para a grande maioria delas.

Seria casualidade que estas conquistas tenham ocorrido neste momento de derrota das lutas sociais, majoritariamente protagonizadas por homens? É possível pensar, ao menos como hipótese provocativa, que não. Se afirmamos que a troca de mulheres como modo de estabilizar as tensões das relações de dominação entre homens se fez mais premente no momento de rearticulação destas, podemos ao menos de modo tentativo considerar que, inversamente, em um período de estabilidade das relações entre homens, as mulheres se encontrariam relativamente mais livres. Desta forma, no momento em que se perdeu a perspectiva de luta, pelo liberalismo se encontrar em todo o horizonte, também se teria diminuído a necessidade de submissão das mulheres, assim como as formas mais estremadas de homofobia.

De todas as formas, queremos acreditar, com Quijano, que o período da derrota está terminando. É de fato entusiasmante perceber a força que os movimentos indígenas têm hoje em países como México, Chile, Paraguai, Equador ou Bolívia, sabendo que nestes dois últimos encontram-se, pela primeira vez, tentativas significativas de configurar constituições estatais apropriadas ao contexto latino-americano. Além de perceber que há um movimento negro fortalecido que não esteja de costas para o movimento trabalhista, mas em conjunto com ele. Talvez seja menos emocionante, mas também o é em grande medida, que muitos dos presidentes latino-americanos, duas presidentas e quem sabe uma próxima no Brasil, tenham iniciado suas carreiras políticas dentro da esquerda, embora hoje estejam mais ou menos compromissados com forças direitistas de suas respectivas nações.

Dentro deste recomeço da luta, torna-se fundamental que às mulheres e às pessoas não heteros não lhes seja vedado um lugar enquanto partícipes, ou, o que é o mesmo, que não se procure novamente submeter as mulheres a uma posição de signo. Como vimos, na segunda metade do séc. XX, quando o movimento negro estadunidense se radicalizou,

houve uma pressão progressiva para que as mulheres ocupassem um lugar de submissão em relação ao homem negro. De forma semelhante, algumas autoras (Susel Paredes, 2005; Segato, 2009) mostram que há na contemporaneidade uma violência crescente contra as mulheres dentro de alguns povos indígenas. Além disto, há evidências incontestáveis de que dois dos presidentes da dita esquerda latino-americana, exerceram formas de violência extrema contra mulheres. O paraguaio Fernando Lugo, sobre o qual pesa a acusação de paternidade não reconhecida por parte de seis crianças de mães diferentes, e o nicaragüense Daniel Ortega, que tomou como escrava sexual a filha de sua companheira, Suelamérica, desde que ela tinha nove anos²⁰⁶.

Mas apesar destas observações necessárias, o panorama é alentador: os movimentos de mulheres indígenas e negras, embora ainda pequenos, se consolidam, muitas vezes, com o apoio de ao menos alguns homens de seus grupos, e algumas mulheres emergem como líderes de organizações destes povos, assim como de agrupações políticas não ligadas ao étnico/racial. Por sua vez, as reivindicações feministas encontram-se cada vez mais dentro das agendas de esquerda, assim como as LGBT.

A contribuição desta dissertação se encontra, assim, dentro do já exposto no primeiro capítulo através do discurso das feministas negras estadunidenses: a luta pela autonomia das mulheres não é feita apenas em nome destas, mas no de toda comunidade colonizada. Ao longo da obra de muitas autoras, sobre diferentes povos, pudemos ver que os laços entre mulheres e homens, assim como entre homens e entre mulheres, podem assumir diferentes formas, sendo que as articuladas pelo processo de modernização/colonização privilegiaram as que acentuam o domínio de uns sobre as outras e os outros. Recriar os laços políticos e de afeto a partir de relações de parentesco ou comunitárias que se encontram às margens da nuclearização e da patriarcalização da colonialidade será possivelmente o modo mais frutífero de encontrar uma frente ampla de liberação.

Isto não implica uma idealização de algum tempo mítico pré-existente. Pelo contrário, a insistência constante ao longo da dissertação na tendência à universalidade do tráfico de mulheres pretendeu evidenciar que não há um elemento puro ao qual recorrer. Mas sim experiências históricas que conformaram saberes que questionam o patriarcado, ainda dentro dele, mas já em suas margens. Nesta dissertação, vimos de modo recorrente

²⁰⁶ Os movimentos feministas de seu país que denunciaram o ocorrido encontram-se hoje perseguidos. Paralelamente, houve uma votação no congresso que proibiu todo tipo de aborto na Nicarágua, inclusive se há risco de vida para a grávida.

aqueles saberes elaborados pelos povos da África negra, seja em seu continente, nos EUA ou, especialmente, no Brasil. Porém, também mencionamos brevemente outros povos relativamente livres de hierarquia de gênero. Tratar-se-á de que suas experiências e saberes sejam trazidos para o centro de toda luta política, que sua intersecção junto a outras formas de resistência e lutas amplie as ressonâncias da descolonização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALLOUCH, Jean. *Para introducir el sexo del amo*. In.: Litoral nº17. La opacidad sexual. Córdoba: Edelp, Abril, 1999.
- _____. *Avergonzados*. Buenos Aires. Revista Con-versiones, Noviembre 2005. Em Internet: <http://www.con-versiones.com/nota0481.htm>. Vistado em: 12.08.2007.
- ANZALDÚA, Gloria. *La conciencia de la mestiza / rumbo a uma nova consciência*. In: Estudos Feministas 13(3) Florianópolis Sept./Dec. 2005. Em internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=en&nrm=iso. Visitado em: 12.08.2007.
- ARÁN, Márcia. *Femilinidad, entre psicanálise e cultura: esboços de um conceito*. In: PHYSIS. Rev. Saúde coletiva, Rio de Janeiro, 10(1): 169-195, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v10n1/a08.pdf> >. Acesso em 15.11.2008.
- _____. Políticas do desejo na atualidade; o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Lugar Comum, Estudos de Mídia, Cultura e Democracia Homossexual*, nºs 21-22, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, julho-dezembro, 2005. Disponível em internet: http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Marcia_Aran.pdf. Acesso em 03.01.2009.
- ARIÈS, Philippe. *El niño y la vida familiar en el antiguo régimen*. Madrid: Taurus Ediciones, 1987.
- ARILHA, Margareth. UNBEHAUM, Sandra. MEDRADO, Benedito (orgs) *Homens e masculinidades. Outras palavras*, Eccos Editora 34, São Paulo, Brasil, 1998.
- ASSIS CLÍMACO, Danilo de. *Homens genereficando-se. Impressões sobre ética e responsabilidade dos homens anti-sexistas no campo do gênero*. In: Florianópolis, Fazendo Gênero, 2006.
- Association Nationale des Etudes Féministes. *Chantage et abus de pouvoir dans les universités*. In : Bulletin de l'Association Nationale des Etudes Féministes, nº 46, 2005. Em internet : <http://www.nextgeneration.net/texts/welzerlangfr.html>. Acesso em 02.08.2009.
- BADINTER, Elizabeth. XY. *La identidad masculina*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- BENSUSAN, Hilan. “*Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado*”. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 131-155, 2004.
- Em Internet: <http://www.unb.br/ih/fil/hilanb/papers/tana.doc>. Visitado em: 12.04.2007.
- BIRMAN, J. *Os jogos de verdade da Psicanálise*. Percurso, 29. 2002. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/percurso> Acesso em 20.11.2008.
- _____. *Gramáticas do erotismo. A feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. In: La ventana, revista de estudios de género, Nº 3. Universidad de Guadalajara / México, 1996.

- BRAIDOTTI, Rosi. BUTLER, Judith. *Feminism by Any Other Name. Interview*. In.: Elizabeth Weed and Naomi Schor (eds.), *Feminism meets queer theory*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1997.
- BUTLER, Judith. *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. Cadernos Pagu (11), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998.
- _____. *El marxismo y lo meramente cultural*. In: Madrid: New Left Review, Ediciones Akal, nº 2, 2000.
- Em internet: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/butl.pdf>. Visitado em: 19.07.2007.
- _____. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. México, Paidós, 2001.
- _____. *Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la sujeción*. Valencia: Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, Cátedras ediciones, 2001.
- _____. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. *Le genre comme performance*. In: *Humain, inhumain. Le travail critique des normes*. Entretiens. Éditions Amsterdam, 2005
- BUTLER, Judith. GAYLE, Rubin. Tráfico sexual – entrevista. Cadernos Pagu (21), Núcleo de Estudos de Gênero. Pagu/Unicamp, 2003.
- CECCHETTO, Fátima. *Violência e Estilos de Masculinidade*. Editora: FGV, 2004.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: Akal Ediciones, 2006.
- CIXOUS, Hélène. *La risa de la Medusa. Ensayos sobre la escritura*. Barcelona: Anthropos, 1995.
- COMBAHEE RIVER COLECTIVE. A Black Feminist Statement. In: Moraga, Cherrie. Anzaldúa, Gloria. *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*. New York: Kitchen Table, 1981. 210-218.
- CONNEL, R. W. Masculinidades. Mexico, PUEG-UNAM, 2003.
- CONNEL, R. W. MESSERSCHMIDT, James W. *Hegemonic masculinity. Rethinking the Concept*. In.: Gender & Society, Vol. 19, No. 6, 829-859 (2005).
Disponível em Internet: <http://www.usm.maine.edu/crm/faculty/jim/hegemonic.pdf>.
Acessado em: 12.02.2009.
- CONNELL, R.W. WOOD, Julian. *Globalization and Scientific Labour: Patterns in a Life-History Study of Intellectual Workers in the Periphery*. Journal of Sociology. Volume: 38. Issue: 2, 2002.
- CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (Eds.). *Teoría queer. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. Madrid: Egales, 2005
- COSTA, Cláudia. *O sujeito no feminismo: revisando os debates*. Cadernos Pagu, n19, 2002.
- CURIEL, Ochy. *Crítica poscolonial desde las practicas políticas del feminismo antirracista*. Nómadas, n26, 2007.

- DAVIS, Angela. *Women, race & class*. Random House, New York, 1981.
- DERRIDA, Jacques. *Espolones. Estilos de Nietzsche*. Valencia: Pre-Textos, 1981.
- _____. *Assinatura, acontecimento, contexto*. In: *Limited Inc*. Campinas: Papirus Editora, 1991.
- _____. *Dar (el) tiempo*. Paidós, Buenos Aires, 1995.
- DERRIDA, Jacques. & ROUDINESCO, Elizabeth. *Y mañana qué...* Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2003.
Disponível em: http://www.jacquesderrida.com.ar/textos/psicoanalisis_elogia.htm. Acesso em 11.10.2005.
- DOMINGO. Hermógenes. *Caracterización de los "Hombres por la Igualdad" en España*. In.: Hombres Igualitarios. Año II, N°15, 21 de abril, 2009.
Em Internet:
http://boletin.ahige.org/index.php?Itemid=66&id=102&option=com_content&task=view. Visitado em: 24.04.2009.
- DUBY, Georges. *El amor en la edad media y otros ensayos*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- _____. *Damas del siglo XII*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- EDWARDS, Jason. *Eve Kosofsky Sedgwick*. London and New York: Routledge, 2009.
- FALQUET, Jules. *Rompere le tabou de l'hétérosexualité, en finir avec la différence des sexes : les apports du lesbianisme comme mouvement social et théorie politique*. In.: Genre, Sexualité et Société, n°1, 2009.
Em internet: <http://gss.revues.org/index705.html>. Visitado em: 12.09.2009
- FAZENDO GÊNERO 8. Simpósios temáticas, 2008. Em internet: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/simposios.html>. Visitado em: 16.01.2009.
- FERENCZI, Sandor. *Thalassa, ensaio sobre a teoria da genitalidade*. In: FERENCZI, Sandor. *Psicanálise III. Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- FEMENÍAS, María Luisa. *Aristóteles: ¿filósofo del lenguaje?*. Buenos Aires: Catálogos, 2001.
- _____. *Judith Butler: introducción a su lectura*. Buenos Aires: Catálogos, 2003.
- FIALHO, Fabrício. Uma Crítica ao Conceito de Masculinidade Hegemônica
- FLOOD, Michael. *Men's Collective Struggles for Gender Justice: The case of anti-violence activism*. In.: KIMMEL, Michael, CONNELL, R.W. HEARN, John. *Handbook for Studies of Masculinities*. Thousands Oaks, CA: Sage, 2004.
Em internet: <http://www.xyonline.net/downloads/FloodMenscollectivestruggles.pdf>. Acesso em 12.10.2008. Visitado em: 24.02.2009.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- _____. *Historia de la sexualidad 2 – el uso de los placeres*. México: Siglo XXI, 1984.
- FREUD, Sigmund. *Historia de una neurosis infantil (Caso del “hombre de los lobos”)*. Madrid, Biblioteca Nueva, 1972
- _____. *Análisis de un caso de neurosis obsesiva (‘Caso el hombre de las ratas’)*. Obras Completas, vol.II. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- _____. *Totem e Tabu*. In: Freud, Sigmund 1987a: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 2ª edição. Rio de Janeiro, Imago. (versão eletrônica, sem páginas).
- _____. *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. In: Freud, Sigmund 1987b: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 2ª edição. Rio de Janeiro, Imago. (versão eletrônica, sem páginas).
- _____. *Análise terminável e interminável*. In: Freud, Sigmund 1987c: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 2ª edição. Rio de Janeiro, Imago. V. XXIII (versão eletrônica, sem páginas).
- _____. *Análisis de la fobia de un niño de cinco años (el pequeño Hans)*. In.: Freud, S. Obras Completas, Tomo X, Buenos Aires, Amorrortu editores, 1996.
- FÜLLER, Norma. *En torno a la polaridad marianismo/machismo*. In: ARANGO, Luz Gabriela. LEÓN, Magdalena. VIVEROS, Mara eds. *Género e Identidad; Ensayos sobre lo femenino y lo masculino*, T. M Editores, Bogotá, 1995.
- _____. *Reflexiones sobre el machismo en América Latina*. In.: VALDÉS, Teresa. OLAVARRÍA, José. *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. FLACSO, UNFPA, Santiago, 1998.
- _____. *Masculinidades: cambios y permanencias*. Lima: Pontificia Universidad. Católica del Perú, 2001.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método. Fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1991.
- GARCIA, Sandra Mara. *Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero*. In: ARILHA, M. UNBEHAUM, S. MEDRADO, B. *Homens e masculinidades. Outras palavras*, Eccos Editora 34, São Paulo, Brasil, 1998.
- GAUTIER, Arlette. *Mujeres y colonialismo*. In: Ferro, Marc (dir.) *El libro negro del colonialismo. Siglos XVI al XXI: Del exterminio al arrepentimiento*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.
- GODELIER, Maurice. *La producción de grandes hombres: poder y dominación masculina entre los baruya de Nueva Guinea*. Madrid: 1986.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Patologia social do “branco” brasileiro*. In.: GUERREIRO RAMOS, A. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial ANDES, 1957.
- HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durhan and London: Duke University Press, 1998.

HEIDEGGER, Martin. *La época de la imagen del mundo*. In: Caminos de bosque. Madrid: Alianza Editorial, 1996. Disponível em: http://www.heideggeriana.com.ar/textos/epoca_de_la_imagen.htm. Acesso em 31.05.2006.

_____. *Ser y tiempo*. F.C.E.: Buenos Aires, 1991.

HEILBORN, Maria Luisa. CARRARA, Sergio. *Em cena, os homens...* Estudos Feministas, Rio de Janeiro, 6(2): 370-374, 1998.

HERNÁNDEZ R. Alfonso - *Seminario sobre masculinidad en el PUEG*. con el Doctor Robert W. Connell. In.: La Ventana: Revista de Estudios de Género. -- Vol. 2, no.12, dic. 2000. Em internet: <http://www.publicaciones.cucsh.udg.mx/ppperiod/laventan/Ventana12/Alfonso.pdf>. Acesso em: 16.11.2008.

hooks, bell. *Feminist theory. From margin to center*. Boston: South end press, 1984.

_____. *Feminism and black masculinity*. In: hooks, bell. *Yearning, race, gender and cultural politics*. Boston: British Council, 1991.

_____. *A Life in the Spirit: Reflections on Faith and Politics*. Re-vision. Volume: 15. Issue: 3. 1993.

_____. *Devorar al otro: deseo y resistencia*. In.: *Debate feminista*, México D. F., 1996, pp. 17-38. Em Internet: <http://www.debatecultural.net/tips/BellHooks.htm>. Visitado em: 12.01.2009.

_____. *Third World Viewpoint entrevista a bell hooks Desafío al capitalismo y al patriarcado*. In: ZNet en español: 2003. Em Internet: <http://www.lafogata.org/mujer/c4.htm>. Visitado em: 12.01.2009.

_____. *We Real Cool: Black Men and Masculinity*. Routledge: New York, 2004a. Lido em internet mediante o sítio <http://www.questia.com>. Visitado entre 8.10.2008 e 10.04.2009.

_____. *The Will to Change: Men, Masculinity, and Love*. New York: Atria Books, 2004b.

IRIGARAY, Luce. *When the goods get together*. In: MARKS, Elaine. COURTIVRON, Isabelle de. *New french feminisms: an anthology*. New York: Schocken Books, 1981.

JEFFORDS, Susan. *Hard Bodies: Hollywood Masculinity in the Reagan Era*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1994

_____. *Masculinity as excess in vietnam films – the father/son dynamic of american culture*. In: WARHOL, Robyn. PRICE HERNDL, Diane. *Feminisms an anthology of literary theory and criticism*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1997.

_____. *Men, Feminism, and Men's Contradictory Experiences of Power*. In: Joseph A. Kuypers, ed. *Men and Power*, Halifax: Fernwood Books, 1999.

KAUFMAN, M. KIMMEL, Michael, *Weekend warriors: the new men's movement*. In.: BROD, Harry. KAUFMAN, M. *Theorizing masculinities*. Califorina: Sage Publicacions, 1995.

- KIMMEL, Michael. *Masculinity as homophobia: fear, shame, and silence in the construction of gender identity*. In.: BROD, Harry. KAUFMAN, M. *Theorizing masculinities*. Califorina: Sage Publicactions, 1995.
- LACAN, Jacques. *O Seminário. Livro 17 – O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985a
- _____. *O Seminário. Livro 20 – Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985b
- _____. *O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- LINS, Daniel (org.). *A Dominação Masculina Revisitada*. Campinas: Papirus, 1998.
- LUGONES, María. *Colonialidad y género*. In.: Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008
- KIMMEL, Michael. *Changing men. New directions in research on men and masculinity*. Ldon: SAGE Publications, 1991.
- _____. *Gender, Class and Terrorism*. In: KIMMEL, M. MESSNER, Michael. *Men's Lives* (with). Macmillan, 1992.
- KIMMEL, Michael. HEARN, Jeff R. CONNELL, Robert. *Handbook of studies on men & masculinities*. Sage Publications, 2005.
- MACERI, Sandra. *Breve síntesis del camino recorrido por la teoría aristotélica de la verdad en el siglo XX*. In.: FEMENÍAS, M. L. *Aristóteles: ¿filósofo del lenguaje?*. Buenos Aires: Catálogos, 2001.
- MACHADO, Maria das Dores. *Religião e homofobia*, 2008. Em internet: <http://catolicasonline.org.br/ExibicaoNoticia.aspx?cod=322>. visitado em: 18.03.2009.
- MAJOR, René. René Major. *Ágora* (Rio J.) vol.9 no.1 Rio de Janeiro Jan./June 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 03.01.2000.
- MARCHART, Olivier. *La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Buenos Aires: FCE, 2009.
- MARIE, Piérre. *Psychanalyse, psychothérapie: quelles différences?* Paris: Aubier, 2004.
- MARQUÉS, Joseph-Vincent. 1998. *Comentario sobre la construcción social de la masculinidad en América Latina*. In: VALDÉS, Teresa. OLAVARRÍA, José. *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago de Chile: FLACSO-Chile/UNFPA, 1998.
- MARWICK, Alice. *Crossing boundaries, reaching out: the public scholarship of bell hooks*. Sem referências bibliográficas. Em Internet: http://www.com.washington.edu/Program/publicscholarship/ps_marwick.pdf. Visitado em: 12.02.2009.
- MEDRADO, Benedito, LYRA, Jorge. *Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades*. In.: Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, 2008.

- Em internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=e&nrm=iso&tlng=e. Visitado em: 19.04.2009.
- Men Engage. *Declaração do Rio – Engajando homens & meninos pela igualdade de gênero*.
- Em internet: <http://www.engagingmen2009.org/24>. Vistado em: 29.04.2009.
- MIGNOLO, Walter. *Historias locales/ diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal Ediciones, 2003.
- MILLER, Jacques-Allain. *Breve introducción a más allá del Edipo*. In: MILLER, J.-A. et al. *Del Edipo a la sexuación*. Buenos Aires: ICBA, Paidós, 2001.
- _____ et al. *Del Edipo a la sexuación*. Buenos Aires: ICBA, Paidós, 2001.
- MORENO, María Alicia. ALVARADO, María Victoria. MARTÍNEZ, Dulce María. FERNÁNDEZ, Guadalupe. *Identidad infantil y sexualidad. Niños fuertes, niñas sumisas ¿sexualidad complementaria?* In.: III Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades. Medellín, 2008
- MOREL, Geneviève. *Ambigüedades sexuales: sexuación y psicosis*. Buenos Aires: Manatital, 2002.
- MORRISON, Toni. *Ojos azules*. Barcelona. Plaza & Janés, 2001
- MORTLEY, Raoul. *French philosophers in conversation: Levinas, Schneider, Serres, Irigaray, Le Doeuff, Derrida*. London & New York, Routledge, c1991. Disponível em: < http://epublications.bond.edu.au/french_philosophers/3/ >. Acesso em 31.05.2006.
- NANCY, Jean-Luc. *La experiencia de la libertad*. Barcelona, Buenos Aires: Paidós, 1996.
- _____. *El olvido de la filosofía*. Madrid: Arena Libros, 2003.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Por uma história do homem negro*. In.: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, Imprensa Oficial, 2007.
- NAHOUM-GRAPPE, Véronique. *Da dimensão sexual de uma guerra: os estupros em série como arma na ex-Iugoslávia, 1991-1995*. in.: SCHPUN, Mônica Raisa (org). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.
- OLAVARRÍA, José. *Los estudios sobre masculinidades en América Latina. Un punto de vista*. *Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe Nro. 6*, Flacso / Unesco / Nueva Sociedad, Caracas, 2003, pp 91-98.
- Em Internet: <http://eme.cl/2008/01/libros-y-articulos-recomendados.html>. Revisado em: 14.01.2009.
- Percurso Psicanalítico de Brasília. *Segunda Jornada de Trabalhos. Tema – Questões ao masculino: masculinidade, paternidade, neurose obsessiva*. Brasília: PPB, 2003.
- _____. *Y todos querían ser (buenos) padres. Varones de Santiago de Chile en Conflicto*. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2001a.
- _____. *¿Hombres a la deriva? Poder, trabajo y sexo*. FLACSO, Santiago, 2001b.

- _____. *Hombres e identidades: crisis y globalización*. In.:(ed). *Hombres: identidad/es y violencia. 2º Encuentro de Estudios sobre Masculinidades*. FLACSO, Red de Masculinidades y UAHC, Santiago de Chile, 2001c.
- _____. *Distribución del trabajo en las familias y las (nuevas) Masculinidades* (Documento de trabajo). Reunión de Especialistas. Futuro de las familias y desafíos para las políticas públicas. Mesa redonda: El futuro de las familias. CEPAL, 22 y 23 de noviembre 2007.
- _____. *Globalización, género y masculinidades. Las corporaciones transnacionales y la producción de productores*. In: Nueva Sociedad. No 218, noviembre-diciembre de 2008.
- OLAVARRÍA, José. MADRID, Sebastián. *Sexualidad, fecundidad y paternidad en varones adolescentes en América Latina y el Caribe*. México: FLACSO-Chile, UNFPA, 2005.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- OLIVERA, Inés. *Diferencias entre hombres y mujeres en relación a la organización familiar y las oportunidades educativas en la familia campesina de Chaquira: el caso de un caserío de la costa piurana*. Lima: Tesis de Licenciatura PUCP, 2005.
- PAREDES, Susel. *Invisible entre sus árboles. Derechos humanos de las mujeres indígenas amazónicas del Perú. El caso de las aguarunas, asháninkas y shipibas*. Lima: Ediciones Flora Tristan, 2005. Em Internet: <http://www.suselparedes.com/derechos-humanos-mujeres-peru/derechos-humanos-indigenas-amazonicas-peru.pdf>. Visitado em: 20.05.2009
- PENA PEREIRA, Ondina. *A regra secreta*. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(1): 243-266, janeiro-abril/2007. Em Internet: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a17v15n1.pdf>. Vistado em: 22.01.2009.
- POWEL, Kevin. *Confessions of a Recovering Misogynist*. In.: POWEL, K. *Who's Gonna Take the Weight?: Manhood, Race, and Power in America*. New York: Three Rivers Press, 2003.
- Em internet: http://jan.ucc.nau.edu/hdh9/e-reserves/Powell_-_Confessions_of_a_recovering_misogynist_PDF.pdf. Visitado em: 28.02.2009.
- QUADROS, Marion. *Construindo uma nova paternidade? As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife-PE*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1996.
- QUIJANO, Aníbal. *Imperialismo, clases sociales y estado em el Perú, 1890-1930*. Lima: Mosca Azul Editores, 1985.
- _____. *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. In: Perú indígena, Vol.13, No. 29, pp. 11-20, Lima, Perú 1992.
- _____. *Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina*. In.: Lander, Edgardo, comp. *Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*. CLACSO-UNESCO 2000. Em Internet: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Anibal%20Quijano.pdf>. Visitado em 17.09.2008.

- _____. *El regreso del futuro y las cuestiones del conocimiento*. In.: Hueso Húmero, Lima, nº38, abril 2001.
- _____. *Notas sobre "raza" y democracia en los países andinos*. In.: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Vol.9, Nº1 (enero-abril), 2003.
- Em Internet: <http://www.revele.com.ve/pdf/reveecciso/vol9-n1/pag53.pdf>. Visitado em: 04.12.2008.
- _____. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. GROSFOGUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Central – IESCO / Univerisdad Javeriana – Instituto Pensar / Siglo del Hombre, 2007. Em Internet: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/10.pdf>. Revisado em: 10.12.2008.
- RAMOS, Miguel. *Masculinidad y Violencia Conyugal. Experiencias de vida de hombres de sectores populares de Lima y Cusco*. Lima, UPCH, 2005a.
- _____. *La masculinidad en el envejecimiento. Vivencias de la vejez de varones de una zona popular de Lima*. Lima: APDP, 2005b. Em Internet: http://www.gerontologia.org/portal/archivosUpload/LA_MASCULINIDAD_EN_EL_ENVEJECIMIENTO.pdf. Visitado em: 12.10.2008.
- RIBERIO, Darcy. *O mestiço é que é bom*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.
- RUBIN, Gayle. *Tráfico de mujeres. Notas sobre la "economía política" del sexo*. Nueva Antropología. Revista de Ciencias Sociales, Nº. 30, 1986, pags. 95-145
- Em Internet: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2168393&orden=94000&info=link>. Vistado em 20.02.2009.
- SCHNEIDER, Monique. *La culpabilité et l'éthique originaire*. En: Trans, Montréal, 1993, nº2, pp.189-209. Disponível em: <http://www.mapageweb.umontreal.ca/scarfond/T2/2-Schneider.pdf>. Acesso em 12.10.2008.
- _____. *A odisséia do gozo masculino*. In: LINS, Daniel (org.) *A Dominação Masculina Revisitada*. Campinas: Papirus, 1998
- _____. *O "entre-dois" do pensamento*. In: Percurso. Revista de Psicanálise. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, v. 28, 2002.
- _____. *Genealogía de lo masculino*. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- SEDGWICK, Eve. *Between men: english literature and male homosocial desire*. New York, Columbia University Press, 1985.
- _____. *Gosh, Boy George, You Must Be Awfully Secure in Your Masculinity*. In Berger Maurice et al. *Constructing Masculinity*. New York and London: Routledge, 1995.
- _____. *Epistemología del armario*. Barcelona: Ediciones la Tempestad, 1998.
- _____. *A(queer) y ahora*. In.: MÉRIDA, Rafael (ed.). *Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

- SEGATO, Rita. *Santos e Daimones. O politeísmo afro-brasileiro e a tradição arquetipal*. Brasília: Editora UnB, 1995.
- _____. *A estrutura de gênero e a injunção do estupro*. In: SUÁREZ, Mireya. BANDEIRA, Lourdes (orgs). *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora UnB\Paralelo 15, 1999.
- _____. *Las Estructuras Elementales de la Violencia. Ensayos sobre género entre la Antropología, el Psicoanálisis y los Derechos Humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes / Prometeo 3010, 2003.
- _____. *Territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado: la escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Serie Antropológica 362. Brasília. Universidad de Brasilia, 2004a. Em Internet: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie362empdf.pdf>. Visitado em: 08.12.2006.
- _____. *Qué es un feminicidio. Notas para un debate emergente*. Serie Antropológica 362. Brasília. Universidad de Brasilia, 2004b. Em Internet: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie401empdf.pdf>. Visitado em: 13.02.2009.
- _____. *La Nación y sus Otros. Raz\,a, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad*. Buenos Aires: Prometeo, 2007. Em Internet: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie194empdf.pdf>. Visitada em: 13.02.2009.
- _____. *Conferencia: El papel del Estado: entre la ley federal y la justicia propia – el caso de las mujeres indígenas y sus luchas*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009.
- SEIDLER, V. Los hombres heterosexuales y su vida emocional. En *Sexualidad: teoría y práctica*, Debate feminista, año 6, 11. México. 1995.
- _____. *Reconocer la diversidad de identidades masculinas*. In: LETRA S Abril 6 de 2000. Em internet: <http://www.jornada.unam.mx/2000/04/06/1s-seidler.html>. Acesso em: 12.07.2008.
- SILVA-SANTIESTEBAN. Rocío. *El factor asco: Basurización simbólica y discursos autoritarios en el Perú contemporáneo*. Lima: Red para el Desarrollo de las Cc. Ss. en el Perú, 2008.
- SPIVAK, Gayatri C. *Feminismos e desconstrução, de novo: negociando com o masculinismo inconfesso*. In: BRENNAN, T. *Para além do falo, uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher*. Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- TIN, Louis-Georges. *L'invention de la culture hétérosexuelle*. Paris: Éditions Autrement, 2008.
- TONELI, Maria Juracy. ADRIÃO, Karla Galvão. *Sexualidades Masculinas: perspectivas teórico-metodológicas*. In: GROSSI, Miriam Pillar. BECKER, Simone. LOSSO, Juliana Cavilha. COSTA, Rozeli Maria. MULLER, Rita de Cássia (orgs). *Movimentos sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- TORRES, Jurjo. *Prólogo a la edición española*. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogía de la indignación*. Madrid: Ediciones Morata, 2002. Em Internet: http://books.google.com.pe/books?id=aZOUYuRf_kUC&pg=PA15&dq=hooks+pedagogia+indignaci%C3%B3n. Visitado em: 31.01.2009.

- TREVISAN, João Silvério. *Seis Balas Num Buraco Só: a Crise do Masculino*. São Paulo: Record, 1998.
- VALDÉS, Teresa. Olavarría, José. Introducción. In.: VALDÉS, T. OLAVARRÍA, O. (eds), *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Ediciones de las Mujeres N°24. ISIS Internaonal. FLACSO Chile. Santiago, 1997.
- _____. *Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo un mismo modelo*. In: VALDÉS, T. OLAVARRÍA, O. (eds), *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, FLACSO, UNFPA, Santiago, 1998.
- VARGAS, Virginia. *Feminismos en América Latina. Su aporte a la política y a la democracia*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2008.
- Em Internet:
http://www.democraciaglobal.org/facipub/upload/publicaciones/1/342/files/libro_feminismo_en_america_latina.pdf
- VIDARTE, Paco. *¿Qué es leer? La invención del texto en filosofía*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.
- VIVEROS, Mara. *Quebradores y cumplidores: biografías diversas de la masculinidad*. In: In.: VALDÉS, T. OLAVARRÍA, J. *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. FLACSO, UNFPA, Santiago, 1998.
- _____. *Dionisios negros. Estereótipos sexuales y orden racial en Colombia*. In.: In: FIGUEROA, M. B.; SAN MIGUEL P. E. (Eds.). *¿Mestizo yo?*. Bogotá: CES-Universidad Nacional de Colombia, 2000.
- _____. *Teorías feministas y estudios sobre varones y masculinidades. Dilemas y desafíos recientes*. In: RAMÍREZ, Juan Carlos. *Masculinidades. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres*. México. Ed. Plaza y Valdés, 2008.
- WALLACE, Michele. *Black Macho and the Myth of the Superwoman*. London, New York: Verso, 1999.
- WELZER-LANG, Daniel. L'échangisme: Une multisexualité commerciale à forte domination masculine. In : Sociétés Contemporaines", L'Harmattan Editions. N° 41/42 – 2001.
- Em internet: <http://www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2001-1-page-111.htm>. Acesso em 09.01.2009.
- _____. *Las crisis de las masculinidades: entre cuestionamientos feministas y críticas contra el heterosexismo*, Actas del Congreso Los hombres ante el nuevo orden social. Victoria-Gasteiz, EMAKUNDE-Instituto vasco de la mujer, 2002.
- Em internet: http://www.hombresigualdad.com/crisis_masculinidades_welzerlang.htm. Visitado em: 12.06.2006.
- _____. *Les hommes aussi changent*. Paris: Payot, 2004.
- _____. Manifeste pour une bisexualité radicale. s/d. – n°1. Em internet : < <http://www.multisexualites-et-sida.org/presentation/bisexrad.html>

- _____. Les bisexuel-le-s et l'échangisme. Contribution au forum bi, s/d – n°2. Em internet : < <http://www.multisexualites-et-sida.org/presentation/biech.html> >. Acesso em 07.01.2009.
- WIEGMAN, Robyn. *Negotiating the masculine: Configurations of race and gender in American culture*. Washington: University of Washington. Proquest Dissertations And Theses, 1988.
- _____. *Progress of Gender: Whither "Women"?* in Wiegman, R. *Women's Studies on Its Own*. Durham and London: Duke University, 2002. Em internet: <http://128.255.56.81/~women/Meeting%20articles/Wiegman.pdf>. Vistado em: 14.01.2009.
- Wikipédia. *Maquiladora*. Em internet: <http://en.wikipedia.org/wiki/Maquiladora>. Visitado em: 10.01.2009.
- _____. *bell hooks*. Em internet: http://en.wikipedia.org/wiki/Bell_hooks. Visitado em: 10.09.2008
- WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona-Madrid: Ed. Egales, 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)